

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

LAURA SOFIA CHACÓN GIRONZA

**CONTRIBUIÇÕES À INTERVENÇÃO NO SOCIAL DAS/OS PROFISSIONAIS DE
TRABALHO SOCIAL:** análise do uso da perspectiva de gênero das/os
trabalhadoras/es sociais da área da saúde na Cidade de Cali-Colômbia

São Luís – MA

2017

LAURA SOFIA CHACÓN GIRONZA

**CONTRIBUIÇÕES À INTERVENÇÃO NO SOCIAL DAS/OS PROFISSIONAIS DE
TRABALHO SOCIAL:** análise do uso da perspectiva de gênero das/os
trabalhadoras/es sociais da área da saúde na Cidade de Cali-Colômbia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Marly de Jesus Sá Dias

São Luís - MA
2017

Gironza, Laura Sofia Chacón.

Contribuições à intervenção no social das/os profissionais de Trabalho Social : análise do uso da perspectiva de gênero das/os trabalhadoras/es sociais da área da saúde na Cidade de Cali-Colômbia / Laura Sofia Chacón Gironza. - 2017.

186 f.

Orientador(a): Marly de Jesus Sá Dias.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

1. Intervenção no Social. 2. Perspectiva de Gênero. 3. Políticas Sociais. 4. Trabalho Social. I. Dias, Marly de Jesus Sá. II. Título.

LAURA SOFIA CHACÓN GIRONZA

**CONTRIBUIÇÕES À INTERVENÇÃO NO SOCIAL DAS/OS PROFISSIONAIS DE
TRABALHO SOCIAL: análise do uso da perspectiva de gênero das/os
trabalhadoras/es sociais da área da saúde na Cidade de Cali-Colômbia**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marly de Jesus Sá Dias (orientadora)
Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas – UFMA

Prof.^a Dr.^a Maria Mary Ferreira
Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas – UFMA

Prof.^a Dr.^a Cristiana Costa Lima
Departamento de Serviço Social – DESES/UFMA

Dedico este trabalho a todas as pessoas, principalmente às mulheres, que em algum momento se sentiram discriminadas em razão de seu gênero, raça, etnia, orientação sexual, condição física, religião, classe social, ideologias.

E aos estudantes e profissionais de Trabalho Social, que lutam cada dia em seu campo de intervenção social, fazendo frente às contradições e exigências do sistema econômico.

AGRADECIMENTOS

Na verdade, são muitas pessoas para as quais eu teria que agradecer neste árduo processo de pesquisa e análise. Primeiro, quero agradecer ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA e as/os professoras/es pela oportunidade de avançar em meus estudos e conhecimentos no campo investigativo e de me inserir em uma visão crítica da realidade.

Agradeço enormemente aos meus companheiros da turma (de mestrado e doutorado), pois aprendi muito com eles, não só nas salas de aula, mas nos momentos de reflexão, nos pequenos intervalos da aula e em algumas saídas para almoçar no RU, compartilhando saberes, alegrias, tristezas, frustrações, de nosso diário viver do processo formativo.

Aos meus companheiros mais próximos, colombianos e brasileiros, por compartilhar comigo horas de bate-papo, de reflexão, de festa, de dança, de comida, de viagens, que converteram este mestrado numa aventura.

Igualmente, agradeço a minha orientadora por sua dedicação, por suas horas de leituras de meus trabalhos, por sua paciência e pelas múltiplas aprendizagens, que sem elas eu não teria conseguido avançar na minha dissertação. Posso dizer, que sua orientação e companhia me fazem achar que ganhei, não só uma colega, mas uma amiga.

A toda minha família, tios, tias, primos, primas, avós, avôs por suas mensagens de incentivo e ânimo, que me acompanharam sempre neste processo, mas principalmente, ao meu padrinho por crer sempre em mim, por dar-me sua confiança e horas de seu tempo para falar e compartilhar comigo.

Agradeço com todo meu coração aos meus pais por toda a paciência e esforço que dia a dia empreendem para que nós, seus filhos, consigamos alcançar nossos sonhos e nossos objetivos pessoais, profissionais e familiares, eu os amo muito.

Aos meus irmãos lindos por sua incondicionalidade, por suas cartas e bate-papo, que me ajudaram neste processo, assim fortalecendo-me cada dia mais.

Finalmente, eu quero agradecer a todas as pessoas que fizeram possível a culminância desta dissertação, as/os profissionais de Trabalho Social que deram seu espaço para as entrevistas para que eu pudesse realizar minha análise de

pesquisa, e aos meus colegas e amigos que ajudaram no processo da realização das entrevistas e na busca de informação.

Muito obrigada, Brasil!

“En su quehacer cotidiano, el Trabajo Social evidencia las lógicas, lenguajes, valoraciones e intereses disímiles encontrados que sobre las necesidades y servicios presentan las organizaciones, instituciones, profesionales y pobladores. Interpretar y develar esas lógicas es algo crucial para el ejercicio profesional contemporáneo, y para ello es necesario romper con los viejos esquemas de conocimiento que se tienen incorporados”.

Olga Lucia Vélez

RESUMO

Análise sobre a utilização da perspectiva de gênero na intervenção social das/os trabalhadoras/es sociais da área da saúde na Cidade de Cali-Colômbia, a partir da implementação dos protocolos de atendimento para as mulheres em situação de violência, formulados pela política pública para as mulheres. Metodologicamente a pesquisa segue o método do materialismo histórico-dialético, com o uso das técnicas de entrevista semiestruturada e da revisão documental. Faz-se uma aproximação com os elementos históricos que marcaram a conformação da profissão do Trabalho Social na Colômbia e com as dinâmicas, estratégias, ferramentas e enfoques utilizados no processo de intervenção social das/os trabalhadoras/es sociais, tentando desvendar as contradições e conflitos imanentes da sua prática profissional ao estar inserida nas lógicas da sociedade capitalista. Igualmente, analisa-se o uso de ferramentas e teorias como a perspectiva de gênero, que contribuam no desenvolvimento de uma visão crítica no exercício profissional, principalmente, no atendimento das violências contra as mulheres. Conclui-se que a intervenção profissional e os enfoques utilizados nela dependem de múltiplos determinantes, mas é tarefa do profissional de Trabalho Social assumir uma postura crítica frente as situações que precisam do desenvolvimento de suas ações, propondo-se para o cumprimento deste objetivo, a utilização da perspectiva de gênero na compreensão de sua configuração teórico-metodológica.

Palavras-chave: Intervenção no Social, Trabalho Social, Perspectiva de Gênero, Políticas Sociais.

RESUMEN

Análisis sobre la utilización de la perspectiva de género en la intervención social de las/os trabajadoras/es sociales del área de la salud en la Ciudad de Cali-Colombia, a partir de la implementación de los protocolos de atención para las mujeres en situación de violencia, formulados por la política pública para las mujeres. A partir de la orientación del método del materialismo histórico-dialéctico, de la técnica de entrevista semiestructurada y de la revisión documental, se hace un acercamiento sobre los elementos históricos que marcaron la conformación de la profesión de Trabajo Social en Colombia y sobre las dinámicas, estrategias, herramientas y enfoques utilizados en el proceso de intervención social de las/os trabajadoras/es sociales, intentando evidenciar las contradicciones y conflictos inmanentes de su práctica profesional, al estar inserta en las lógicas de la sociedad capitalista. Igualmente, se analiza el uso de herramientas y teorías como la perspectiva de género, que contribuyan en el desarrollo de una visión crítica en el quehacer profesional, principalmente, en la atención de las violencias contra las mujeres. De esta forma, se concluye que la intervención profesional y los enfoques utilizados en ella, dependen de múltiples determinantes, sin embargo, es tarea del profesional de Trabajo Social asumir una postura crítica frente a las situaciones que necesitan del desarrollo de sus acciones, proponiéndose para tal caso, la utilización de la perspectiva de género, comprendiendo su configuración teórico-metodológica.

Palabras Clave: Intervención en lo social, Trabajo Social, Perspectiva de Género, Políticas Sociales.

ABSTRACT

Analysis on the use of the gender perspective in social intervention by the Health Care Area social workers in the city of Santiago de Cali, Colombia, based on the implementation of attention protocols for violence-affected women, formulated by women's public policy. Based on the historical dialectic materialism method orientation, semi-structured interview technique and the document review, we make an approach on the historical elements that marked the establishment of the Social Work profession in Colombia and on the dynamics, strategies, tools and approaches used in the social intervention process by social workers, trying to evidence the contradictions and imminent conflicts of their professional practice that is within the logic of the capitalist society. Also, it discusses the use of tools and theories such as gender perspective that contribute to the development of a critical view in the professional work, mainly, in addressing violence against women. Thus, it's concluded that professional intervention and the approaches used in it depend on multiple determinants; however, it is the job of the Social Work professional to take a critical stance towards situations that require the development of his actions. It's recommended for such instance the use of the gender perspective, understanding its theoretical-methodological configuration.

Key Words: Social Intervention, Social Work, Gender Perspective, Social Policies.

LISTA DE SIGLAS

ANDI	Asociación Nacional de Empresarios de Colombia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CEDAW	Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CEGMS	Centro de Estudos de Gênero, Mulher e Sociedade
CIM	Comissão Interamericana de Mulheres
CW	Consenso de Washington
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estadística
ENDS	Encuesta Nacional de Demografía y Salud
ENETS	Encuentro Nacional de Estudiantes de Trabajo Social
EPS	Entidad Promotora de Salud
ESE	Empresa Social del Estado
EUA	Estados Unidos de América
FARC-EP	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIV/AIDS	Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ICBF	Instituto Colombiano de Bienestar Familiar
IDEMA	Instituto de Mercadeo Agropecuario
IPS	Instituciones Prestadoras de Servicios
ISS	Instituto de Seguros Sociales
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais
MIO	Masivo Integrado de Occidente
MSV	Mulheres em Situação de Violência
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OVF	Observatorio de Violencia Familiar

PAPSIVI	Programa de Atención Psicosocial y Salud Integral a Víctimas del conflicto armado
PDSP	Plan Decenal de Salud Pública
PIB	Producto Interno Bruto
POS	Plan Obligatorio de Salud
PPM	Política Pública para as Mulheres
PTS	Plan Territorial de Salud
SD	Sem dado
SENA	Servicio Nacional de Aprendizaje
SGSSS	Sistema General de Seguridad Social en Salud
SIAU	Sistema de Información y Atención al Usuario
SISBEN	Sistema de identificación y clasificación de potenciales beneficiarios de programas sociales
SITM	Sistema Integrado de Transporte Masivo
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAL	Universidad Nacional de Colombia
UNIVALLE	Universidad del Valle

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO TRABALHO SOCIAL EM CALI – COLÔMBIA.....	41
1.1 Do Colonialismo à Industrialização e à Primeira Escola de Serviço Social.....	41
1.2 A Chamada “Violência” e a Primeira Escola de Serviço Social em Cali.....	49
1.3 Os Movimentos Sociais e o Processo de “Reconceituação”.....	57
1.4 O Neoliberalismo e sua Incidência no Trabalho Social.....	62
1.5 O Trabalho Social em Cali e os Estudos de Gênero.....	70
2 O ESTADO, AS POLÍTICAS SOCIAIS E O TRABALHO SOCIAL.....	82
2.1 O Estado e as Políticas Públicas e Sociais.....	82
2.1.1 O Estado Capitalista Colombiano e as Políticas Sociais.....	89
2.2 O Trabalho Social no Campo das Políticas Sociais.....	103
3 A INTERVENÇÃO NO SOCIAL DAS/OS TRABALHADORAS/ES SOCIAIS E A PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	108
3.1 Intervenção no Social.....	108
3.1.1 Intervenção no Social na Saúde.....	114
3.2 Processo de Intervenção no Social das/os Profissionais de Trabalho Social na Área da Saúde.....	118
3.2.1 Processo de Intervenção no Social na Saúde com Mulheres em Situação de Violência.....	129
3.3 A Perspectiva de Gênero.....	134
3.3.1 Definição e Conceito da Perspectiva de Gênero.....	134
3.3.2 Percepções, Concepções e Conhecimentos das/os Trabalhadoras/es Sociais sobre a Perspectiva de Gênero.....	140
3.4 A Perspectiva de Gênero Expressa na Intervenção no Social das/os Trabalhadoras/es Sociais.....	145

3.5 A Política Pública para as Mulheres da Cidade de Cali, a Intervenção no Social e a transversalização da Perspectiva de Gênero.....	152
CONCLUSÃO.....	162
REFERÊNCIAS.....	169
APÊNDICE A - FIGURA DO SISTEMA DE SAÚDE EM CALI.....	178
APÊNDICE B - PROGRAMAS ACADÊMICOS DAS DISCIPLINAS ANALISADAS.....	179
APÊNDICE C - ROTEIRO DE PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS.....	180
ANEXO A - MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA CIDADE DE CALI NA COLÔMBIA.....	181
ANEXO B - ORGANOGRAMA DO SISTEMA GERAL DE SEGURIDADE SOCIAL EM SAÚDE.....	182
ANEXO C - FLUXOGRAMA DA ATENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES. INTEGRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE, JUSTIÇA E PROTEÇÃO.....	183
ANEXO D - CURRÍCULO DO PROGRAMA ACADÊMICO DE TRABALHO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO, <i>UNIVERSIDAD DEL VALLE</i>, 2003.....	184
ANEXO E - DADOS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO SEGUNDO CARACTERÍSTICAS QUE RODEIAM A VIOLÊNCIA ANO 2015.....	185
ANEXO F - CIDADE DE CALI POR <i>COMUNAS</i>, LOCALIZAÇÃO DO “<i>DISTRITO DE AGUABLANCA</i>”.....	186

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa analisa o uso da perspectiva de gênero¹, na intervenção social das/os trabalhadoras/es sociais da área da saúde na Cidade de Cali-Colômbia. Alguns podem se perguntar, mas por que os profissionais de Trabalho Social devem usar esta perspectiva? Acaso a intervenção profissional não deve ser integral e abrangente, apresentando mudanças, dependendo das situações dos sujeitos, do contexto, das instituições e de outros determinantes sociais, políticos e econômicos?

A resposta é afirmativa, a intervenção profissional e os enfoques utilizados nela dependem de múltiplos determinantes, como se discute nesta pesquisa, mas a consideração do uso da perspectiva de gênero justifica-se a partir da criação e implementação da Política Pública para as Mulheres² na Cidade de Cali, a qual estabelece que as/os profissionais que intervêm nos casos de mulheres em situação de violência atendidas no setor da saúde, devem guiar suas ações a partir desta perspectiva e, além disso, justifica-se por ser parte das teorias que analisam a realidade concreta desde uma visão crítica, contribuindo, desta forma, para o avanço da intervenção social dos profissionais de Trabalho Social. É importante esclarecer, então, que esta pesquisa não pretende realizar uma avaliação da política pública para as mulheres, mas centra-se no exercício profissional das/os trabalhadoras/es sociais enquanto sujeitos desta política.

Nessa medida, faz-se uma discussão introdutória sobre as categorias de análise utilizadas neste estudo, dando ao leitor ou leitora, esclarecimentos sobre a base teórico-conceitual que será trabalhada ao longo desta pesquisa.

Em um primeiro debate entende-se o Trabalho Social³ como uma profissão das Ciências Sociais e Humanas, relativamente jovem na América Latina. Suas origens no Continente Sul Americano têm diversas teorias e perspectivas a

¹ Ou também denominada “enfoque de gênero”.

² Entenda-se “mulheres”, as pessoas determinadas física, psicológica e socialmente como do gênero feminino, sem distinção da faixa etária, raça, etnia, orientação sexual, nacionalidade, condição econômica, política ou social.

³ Nesta pesquisa será trabalhado o termo de “Trabalho Social”, embora na Língua Portuguesa a denominação correta desta profissão seja Serviço Social; isto com o objeto de não criar confusões nos termos, pois no contexto colombiano Serviço Social e Trabalho Social são vistos como etapas da profissão, porém nesta dissertação não se assumem estes termos como etapas, como se um conceito fosse mais importante que outro, mas sim para identificar como eram utilizados em determinada época da história da Colômbia.

respeito. Uma delas relaciona o surgimento da profissão como a evolução da beneficência e da filantropia com uma perspectiva inspirada na caridade, de corte cristão católico e centrada na atenção ao pobre. Outra, fundamentada principalmente na perspectiva histórico-crítica, e que guia a análise desta pesquisa, debate o surgimento da profissão como parte de uma estratégia de controle social, no desenvolvimento do projeto de modernização, gestado pelo sistema econômico capitalista para a configuração de uma sociedade industrializada, que trouxe mudanças no âmbito social, sendo a classe trabalhadora mais explorada no cumprimento dos objetivos do modo de produção capitalista e da relação capital-trabalho.

Na América Latina o Serviço Social tem origem sob a mesma lógica da instituição dessa prática no mundo, no âmbito da estratégia de controle social do capital. Naquele momento o Serviço Social é criado como mais um dos instrumentos e articulava no continente com a mediação do Estado e da Igreja no enfrentamento da chamada questão social, expressa sob a forma de problemas políticos sociais e econômicos (LOPES, 1998, p. 47).

A criação do Trabalho Social, portanto, encontra-se no âmbito das relações sociais de produção da sociedade capitalista, envolvida por contradições e conflitos, que evidencia o poder exercido pela classe burguesa (dominante) sobre a classe operária (popular). Porém, esta profissão não foi a única que respondeu às necessidades da lógica capitalista, também foram criadas várias outras e atividades profissionais destinadas a agir sobre a questão social⁴ (LOPES, 1998).

A primeira Escola de Serviço Social foi criada pelo médico Alejandro del Río na América Latina, mais precisamente no Chile, em 1925. Anos depois, em 1929, foi fundada a Escola Elvira Matte de Cruchaga, também no Chile, que representava os interesses da Igreja Católica, respondendo igualmente aos interesses das classes dominantes. Embora a categoria de nível superior da profissão tenha sido uma iniciativa do Estado, sua expansão e difusão pelo sul do continente deram-se por conta da Igreja Católica (LOPES, 1998).

Na Colômbia, a primeira Escola de Serviço Social surgiu em 1936, anexa ao Colégio Maior de Nossa Senhora do Rosário, na Cidade de Bogotá, capital do país. Este processo foi mediado, principalmente, pelos interesses da classe

⁴A Questão Social faz parte constitutiva das relações sociais capitalistas, representa o pauperismo que experimenta a classe trabalhadora pelos impactos da industrialização e dinâmicas agenciadas pelo capitalismo e a ameaça para as instituições sociais. (NETTO, 2001). A questão social é apreendida como a expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social (IAMAMOTO, 2000).

burguesa (representada pela Igreja, grupos de poder político e governamental e alguns intelectuais). Esta iniciativa foi uma resposta à questão social, pois com o desenvolvimento do Capitalismo e das suas forças produtivas houve detrimento do social e exploração da classe operária, portanto, criaram-se necessidades sociais que exigiam profissionais qualificados para seu atendimento, baseados nas lógicas e “racionalidades” inerentes à sociedade capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Depois foram criadas outras escolas nas principais cidades do país, guiadas pelos mesmos interesses das classes dominantes. No caso da Cidade de Cali, a primeira Escola surge no ano de 1953, a partir da aproximação da Senhorita Laura Rivera com a Escola de Serviço Social da Cidade de Medellín. Para seu funcionamento, a iniciativa foi apoiada por um comitê integrado por damas da elite da cidade, pelo Gerente da *Asociación Nacional de Industriales (ANDI)*⁵ da região e pelo Bispo Auxiliar da Diocese da Igreja Católica. Neste caso, a Igreja, na figura do Bispo, e a empresa privada, na figura do Diretor da ANDI representavam os interesses econômicos e políticos vinculados com o desenvolvimento do Capitalismo na região.

Dessa forma, identifica-se que a necessidade de formar Assistentes Sociais na região não surgiu das bases populares, mas das contradições da exploração do sistema capitalista e da Revolução Industrial, tendo como objetivo acalmar os manifestantes e os insatisfeitos (GOMEZ, 1978).

Um dos acontecimentos sociais mais reconhecidos do Trabalho Social na América Latina foi o processo de Reconceituação. Este processo gerou movimentos dentro da profissão como mobilizações, debates, reuniões, análises, encontros, procurando respostas e provocando perguntas sobre a profissão. O resultado deste processo foi diferente em cada país da América Latina. O mais destacado foi o caso do Brasil, onde se fizeram fortes críticas à tradição conservadora e positivista da profissão, tanto no plano teórico, quanto metodológico, respaldados por leituras partidas da tradição marxiana⁶.

Neste sentido, identificou-se que a questão social é a base do fundamento do Trabalho Social na sociedade, que tem como ponto de partida sua compreensão e análise, já que este é um elemento que dá concreção à profissão,

⁵ Atualmente nomeado como *Asociación Nacional de Empresarios de Colombia*.

⁶ Parafrazeando Netto, entende-se por marxiana as obras escritas pelo próprio Marx, e marxista as obras escritas por diversos autores/as, a partir das obras de Marx.

centrada na perspectiva histórico-social para apreender a realidade objetiva. Desta forma, a discussão sobre a questão social estabelece o eixo fundamental para orientar a formação da profissão em solo brasileiro (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1997).

Por outro lado, o processo de Reconceituação na Colômbia não foi muito forte, com exceção do caso da *Universidad de Caldas*, que procurou uma ruptura com a perspectiva tradicional da profissão. Este movimento no país não conseguiu grandes mudanças, mas deixou inquietações sobre a necessidade de avançar na metodologia para fazer frente às situações complexas que se apresentavam no país. Apesar disso, as mudanças apresentadas não assumiram uma perspectiva histórico-crítica frente à ordem estabelecida, ficando as teorias marxistas afastadas da formação profissional (CASTAÑEDA; RAMIREZ, 2011).

Uma das situações que influenciou para que este movimento não representasse rupturas na profissão na Colômbia, como aconteceu no Brasil e, além disso, contribuiu para a ausência de teorias críticas na formação profissional na atualidade, é a estigmatização da esquerda e das propostas reformistas por parte do Governo e da elite colombiana, por conta das ações ilegais e armadas exercidas pelas guerrilhas, gerando na sociedade colombiana um rechaço de tais ações e configurando a direita no caminho possível para a estabilidade e o desenvolvimento do país.

A partir de alguns avanços frente à metodologia, a prática profissional das/os trabalhadoras/es sociais no país teve mudanças, fortalecendo-se através do conhecimento de novas teorias e conceitos, tentando afastar-se do exercício assistencialista, mas ainda sem aprofundar sua análise sobre as contradições da sociedade capitalista.

Por outro lado, como avanço desse olhar crítico, apresenta-se a intervenção no social⁷, processo que corresponde à carta de apresentação da ação das/os trabalhadoras/es sociais na realidade objetiva, ou seja, na sociedade capitalista. É um campo social mediado por contradições, conflitos e interesses, que implica uma constante construção e permite analisar a realidade a partir dos fundamentos epistemológicos, ontológicos, metodológicos e teórico-conceituais (ESTRADA, 2010).

⁷ Para ampliar o debate sobre Intervenção Social, ler o autor Alfredo Carballada em seu livro *La intervención en lo social. Exclusión e integración em los nuevos escenarios sociales*, 2005.

A intervenção social ou intervenção no social⁸ é um processo no qual se desenvolve a prática profissional de Trabalho Social, fundamentada teórica e conceitualmente, e que procura analisar a realidade a partir da construção de historicidade, entendendo o sujeito como um ser social que tem história, que está envolvido em um contexto onde as situações vistas como “problemas sociais⁹” não podem ser identificadas como uma condição natural do ser humano, mas construídas socialmente.

Nesse sentido, atualmente, entre os desafios do Trabalho Social na América Latina e na Colômbia, encontra-se fortalecer uma posição crítica frente ao contexto social, econômico e político na qual esta se desenvolve, permitindo desvendar a realidade tal e como ela se apresenta; e não, através do fetichismo criado pelo sistema econômico imperante que, muitas vezes, impede os processos reflexivos e críticos. Os profissionais têm o compromisso de tentar compreender e interpretar a realidade social a partir de teorias críticas, ferramentas obtidas no processo de formação e, além disso, orientar e fomentar, junto com os sujeitos, grupos e comunidades processos de transformação social.

Em um segundo debate, encontra-se o conceito de gênero que faz referência, principalmente, às relações sociais e culturais entre mulheres e homens, às diferenças entre seus papéis e permite evidenciar que estas diferenças não são produto da natureza ou de uma essência invariável. Esta categoria de gênero é uma ferramenta conceitual que permite desvelar as identidades femininas e masculinas, e descobrir que estas não são derivadas das diferenças anatômicas entre os dois sexos, pois são os usos, os costumes, sobre as formas de agir e dizer, que moldam em cada cultura, as distintas concepções e atitudes para o feminino e o masculino (CASTELLANOS, 2006).

Segundo a autora Butler (2008), o gênero é cultural e permite construir às pessoas, ideias sobre a sexualidade, sobre as formas de viver o corpo, incluindo a genitalidade e as formas de relacionar-se física e emocionalmente. “O gênero é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é

⁸ Tratam-se nesta pesquisa os termos de “Intervenção Social” e “Intervenção no Social” como sinônimos. Cabe esclarecer, que o autor Estrada (2010) estabelece diferenças entre estes dois termos. O primeiro faz referência ao campo social ou ação social que exercem diversas profissões e disciplinas e o segundo refere-se ao tipo de prática profissional ou especializada do Trabalho Social.

⁹Os problemas ou problemáticas sociais nesta dissertação são entendidas como produto das contradições do sistema capitalista.

produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura.

Nesse sentido, pode-se dizer que o gênero é uma construção que as pessoas fazem através de seus discursos para compreender o que é ser homem ou mulher. Castellanos (2006, p.12) expõe este conceito da seguinte forma:

El género es un conjunto de saberes, discursos, prácticas sociales y relaciones de poder que les da contenido específico a las concepciones que usamos (y que influyen decisivamente sobre nuestra conducta) en relación con el cuerpo sexuado, con la sexualidad y con las diferencias físicas, socioeconómicas, culturales y políticas entre los sexos en una época y en un contexto determinados.

Os chamados “estudos de gênero”, quando reconhecidos e considerados nas diferentes ciências, como a Antropologia, Sociologia, História, Psicologia, Economia, Saúde, dentre outros, têm tido grande relevância no aporte à construção de novas teorias e formas de conhecimento sobre a realidade na qual estão envolvidos os diversos sujeitos.

A perspectiva de gênero¹⁰, por sua vez, surge a partir desses estudos de gênero e é fortalecida através das diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU) na IV Conferencia Mundial sobre a Mulher em Beijing – China (1995), onde se determina que todos os governos devem implementar políticas e programas que integrem a perspectiva de gênero, procurando a superação da situação de discriminação das mulheres na sociedade e analisando as repercussões que têm sobre os homens e as mulheres, essas ditas ações (UNITED NATIONS, 1996).

A autora Lagarde (1996), em um processo de análise mais aprofundado sobre esse tema, considera que a perspectiva de gênero inscreve-se nos paradigmas teórico histórico-crítico e cultural do feminismo. Esta perspectiva implica uma posição política frente à opressão de gênero, que procura denunciar os danos provocados por esta e, ao mesmo tempo, ser um conjunto de ações e alternativas para erradicar tal opressão.

Seu uso representa um avanço na luta pela reivindicação do papel das mulheres nos diferentes âmbitos, como: social, econômico, político e educativo e, “[...] reconhece a diversidade de gêneros e a existência das mulheres e os homens,

¹⁰ Para ampliar o debate sobre o conceito de Perspectiva de gênero, ler as autoras Marcela Lagarde em seu livro *Género y feminismo. Desarrollo Humano y Democracia*, 1996, e Marta Lamas em seu artigo *La perspectiva de género, una herramienta para construir la equidad entre hombres y mujeres*, 1998.

como um princípio essencial na construção de uma humanidade diversa e democrática” (LAGARDE, 1996, p. 13, tradução nossa).

Igualmente, reconhece as relações de poder que constroem as desigualdades, que geralmente favorecem os homens e discriminam as mulheres, e identifica que essas relações são constituídas social e historicamente, que mudam dependendo do espaço e tempo e que se articulam com outras classificações sociais, como: classe, etnia, idade, religião, orientação sexual, dentre outras. Esta perspectiva é uma ferramenta de análise que permite conhecer, identificar e analisar a realidade, avaliando as implicações que tem, tanto para homens, quanto para mulheres; permite desenvolver ações em qualquer campo ou nível social, econômico, político e determinar, com base nos resultados, a realização de ações que beneficiem as pessoas e possam dar-lhes acesso equitativo aos recursos e às oportunidades.

Assim, a perspectiva de gênero assume certo olhar sobre a materialidade dos contextos sociais das pessoas, permitindo perceber as diferenças que se derivam dessa constituição e adaptar as intervenções políticas para tais diferenças. É uma ferramenta de intervenção social estratégica que permite entender e problematizar as questões de gênero e construir estratégias sócio-políticas que oportunizem uma maior equidade entre mulheres e homens, aludindo principalmente, ao respeito pela diferença.

A partir dos debates expostos, esta pesquisa assume um olhar crítico frente à análise do objeto de estudo, propondo no cumprimento deste objetivo, desvendar a importância do uso da perspectiva de gênero na intervenção no social das/os profissionais de Trabalho Social.

Mas, como nasceu a ideia deste projeto de pesquisa? Surgiu, principalmente, pelos interesses pessoais e profissionais. Primeiro, pela aproximação com casos de mulheres maltratadas atendidas no exercício profissional; e, segundo, pela oportunidade de iniciar estudos sobre o tema de gênero realizado em um curso chamado: “Debates clássicos da teoria de gênero”, o qual ampliou o conhecimento sobre o gênero e fortaleceu este interesse, pois através dele podia-se tentar dar explicações sobre a situação de discriminação em que viviam as mulheres na sociedade, principalmente pelos casos que se encontraram, e ainda se encontram, no desenvolvimento da prática profissional.

Autoras como Judith Butler, Joan Scott, Simone de Beauvoir, Mary Wollstonecraft, Sherry Ortner, Gabriela Castellanos, dentre outras, abriram a visão sobre os estudos de gênero e permitiram olhar sobre outros processos de conhecimentos, teorias e metodologias para compreender os fatos sociais e as situações das mulheres. Mostravam como a categoria “gênero” ganhava força nas disciplinas das Ciências Sociais, como História, Sociologia, Antropologia e Filosofia e seu debate permitia aos cientistas sociais reconhecer sua importância nos estudos da sociedade.

Neste novo olhar tinham-se questionamentos sobre os avanços do Trabalho Social com respeito aos estudos de gênero, pois como trabalhadora social era importante conhecer o que se tinha a respeito. Na realização deste estado da arte, encontraram-se dentre outras, duas pesquisas que chamaram a atenção, uma analisava a rota de atendimento em saúde para as mulheres da Cidade de Cali vítimas de violência, a partir da *Ley 1257 de 2008*, na qual ficaram evidentes grandes dificuldades que têm estas mulheres para um atendimento dentro do que é estabelecido pela lei. A segunda pesquisa fez uma avaliação dos objetivos do Eixo 5 da Política Pública para as mulheres da Cidade de Cali¹¹, que tinha relação com o acesso à Justiça, onde também ficaram evidentes as dificuldades das instituições estatais para o atendimento das mulheres.

Neste sentido, apesar de se encontrarem várias pesquisas sobre gênero, foram identificados poucos estudos que abordassem a relação entre Trabalho Social e gênero. Desta forma, foi surgindo um interesse cada vez maior em desvendar esta relação e, nestas indagações identificou-se a relevância e importância que tem a categoria de gênero nas Ciências Sociais e no Trabalho Social, além de sua contribuição na produção de conhecimento sobre a materialidade histórica e dos sujeitos.

O projeto de pesquisa teve muitas idas e vindas, várias formulações de objetivos e de objetos de estudo, tentando dar forma a uma ideia que refletisse aos interesses aqui mencionados.

A partir desse contexto, surgiu esta dissertação que pretende debruçar-se principalmente sobre três categorias: Intervenção no social de Trabalho Social, Perspectiva de Gênero e Políticas Sociais. O primeiro, como parte integral da

¹¹ O Eixo cinco desta política refere-se ao tema de justiça, nomeado “vida digna livre de violências contra as mulheres e acesso à justiça” (tradução nossa).

formação profissional, que sempre esteve presente nos interesses como pesquisadora, não só por necessidade de conhecer tudo o que implica a profissão, mas como forma de dar contribuições à mesma. O segundo ponto vem integrado ao desenvolvimento da ação profissional na qual se tem aproximações com casos de mulheres discriminadas e, com a oportunidade de acessar ao conhecimento sobre os estudos de gênero; e, finalmente, o terceiro ponto que é o das políticas sociais, cujo interesse encontra-se vinculado, principalmente, por ser o eixo de estudo do mestrado desenvolvido em um programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas e, além disso, porque o Trabalho Social na sua intervenção social está intimamente ligado ao Estado e a implementação das suas políticas.

Dessa forma, a relevância deste estudo justifica-se pela evidente importância da perspectiva de gênero para desvendar os “problemas sociais” das mulheres na Cidade de Cali e analisar as situações que levam a sua discriminação e opressão. Estas situações de desigualdade podem ser apresentadas em aspectos, como: a participação, educação, comunicação, economia, saúde, justiça, situação de deslocamento forçado, aspecto étnico-racial, diversidade sexual e meio ambiente, onde as relações sociais desenvolvidas na interação mostram uma clara hierarquia de poder que favorece os homens e prejudica as mulheres. Igualmente, considera-se que este estudo permite elucidar a importância da implementação da Política Pública para as Mulheres, que demonstra a luta e o trabalho dos movimentos sociais desse grupo da Cidade de Cali, reivindicando seu papel dentro da sociedade.

Outro aspecto importante a considerar é a possibilidade de avançar na profissão de Trabalho Social, principalmente nos estudos e análises sobre a prática profissional. Neste sentido, analisar a intervenção no social das/os profissionais da área da saúde na Cidade de Cali permite desvendar o caráter teórico-metodológico utilizado na sua prática profissional, evidenciar seus avanços e recuos frente à visão crítica das suas ações, considerando enfoques como a perspectiva de gênero e identificar sua relação com a Política Pública para as Mulheres, evidenciando suas aproximações, dificuldades e seu caráter contraditório.

Inserir-se no campo da intervenção profissional permite, de alguma forma, olhar sobre o processo de formação das/os trabalhadoras/es sociais, principalmente

os formados na *Universidad del Valle*¹², e contribuir neste campo, considerando perspectivas teóricas e metodológicas que ajudem a compreender os fatos sociais apresentados na esfera local, a exemplo da situação das mulheres na Cidade de Cali.

Ao identificar o uso de ferramentas e enfoques, como a perspectiva de gênero no âmbito laboral permite analisar quais são os avanços, as dificuldades e os vazios que existem frente ao tema e, a partir daí, poder propor estratégias que ajudem a fortalecer a relação entre a profissão de Trabalho Social e os estudos de gênero, pontuando, principalmente, sobre os processos de intervenção social e da formação profissional.

Esta dissertação centra-se em pesquisar o eixo de “Saúde”¹³, primeiro porque é uma área que historicamente está vinculada com o exercício profissional de Trabalho Social e; segundo, porque é uma área que trabalha com os casos de violência contra a mulher. Além disso, apresenta-se como um dos campos sociais onde são mais vulnerados os direitos da população. Igualmente, é um eixo de maior incidência e foco de atenção para as políticas públicas formuladas e implementadas em nível local, regional e nacional por seu grau de importância para o desenvolvimento de qualquer sujeito, independentemente do ciclo de vida em que se encontre.

Considerando que a pesquisa foi feita na Cidade de Cali-Colômbia, faz-se uma breve contextualização sobre os aspectos mais relevantes da cidade, para compreender um pouco sobre a situação das mulheres.

Santiago de Cali ou também *Cali* é capital do *Departamento*¹⁴ *del Valle del Cauca*, localizada na Região Sul-Ocidente da Colômbia (ANEXO A). No último censo nacional realizado pelo *Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE)*¹⁵, em 2005, a população nesta cidade era de 2.075.380 habitantes com uma estimativa e projeção para o ano de 2015, de 2.369.821 habitantes, sendo 1.236.307

¹² A *Universidad del Valle* se encontra localizada na Cidade de Santiago de Cali, *Valle Del Cauca* - Colômbia, por isso, dá-se ênfase a esta Universidade, levando em conta que a população analisada será de profissionais desta cidade, pois a Política Pública de Mulheres se desenvolve na mesma.

¹³ Eixo que faz parte da formulação da Política Pública para as mulheres de Cali: reconhecimento, equidade de gênero e igualdade de oportunidades de 2009 a 2020. Prefeitura de Santiago de Cali, Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Bem-estar Social. *Universidad del Valle*. Instituto de Educação e Pedagogia. Março de 2010. (Tradução nossa).

¹⁴ Os “Departamentos” correspondem à organização territorial da Colômbia, o que se chamaria no Brasil de “Estados”.

¹⁵ O *Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE)* é a entidade responsável pelo planejamento, levantamento, processamento, análise e difusão das estatísticas oficiais da Colômbia.

mulheres e 1.133.522 homens. Destaca-se na sua demografia que, apesar da maioria ser de raça mestiça, 26,2% pertencem à população afrocolombiana, identificando esta cidade como uma das cidades da América Latina com maior população de raça negra (ALCALDIA DE SANTIAGO DE CALI, 2015a).

É a terceira cidade mais populosa da Colômbia e a terceira mais importante, depois da Capital Bogotá e da Cidade de Medellín, não só pela quantidade de habitantes, mas por sua contribuição à economia nacional.

A cidade encontra-se dividida administrativamente em 22 *comunas* e 15 *corregimientos*¹⁶, sendo na sua maioria população urbana. Na distribuição por estratos socioeconômicos, 85% dos habitantes encontra-se nos *estratos* mais baixos (1,2,3). *Cali* apresentou uma taxa de desemprego de 11,5% no ano de 2015, identificando-se um decréscimo em comparação com os anos anteriores. A primeira causa de mortalidade da população é o homicídio, apresentando 1.555 casos no ano 2014, evidenciando problemas no âmbito social, além da questão de segurança (ALCALDIA DE SANTIAGO DE CALI, 2015a).

A cidade teve uma participação do Produto Interno Bruto (PIB) nacional de 4,5 (milhares de milhões em pesos colombianos), no ano de 2014. Entre suas atividades econômicas principais encontram-se: a agricultura, pecuária, pesca, exploração de minas, energia, gás, água, indústria manufatureira, construção, comércio, transporte, comunicações, financeiros, bens imóveis e serviços (DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2016).

Na zona industrial estão instaladas mais de 2.000 grandes empresas; o comércio se localiza nos centros comerciais ou shoppings da cidade, constituídos por cinemas, restaurantes, supermercados e boutique. No setor público, por exemplo, encontra-se a construção de grandes infraestruturas como o *Sistema Integrado de Transporte Masivo (SITM)*, chamado *Masivo Integrado de Occidente (MIO)* (ALCALDIA DE SANTIAGO DE CALI, 2015a).

Na educação, os dados mostram que do total da população, 3% tem *básica primaria*¹⁷ completa, incompleta ou nenhuma educação; 10% tem *básica secundaria*¹⁸ incompleta; 27% tem *secundaria completa*; 6% tem educação técnica ou tecnológica incompleta; 22% tem educação técnica ou tecnológica completa; 9%

¹⁶ O *Corregimiento* é o termo utilizado na Colômbia para definir um tipo de subdivisão da área rural dos municípios do país.

¹⁷ Semelhante ao Ensino Fundamental.

¹⁸ Semelhante ao Ensino Médio

tem graduação incompleta; 20% tem graduação completa, e; 3% tem pós-graduação (CÁMARA DE COMERCIO, 2015).

Frente à educação superior têm-se 24 instituições universitárias e universidades, das quais 18 são privadas e 6 são oficiais¹⁹. A *Universidad del Valle (UNIVALLE)* é uma das universidades oficiais, considerada a mais importante da cidade; é o principal centro acadêmico e investigativo do sul-ocidente colombiano. Seu campus universitário é o segundo maior do país depois da sede principal da *Universidad Nacional de Colômbia (UNAL)* em Bogotá. Apresenta uma demanda aproximada de 29.000 estudantes entre graduação e pós-graduação, incluindo as sedes regionais (DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, 2016).

Na parte cultural, a cidade é considerada como a “Capital Mundial da Salsa”, pois foi um ritmo que se posicionou desde as décadas de 1960 e 1970 nas classes populares, logo desenvolvendo seu próprio estilo musical e de dança, dando-lhe reconhecimento em nível nacional e internacional. Os festivais mais reconhecidos são *Festival de Música del Pacífico Petronio Álvarez*, *Festival Mundial de Salsa Cali* e a *Feria de Cali*. Além disso, conta com centros culturais, teatros, museus e bibliotecas que permitem desfrutar das atividades culturais e descobrir a história e costumes da cidade e sua população (ALCALDIA DE SANTIAGO DE CALI, 2015a).

No esporte, a cidade é reconhecida pelas suas contribuições ao esporte nacional e pela história de seus atletas. Os eventos esportivos mais importantes desenvolvidos na cidade foram os VI Jogos Pan-americanos em 1971 e IX Edição dos Jogos Mundiais de 2013. Tem reconhecimento nos esportes de futebol, boxe, levantamento de peso, patinação, atletismo, natação, futebol de salão e ciclismo (ALCALDIA DE SANTIAGO DE CALI, 2015a).

Considerando que esta pesquisa se volta, principalmente, ao eixo da saúde é preciso contextualizar como funciona o sistema de saúde na Cidade de Cali. Este sistema de saúde é regido pela *Ley 100 de 1993*²⁰, pela qual se cria o sistema de seguridade social integral, que procura garantir uma qualidade de vida, conforme a dignidade humana. Este sistema é dividido em quatro componentes principais:

¹⁹ Na Colômbia as universidades oficiais, diferentemente de outros países, não são gratuitas. O pagamento é realizado segundo o extrato socioeconômico do estudante.

²⁰ A *Ley 100 de 1993* e seus impactos na sociedade colombiana serão abordados no segundo capítulo.

Sistema Geral de Pensões, Sistema Geral de Seguridade Social em Saúde, Sistema Geral de Riscos Laborais e Serviços Sociais complementários (COLÔMBIA, 1993).

O *Sistema General de Seguridad Social en Salud (SGSSS)* está composto por dois regimes, o Contributivo (privado) e o Subsidiado (público/privado). (ANEXO B). No primeiro estão as pessoas que têm vínculo empregatício, ou seja, que tem capacidade de pagar como trabalhadores formais e independentes, aposentados e suas famílias, onde mensalmente fazem uma contribuição em dinheiro, dependendo do seu salário. O segundo é o mecanismo pelo qual a população com menos recursos econômicos do país, sem capacidade de pagar, têm acesso aos serviços de saúde através de um subsídio que o Estado oferece (COLÔMBIA, 1993).

O *Plan Obligatorio de Salud (POS)* é uma ferramenta criada pelo SGSSS, que estabelece os benefícios aos quais têm direito as pessoas filiadas neste Sistema, ou seja, que estabelece quais são os procedimentos, serviços e medicamentos que as pessoas têm direito. No caso dos subsidiados, estes têm acesso aos benefícios do POS sem nenhum custo, mas com prévia autorização da entidade de saúde. No caso dos contributivos, paga-se uma cota básica para seu acesso, segundo seu tipo de afiliação e renda salarial²¹ (MINISTERIO DE SALUD Y PROTECCIÓN SOCIAL, 2017).

O Estado utiliza o *Sistema de identificación y clasificación de potenciales beneficiarios de programas sociales (SISBEN)*²², para classificar as pessoas que apresentam baixos níveis econômicos e que podem ser vinculadas no regime subsidiado. Para fazer esta classificação, consideram-se três níveis de pobreza (1,2,3), avaliadas segundo o acesso aos serviços de água, rede de esgotos, energia elétrica, coleta de lixo, características físicas do banheiro²³, acesso a linha telefônica, nível de analfabetismo, anos de escolaridade e o serviço de saúde do bairro (MINISTERIO DE SALUD Y PROTECCIÓN SOCIAL, 2017).

Cada pessoa é responsável pela sua filiação ao sistema de saúde através de uma *Entidad Promotora de Salud (EPS)*, que são empresas privadas que se encarregam de administrar as filiações dos beneficiários. Cada EPS contrata aos

²¹ Vale esclarecer, que no caso dos contributivos, além do pago mensal do serviço de saúde devem fazer um pagamento adicional (cota básica), no momento do atendimento médico e no acesso aos medicamentos.

²² Este é um sistema técnico de informação que é desenhado pelo governo nacional com o propósito de identificar e classificar os lares, famílias e pessoas, conforme as suas condições de vida.

²³ Por exemplo, observar se utilizam latrinas ou vaso sanitário.

provedores ou as instituições que oferecem o serviço de saúde, que são as *Instituciones Prestadoras de Servicios (IPS)* e as *Empresas Sociales del Estado (ESE)*.

Na Cidade de Cali, o sistema de saúde público conta com 84 redes de saúde, 11 hospitais públicos²⁴, 48 postos de saúde e 25 centros de saúde. Este sistema funciona como uma rede; fazem parte dessa rede cinco ESE municipais que são Centro, Norte, Ladeira, Oriente e Sul-oriente (APÊNDICE A). Cada uma conta com um centro hospital de nível I e com postos e centros de saúde, distribuídos por todas as *comunas*, cobrindo toda a população de Cali. Além desta rede, a população conta com outros seis hospitais, entre eles encontra-se a *ESE Departamental Hospital Universitario del Valle Evaristo Garcia*²⁵, que é o maior hospital público da cidade e considerado o mais importante no sul-ocidente colombiano. Encontra-se vinculado à UNIVALLE, já que o Hospital é a instituição educativa para a realização dos estágios dos estudantes das Ciências da Medicina, da Saúde e alguns das Ciências Sociais (ALCALDIA DE SANTIAGO DE CALI, 2015a).

Na saúde pública, um dos fenômenos sociais mais relevantes é a violência contra a mulher, além da falta de reconhecimento, igualdade e equidade na vida social, econômica e política das mulheres na cidade, evidenciadas principalmente nas relações de gênero. Ressalte-se, que em comparação com alguns anos atrás, as mulheres ganharam maior relevância social e seu papel é reconhecido como importante nos diferentes âmbitos sociais e políticos, porém, continuam se apresentando situações de discriminação e desigualdade vinculadas às diferenças de gênero.

Nesses termos, apesar de estarem mais escolarizadas do que os homens, sua vinculação laboral e sua renda recebida é menor que a obtida por estes. Por exemplo, segundo os dados do observatório laboral para a educação, durante o período de 2011-2014, as mulheres se formaram em maior quantidade em carreiras de nível tecnológico, graduação (ou licenciatura) e especialização (ou *lato sensu*). Por outro lado, os homens se formaram em maior proporção em carreiras de nível técnico e pós-graduação (ou *stricto sensu*) (GRADUADOS COLOMBIA, 2016). Nesta medida, identifica-se maior participação das mulheres na educação, todavia,

²⁴Dos quais cinco são do nível I (básico), quatro do nível II (meio), e dois do nível III (alto).

²⁵Hospital do nível III.

os homens ao obter maior grau de educação, recebem melhores salários e têm melhor vinculação laboral.

Segundo o Departamento Nacional de Estadística (2016), para o trimestre de setembro-novembro de 2016, a taxa de ocupação para os homens foi 70,6% e para as mulheres foi 49,8%. A taxa de desemprego das mulheres apresentou 10,4% e os homens 6,3%. A posição ocupacional de maior participação foi trabalhador por conta própria, em nível nacional foi de 43,2% para os homens de 44,7% e as mulheres com 41,3%. A principal atividade para as mulheres ocupadas foi o comércio, hotéis e restaurantes com 34,5% e para os homens foi agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca com 22,8%.

A desigualdade também se reflete na representação e participação política, pois as mulheres têm direito de votar e serem eleitas, mas seu nível de participação não é suficiente em comparação com a quantidade de homens que são eleitos para representar um cargo público.

Por exemplo, a participação nas organizações, como partidos e movimentos políticos tem-se destacado por apresentar maior participação por parte dos homens do que pelas mulheres. No ano de 2015, a participação de mulheres em partidos e movimentos políticos em um mês foi de 1,7% e os homens de 2,1%, a participação em um ano foi de 2,8% para mulheres e 4,5% para homens. Nos casos em que nunca tivessem participado destas organizações, as mulheres receberam a taxa maior com 93,4% e os homens com 92,1%²⁶.

No âmbito privado (familiar), o papel das mulheres na cidade mudou, agora são protetoras e cuidadoras das crianças e, além disso, são provedoras econômicas e chefes da família, ou seja, cabe às mulheres a dupla função de assalariada e cuidadora do lar²⁷.

Por outro lado, nos casos de violências contra as mulheres, apresentam-se elevadas taxas de homicídios e feminicídios na cidade (Tabela 1).

²⁶ Pesquisado do *Cuadro 1. Colombia cabeceras municipales. Porcentaje de personas de 18 años y más, por sexo, según frecuencia de asistencia a reuniones de organizaciones voluntarias*. Disponível em: <<http://www.dane.gov.co>>

²⁷ Considerando que alguns anos atrás as mulheres tinham o papel de cuidadoras do lar, sendo os homens os provedores econômicos.

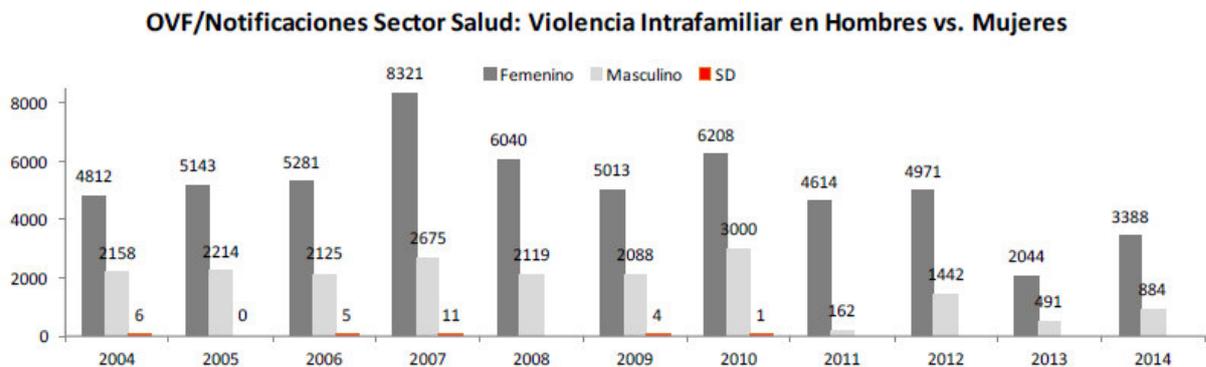
Tabela 1 - Homicídios e Feminicídios de mulheres em Cali anos 2010-2014

Año	Homicidio en Mujeres	Feminicidios	Población	Tasa de Homicidios en Mujeres	Tasa de Feminicidios
2010	109	29	510328	21,4	5,7
2011	116	24	509027	22,8	4,7
2012	93	13	507779	18,3	2,6
2013	121	33	506612	23,9	6,5
2014	98	26	505608	19,4	5,1

Fonte: Observatorio Social. Secretaria de Gobierno, Convivencia y Seguridad

Ainda que existam leis que protegem a mulher em situações de abuso, maltrato e violência familiar, segue apresentando-se uma maior proporção de casos de mulheres agredidas, principalmente por seu cônjuge (Gráfico 1). E no nível de saúde, só para mencionar um aspecto, apesar dos múltiplos benefícios que têm as mulheres grávidas quanto à lei, continua apresentando-se a falta de atenção oportuna e casos de mortalidade pela falta de acesso ao serviço de saúde, principalmente das mulheres de baixo nível socioeconômico (CALI, 2010b).

Gráfico 1- Violência Intrafamiliar em Homens vs. Mulheres



Fonte: Observatorio Social (Secretaria de Gobierno). Análisis para la Prevención Sostenible de la Violencia contra las Mujeres. Datos 2004-2015.

Notas: OVF: Observatório de Violência Familiar, SD: Sem Dado.

Como se falou anteriormente, segundo o censo de 2005 do DANE, Cali tem 2.075.380 habitantes, onde as mulheres representam 52% e os homens 48%, sendo a maioria da população mulheres. Desta porcentagem, mais de 50% das mulheres estão na faixa etária entre 10 e 49 anos, portanto, a maioria encontra-se em idade para a vinculação de trabalho e está em idade fértil²⁸ (Tabela 2).

²⁸ Plan de Desarrollo 2008-2011. Alcaldía de Santiago de Cali.

Tabela 2 - Distribuição da população segundo idade e sexo²⁹

Sexo	Idade em Grupos Decenais									Total
	0 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos ou mais	
Homem	184,245	191,991	171,818	144,751	123,959	78,218	46,841	27,387	10,32	979,53
Mulher	178,293	195,051	192,759	166,194	148,534	97,736	61,369	38,782	17,132	1095,85
Total	362,538	387,042	364,577	310,945	272,493	175,954	108,21	66,169	27,452	2075,38

Fonte: DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, 2005.

Neste sentido, nota-se que sendo as mulheres a maioria da população de Cali são as que mais estão expostas a violações de direitos, sendo preciso implementar políticas e leis dirigidas às mulheres (crianças, adolescentes, jovens adultas e idosas) que promovam seus direitos e seu desenvolvimento integral, como forma de avançar à equidade e igualdade esperada.

Dessa forma, formulou-se uma POLÍTICA PÚBLICA PARA A EQUIDADE DE GÊNEROS, A INCLUSÃO E O RECONHECIMENTO DAS MULHERES NA CIDADE DE SANTIAGO DE CALI DE 2009 a 2020, para promover a igualdade e equidade, levando a situação da mulher a público, integrando suas questões à agenda social do Governo.

Essa política pública é caracterizada pelo árduo trabalho das mulheres organizadas e seus movimentos sociais para reivindicar seus direitos, as quais se mobilizaram pela busca da equidade e igualdade, em contraposição a discriminação das pessoas, enfrentando diferentes setores da sociedade, como o econômico, o político, o cultural e o social, que estão envolvidos por uma cultura machista e uma ideologia patriarcal, onde privilegiam outras dinâmicas de seu interesse. Neste sentido, as mulheres da Cidade de Cali reivindicaram para que a política pública fosse um processo de criação coletiva para consolidar e ampliar sua cidadania, ao reconhecer, garantir e proteger seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, sexuais e reprodutivos e, além disso, de fortalecer a sustentabilidade e legitimidade das ações propostas, mesmo tendo que enfrentar a falta de interesse de alguns governos e as lógicas do sistema capitalista que dinamiza o Estado.

²⁹ Tradução nossa sobre toda a tabela.

Essa política pública para as mulheres tem como objetivo principal:

Garantir a todas as mulheres o gozo pleno de seus direitos humanos e o exercício de sua cidadania, sem distinção de etnia, raça, idade, identidade/expressão de gênero, orientação sexual, religião, opção política, procedência, condição física ou mental, ou estrato socioeconômico, com o propósito de aprofundar o desenvolvimento com equidade de gênero e igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres. (CALI, 2010a, p. 1, tradução nossa).

A política prioriza nove eixos, considerando as necessidades mais sentidas das mulheres, evidenciadas na “agenda”³⁰, através de treinamentos educativos. Estes eixos são os seguintes:

- a) Eixo 1: Participação e representação política das mulheres;
- b) Eixo 2: Mulheres, educação, comunicação e cultura;
- c) Eixo 3: Mulheres e economia;
- d) Eixo 4: Saúde integral, direitos sexuais e reprodutivos, recreação e esporte;
- e) Eixo 5: Vida digna livre de violências contra as mulheres e acesso à justiça;
- f) Eixo 6: Mulheres em situação de deslocamento forçado;
- g) Eixo 7: Mulheres e equidade étnico-racial;
- h) Eixo 8: Diversidade sexual e de gênero das mulheres;
- i) Eixo 9: Mulheres, território, ambiente e mobilidade.

Considerando que a presente pesquisa encontra-se centrada no âmbito da saúde, esta política pública identifica como seu principal objetivo no eixo “Saúde”, a fim de garantir o direito das mulheres a usufruir de uma saúde plena através do acesso equitativo dos serviços, consultando suas necessidades e interesses. Algumas de suas estratégias para o cumprimento deste objetivo são que as mulheres desfrutem de uma saúde integral, através do acesso aos serviços com qualidade, onde os programas e projetos incluam seus interesses e que o desenvolvimento de potencialidades para o cuidado da saúde seja fortalecido por meio de uma perspectiva de gênero. Neste sentido, a relação que estabelece esta política pública entre os serviços integrais para as mulheres e a perspectiva de gênero, permite elucidar a importância dos estudos de gênero na área da saúde (CALI, 2010b).

³⁰ Movimento que faz parte do processo das políticas públicas, tema que será abordado no segundo capítulo.

A partir dos elementos expostos deu-se o caminho para a construção do objeto de estudo desta pesquisa, referente à intervenção no social das/os trabalhadoras/es sociais na área da saúde pública da Cidade de Cali. Mas para a compreensão deste objeto ressaltam-se os pontos a seguir.

Primeiro, a Política Pública para as Mulheres (PPM) da Cidade de Cali é transversal a outras políticas sociais, isso quer dizer que suas linhas de ação devem ser implementadas nas políticas educacionais, de saúde, participação, justiça, diversidade sexual, dentre outras. Além disso, a PPM tem seus próprios programas e projetos a serem implementados. Concretamente, o eixo “Saúde” ainda não conta com algum programa ou projeto, porém tem estabelecidos os protocolos de atendimento às Mulheres em Situação de Violência (MSV), que estão sendo implementados nas diferentes redes de saúde da cidade (ANEXO C).

Segundo, estes protocolos também determinam, quais devem ser as ações da equipe interdisciplinar que tratam os casos de MSV. Nesta equipe são inclusos as/os profissionais de Trabalho Social, os quais devem cumprir com determinadas funções nestes casos.

Terceiro, um dos requerimentos desses protocolos é a atenção às MSV desde uma perspectiva de gênero. Portanto, e considerando o estudo aqui realizado, as/os profissionais de Trabalho Social que desempenham seu exercício profissional na área da saúde pública, que atendem estes casos de mulheres devem usar a perspectiva de gênero na sua intervenção social.

Por fim, o objeto de estudo tem como foco a saúde pública por dois motivos centrais, um pela intenção de trabalhar o âmbito da saúde vinculada ao Estado, ou seja, as ESE (como hospitais, centros e postos de saúde) e, pela obrigatoriedade que determina o Estado a implementar as políticas públicas. O outro motivo é a necessidade de delimitação do objeto de estudo, neste sentido, o eixo “Saúde” da PPM trabalha vários temas, mas interessa à pesquisa olhar sobre os casos de violência contra a mulher.

Nesse sentido, surgiram as seguintes questões que orientaram a pesquisa:

- a) Como se desenvolve a intervenção social das/os trabalhadoras/es sociais na área da saúde?
- b) Que enfoques ou perspectivas usam na intervenção social?
- c) Que conhecem as/os profissionais sobre a perspectiva de gênero?

- d) Como utilizam a perspectiva de gênero na sua intervenção social?
- e) Que bases teórico-metodológicas tem as/os trabalhadoras/es sociais para intervir desde a perspectiva de gênero?
- f) Como fundamenta este saber ou conhecimento no processo de formação das/os trabalhadoras/es sociais?
- g) Que conhecem as/os profissionais sobre a PPM?
- h) Como são vistas as ações das/os profissionais a partir da PPM?
- i) Como se apresenta a relação entre Trabalho Social e as Políticas Públicas?

Dessa forma, a pesquisa pretende analisar a perspectiva de gênero na intervenção no social das/os trabalhadoras/es sociais na área da saúde na Cidade de Cali-Colômbia. Para o cumprimento deste principal objetivo foram formulados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar o contexto social do Trabalho Social na Cidade de Cali-Colômbia, destacando a história, determinações, características e fundamentos da profissão, desvendando o uso; ou não, da perspectiva de gênero nas/os profissionais;
- b) Conhecer e identificar as concepções e conhecimentos que têm as/os trabalhadoras/es sociais, frente à perspectiva de gênero;
- c) Analisar o processo de intervenção no social das/os profissionais de Trabalho Social, identificando suas características, dinâmicas, enfoques, estratégias e ferramentas usadas;
- d) Discutir a relação que existe entre a intervenção no social com a PPM, principalmente do eixo “Saúde” e como nesta relação se transversaliza a perspectiva de gênero.

Para efetivar este estudo foi preciso estabelecer uma rota metodológica como guia para o caminho a seguir. Primeiramente, esta dissertação propôs-se analisar o objeto de estudo através do método do materialismo histórico-dialético, pois se considerou como o mais adequado, já que forneceu os elementos necessários para analisar as ações dos profissionais de Trabalho Social, desde suas determinações, dentre elas o contexto social do surgimento e transformação do Trabalho Social na Cidade de Cali-Colômbia, as mediações entre o Estado capitalista, as instituições estatais de saúde e suas contradições com intervenção social das/os profissionais de Trabalho Social. Destaca-se que para o

desenvolvimento de uma pesquisa é preciso estabelecer o método que vai orientá-la, pois este permite tomar uma determinada posição ou perspectiva em relação ao objeto de estudo e, assim, extrair dele suas múltiplas determinações (NETTO, 2011).

Neste sentido, o materialismo histórico-dialético compreende a realidade como totalidade, não como um “todo” constituído por “partes”, mas como uma totalidade concreta complexa constituída por totalidades de menor complexidade, onde seu caráter dialético permite evidenciar seu constante movimento e mudança. Portanto, os fatos sociais não são inertes, independentes ou autônomos, eles estão em constante movimento, determinados pelas ações dos seres humanos, que como ser social produz e reproduz a realidade, portanto, podendo transformá-la (MARX, 2007). Desta forma, este método permite analisar as ações dos sujeitos e o desenvolvimento destas ações e não só considerar o que pensam com respeito aos seus atos, trata-se de ir da existência à consciência, da aparência à essência³¹.

Este estudo foi orientado pelo corte qualitativo para conhecer em profundidade a opinião das/os profissionais a respeito de sua intervenção social. Neste sentido, a técnica utilizada foi a entrevista semi-estruturada realizada com 10 profissionais (dois homens e oito mulheres) que cumpriam com o perfil do estudo, ou seja, profissionais de Trabalho Social da área da saúde pública, formados na UNIVALLE, com experiência no campo da saúde de, no mínimo, um ano e, que estivessem trabalhando casos de mulheres em situação de violência. A quantidade de pessoas entrevistadas definiu-se pelo critério do ponto de saturação, que no caso desta pesquisa foi no momento em que os dados começaram a se repetir. Para levar a cabo as entrevistas e, seguindo as diretrizes do Código de Ética foi necessário que as/os profissionais assinassem o Termo de Consentimento, mediante o qual aceitaram sua participação livre e deram a devida autorização para a utilização dos áudios recolhidos para a análise desta pesquisa.

Como em todo processo de pesquisa apresentaram-se dificuldades, principalmente na realização das entrevistas. A primeira dificuldade encontrou-se na distância, pois não é fácil desenvolver uma pesquisa onde a pesquisadora estuda em um país e o objeto que se pretende estudar encontra-se em outro. Neste caso, a pesquisa foi desenvolvida na Colômbia, mas a pesquisadora encontrava-se realizando o mestrado no Brasil. Portanto, programar viagens, entrevistas, conseguir

³¹ Segundo a teoria marxista, a aparência é aquilo que se apresenta na realidade como se fosse o verdadeiro, a essência, é aquilo que não se pode ver a simples vista, mas é o realmente verdadeiro.

contatos, visitar as instituições, conseguir informação e bibliografia foi um processo longo e complexo.

Outro ponto foi a falta de atenção e a pouca informação recebida por parte da Secretaria de Saúde de Cali, onde os funcionários públicos não contavam com tempo suficiente para oferecer um atendimento pessoal, onde as solicitações de informação deviam ser feitas de forma oficial (através do direito de petição) e, além disso, a dificuldade de encontrar informação sobre as instituições de saúde que tinham profissionais em Trabalho Social, já que o sistema de saúde atual não centraliza a informação dos profissionais contratados, mas cada instituição de saúde deve funcionar como uma empresa individual administrativamente.

Outra situação foi a crise em que vive, neste momento, o maior hospital da cidade, *Hospital Universitario del Valle*, pois as instituições públicas vêm sendo afetadas pelas leis e normas em saúde, já que não recebem o orçamento suficiente para sua manutenção e, além disso, o Governo prioriza o atendimento das instituições privadas. Para piorar o problema, o hospital demitiu pessoal técnico e vários profissionais, dentre eles, trabalhadoras/es sociais e, ainda, há uma perspectiva de que a instituição seja privatizada. Neste sentido, dos contatos que se tinham das/os profissionais desta instituição, nenhum teve condições de realizar uma entrevista.

Outra dificuldade foi realizar contato direto com cada hospital para a obtenção da informação requerida, sobre se tinham ou não profissionais de Trabalho Social e se podiam fazer parte da pesquisa. Alguns deles nunca deram resposta e quando davam resposta, demoravam muito tempo em aprovar a realização das entrevistas, sendo uma das causas a falta de tempo das/os profissionais. Igualmente, a falta de estabilidade laboral destes profissionais também incidiu na dificuldade de realizar as entrevistas.

Depois de superadas essas dificuldades, as/os profissionais de Trabalho Social foram selecionados de acordo com o perfil requerido para esta pesquisa, encontrando-se a seguir, as características de cada entrevistada/o (Quadro 1).

Quadro 1 – Caracterização das/os profissionais de Trabalho Social entrevistados³²

#	Letra Atribuída	Sexo	Idade	Período de Formação Universitária	Anos na Instituição	Área de Trabalho	Unidade de Saúde	Rede de Saúde
1	A	Masculino	44	1997-2004	4 anos	SIAU	Hospital Carlos Carmona	Sul-oriente
2	B	Feminino	36	1997-2004	1 ano	Emergência, consulta externa, PAPSIVI	Centro de Saúde Siloé	Ladeira
3	C	Feminino	40	1994-2002	5 anos	Unidade de Saúde Mental	Centro de Saúde Siloé	Ladeira
4	D	Feminino	35	2005-2012	1 ano 1/2	SIAU, Unidade de Saúde Mental	Centro de Saúde El Diamante	Oriente
5	E	Feminino	34	?-2007	7 anos	SIAU	Centro de Saúde El Vallado	Oriente
6	F	Feminino	46	2000-2008	7 anos	Pediatria, medicina interna, emergência, Programa de Recuperação Nutricional	Hospital Departamental Mario Correa Rengifo	Não pertence à rede
7	G	Feminino	32	2006-2014	2 anos	PAPSIVI	Posto de Saúde Ciudad Córdoba	Oriente
8	H	Masculino	54	Não deu a informação	22 anos	SIAU	Hospital Primitivo Iglesias	Centro
9	I	Feminino	54	1985-1991	12 anos	SIAU	Hospital Carlos Holmes Trujillo	Oriente
10	J	Feminino	33	2006-2013	1 ano 9 meses	SIAU	Centro de Saúde Desepaz	Oriente

Fonte: Elaborado pela autora.

Como parte complementar da análise da pesquisa usou-se a técnica de revisão bibliográfica e documental para desvendar os diferentes fatos históricos que acompanharam o processo de criação e formação do Trabalho Social em Cali e na Colômbia, e para compreender os aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais que acompanharam os processos de intervenção no social da PPM, da saúde e da perspectiva de gênero. Igualmente esta revisão permitiu fortalecer e aprofundar os conhecimentos sobre os conceitos aqui trabalhados, considerando as contribuições teórico-conceituais e metodológicos dos autores e autoras utilizados.

Quanto à análise da informação como primeira medida designou-se uma letra a cada entrevistada/o para identificá-la/o dentro da pesquisa, respeitando o termo de consentimento. Procuraram-se autores/as que trabalharam as temáticas desenvolvidas nesta pesquisa desde um olhar ou perspectiva crítica, tentando ser coerente com o método escolhido. Por exemplo, no desenvolvimento do tema do Trabalho Social, apesar dos múltiplos autores/as que trabalham com a história da

³² A Rede de Saúde Oriente é a ESE com mais postos e centros de saúde, pois as comunas que atende apresentam um número maior de população e, além disso, é a população que apresenta uma qualidade de vida mais baixa da cidade.

profissão, principalmente na Colômbia, trabalhou-se com aqueles que tem discutido o Trabalho Social colombiano a partir de uma perspectiva histórico-crítica, tentando dar importância a esta perspectiva, pois é pouco utilizada no país.

Foi assim como se analisou o trabalho do autor Juan Pablo Sierra Tapiro (2012), que desenvolveu uma dissertação de mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizando uma análise sobre o Trabalho Social na Colômbia a partir da crítica marxista, como uma proposta de renovação da profissão; e das autoras Diana Ramírez Duarte e Monica Castañeda Gómez (2011) que realizaram o artigo *Encuentros y Rupturas en la historia de Trabajo Social en Brasil y Colombia*, fazendo uma comparação entre os dois países, resgatando a ruptura entre eles no desenvolvimento de perspectivas teóricas e metodológicas.

Nesta pesquisa, além desses autores/as, identificam-se outros/as que também promovem e debatem a partir da teoria crítica, tanto na categoria de Trabalho Social, quanto na perspectiva de gênero e nas políticas públicas. Neste sentido, o trabalho realizado ao longo da dissertação evidencia uma articulação entre teoria e empiria, dando voz às pessoas entrevistadas, demonstrando a importância das contribuições das mulheres nos momentos históricos identificados nesta pesquisa e analisando os diversos determinantes que fizeram parte do objeto de estudo.

Assim, a integração das categorias de análise com as bases teórico-conceituais e junto com as percepções e concepções das/os profissionais entrevistadas/os, levaram a desvendar situações talvez pouco discutidas, tanto na formação, quanto na prática profissional de Trabalho Social na área da saúde, não pela razão de não serem importantes, mas porque a falta do desenvolvimento de teorias críticas não permite ver aquilo que se apresenta na essência.

Nesse sentido, identificou-se que a criação das Escolas de Trabalho Social no país obedeceu a um conjunto de interesses, dentre os quais se encontram a população, as elites da sociedade, a Igreja e o Estado, sendo este último identificado e marcado pelo interesse de manter um *status quo* da ordem social e de acalmar as lutas sociais que se dão pelas desigualdades históricas.

Assim, no percurso histórico desenvolvido sobre os processos de mudança e transformação da profissão evidenciou-se a tendência da formação e a prática profissional a dar resposta à questão social, sem problematizar a sociedade

capitalista. Como falado anteriormente, a formação das guerrilhas e seu fortalecimento ao longo dos séculos XX e XXI, deu lugar a uma estigmatização frente à ideologia de esquerda, através de um discurso gerado pela elite colombiana e pelos conservadores, desvirtuando as teorias marxistas e críticas, influenciando, assim, a falta destas perspectivas em profissões como o Trabalho Social.

Nessa medida, não foram deixadas de lado apenas perspectivas críticas, mas outras teorias e conceitos que podiam e podem debater sobre a realidade e compreender os fenômenos, como faz a categoria de gênero.

Este panorama evidencia-se na formação e prática profissional das/os trabalhadoras/es sociais na atualidade, pois apesar de mostrar avanços no reconhecimento e utilização de novas teorias, continuam os vazios teórico-conceituais.

Por exemplo, na intervenção social das/os profissionais de Trabalho Social na área da saúde, evidencia-se o uso de alguns elementos da perspectiva de gênero como parte da implementação da PPM, através da realização dos protocolos de atendimento para as MSV. Estes conhecimentos sobre a perspectiva de gênero, na sua maioria, encontram-se vinculados com os treinamentos dados pela instituição de saúde, pela Secretaria Municipal de Saúde e pela formação adicional obtida por cada profissional.

Embora esses profissionais utilizem alguns elementos da perspectiva de gênero é evidente a preferência do uso de ferramentas e técnicas vinculadas a Psicologia e Psiquiatria. Nesse contexto, percebe-se a necessidade de fortalecer e fundamentar mais os conhecimentos sobre a perspectiva de gênero e os estudos de gênero, para avançar na visão crítica e no aproveitamento das contribuições que podem gerar na compreensão da família, das comunidades, das relações sociais e como ferramenta na prática profissional.

A respeito da perspectiva de gênero ressalta-se que, alguns dos aspectos mais difíceis na intervenção social identificados pelas/os profissionais entrevistadas/os foram os discursos e crenças estabelecidos social e culturalmente sobre o papel da mulher na sociedade, que no caso da Cidade de Cali são discursos que evidenciam o papel submisso da mulher e a posição privilegiada dos homens. Neste caso, o atendimento às MSV pode apresentar maiores dificuldades por conta destes discursos e crenças, evidenciados tanto nos sujeitos beneficiários, quanto nos funcionários da instituição da saúde.

Por outro lado, identifica-se que a implementação de políticas sociais não é suficiente para gerar mudanças nos âmbitos social e cultural, o que evidencia a necessidade de outros elementos que ajudem a desvendar os diferentes determinantes sociais, econômicos e políticos, nos quais envolvem-se os sujeitos e a situação dita como “problema”. Igualmente, a implementação de políticas sociais em uma sociedade que privilegia as políticas neoliberais implica contradições e conflitos imanentes do sistema capitalista, onde a intervenção social das/os trabalhadoras/es sociais encontra-se entre os interesses das classes dominantes (interesses do Estado capitalista) e as demandas das classes populares, dificultando seu exercício profissional, ficando muitas vezes como reprodutor do sistema, realizando atividades sem uma reflexão pertinente das ações desenvolvidas.

A partir da análise da realidade concreta pode-se pensar na criação e implementação de estratégias alternativas, onde profissionais das diferentes áreas do conhecimento junto com a população, comunidade e movimentos sociais possam procurar processos de transformação e mudança, que permitam pelo menos avanços no acesso aos direitos, a partir do conhecimento destes.

Essas e outras conclusões foram desenvolvidas a partir da análise realizada nesta pesquisa, que conta com três capítulos. No primeiro capítulo faz-se um recorte histórico dos principais fatos que envolveram a criação e transformação de Trabalho Social em Cali e na Colômbia, procurando informações diretamente das fontes históricas da Colômbia, identificando aspectos como o econômico, político, social, cultural, religioso, que mais tiveram relação com a profissão e seu desenvolvimento.

Ao olhar sobre a história foram considerados os fatos nos quais as mulheres foram protagonistas, desvendando seu processo de luta e a consecução de seus direitos, isto tentando elucidar como foi essa transformação da intervenção social das/os profissionais, sua relação com os objetivos alcançados pelas mulheres da sociedade e, finalmente, a relação do processo de formação com a categoria gênero.

No segundo capítulo, desenvolve-se a categoria de políticas públicas em relação com o Trabalho Social, na qual foi necessário um olhar sobre o conceito de Estado, seus determinantes e seu vínculo com as políticas públicas e sociais. Logo após, desenvolve-se a análise sobre o Estado capitalista colombiano e os processos das políticas sociais, identificando seu caráter contraditório, na qual se tomou a

exemplo, a política social em saúde. Depois, faz-se uma breve descrição sobre as leis em saúde e a normatividade sobre o atendimento nos casos de MSV.

Igualmente, identificam-se os protocolos de atendimento da PPM na área da saúde, fazendo evidentes suas dificuldades. Finalmente, discute-se o papel das/os trabalhadoras/es sociais nessa relação Estado-Políticas Sociais, considerando que o exercício profissional está ligado a implementação das políticas estatais.

No terceiro capítulo, analisa-se e relacionam-se duas categorias, intervenção no social e a perspectiva de gênero. Em um primeiro momento desenvolve-se a definição da intervenção no social, olhando sobre ela desde sua configuração como parte do exercício profissional, evidenciando sua relação no setor da saúde. Logo após, identifica-se o processo de intervenção social levado a cabo pelos profissionais entrevistados, olhando suas dinâmicas, estratégias, ferramentas usadas e suas ações desenvolvidas nos casos de mulheres em situação de violência.

Em um segundo momento, identifica-se a definição e configuração do conceito gênero e perspectiva de gênero, tentando elucidar os momentos mais relevantes de sua transformação. A seguir, descrevem-se os conceitos, conhecimentos e perspectivas que têm as/os profissionais de Trabalho Social, frente à perspectiva de gênero para dar caminho à discussão sobre a possível evidência da perspectiva de gênero na intervenção social destes profissionais, identificando seus determinantes, características, aproximações e dificuldades. Finalmente, analisa-se a intervenção no social das/os trabalhadoras/es sociais à luz da PPM, tentando evidenciar, se as ações desenvolvidas pelas/os profissionais podem ser consideradas como uma forma de implementação e, se nessa relação perpassa a perspectiva de gênero.

1 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO TRABALHO SOCIAL EM CALI - COLÔMBIA

Este capítulo apresenta um breve recorte sócio-histórico dos principais fatos ocorridos no processo de criação, formação e transformação da profissão de Trabalho Social na Colômbia, com ênfase na Cidade de Cali por ser a localidade na qual se centrou esta pesquisa, portanto alguns fatos do contexto local também foram abordados.

Igualmente, nesse percurso, ressaltou-se em cada momento histórico o papel das mulheres na sociedade. Em primeiro lugar, pretende-se abordar o surgimento da primeira Escola de Serviço Social na Colômbia, destacando os acontecimentos sociais que tiveram incidência na sua criação e o papel da mulher na época.

Em segundo lugar, destacam-se os fatos sociais e o papel da mulher, mas vinculados à criação da Escola de Serviço Social na Cidade de Cali. Logo após, aborda-se um fato histórico importante para a transformação do Serviço Social, a saber, o movimento da Reconceituação. Em seguida, ressaltam-se os acontecimentos ocorridos com o advento do Neoliberalismo no país e suas implicações para a profissão e a criação da nova Constituição Política da Colômbia, que promulgava um país mais democrático e que reivindicava os direitos sociais das cidadãs e dos cidadãos colombianos. Por último, destaca-se a atualidade do Trabalho Social, seu componente formativo, suas mudanças no currículo e seus possíveis vínculos com a perspectiva de gênero.

1.1 Do Colonialismo à Industrialização e à Primeira Escola de Serviço Social

Segundo os autores Yamamoto e Carvalho (2008), a compreensão e a apreensão do significado histórico de Trabalho Social se apresentam através de um processo do conhecimento da sociedade, pois ela é determinada a partir da divisão social do trabalho. Portanto, a profissão só existe em condições e relações sociais historicamente determinadas, sendo a partir da compreensão destas que se pode alcançar o significado social das ações exercidas pelas/os profissionais, para além do que se apresenta no discurso e desvendando como contribuiu na continuidade contraditória das relações sociais. Nesta medida, ressalta-se a importância de

analisar o contexto social que envolve a profissão, resgata-se aqui a história do Trabalho Social em Cali e na Colômbia.

Para começar a falar sobre a história do Trabalho Social na cidade de Cali, retomar-se-ão alguns acontecimentos nacionais para entender e compreender o surgimento da profissão em nível local. Neste sentido, cabe ressaltar que o primeiro curso na Colômbia foi chamado de Escola de Serviço Social, tendo seu surgimento em 22 de outubro de 1936, permanecendo anexa ao Colégio Maior de Nossa Senhora do Rosário, fundada pela Senhorita Maria Carulla, na Cidade de Bogotá (capital da Colômbia). Essa Escola deu início a suas atividades acadêmicas em abril de 1937, conseguindo a aprovação do Ministério de Educação Nacional um ano e meio depois, quando foi autorizada para outorgar o título de visitadoras sociais.

Contudo, o que acontecia no contexto sócio-histórico da época? Até os anos de 1920, o país ainda conservava muitas características da época colonial. A maioria das pessoas morava no campo e eram analfabetas, viviam em pobreza extrema, encontrando-se excluídos da vida política e social (ARIAS, 2011). Os principais centros urbanos pareciam grandes povoados rurais, pois sua arquitetura e demografia não apresentavam mudanças desde a Colônia. Na situação política, o Partido Conservador³³ continuava no poder desde a proclamação da Constituição Política de 1886, na qual promovia uma centralização política autoritária com influência católica, não permitindo as liberdades individuais, onde a “modernidade” era vista como uma ameaça (ARIAS, 2011). O Partido Liberal, seu maior rival sofreu uma derrota na chamada “Guerra dos Mil Dias” (1899-1902), situação que ajudou a fortalecer o poder do Partido Conservador.

No âmbito econômico, a produção, comercialização e exportação do café, principalmente aos Estados Unidos da América (EUA) deram início ao desenvolvimento comercial e industrial do país, gerando avanço e organização dos latifundiários, exportadores cafeeiros e emergentes industriais, uma autonomia

³³A opinião pública do país se encontrava organizada em partidos, um grupo tinha como representantes os comerciantes surgidos de uma classe burguesa e uma população de artesãos, que exigiam reformas que alguns governos não haviam cumprido, este era o nascente partido liberal. O outro grupo tinha como representantes a velha classe de latifundiários, o clero e as famílias de linhagem, que tinha formação católica, sendo estes quem conformavam o partido conservador. Segundo o autor Daniel Pecaut (1997), os Partidos Liberal e Conservador definiram as formas de identificação e de filiação coletivas, igualmente, deram nascimento a subculturas que passaram de geração em geração, instauraram uma divisão simbólica, uma divisão social, criaram fronteiras políticas que continuam até agora.

econômica, liberalização e secularização do Estado, caracterizando-se este aspecto como a gênese do Estado capitalista colombiano.

Nesse sentido, o aspecto econômico do país produziu grandes mudanças a partir dos anos de 1920, transformando uma sociedade regionalizada, fragmentada, atrasada, rural e paroquial em sociedade com comércio de exportação e importação, industrializada, urbanizada com a decomposição camponesa e a aparição da proletarização, através do deslocamento massivo dos camponeses às zonas urbanas³⁴. Igualmente, o país fortalece suas relações comerciais, políticas e econômicas com os EUA, através de empréstimos (início da dívida externa), contribuindo para o desenvolvimento do processo de industrialização, como a criação dos sistemas de transporte.

Mas, o que acontecia com as mulheres nessa época? Sua condição civil e jurídica dependia do marido e do pai; o marido dava proteção à mulher e ela tinha a obrigação de obedecer e segui-lo. A mulher ao constituir matrimônio perdia a capacidade de gerir seu dinheiro e seus bens. O marido podia inspecionar as relações sociais e amigos da mulher e proibir estes relacionamentos, caso decidisse que tais relações seriam prejudiciais para a mulher (UNIVERSIDAD NACIONAL ABIERTA Y A DISTANCIA, 2010).

A educação era limitada, somente alguns setores da população tinham acesso a ela. Neste sentido, quando a mulher podia ter acesso à educação básica recebia ensino sobre religião, leitura, escrita e, poucas vezes, sobre história e geografia. Além disso, estavam inclusas atividades que permitiam à mulher cumprir com suas obrigações familiares, como bordado, costura e economia familiar. A mulher se desenvolvia, principalmente, no âmbito doméstico e na vinculação da formação de cidadãs e cidadãos. No âmbito político, a mulher era ignorada e praticamente invisível, pois não podia vincular-se a espaços de participação, nem usar as ferramentas de uma sociedade democrática como o direito ao voto³⁵ (UNIVERSIDAD NACIONAL ABIERTA Y A DISTANCIA, 2010).

A situação de discriminação e controle sobre a mulher, desenvolvida principalmente pelo homem, era evidente na época. Este regime de dominação-

³⁴ Para uma aproximação mais detalhada sobre a história da Colômbia consultar o livro *Historia de Colombia contemporánea 1920-2010*, do autor Ricardo Arias Trujillo, Bogotá, 2011.

³⁵ Para o caso de uma indagação mais aprofundada sobre o tema da mulher na Colômbia consultar *Las mujeres em la historia de Colombia, Consejería Presidencial para la Política Social, Presidencia de la República de Colombia*; principalmente os trabalhos da autora Magdala Velásquez, Bogotá, 1995.

exploração das mulheres pelos homens na sociedade tem sido abordado por estudiosas feministas, que tentaram dar explicação a este fenômeno. Um dos conceitos utilizados para entender a citada situação é o chamado *patriarcado*³⁶, no qual se conjugam diversos elementos, dentre os quais está o controle exercido à sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido (SAFFIOTI, 2007).

Segundo Pateman (1993), a dominação dos homens sobre as mulheres deriva do contrato original³⁷, conformado pelo contrato social e pelo contrato sexual. O primeiro representa a história de liberdade e o direito político dos homens sobre as mulheres e; o segundo, a história de sujeição e o acesso dos homens ao corpo delas. Portanto, o contrato original representa a liberdade para os homens e a sujeição para as mulheres; este contrato, então, é o meio pelo qual se constitui o *patriarcado* moderno.

Nos anos de 1930, época marcada pelas mudanças geradas pela nascente industrialização, o crescimento das cidades começa a suscitar a necessidade de um desenvolvimento na infraestrutura. A população muda suas atividades econômicas rurais para atividades com poucas garantias de emprego. Esta falta de garantias provocou desconforto, necessidade de organização social e protestos nos empregados, pois a vida na cidade era mais complexa, onerosa e os salários não eram suficientes para suprir as necessidades básicas; as cidades não estavam preparadas para receber tantas pessoas, portanto, a população, que em sua maioria eram camponeses chegavam às cidades e se localizavam em zonas de alto risco, ocupações com poucas condições de vida digna. (CASTAÑEDA; RAMIREZ, 2011).

O processo de industrialização permitiu o ingresso de empresas estrangeiras que procuravam a apropriação dos recursos naturais e o capital do país, o que gerou, por sua vez, precarização nas condições de emprego; estes fatos somaram-se ao desconforto dos trabalhadores como mencionado anteriormente,

³⁶ É importante esclarecer que o conceito de patriarcado tem sido criticado fortemente por autoras feministas como Joan Scott, pois acham que este conceito não explica como a desigualdade estrutura as demais desigualdades e sua análise só repousa na diferença física, questão que vai ser abordada no terceiro capítulo de maneira mais abrangente, a partir da perspectiva de gênero, sobre as desigualdades e sobre os modelos heteronormativos reproduzidos pela sociedade.

³⁷ Em seu livro "O contrato sexual", a autora se baseia nos postulados teóricos sobre o contrato original, na qual fala que uma nova sociedade civil e uma nova forma de direito político foram criados a partir de um contrato original e vai demonstrar como este contrato cria desigualdades entre homens e mulheres.

provocando na sociedade greves e manifestações contra o governo, exigindo melhores condições de vida e de emprego, o que gerou mudanças no poder. Assim, nas eleições presidenciais do período de 1930-1934, o Partido Liberal lança o candidato Enrique Olaya Herrera, acabando com a hegemonia conservadora e dando à população esperanças de mudanças sociais e econômicas, já que promulgava uma ideologia de esquerda, tendo como proposta, por exemplo, afastar a Igreja do Estado e que este assumisse o controle sobre a vida social, dando resposta à essas problemáticas através de políticas e programas sociais (CASTAÑEDA; RAMIREZ, 2011).

O Governo de Enrique Olaya Herrera, no entanto, realizou tímidas mudanças no marco político e econômico. Apenas no Governo posterior, de Alfonso López Pumarejo, no período de 1934-1938, que iniciaram importantes mudanças para além do que se conhecia dos governos conservadores, como a realização de obras públicas, fazendo melhorias na rede rodoviária (ferrovias e estradas); realizando mudanças na educação com novas instituições de ensino, acesso das mulheres à educação superior, liberdade de ensino, autonomia universitária, liberdade acadêmica e na religião, liberdade de consciência e culto, na política, a assistência pública como responsabilidade do Estado, além de empreender reformas nos campos constitucional, agrário, tributário, laboral, judicial e de relações exteriores.

Quanto às mulheres, estas começavam a quebrar os moldes tradicionais da feminilidade, utilizando roupas “indecentes”³⁸ no espaço público, participando em assuntos ditos culturalmente masculinos e questionando as limitações que a sociedade lhes impunham (LEAL, 2015). Além disso, começaram a exigir seus direitos políticos através de diferentes estratégias, como a organização e a participação em eventos nacionais e internacionais sobre os direitos da mulher, a exemplo do Congresso Feminino realizado na Cidade de Bogotá em 1930; igualmente, começaram a organizar-se em grupos e movimentos sociais, promovendo o movimento sindical, movimento operário, entre outros.

Após muitas lutas, no ano de 1932 conseguiram a criação da *Ley 28* que outorgou à mulher a possibilidade de acesso livre a seus bens, de realizar

³⁸ Roupas que segundo as regras sociais e culturais da época estavam na contramão do estabelecido na ordem social, ou seja, não estavam de acordo com o ideal de mulher. Essas regras exigiam que as mulheres deviam ser discretas nas roupas escondendo partes de seu corpo que pudesse produzir desejo sexual no sexo oposto e usando cores pouco chamativas.

transações financeiras, assumir dívidas e comparecer perante a Justiça. Algumas militantes dos movimentos pressionaram o Governo para obter seu direito à educação – ensino fundamental, médio e acesso à universidade – decreto que foi aprovado no ano de 1933. Três anos depois – em 1936 – a mulher logrou seu direito a ocupar cargos públicos sem ainda ter pleno direito político (UNIVERSIDAD NACIONAL ABIERTA Y A DISTANCIA, 2010).

El movimiento emancipatorio iniciado en 1930, impugnó las bases sobre las cuales se sostenía la posición de la mujer, dando lugar a tres tipos de reivindicaciones: el manejo de los bienes por la mujer casada, acceso a mayor nivel educativo y el derecho al sufragio. Reivindicaciones que hacían parte también del movimiento feminista. La crítica a la exclusión política de las mujeres, su no participación política en el gobierno estuvo como punto nodal en la agenda del movimiento sufragista desde 1930 hasta 1954. (UNIVERSIDAD NACIONAL ABIERTA Y A DISTANCIA, 2010).

Evidentemente, são diversos os acontecimentos sociais que acompanharam a criação da primeira Escola, mais se ressaltam aqui os que puderam ter tido maior influência no caso do chamado Serviço Social. Por um lado, a Igreja Católica precisava continuar difundindo seu legado na sociedade e materializar seu projeto assistencial, apesar da ameaça do Partido Liberal de afastar a Igreja do Estado, da educação, entre outros. Por outro lado, o Estado precisava realizar e implementar suas políticas e programas sociais, os quais foram criados como resposta à questão social em que vivia a classe trabalhadora, produzida pelo desenvolvimento do Capitalismo cada vez mais fortalecido. E por último, e não menos importante, os movimentos de mulheres lutavam pelo acesso a maior nível educativo e ao conhecimento, que até o momento tinha sido negado, situação que podia representar um reconhecimento social e uma busca de igualdade e equidade, tão esperada pelas mulheres.

A conformação da primeira Escola de Serviço Social foi mediada, dentre outros, pelos interesses da classe burguesa do país (representada, principalmente, pela Igreja, grupos de poder político e governamental e alguns intelectuais que na sua maioria foram formados na Europa). Desta forma, as mulheres que podiam acessar aos estudos para formar-se como Assistentes Sociais ganharam visibilidade na sociedade, mas continuavam reproduzindo o papel submisso das mulheres construído social e culturalmente (CIFUENTES; GARTNER, 2006).

Por outro lado, apesar da criação dessa primeira Escola ser aprovada pelo Estado, já que essas mulheres podiam servir para implementar as políticas estatais, foi o âmbito privado que apoiou a formação e manutenção da Escola,

através de contribuições solidárias, procedentes de pessoas particulares conhecidos dos gestores e, posteriormente, por apoio de empresas privadas (CIFUENTES; GARTNER, 2006).

O desenvolvimento das forças produtivas determinou novas necessidades sociais que exigiam profissionais qualificados para seu atendimento, baseados nas lógicas e “racionalidades” inerentes à sociedade capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008). Nesta medida, a criação do primeiro plano curricular representou a necessidade de diversos setores da sociedade em formar um sujeito para além de serviços de voluntariado e caridade, que tivesse as condições de aplicar procedimentos e ferramentas técnicas através da compreensão dos problemas sociais que precisavam de solução.

Portanto, foi um currículo mediado por interesses religiosos com tendência instrumental (positivista), que pretendia continuar com a ordem social estabelecida pelas classes dominantes, e que contava com as mulheres para desenvolver este papel, pois agora que tinham acesso à educação podiam levar suas práticas exercidas no âmbito privado (da família) para o público com atividades como o cuidado, a mediação, a economia doméstica, tudo isto porque socialmente, assumia-se como natural para a mulher o cuidado da família e dos filhos, a sensibilidade e a submissão.

Do mesmo modo, ressalta-se que a execução desse plano curricular foi ministrado, em sua maioria, por professores homens, apesar de ser uma iniciativa feminina, dirigida a educar e formar mulheres para a sociedade, o que representava a continuidade de uma dominação por parte dos homens na vinculação à educação das mulheres. Abaixo pode ser observado o primeiro plano curricular (Quadro 2).

Quadro 2 – Plano de Estudos

PLAN DE ESTUDIOS	
Primer Año	Segundo Año
*Religión, ética y filosofía *Psicología, sociología, economía política *Biología, anatomía *Derecho civil, administrativo, laboral *Bacteriología, parasitología y epidemiología *Higiene general de la mujer, enfermería y primeros auxilios *Contabilidad y técnicas de oficina *Beneficencia y asistencia pública *Organización de obras sociales *Servicio técnico social	*Religión, liturgia, doctrina social y ética *Psicología infantil, pedagogía *Economía doméstica, puericultura, dietética, higiene de la mujer *Estadística *Técnica y encuesta de las visitas sociales *Demografía
Último semestre (campos de práctica)	
*Centros hospitalarios *Secretariados sociales *Gotas de leche *Hogares Infantiles	

Fonte: DOCE SEÑORITAS SE GRADUARON EN LA ESCUELA DE SERVICIO SOCIAL, 1938.

Além da evidente influência religiosa no ensino e da inserção em áreas que ainda não eram profissões como a Nutrição, identifica-se uma reiteração das práticas socialmente aceitáveis para as mulheres, como economia doméstica, beneficência e assistência pública, higiene geral da mulher, técnicas de escritório, dentre outras. Neste sentido, pode-se dizer que os diferentes sujeitos envolvidos na criação desta Escola teriam o interesse de transformar as práticas das mulheres no lar em uma dinâmica em favor das necessidades da sociedade.

Apesar da inserção na educação representar para a mulher um ganho em seus direitos fundamentais, a verdade é que continuava se reproduzindo o papel submisso e desigual frente aos homens, questão que não era problematizada por algumas estudantes, porque se assumia como uma condição natural da mulher³⁹. No entanto, em outros setores e movimentos sociais já se fazia evidente esta luta, como as mulheres que lutaram pela defesa da classe trabalhadora.

Dessa forma, nos primeiros estudos desenvolvidos na profissão do Serviço Social percebia-se o lugar da mulher na família, no lar e nas instituições sociais. Além disso, tinham uma orientação cristã, uma formação dirigida para a vida

³⁹ A perspectiva da mulher cuidadora, reprodutora e boa mãe foi se consolidando e institucionalizado na cultura ocidental; discurso que herdou a América Latina, marcado fortemente pelo catolicismo, o qual se encarregou de tornar essa perspectiva como natural da mulher, criando um modelo normativo de heterossexualidade reprodutora (LUNA, 2004).

em família, um enfoque da caridade e justiça social e, finalmente, o papel da mulher formada em Serviço Social era uma atividade de colaboradora e de auxiliar, disposta a ajuda dos menos favorecidos (CIFUENTES; GARTNER, 2006).

As instituições ou âmbitos de estágio estavam representados pelos tribunais de menores, serviços de proteção à mãe e à criança, escolas, serviços e campanhas de higiene, hospitais, centros de assistência, centros rurais, secretarias sociais e de família (CARULLA, 1937). Seguindo tal perspectiva, as próximas Escolas criadas de Serviço Social lideraram a fundação de centros sociais nos bairros populares e operários, destacando-se entre eles programas de atenção a trabalhadores e suas famílias, instituições para menores, mendigos, casa de pobres e creches para filhos dos operários. Este estágio reitera a posição e o papel que devia exercer a mulher na sociedade.

Desta maneira, teve início a formação das primeiras profissionais de Serviço Social, chamadas Assistentes Sociais e que começaram a receber seus diplomas pelo Ministério de Educação, a partir da *Ley 25*, de 27 de outubro de 1948⁴⁰. Dessa forma, o Estado oferece auxílio às Escolas de Serviço Social, fortalecendo assim a aliança da profissão com a parte estatal.

1.2 A Chamada “Violência” e a Primeira Escola de Serviço Social em Cali

A partir dos anos de 1940, aproximadamente, a Colômbia começou uma época chamada de “A Violência”, que segundo o autor Arias (2011) é difícil estabelecer uma data concreta do início deste fenômeno, mas aqui será localizado nos anos de 1940. Da mesma forma, o referido autor comenta que não se pode estabelecer algum fato específico que tenha produzido estes acontecimentos, no entanto, ressalta-se aqui o fator bipartidista como essencial. Desta forma, a “Violência” representou a guerra entre os partidos políticos (Liberal e Conservador) como seu eixo fundamental, além disso, esta guerra foi acompanhada por outros fatores sociais, que ajudaram no incremento da violência como foi o conflito de classes, a perseguição religiosa, bandoleirismo e a delinquência comum.

Do mesmo modo, identifica-se como parte das estratégias e modalidades dessa violência a expulsão da população rural, o terror produzido por parte de

⁴⁰Pela qual se promove a criação de Escolas de Serviço Social na Colômbia, onde se regulamenta seu funcionamento, objetivos, definição, atividades, planos de estudo, entre outros.

mercenários, a vingança coletiva e individual, as guerrilhas organizadas, a repressão das autoridades estatais, as alianças dos partidos políticos com grupos armados à margem da lei, dentre outros.

O retorno do partido conservador ao poder não foi uma simples mudança de Governo. Todavia, constituiu um retrocesso do projeto de modernização liderado pelo liberalismo, que teve a classe trabalhadora como uma das principais afetadas, já que seus direitos alcançados estavam sendo ameaçados pela classe dirigente que nunca pretendeu beneficiá-los, senão acalmar sua fúria, calar sua voz e controlá-lo (ARIAS, 2011).

Desta forma, a denominação de “Violência” foi-se impondo e começou a ser utilizada na cotidianidade por camponeses, latifundiários, empresários, trabalhadores urbanos, jornalistas, acadêmicos, intelectuais, jovens, velhos e políticos. Ainda segundo Arias (2011), esta denominação era vaga, abstrata, pois não fazia referência a ninguém em concreto, mas era visto como um fenômeno fatal de origem natural como um terremoto; percebia-se como um fenômeno surgido de repente, imprevisível, sem relação alguma com a ação dos homens.

Assim, frente à impossibilidade das pessoas e cidadãos/os de compreender este fenômeno como produto e resultado da guerra entre os sujeitos que representavam as classes dirigentes do país, os verdadeiros protagonistas desta violência nunca foram confrontados ficaram, pois, ocultos como seus interesses e suas motivações.

Lograr que la sociedad hablara no de la ‘guerra civil’, sino de ‘la Violencia’ obedecía, por consiguiente, a los intereses ideológicos de aquellos que, una vez finalizado el conflicto, querían, por una parte, borrar toda huella de su responsabilidad y, en segunda medida, presentar ese triste paréntesis como una disrupción pasajera de una historia no violenta (ARIAS, 2011, p. 89).

Como se falou anteriormente, a guerra entre partidos destacou-se, principalmente, pela tomada de poder em que o Partido Conservador, conhecendo o que promulgavam os EUA no mundo inteiro contra o chamado “Comunismo”, queria eliminar toda ideologia liberal no país. Por sua vez, o Partido Liberal não queria ceder o espaço conquistado até o momento e lutava pela sua continuação no poder. Foram 16 anos nos quais o Partido Liberal esteve no poder, sendo substituído no ano de 1946 pelo Partido Conservador. Fato que junto com o assassinato do candidato à presidência, Jorge Eliécer Gaitán, influenciou no aumento da violência

no país. O Partido Conservador continuou no poder até 1953, ano em que ocorreu o Golpe de Estado, onde a Força Militar chegou ao poder⁴¹.

Cabe destacar, que o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán, no dia 09 de abril de 1948, desencadeou um dos acontecimentos mais importantes da história colombiana chamado *El Bogotazo*. Ante esta situação, desataram-se revoltas populares em diferentes partes do país; nos povoados e cidades, os manifestantes tomaram edifícios, casas, escolas, meios de transporte, lojas, arrastando para fora toda a frustração, dor, tristeza, raiva, sentida pelo povo (ARIAS, 2011).

Alguns autores mencionam que este fato promoveu uma guerra partidista, mas Gaitán (2012, tradução nossa) a filha do candidato manifesta: “Não! Em todas suas intervenções, que ponho a sua disposição, insistirei em que é uma violência oficial, iniciada de forma premeditada, sistemática e generalizada pelo Estado colombiano”.

A senhora Gaitán (2012) argumenta que o Estado foi quem desencadeou o conflito que se prolongou até a atualidade, pois os grupos armados à margem da lei são uma consequência da violência e não sua origem. E continua:

O Estado, mediante genocídio, rompeu o processo democrático normal. Será preciso que a opinião pública compreenda que o conflito se iniciou quando o Estado pretendeu anular o triunfo popular, que já era inevitável, com a eleição de meu pai como Presidente da Colômbia para as próximas eleições presidenciais de 1950, o que representava a chegada do povo ao poder. (GAITAN, 2012, tradução nossa).

A longo prazo este acontecimento representou a estigmatização da ideologia de esquerda, vista como algo destrutivo, perigoso e violento. O discurso, liderado pelo Partido Conservador era que tudo aquilo que representara a esquerda, como o Comunismo, o Socialismo e as organizações à margem da lei deviam ser eliminados, pois representavam uma ameaça para a sociedade. Assim, as correntes de pensamento vinculadas a uma visão progressista e crítica também vão ser estigmatizadas, questão que influenciará os estudos, tanto das ciências sociais em geral, quanto do Trabalho Social na Colômbia.

No período em que o conservadorismo volta ao poder, aparecem novamente alguns acontecimentos supostamente superados com o liberalismo,

⁴¹ Único governo militar do século XX na Colômbia, que diferente de outros países de América Latina onde os governos militares representaram ditaduras que causaram múltiplos massacres contra a população, na Colômbia representou uma alternativa à guerra entre partidos, pois os militares tinham assumido uma posição neutra frente ao conflito. Esperava-se então, uma diminuição da violência, porém, sua passagem pelo poder, segundo alguns autores, não representou um tema central na história de Colômbia, já que o período de governo foi curto (1953-1957).

entre eles o protagonismo da Igreja na educação, desaparecendo os colégios mistos, e assim, algumas conquistas alcançadas em relação aos direitos das mulheres. Porém, como no campo laboral, educativo e familiar alguns benefícios não podiam ser revertidos, a Igreja pretendia que se voltassem às funções tradicionais da mulher, para tanto começaram a ter muita influência na Educação Superior e o Estado restringiu a autonomia universitária.

Neste sentido, a Igreja objetivava continuar no poder como tinha feito há muito tempo, aliando-se ao Partido Conservador, preservando sua forma de educação religiosa e evitando que os trabalhadores e as classes populares se rebelassem em decorrência de suas condições vividas no desenvolvimento do Capitalismo, como acontecia com a classe trabalhadora em nível mundial. Precisavam, então, de profissionais, professores, políticos e religiosos para orientar a população dentro dos cânones tradicionais da Igreja Católica, de modo a conter a ideia de revolução e transformação social.

O Estado, apesar de estar dirigido pelo Partido Conservador e ter como finalidade evitar greves e manifestações populares, fortalece as ações de bem-estar social e cumpre funções intervencionistas para a população menos favorecida. Desta forma, o Serviço Social da época passa a constituir-se parte desta estratégia, através do atendimento às demandas da população mais pobre. Essas ações da profissão, direta ou indiretamente, implicaram um fortalecimento das dinâmicas do sistema capitalista através da divisão social do trabalho, tanto a nível estatal como privado.

Além disso, o Governo colombiano ao perceber o avanço tecnológico de aberturas de mercado e modernização econômica procurou novas estratégias para a integração do desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social, através da criação de políticas sociais que buscavam amenizar a difícil situação social e econômica dos setores marginalizados pelos processos produtivos do capital.

A Cidade de Cali não era alheia a essa situação, latifundiários, grandes empresários e políticos representantes da classe burguesa, desencadearam o desenvolvimento mais forte do Capitalismo na região com a indústria do açúcar e sua vinculação com o mercado internacional. Esse fato conduziu ao deslocamento e à expropriação da terra de camponeses, mudando sua condição de proprietários a operários, provocando o aumento da pobreza, das migrações e mudanças na economia baseada na agricultura (TORRES, 2005).

A guerra desencadeada pelos partidos políticos e por outros setores da sociedade, que impulsionaram o Capitalismo com maior força levou o país a uma grande crise social, econômica e política, fazendo com que os políticos procurassem alternativas para acalmar o conflito. Por esta razão, propôs-se às forças militares assumir o poder, já que eles não representavam nenhum partido político.

No ano de 1953, momento do auge da violência na Colômbia e com a força militar no poder, criou-se a primeira Escola de Serviço Social na Cidade de Cali. Esta iniciativa nasceu do encontro de algumas Diretoras da Escola de Serviço Social da Cidade de Medellín, com a senhorita Laura Rivera e de suas visitas à instituição em Medellín. A senhorita Laura Rivera foi a pessoa encarregada de formar a Escola na Cidade de Cali, sendo apoiada por um comitê integrado por damas da elite da cidade, pelo gerente da *Asociación Nacional de Industriales (ANDI)*⁴² da região e pelo Bispo Auxiliar da Diocese da Igreja Católica.

A Escola foi criada como uma entidade sem fins lucrativos, sob os requisitos do Ministério de Educação Nacional, identificada na *Resolución N° 2252, de 1 de Septiembre de 1953* e, com o *Decreto N° 1576 de 1952*, que regulamentava os estudos para obter o título de Assistente Social. Um ano depois, conseguiu-se a autorização para seu funcionamento oficial.

Destarte, o surgimento da Escola do Serviço Social na Cidade de Cali compartilha alguns fatos sociais, econômicos e políticos que acompanharam o surgimento da primeira Escola na Colômbia, entre eles o protagonismo dos interesses dos sujeitos que representam a classe dominante na sociedade, como o Diretor da ANDI (em representação da empresa privada) e o Bispo (em representação da Igreja Católica), que configuravam os interesses econômicos e políticos da região por parte das empresas privadas, que por sua vez configuravam o desenvolvimento do Capitalismo na região.

La necesidad de asistentes sociales no partió en efecto de las bases populares; su acción empieza a necesitarse en el seno de las contradicciones suscitadas por la explotación capitalista y con el único objeto de suavizar las asperezas existentes. Es pues, en ese proceso de civilización y progreso donde surge este tipo de acción profesional, corroborándose (y diferenciándose de él) que esa emergencia se da en el seno de las contradicciones de la revolución industrial, sólo que a expensas de la ley del desarrollo capitalista y de un modo desigual y combinado, hacen que en Colombia y en el Valle del Cauca, el proceso de industrialización se fundamente en la agricultura (GÓMEZ, 1978, p. 163).

⁴² Atualmente nomeada como *Asociación Nacional de Empresarios de Colombia*.

As mulheres participantes da criação da instituição de Cali eram da alta classe social, que junto com a Igreja queriam oferecer sua ajuda e apoio à população menos favorecida. Neste sentido, identifica-se um maior interesse dessas mulheres em continuar seu legado tradicional através da caridade e do assistencialismo, atendendo as expressões da questão social do que o interesse pelo acesso à Educação Superior. Todavia, algumas mulheres da Cidade de Cali, nessa época, também foram protagonistas de lutas e reivindicações, como Maria Teresa Arizabaleta⁴³, as quais faziam reuniões e debatiam sobre o papel da mulher na sociedade, acerca do retorno das escolas mistas na cidade e sobre o direito ao voto feminino.

No que se refere ao primeiro currículo da Escola da Cidade de Cali, pode-se identificar as tendências e seus objetivos a partir da formação das primeiras estudantes, que como mencionam as autoras Giraldo e Rincón (2005), tinham por objetivo manter uma formação teórica e metodológica no campo laboral e na saúde, a partir dos pressupostos cristãos e das orientações do Estado, refletidos na *Ley 25 de 1948*.

Por esse ângulo, podem-se identificar no currículo disciplinas de fundamentação teórica como a Psicologia, Sociologia e Economia; e, além disso, identifica-se uma prevalência da Doutrina da Igreja Católica. Quanto às disciplinas práticas existe uma formação doméstico-feminina, como puericultura, corte e costura, economia doméstica, dentre outras, condicionando a educação das Assistentes Sociais a determinados interesses patriarcais (Quadro 3).

⁴³ Precursora e pioneira do movimento feminista em Cali e na Colômbia, que lutou pelo direito ao voto da mulher.

Quadro 3 – Primeiro Currículo da Escola de Serviço Social de Cali

PLAN DE ESTUDIOS 1952	
Primer Año	Segundo Año
a. Cursos Teóricos	a. Cursos Teóricos
Asista. y ser. Soc. de grupos Moral General Psicología General Sociología Nociones Derecho Civil Nociones Derecho Constitucional Nociones Derecho Penal Economía Social Historia de la Beneficiencia Higiene y Medicina Preventiva Nutrición Ética Profesional Formación Familiar	Ética Profesional Doctrina Soc. y Enchicha. de la Iglesia Leguis. del trabajo Psicología Infantil y adolescencia Caso Social Admón. de la Asista. Pública Higiene Social S.S. de la colectividad Pedagogía Social
b. Cursos Prácticos	b. Cursos Prácticos
Círculo de trabajo Primeros Aux. Pract. Dietética Economía domestica Corte y costura Visitas a Inst. de Beneficiencia y seminario	Círculos de trabajo Método Log. de clases y CONFER. populares Estadística Puericultura Tratamiento del caso social
Tercer año	
a. Cursos Teóricos	b. Cursos Prácticos
Psiquiatría e higiene mental Higiene especial Moral S.S. especializado Tribunal de Menores Orientación sobre memorias de casos	Círculos de trabajo Técnicas de oficina "Práctica reglamentaria durante todo el periodo escolar"

Fonte: Giraldo e Rincón, 2005, p. 68.

Pode-se observar que o currículo não traz ferramentas para os estudos investigativos, portanto não era condição da formação realizar o trabalho de fim de curso ou monografia para receber o título profissional. Esta falta de conhecimento de ferramentas e técnicas faz com que a Assistente Social trabalhe de forma limitada e centrada no assistencialismo, ocasionando uma prolongação deste olhar no contexto onde ela desenvolvia sua prática.

Na Cidade de Cali identifica-se que as primeiras práticas das Assistentes Sociais tiveram como foco os hospitais da região, na qual cumpriam com o objetivo do enfoque assistencial e médico da saúde, baseado na administração dos medicamentos, no conhecimento sobre a situação sócio-familiar do sujeito enfermo,

na difusão de alguns hábitos higiênicos na população, dentre outras funções dirigidas ao enfoque assistencial (ESTRADA, 2005).

As tendências desse currículo de Serviço Social estão vinculadas a alguns fatos sociais do contexto e aos interesses dos setores dominantes da época, que como se falou anteriormente, estão representados por empresários, pelo o Estado e pela Igreja. Por esta razão, algumas perspectivas, teorias e paradigmas foram ignorados e não discutidos como parte constituinte dos estudos em Serviço Social, dentre eles a categoria de gênero, que já era debatida por alguns/mas estudiosos/as das ciências sociais e humanas, principalmente por pesquisadoras mulheres nas disciplinas de Filosofia, História, Antropologia e Sociologia.

No que se refere às mulheres da época, com o Exército no poder, comandado pelo *General Rojas Pinilla*, este período presidencial esteve acompanhado por diversos fatos, que finalmente conduziram de novo ao bipartidismo em 1958, com o chamado acordo *Frente Nacional*⁴⁴, mas é importante resgatar que durante o mandato do *General Rojas*, iniciou-se um forte período de participação das mulheres, o que abriu caminho para a Campanha Sufragista. Em 1954, apresentou-se um projeto de Ato Legislativo sobre a cidadania das mulheres, que em 1957 foi ratificado, outorgando-lhes a cidadania com direito ao voto, decisão que foi efetivada nas eleições de 1958, com a eleição do primeiro Presidente do Frente Nacional, representando o Partido Liberal.

A mulher começou a ter acesso, pela primeira vez, a importantes cargos laborais e à Educação Superior, o que lhe permitiu a aquisição de participação econômica e, com isso, maior independência. A política começou a abrir suas portas timidamente às mulheres e as prioridades tradicionais tiveram uma reorganização como a família, o matrimônio, os filhos, etc.

El nuevo papel que empezó a desempeñar la mujer en la sociedad modificó el modelo tradicional de la familia. A partir de los años sesenta el número de hijos disminuyó debido, por una parte, a las políticas de natalidad impulsadas por los gobiernos liberales del Frente Nacional y, por otra, al uso masivo de la píldora anticonceptiva, lo que hizo de Colombia uno de los países más desarrollados en materia de control natal en toda América Latina (ARIAS, 2011, p. 129).

⁴⁴ *Frente Nacional*: estratégia bipartidista na qual procurava alternar o poder dois partidos políticos a cada quatro anos. Esta estratégia teve uma duração de 16 anos (entre 1958-1974), mas não foi bem recebida por vários setores do país, o que conduziu ao fortalecimento de movimentos opositores como as guerrilhas.

1.3 Os Movimentos Sociais e o Processo de “Reconceituação”

As décadas de 1960 e 1970 estiveram acompanhadas de eventos importantes nas esferas internacional, nacional e regional, a exemplo, das manifestações pelos direitos dos negros, protestos contra a Guerra de Vietnã, a criação do Muro de Berlim, a influência marxista e a revolução espalhada pela América Latina, a força do sindicalismo, greves dos trabalhadores, movimentos estudantis, organização camponesa, dentre outros.

Na Colômbia, a violência continuava, somando-se a ela a formação de grupos armados à margem da lei, como as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC-EP)*⁴⁵. O bipartidismo continuava em luta depois do fracasso da Frente Nacional, os trabalhadores e operários sentiam cada vez mais a força dos impactos ocasionados pelo desenvolvimento do Capitalismo como sistema econômico imperante, os estudantes com maior acesso à informação viam como se lutava contra os regimes de outros países, como se alcançavam os direitos e, as mulheres se organizavam e ampliavam espaços de participação.

Assim sendo, em um momento de muita incerteza e questionamento, teve início a formação de um movimento no Serviço Social chamado “Reconceituação”. Este movimento deu-se na América Latina, a partir dos anos de 1960, e tinha como objetivo fazer uma ruptura com o Serviço Social tradicional, questionando as práticas profissionais desenvolvidas, pois estas deviam estar a favor das classes exploradas. Igualmente, questionou-se a relação teoria-prática, a falta de investigação, a “neutralidade” promovida pelos docentes e os paradigmas nos quais se sustentavam os conteúdos teóricos e metodológicos para analisar a realidade (MONTAÑO, 2000).

Neste sentido, tinham como propostas formar profissionais com uma perspectiva de mudança social com pensamento crítico, fortalecer a fundamentação teórica e metodológica, compreender as dimensões políticas da prática social, fortalecer a formação em pesquisa e promover o conhecimento da realidade da América Latina e da Colômbia (GIRALDO; RINCÓN, 2005).

⁴⁵Grupo guerrilheiro, denominado assim mesmo como um movimento revolucionário de caráter político, que nasceu no ano de 1964, nas montanhas do *Departamento del Tolima*, criado por camponeses da região, como resposta à agressão sofrida por parte do Estado, da classe burguesa e dos latifundiários que pretendiam apropriar-se da terra para seu benefício, propagando cada vez mais a violência do país. Portanto, estes camponeses decidiram usar as armas para a tomada do poder político do país, como ato de inconformidade e rebeldia pela situação vivida das/os cidadãs/os deslocadas/os, despossuídas/os e assassinadas/os, pela obtenção da terra.

Porém, o referido movimento também apresentou limitações e dificuldades em diferentes âmbitos, como, por exemplo, no teórico-metodológico, no qual vários autores se manifestaram contra a falta de rigor na compreensão dos postulados marxistas, nos quais baseavam sua perspectiva crítica. Além disso, no campo sociopolítico houve uma supervalorização do trabalho profissional, colocando-o como o precursor da revolução social, deixando de lado as ações sociais das classes sociais e das comunidades (QUINTERO, 2014).

Por outro lado, em se tratando da Escola de Serviço Social da Cidade de Cali, no início da década de 1970, alguns professores e estudantes começaram a debater sobre suas práticas assistencialistas, por conta de dois fatos importantes: um deles foi a adesão definitiva da Escola de Serviço Social à Faculdade de Humanidades da UNIVALLE, nomeando-se como Departamento de Trabalho Social e, tempos depois, tendo seu nome modificado para Escola de Trabalho Social e Desenvolvimento Humano, nome utilizado na atualidade; o outro fato foi a criação do Sistema Nacional de Saúde na Colômbia, no ano de 1975, que produziu um grande impacto no atendimento na saúde do país (ESTRADA, 2005).

A suposta mudança da nomenclatura Serviço Social para Trabalho Social, queria representar avanços nas perspectivas, teorias e ferramentas usadas para a compreensão da realidade colombiana e das formas de intervenção social. Na aparência, pretendia-se passar de enfoques assistenciais a enfoques transformadores, com orientação crítica da estrutura social, democráticos, participativos, diversificando a atuação profissional frente ao desenvolvimento social e/ou humano nos diferentes contextos sociais e políticos. Contudo, na essência, apesar da mudança no nome algumas práticas tradicionais continuaram se reproduzindo nas ações dos profissionais, principalmente, porque tinham que se adaptar aos interesses dos setores nos quais estavam desenvolvendo sua intervenção.

Em 1972⁴⁶, viveu-se um período de reestruturação curricular influenciada por movimentos estudantis da universidade – e sua visão crítica de todo o processo

⁴⁶ Esta reestruturação teve como objetivos principais:

**Formar personal capaz de ejercer responsablemente sus funciones profesionales. *Permitir al estudiante una asimilación crítica del conocimiento de las ciencias sociales, que contribuya a la comprensión de la realidad del país. *Brindar conocimientos sobre la política general de desarrollo del país y la manera de elaborar y ejecutar programas para la consecución de los fines propuestos por ella. *Desarrollar en el estudiante su capacidad intelectual y su espíritu de investigación, para que*

–, pelo movimento de “Reconceituação” e, também, pela conjuntura nacional e internacional, caracterizada pela busca por uma transformação social, econômica e política em oposição com as estabelecidas pelo Sistema Econômico Capitalista.

Tal reestruturação teve ênfase nas disciplinas de componentes teóricos e investigativos, representados através do fortalecimento da fundamentação epistemológica, teórica, política e de análise do contexto, onde eram abordados autores que desenvolviam as teorias clássicas das Ciências Sociais, como Weber, Marx, Durkheim, Parsons, dentre outros.

Para alguns profissionais, estudantes e professores, essa reestruturação representou um avanço no Trabalho Social de Cali, todavia outros identificaram que houve um estancamento no campo metodológico, o que produziu um desvio no perfil profissional e uma falta de operacionalidade no campo da prática (CALI, 1982). Por esta razão, anos mais tarde, a estrutura curricular seria novamente modificada, voltando a integrar os métodos clássicos de Trabalho Social (família, grupo e comunidade), que segundo o corpo docente da escola, fortaleceria os estudos sobre a metodologia da profissão.

Esse desenho de currículo implicou uma mudança na formação acadêmica das/os profissionais, pois era orientado ao estudo das problemáticas sociais e à definição dos problemas sociais, através de diversas teorias também sociais e enfoques metodológicos, incluindo métodos, metodologias e técnicas de pesquisa, dando uma redefinição de suas funções nos diversos campos de intervenção social, dentre eles, o campo da saúde.

Além das mudanças do Trabalho Social houve mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas da sociedade, como exemplo, tem-se a modificação da função do Estado, seguindo as exigências do Sistema Capitalista, privilegiando setores da economia, do mercado financeiro e deixando de lado o social. Nesta acepção, a profissão ao estar intimamente vinculada ao Estado vê refletida sua dificuldade no atendimento da população, visto que cada vez mais o Estado privilegiava os mercados e o setor financeiro em detrimento do social. Tal conduta – garantia de privilégio à burguesia – representou uma crise do Estado de bem-estar

social, ignorando a necessidade das políticas sociais e olhando mais em favor do setor econômico e financeiro, tal e como era exigido por entidades internacionais.

Os interesses nos setores políticos e econômicos geraram protestos sociais e, ao mesmo tempo, o fortalecimento das guerrilhas, consolidação do narcotráfico e dos movimentos sociais representados por estudantes, feministas, minorias como indígenas, afrocolombianos, dentre outros. Estas manifestações sociais tentavam se afastar da Igreja e dos partidos políticos, além de criticar as ações capitalistas do Estado colombiano, no entanto, foram reprimidas pelo Estado por identificarem-se como expressões da ideologia de esquerda.

Quanto à condição da mulher, embora a mesma tivesse conseguido participação em determinados espaços, isto não implicava uma transformação na sua posição na sociedade, continuando a reprodução de sua exclusão. Portanto, as mulheres precisavam seguir lutando em prol de seus direitos. Desta forma, no ano de 1970, fortalecendo seu processo de institucionalização, as mulheres conseguiram a criação da Secretaria de Assuntos Femininos anexa à Presidência da República. Esta Secretaria realizou funções de coordenação, consulta e decisão na nomeação de representantes para participar em organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Ressalta-se que, ao mesmo tempo, criou-se um comitê de interlocução com os grupos femininos (LUNA; VILLAREAL, 1994). Lamentavelmente, por interesses políticos e de Estado, essa Secretaria, anos depois desapareceria.

É interessante resgatar que na XV Assembleia da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), realizada em Bogotá no ano de 1970, debateram-se temas como o matrimônio, o planejamento familiar, o sindicalismo feminino, a carência de lugares para a atenção dos filhos das mulheres trabalhadoras e a cooperação da mulher ao desenvolvimento da sociedade, através do serviço social feminino obrigatório. Acerca deste último ponto, as mulheres discordaram, referindo-se a ela como uma estratégia do governo enquadrada em critérios assistencialistas e reprodutivistas, o que gerava a continuidade da discriminação da mulher.

Durante la década del 60 y parte del 70, predominó el trabajo voluntario dentro de la línea de asistencia social por mujeres de los sectores medios y altos y la actividad comunitaria para el mejoramiento barrial por las mujeres populares. Es decir, triunfó ideológicamente el papel de las mujeres como servidoras que de cierta manera reemplazaban el accionar del Estado (LUNA; VILLAREAL, 1994, p. 170).

Causa curiosidade esse acontecimento, já que tem íntima relação com a profissão do Trabalho Social da época. Embora se falasse dos avanços da formação teórico-metodológica e de alguns elementos da sua prática profissional, identifica-se o interesse de vários setores da sociedade em que a mulher continuasse com estas práticas em prol de um Estado economicista e assistencial, que relegava suas funções a outros setores, incluídas as mulheres voluntárias.

Nos anos de 1970, a luta feminista foi além do discurso sobre a igualdade da democracia liberal, o que conduziu a uma grande mobilização de mulheres com uma forte identidade coletiva, como sujeitos de transformação social, promovendo novas formas de relação entre homens e mulheres e desconstruindo os velhos costumes e tradições estabelecidos na sociedade através do gênero, como se fossem estruturas naturais e fixas. Estes movimentos foram integrados, principalmente, por mulheres de setores econômicos altos e de meios intelectuais e universitários (LUNA; VILLAREAL, 1994). Desta forma, elas foram ganhando cada vez mais espaço nos setores sociais e somando militantes à luta, aparecendo as mulheres negras, indígenas, camponesas, obreiras, mães, cada uma destacando suas necessidades e suas reivindicações.

No caso das mulheres formadas em Trabalho Social da época, evidentemente gozavam das oportunidades dadas através dos direitos alcançados ao longo dos anos, como o acesso à Educação Superior e o ingresso ao mercado de trabalho. No entanto, estas mulheres através de suas funções como trabalhadoras sociais, não representavam o que estava acontecendo com as lutas feministas; ao contrário, eram sujeitos que reproduziam os interesses das classes dominantes; classes que cada vez mais se vinculavam ao narcotráfico e aos grupos armados ilegais.

Nesse sentido, o ideal das lutas feministas de transformar uma sociedade que privilegiava mais uns que outros, fosse pela raça, etnia, classe ou gênero, não fazia parte das ações, práticas e funções exercidas pelas trabalhadoras sociais. Igualmente, na busca dos referenciais teóricos e bibliográficos sobre a relação entre Trabalho Social e feminismo, olhando principalmente nas décadas dos de 1960 e 1970, pois foi o momento de auge dos movimentos sociais, não se encontrou nenhum documento que vinculasse as mulheres profissionais de Trabalho Social com os movimentos sociais feministas na Colômbia, evidenciando uma desarticulação entre eles.

1.4 O Neoliberalismo e sua Incidência no Trabalho Social

Depois de muitas disputas entre movimentos sociais e o Governo dos anos de 1980, a sociedade viu a violência ganhar cada vez mais força por conta da guerra protagonizada por três atores principais: os grupos armados à margem da lei, os grupos paramilitares⁴⁷ e o narcotráfico (considerando que o papel do Estado foi transversal neste conflito). Assim, a guerra levou a Colômbia a um abismo do qual parecia aferrar-se cada vez mais, pois o negócio do narcotráfico produziu tanto dinheiro que afetava enormemente a economia do país e, além disso, os políticos fortaleciam seus vínculos com os narcotraficantes, criando toda uma rede de corrupção política.

As políticas antinarcóticos dos Governos dos anos de 1990 foram implementadas a partir das exigências dos EUA, pois para eles a responsabilidade do problema do tráfico de drogas era dos países produtores, portanto, precisava-se acabar com os cultivos ilícitos e os cartéis (ARIAS, 2011). Nesta medida, criou-se o *Plan Colômbia*⁴⁸ para combater o narcotráfico, através de medidas como a fumigação com glifosato nos cultivos de coca (que igualmente prejudicava o meio ambiente) e a eliminação dos grupos insurgentes com o poder militar. Igualmente, as dívidas continuaram crescendo-se na Colômbia por conta de sua relação dependente com os EUA e a estratégia de acabar com o narcotráfico.

Foi assim, que se apresentou a nova Constituição Política de Colômbia, em 1991, em um intento de fazer mudanças nos diferentes setores da sociedade, reportando-se, principalmente, pelo estabelecimento dos direitos humanos.

⁴⁷ Para alguns o paramilitarismo foi criado como resposta às ações da guerrilha como sequestros, extorsões e assassinatos da população, onde o Estado não tinha as condições para garantir a proteção, portanto, para fazer frente a esta violência, formaram-se grupos armados de “autodefesas” em várias regiões do país. No entanto, outros percebem que esta criação também teve motivações pontuais a nível ideológico e econômico, entre elas a preocupação das elites e dos representantes da extrema direita de um possível processo de paz do governo de Betancourt com a guerrilha e a partir desta medida se propagasse o ideal da esquerda, por esta razão, principalmente nos anos 80, o exército, latifundiários, políticos e paramilitares, promoveram o terror para acabar com tudo o que representara a esquerda (ARIAS, 2011).

⁴⁸ Este Plano consiste, principalmente, em uma estratégia militar de combate ao narcotráfico, onde o Governo colombiano deve criar um orçamento para compra de armas e tecnologia e, além disso, para o treinamento militar com mercenários para o exército nacional. A partir do primeiro mandato do governo de Álvaro Uribe Vélez (2002-2006), este Plano também vai representar uma estratégia de política guerrerrista, que procurou acabar com organizações insurgentes identificadas como terroristas (discurso imposto pelos EUA após 11/09), mas que implicou a perseguição de movimentos e sujeitos que questionaram o novo regime de Uribe (TAPIRO, 2012).

A Constituição Política foi o resultado do esforço de muitos sujeitos sociais, em que as chamadas minorias da sociedade tiveram um papel importante, trabalhando por um projeto de Nação mais representativo (ARIAS, 2011). As mulheres, por exemplo, constituíram-se como sujeitos de direitos, assumindo uma postura de igualdade e equidade frente ao homem. Porém, apesar da Constituição em seu documento oficial representar uma sociedade mais democrática, somente sua promulgação não foi suficiente para superar as velhas situações vigentes no país; ao contrário, o Governo do Presidente Cesar Augusto Gaviria (1990-1994) começou a implementar e desenvolver fortemente as políticas neoliberais no país.

O Capitalismo atravessava uma de suas tantas crises em nível mundial, constituindo-se um Sistema que precisava de novas estratégias para continuar com sua lógica destrutiva de acumulação de capital. Os líderes das potências mundiais, Thatcher e Reagan⁴⁹, promoveram o Neoliberalismo, promulgando o fim do Estado do Bem-estar Social e o aumento de riqueza, através da liberdade de mercado e do comércio, garantindo as liberdades individuais, em detrimento das coletivas. Essas liberdades eram o reflexo dos interesses da propriedade privada, das empresas, companhias multinacionais e do capital financeiro.

El neoliberalismo es, ante todo, una teoría de prácticas político-económicas que afirma que la mejor manera de promover el bienestar del ser humano, consiste en no restringir el libre desarrollo de las capacidades y de las libertades empresariales del individuo (HARVEY, 2007, p. 8).

De acordo com Harvey (2007), o Neoliberalismo é uma forma política instável e contraditória, posto que a teoria neoliberal sustenta que uma boa forma de eliminar a pobreza é através dos mercados livres e do livre comércio. Entretanto, o Estado deve reduzir seu papel em setores, como a assistência sanitária, educação pública, os serviços sociais, cabendo às pessoas a responsabilidade de assumir suas próprias necessidades. Logo, é um Estado que não protege a sua população.

O Neoliberalismo, na essência e na prática está fortemente ligado ao Estado e, além disso, utiliza-o para garantir os ganhos no setor econômico, exercer recursos repressivos e a função policial contra a população rebelde, garantir a parte judicial a seu favor, cobrar os impostos, dentre outros.

Embora seja assumido que os indivíduos são livres para eleger, não se permitem que se desenvolvam fortes instituições coletivas como os sindicatos; mas

⁴⁹ Margareth Thatcher, Primeira Ministra do Reino Unido, de 1979 a 1990; Ronald Reagan, Presidente dos Estados Unidos de América, de 1981 a 1989.

sim, associações voluntárias e beneficentes. Evidentemente, não permitem o desenvolvimento de partidos políticos que tenham como objetivo obrigar o Estado a intervir no mercado ou eliminá-lo. Segundo as lógicas neoliberais, todos os ativos públicos devem ser privatizados, abrir mão dos recursos naturais para as empresas privadas e estrangeiras para sua exploração privada e desregulada, além de facilitar a inversão estrangeira direta para uma maior liberdade comercial e privatizar a previdência social, ficando em mãos dos mesmos cidadãos.

O autor Montaño (2002) comenta que o Neoliberalismo acusa as políticas sociais universais de propiciarem o esvaziamento de fundos públicos, de serem mau gastos em atividades burocratizadas sem retorno e que estendem a cobertura a toda população, indiscriminadamente.

As estratégias concretas idealizadas pelos governos neoliberais para reduzir a ação estatal no terreno do bem-estar social são: a privatização do financiamento e da produção de serviços; cortes dos gastos sociais, eliminando-se programas e reduzindo-se benefícios; canalização [focalização] dos gastos para os grupos carentes; e a descentralização em nível local (LAURELL apud MONTAÑO, 2002, p. 189).

Percebe-se então, que o Neoliberalismo assume como relevante o papel do Estado e de suas instituições para fazê-lo mais funcional aos seus próprios interesses, deixando de lado o social, as políticas de assistência e os direitos da população em geral; o econômico passa a ser mais importante que o social.

Dessa forma, identifica-se uma contradição entre o que promulgava a nova Constituição da República da Colômbia frente à inserção do mercado às lógicas neoliberais. Por um lado, diversos sujeitos sociais junto com o Governo compreenderam que era preciso fazer mudanças importantes em prol dos direitos humanos da população, além de tentar criar estratégias para diminuir a violência que ocasionava cada vez mais mortes e afundava o país em uma crise.

A Constituição representou um ganho frente aos direitos de todos seus cidadãos, considerando as minorias, como indígenas e afrocolombianos, promulgando liberdades, participação e justiça. E, as mulheres foram reconhecidas como sujeitos de direitos iguais aos homens e que não podiam ser discriminadas por seu gênero.

Por outro lado, o Governo expandiu o mercado através da lógica neoliberal, privilegiando os setores financeiro e econômico, em detrimento do social, ou seja, sendo mínimo para as exigências da população e máximo para a livre troca de mercadoria. Por conseguinte, apesar de a Constituição dar a aparência para os

sujeitos sociais de uma Nação realmente democrática, na prática, o Estado privilegiou o setor econômico, trazendo desigualdade entre a população, incremento da pobreza, mais exploração para o trabalhador, mais injustiça, aumento da violência, greves, narcotráfico, etc.

Neste sentido, o Estado ao redefinir seu papel intervencionista na lógica neoliberal implicou mudanças na intervenção da esfera social (sociedade civil), pois sua função de implementar políticas sociais passou a ser responsabilidade da sociedade civil ou do Terceiro Setor⁵⁰. Portanto, os profissionais de Trabalho Social ao ter vinculação laboral no âmbito público são afetados, tanto na sua intervenção social, quanto do trabalhador/a assalariado/a, significando uma perda do espaço laboral⁵¹.

O Neoliberalismo promove então diversas estratégias para o avanço econômico, por exemplo, na gestão do trabalho propôs a implementação da terceirização⁵² como organização estrutural, que pretendia flexibilizar as condições laborais, promover a subcontratação, aumentar o emprego e melhorar as relações entre as empresas. Porém, ao reduzir custos, mudam as formas de contratação laboral (como a forma indefinida da forma temporal), enfraquecem os sindicatos, aumentam as horas de trabalho e aumentar a produção, gerando a precarização do trabalho, a falta de qualidade da produção, a eliminação de cargos de trabalho, aumento do desemprego e afetando os direitos historicamente conquistados pelo trabalhador.

Nessa medida, as/os trabalhadoras/es sociais já não eram contratados diretamente pelo Estado, senão por terceiros, ou seja, por empresas prestadoras de serviços, como as Organizações Não Governamentais (ONG)⁵³. Foi assim que estes

⁵⁰ Segundo o autor Montañó (2002), o conceito de Terceiro Setor vem dos Estados Unidos, usado pela primeira vez em 1978 por Rockefeller III, mas foi nas décadas 80 e 90 onde teve maior desenvolvimento. Este conceito foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, que ressaltaram claramente sua ligação com os interesses da burguesia, onde predominava uma perspectiva hegemônica de inspiração pluralista, estruturalista e neopositivista, que isolava os supostos “setores” (Estado primeiro setor, mercado segundo setor), olhando de forma desarticulada a totalidade social. Portanto, o terceiro setor foi assignado para representar as organizações privadas, não governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas e de associação voluntária. Uma das críticas mais importantes a este conceito é que a realidade social não está dividida em setores como querem fazer ver os intelectuais da burguesia, na verdade a sociedade civil está desenvolvendo as atividades antes atribuídas ao Estado, funções que já não cumpre pelas exigências do neoliberalismo e seu livre mercado.

⁵¹ A relação Trabalho Social e políticas sociais amplia-se no segundo capítulo.

⁵² Processo pelo qual uma empresa contrata outra para prestar um determinado serviço, por exemplo, a limpeza e a segurança.

⁵³ Que fazem parte do chamado Terceiro Setor.

profissionais perderam estabilidade laboral ao serem contratados de forma temporária (por horas, por cumprimento de objetivos, por projetos executados) e, além disso, voltaram a realizar ações e práticas filantrópicas e voluntárias, já superadas na história do Trabalho Social, através de sua vinculação laboral com estas empresas que estavam assumindo as funções do Estado, muitas vezes sem recursos econômicos suficientes, oferecendo serviços⁵⁴, como saúde, educação, alimentação e emprego à população.

Conforme as autoras Castañeda e Ramírez (2011) o Trabalho Social na Colômbia, nesta lógica neoliberal fez e ainda faz uma crítica modesta, contudo não radical sobre as políticas do Estado, centrando sua atenção nos estudos das tendências sobre a individualidade, o desenvolvimento humano e o pensamento complexo, focalizando sua intervenção social nas ONG's.

Da mesma maneira, o autor Tapiro (2012), fazendo uma crítica às ações desenvolvidas pelas/os profissionais no contexto do Neoliberalismo comenta que tais ações estão envolvidas em uma perspectiva neo-filantrópica que procura melhorar as condições de vida dos sujeitos, mas estas melhoras ficam nas mãos dos próprios indivíduos ou comunidades, desresponsabilizando o Estado e desconhecendo as contradições próprias do sistema de produção capitalista. Além do mais, o autor citado faz um crítica à falta de debate sobre o projeto ético-político⁵⁵ profissional, articulando-o com os projetos de sociedade, em via de fortalecer o processo formativo e de intervenção social. A partir daqui, o autor comenta o seguinte:

[...] no se piensa entonces la profesión determinada por los intereses contradictorios de una sociedad de clases; esto a su vez conlleva a que los supuestos análisis de contexto queden como paño de fondo, y sólo como descripción de la apariencia fenoménica, dando eco a discursos hegemónicos que justifican la realidad social existente, y que en el mejor de los casos critican las expresiones de la 'cuestión social' (vistas como *problemas sociales*) y se proponen reformas para lograr un bienestar social y desarrollo humano, asumiendo una postura (a pesar que no explícita y tal vez no siempre consciente) plenamente conservadora respecto al orden; y pretendiendo que el Trabajo Social logre un supuesto desarrollo disciplinar, reproduciendo una lógica fragmentada de la realidad social, e intentando

⁵⁴ Na falta de recursos econômicos, estes serviços foram muitas vezes dados e ainda são dados através de um pagamento, convertendo os direitos fundamentais em um negócio.

⁵⁵ O projeto ético-político faz referência ao seguinte: primeiro entende-se como ético a reflexão sobre os valores que orientam nossa vida a partir de uma construção histórica e social na busca da satisfação das necessidades e segundo o político são as ações e contribuições dos profissionais, para alcançar a emancipação dos sujeitos e procurar avanços na materialização dos direitos sociais, políticos e econômicos. Apesar de que se faz uma separação dos conceitos, a verdade é que não se pode desvincular, pois o político está determinado pela ética e a ética é feita no político, portanto, seu conceito deve entender-se de forma integral (TAPIRO, 2012).

encontrar un objeto propio de la profesión, así como supuestas teorías y metodologías propias. (TAPIRO, 2012, p. 84, grifo do autor).

Poder-se-ia dizer que o mais próximo a um projeto ético-político no país é o “Código de ética dos trabalhadores sociais⁵⁶ da Colômbia” criado em 1981 e, com sua última atualização no ano de 2015. Este código proporciona orientações dirigidas a criar uma identidade do Trabalho Social, a partir do estabelecido em lei, referente às funções e atuações próprias do profissional baseado nos direitos humanos e na Constituição Política da Colômbia, com a finalidade de gerar mais espaços de reflexão para o exercício das/os trabalhadoras/es sociais (COLÔMBIA, 2015).

Em seu documento oficial, o citado Código expõe que a atuação profissional é baseada nos direitos humanos, procurando o bem-estar e o desenvolvimento social. Na sua definição de Trabalho Social menciona que procura a promoção de mudanças, reconhecendo a complexidade das interações dos seres humanos, compreendendo-as a partir das teorias do desenvolvimento, do comportamento humano e dos sistemas sociais, levando a cabo processos psicossociais e compromissos com políticas e planos de desenvolvimento social. Identifica como seus princípios: a justiça, dignidade, liberdade, igualdade, respeito, solidariedade, confidencialidade; e, como seus valores: a honradez, responsabilidade, lealdade, compromisso, tolerância, espírito de serviço, sentido de pertença, prudência, humildade.

Tentando refletir sobre o que foi expresso no Código de Ética, o Trabalho Social é definido como o processo de desenvolvimento dado através das interações entre sujeitos, instituições, organizações sociais e o Estado, de maneira dialogável e crítica, que pretende potenciar processos de transformação social. Neste sentido, identifica-se o uso dos conceitos “crítico” e “transformação social”, mas eles não são nem definidos, nem desenvolvidos ao longo do documento, entretanto, compreende-se que tais conceitos precisam ser explicados de forma detalhada, na medida em que são fundamentais para a compreensão da profissão, visando à construção de um projeto ético-político na Colômbia. Consequentemente, o Código não assume

⁵⁶ O código entende a expressão “trabalhadores sociais” como plural genérico que inclui ambos os gêneros, mas a partir do debate expressado nesta dissertação sobre a perspectiva de gênero, é importante reconhecer os sujeitos envolvidos na profissão nomeando-os e dando-lhes visibilidade, respeitando suas diferenças e aludindo ao respeito pela igualdade, por isso aqui se faz diferenciações entre os gêneros masculinos e femininos.

uma postura crítica frente ao contexto político, econômico e social na qual está envolvido o Trabalho Social e seus profissionais.

Continua-se dividindo as metodologias de intervenção social da profissão em indivíduo, família, grupo, organização comunitária e pedagogia social, assumindo uma sociedade fragmentada; e não a olhando em uma perspectiva de totalidade em suas múltiplas determinações. Ao definir os princípios orientadores da profissão manifestam que estes, na prática, podem ajudar a combater a desigualdade social, as situações de violência, a opressão, a pobreza, a fome e o desemprego, como se fossem situações dadas; e não, como expressão da exploração e do modo de produção desmedido do Sistema Capitalista, ocultando a questão social. Por fim, no seu discurso não tentam superar estas condições e as contradições do Sistema Econômico Capitalista, assumindo-as, a partir daí, como uma contribuição para a melhoria das condições de vida das pessoas.

O Trabalho Social na Cidade de Cali da década dos 1990, não fica alheio a essa situação, pois tanto a formação, quanto a prática profissional foram mudando segundo as exigências do modelo neoliberal. Neste sentido, a formação profissional passou de oito para dez semestres, a fim de dar mais espaço à área de investigação; na formação básica incluiu disciplinas das Ciências Sociais, Filosofia, Matemática e Tecnologia; na formação profissional além de trabalhar com métodos de intervenção social e investigação, implementou disciplinas, como a Administração e Planejamento Social e, disciplinas eletivas com ênfase na Administração, Desenvolvimento Social e Orientação Psicossocial (GIRALDO; RINCÓN, 2005).

Cabe mencionar que na década dos anos de 1990, foi criada na UNIVALLE, o Centro de Estudos de Gênero, Mulher e Sociedade (CEGMS), vinculada à Faculdade de Humanidades, na qual participaram docentes do Trabalho Social. Tal centro nasceu com o objetivo de pesquisar e promover os estudos sobre gênero e mulher em todos os campos do saber, sensibilizando a outras/os pesquisadoras/es sobre o uso da perspectiva de gênero e contribuindo na formação de novas/os pesquisadoras/es. Com tais características procurou participar do desenho e execução de políticas públicas para as mulheres na Cidade de Cali.

Entre as realizações mais importantes deste CEGMS encontram-se o desenvolvimento de pesquisas em diferentes áreas, desde a perspectiva de gênero com a criação de projetos, cursos, disciplinas, grupos de estudo, seminários,

publicações, assessoria e capacitação, tanto de estudantes, funcionários públicos e cidadãos comuns; além da criação do centro de documentação.

Nas disciplinas ministradas, encontra-se “Identidades Femininas e Masculinas”, vinculada à Escola de Trabalho Social e Desenvolvimento Humano, mas dirigida e coordenada pelo CEGMS. Esta disciplina ainda continua disponível, pois está integrada à formação complementar e está aberta a inscrição de qualquer estudante da universidade. Algumas professoras que fazem parte do corpo docente da Escola de Trabalho Social, através de sua vinculação com o CEGMS realizaram disciplinas para estudantes de graduação e pós-graduação, dentre elas, a de “Planejamento com perspectiva de gênero”, realizada no ano 2000⁵⁷.

Tanto o CEGMS, quanto os movimentos sociais feministas continuaram trabalhando em prol dos direitos das mulheres, já que estas continuavam sendo vítimas da violência (física, verbal, sexual, psicológica), com o aumento do número de casos na esfera regional⁵⁸, embora na Constituição Política se identifiquem as mulheres como sujeitos em igualdade e equidade social.

Por outro lado, a Escola de Trabalho Social teve uma aproximação aos estudos de gênero e sobre a mulher, através de algumas docentes que ministravam disciplinas junto ao CEGMS, propiciando aos estudantes alternativas na formação e estágio profissional. Porém, a formação profissional continuava representando os interesses sociais, econômicos e políticos das classes dominantes da região, contribuindo para a não integração dos estudos de gênero no currículo acadêmico e desconsiderando esta aproximação.

A partir dos anos 2000 a Escola de Trabalho Social não teve mais aproximação com o CEGMS, restando só o contato através da *electiva complementaria*⁵⁹ de “Identidades Femininas e Masculinas” e, da integração de uma docente nas duas instituições.

⁵⁷ Esta disciplina foi a última realizada pelo CEGMS com vinculação com a Escola de Trabalho Social e Desenvolvimento Humano, a exceção da disciplina “Identidades Femininas e Masculinas” que continua em funcionamento.

⁵⁸ Segundo a *Encuesta Nacional de Demografía y Salud (ENDS)* do ano 2000, a violência contra a mulher dobrou com relação ao estudo de 1995; a cidade de Cali apresentou o maior índice de agressão verbal contra a mulher em nível nacional e passou de 300 casos de violência física em 1995 para 543 casos no 2000.

⁵⁹ As chamadas *Electivas Complementarias* são disciplinas que podem ser matriculadas por qualquer estudante da universidade pode se matricular, independentemente do curso de formação ao qual pertença.

1.5 O Trabalho Social em Cali e os Estudos de Gênero

A última reforma realizada no Currículo do Programa Acadêmico da Escola de Trabalho Social da UNIVALLE deu-se em 2003, como produto da dinâmica permanente de auto-avaliação exigida, tanto pela Universidade, quanto pela própria Escola. Esta reforma procurou fortalecer a fundamentação nas Ciências Sociais e desenvolver a especificidade profissional nos campos teórico e metodológico. Por tal razão, esta nova estrutura se dividiu em três eixos: Fundamentação Teórica, Fundamentação Metodológica e Profissional, e Aprofundamento⁶⁰, conseguindo desta forma uma organização por áreas temáticas, e estabelecendo um sistema de créditos e controle sobre os pré-requisitos e relevância no aprofundamento (ANEXO D) (GIRALDO; RINCON, 2005).

Essa nova estrutura, segundo as autoras Giraldo e Rincón (2005) implica adentrar-se nas diferentes expressões da ação coletiva que reivindicam novas identidades e direitos, portanto, as perspectivas multicultural, ecológica, de gênero e de direitos humanos expressam os critérios que devem orientar a formação profissional, a partir de uma racionalidade ética.

Porém, no ano de 2009 foi feita uma monografia de graduação, na qual fora desenvolvida como temática, as “tendências na formação profissional do Programa de Trabalho Social da *Universidad del Valle*”, analisando o componente da Fundamentação metodológica e profissional⁶¹. Esta pesquisa procurou identificar os paradigmas epistemológicos, teóricos e metodológicos dos objetivos, conteúdos temáticos e bibliografia de cada disciplina deste componente e, além disso, analisou a coerência dentre estes paradigmas, identificando junto aos estudantes e docentes os aportes que tiveram as disciplinas para a formação, tudo isto com o objetivo prático de realizar contribuições para a reflexão sobre a formação profissional no Programa.

⁶⁰ Aprofundamento faz referência às eletivas profissionais do Trabalho Social e ao processo de estágio profissional.

⁶¹As disciplinas que integram este componente são: Introdução ao Trabalho Social, História do Trabalho Social, Indivíduo e Família I e II, Metodologia Trabalho de Grupo I e II, Comunidade e Organizações I e II, Administração Social, Planejamento Social, Política e Problemática Social, Introdução à Prática e Oficina de Integração Metodológica I e II. (Tradução nossa).

Entre os resultados encontrados nessa pesquisa, conforme a análise dos planos de ensino, identifica-se a tendência⁶² funcional-estruturalista⁶³ nas disciplinas de Introdução e História do Trabalho Social, Administração e Planejamento Social e Introdução à Prática. No entanto, segundo os autores, nesta última foi difícil estabelecer uma tendência. A funcional-estruturalista, com elementos do “constructivismo” e “construccionismo social”, foi encontrada nas disciplinas de Indivíduo e Família I e II e Metodologia de Trabalho de Grupo I e II. O “constructivismo” e “construccionismo social” com elementos do crítico social em Comunidade e Organizações I e II, Política e Problemática Social e Oficina de Integração Metodológica I e II. Nenhuma disciplina da Fundamentação Metodológica e Profissional apresentou uma tendência exclusivamente crítica social (TAPIRO; VILLEGAS, 2009).

Da mesma maneira, não identificou-se um consenso entre os docentes e os estudantes frente às tendências do Programa, chegando à conclusão de que falta uma discussão rigorosa a respeito dos paradigmas sociais impede a compreensão das tendências nas quais se sustenta a formação em Trabalho Social. No entanto, na análise dos programas, identifica-se como principal tendência a funcional-estruturalista com elementos do constructivismo/construccionismo social (TAPIRO; VILLEGAS, 2009).

Entre suas análises chama a atenção, que nas disciplinas de Indivíduo e Família I e II, os autores consideram que a concepção de família desde a perspectiva conservadora foi superada, reconhecendo a importância dos sujeitos, a comunicação, a construção de significados e a subjetividade na compreensão da

⁶² Al hablar de tendencias se hace referencia a los paradigmas que sustentan la formación profesional, no sólo como soporte teórico-epistemológico y metodológico, sino también como apuesta ético-política explícita y/o implícita de la misma, y su relación con la realidad social (TAPIRO; VILLEGAS, 2009, p. 22).

⁶³ Comentam os autores, que se entende por tendência funcional-estruturalista como aquela que tem base positivista, na qual se estabelece uma normatividade que deve reger a sociedade sem mudanças, através do controle e do estabelecimento da ordem social, desconhecendo aos sujeitos como construtores de sua realidade. A tendência constructivismo/construccionismo social reconhece que o objeto de intervenção são as situações problemáticas e que os sujeitos intervindos podem interpretar sua realidade e ser protagonistas de seu próprio processo, no entanto, centra-se demasiado em como o indivíduo interpreta sua realidade e não reconhece outros fatores estruturais. A tendência crítico social é baseada fundamentalmente, embora não única, na teoria marxista, olhando como objeto as problemáticas sociais entendidas como produto das contradições do sistema capitalista, na qual precisa de uma análise histórica e a busca de uma transformação da realidade social a partir de um projeto ético-político de sociedade e da emancipação dos sujeitos. (TAPIRO; VILLEGAS, 2009) (tradução nossa). Para ampliar o debate sobre estas tendências no Trabalho Social ler a monografia *Tendencias en la formación profesional en Trabajo Social – El caso de la Universidad del Valle* – dos autores, Juan Pablo Sierra Tapiro e Sindy Lorena Villegas, 2009.

família. Igualmente, o profissional é assumido como um sujeito participante da interação como membro do sistema, que afeta e é afetado pela família e se afasta do olhar sujeito-objeto, compreendendo que o objeto não é o indivíduo ou a família, senão a situação-problema a intervir (TAPIRO; VILLEGAS, 2009).

Porém, não se questiona o lugar da família nos diferentes âmbitos como o econômico, político, social e cultural, visualizando suas determinações e contradições e não identificando as contribuições da família para a transformação social, já que ao centrar-se na compreensão do contexto social a partir das interpretações dos sujeitos desconhece as condições objetivas estruturais, como por exemplo, deixar de pensar o micro e macro social como uma relação dicotômica; mas sim, como uma relação dialética, integral, de caráter complementar, entendendo que uma influencia a outra.

Nesse sentido, os autores percebem que os temas trabalhados na referida disciplina têm apresentado avanço, apesar de não superar algumas perspectivas que impedem o olhar sobre o relacionamento entre indivíduo e sociedade, entre o micro e macro social e a dificuldade em analisar os processos familiares a partir de categorias como cidadania, etnia, classe e gênero. Portanto, os autores manifestam, dentre outras, a importância do uso da categoria gênero para analisar a família e o indivíduo, dizendo o seguinte:

Ubicar el género como condición para pensar la familia, supone grandes aportes para el Trabajo Social a la hora de comprender las relaciones sociales, familiares, de pareja, paternidad/maternidad, sexualidad; pensar la educación, la salud, el trabajo, la política, los derechos, al igual que fenómenos con los que el accionar profesional se encuentra cada día como la violencia familiar, el abuso sexual, el maltrato, entre otros. De ahí la importancia de que adquiriera mayor protagonismo en la formación, se asuma explícitamente en los contenidos de los cursos y sea un derrotero de debate entre el profesorado y el estudiantado (TAPIRO; VILLEGAS, 2009, p. 59).

Destaca-se, que tanto esta monografia, quanto outras pesquisas realizadas, concernentes ao processo de formação e prática profissional em Trabalho Social contribuíram para os avanços e as mudanças que se têm hoje nos programas acadêmicos das disciplinas do currículo de 2003. A partir da análise feita para a presente dissertação sobre os planos de ensino de catorze disciplinas, sendo oito do componente de Fundamentação metodológica e profissional⁶⁴ e seis

⁶⁴As disciplinas foram: História do Trabalho Social, Indivíduo e Família I e II, Metodologia de Trabalho de Grupos I e II, Comunidade e Organizações I e II e Problemática e Política Social Colombiana. A escolha destas disciplinas se determinou a partir das temáticas desenvolvidas e que estas puderam

disciplinas eletivas complementárias e profissionais⁶⁵, olhando principalmente a sua bibliografia utilizada (APÊNDICE B), considera-se que aconteceram avanços quanto às tendências e paradigmas trabalhados, à utilização de autoras/es regionais, à análise do contexto nacional, dentre outros.

Dos planos de ensino analisados das disciplinas de Fundamentação Metodológica e Profissional, com período de atualização entre 2013 e 2015, a maioria delas avança na inclusão de leituras que permitem fazer uma análise da realidade colombiana, avançam no estudo das novas tendências e paradigmas utilizados nas Ciências Sociais e se preocupam por problematizar os temas abordados. Igualmente, a bibliografia avança na exploração de autores mais atuais e abordam temas que antes não eram vistos, muito embora nem toda a bibliografia seja utilizada nas discussões em aula, a mesma está disponível aos estudantes.

Contudo, apesar dos avanços das disciplinas, nenhuma utiliza a perspectiva de gênero como categoria analítica; identificou-se que a maioria das disciplinas tem aproximações aos estudos de gênero, relacionando timidamente o gênero com os temas centrais das disciplinas, como família e gênero, políticas públicas e feminismo. No entanto, é uma discussão muito superficial, pois na bibliografia, embora indiquem leituras sobre o tema de gênero, às vezes não é incluída para a discussão em aula e, quando são discutidas indicam poucas referências teóricas frente à temática, deixando de lado vários autores e autoras que aprofundam mais a questão.

Por exemplo, na análise da disciplina Indivíduo e Família I, em sua ementa o conceito da família é compreendido como:

[...] una agrupación social creada histórica y culturalmente, que varía acorde con el tiempo y el espacio. Es decir, que 'la familia' no está determinada por condiciones naturales, ni universales, sino que es producto de las relaciones humanas, y por tanto, se construye y se desarrolla de forma interdependiente con el contexto social y cultural en el que se encuentra inmersa (UNIVERSIDAD DEL VALLE, 2015a, p. 1).

O conceito anterior evidencia os avanços na concepção de família, olhando para ela de forma integral e crítica, considerando o contexto social, o que

ter relação com o uso da perspectiva de gênero. Em total são 14 as disciplinas que fazem parte deste componente.

⁶⁵ As eletivas foram Identidades Femininas e Masculinas (única eletiva complementária), Orientação Familiar I e II, Conflitos sociais e Violência, Economia Solidária e Trabalho e Cidadania, convivência e Trabalho Social. Igualmente, a escolha destas eletivas profissionais se determinou a partir das temáticas desenvolvidas e que estas puderam ter relação com o uso da perspectiva de gênero. Em total foram nove as eletivas ofertadas no período de Agosto-Dezembro 2016.

permite estabelecer a relação micro e macro social de forma complementar e que abre caminho para a inclusão de perspectivas como a de gênero.

Mas, no desenvolvimento do cronograma (onde são estabelecidas as datas, os temas e a bibliografia a ser utilizada), das catorze aulas programadas, nenhuma tem como tema principal “família e gênero” ou conceitos semelhantes. Apenas ao trabalhar o tema de “Teoria dos sistemas”, indicou-se uma leitura que aborda, dentre várias teorias, o “Trabalho Social e o feminismo” como forma de intervenção em famílias⁶⁶; ao contrário, os temas de “Teoria Sistêmica” e a “Terapia familiar” são abordados exclusivamente em três aulas e as seis seguintes são dedicadas a estudar as ferramentas e técnicas da metodologia de Trabalho Social em Família, seguindo a Teoria Sistêmica. Portanto, identifica-se ainda a relevância de estudar a família a partir de uma perspectiva terapêutica e uma acanhada aproximação aos estudos de gênero.

De acordo com as disciplinas eletivas analisadas, no período de atualização entre 2014 e 2015, identificam-se avanços na bibliografia pela inclusão de leituras sobre o contexto colombiano e suas problemáticas, discutem-se os temas abordados por vários autores e autoras, procurando gerar análise entre os estudantes. Contudo, algumas eletivas que abordam temas como violência e conflito, não discutem a situação da mulher e nem a violência que sofrem as mulheres da região como uma problemática social. Dessa forma, a maioria das eletivas não trabalha o gênero como categoria analítica, nem tem aproximações evidentes na sua bibliografia, com exceção da disciplina eletiva complementar de “Identidades Femininas e Masculinas” que desenvolve em seus temas a categoria de gênero e possui toda sua bibliografia baseada nesta categoria, embora desprezem algumas autoras e autores reconhecidos pela problematização da temática.

A análise do plano de ensino dessa eletiva, que aparece como exceção, apresenta como objetivo geral:

Ofrecer a las y los estudiantes herramientas teórico – prácticas y perspectivas críticas que enriquezcan y problematicen sus visiones, nociones y creencias acerca de la femineidad y la masculinidad, de forma que le permita entenderlas como construcciones sociales, culturales e históricas diversas y cambiantes, inscritas en el contexto de relaciones coloniales de dominación, dentro del sistema mundo – capitalista (UNIVERSIDAD DEL VALLE, 2015b, p. 2).

⁶⁶ A leitura indicada é *Nuevas tendencias en trabajo social con familias. Capítulo 2. Fundamentos del empoderamiento: Modelos teóricos y aproximaciones prácticas para la intervención con familias* da autora Sagrario Segado, 2011.

Tal objetivo permite ampliar o olhar para compreender e analisar a realidade social de forma crítica, considerando categorias de análises que problematizam diversos âmbitos nas quais se desenvolvem os sujeitos. No cronograma trabalhado, o primeiro tema discutido é o “Debate atual da categoria gênero”, na qual se resgata o uso da leitura *La familia nuclear: origen de las identidades hegemónicas femenina y masculina*, da autora Magdalena Leon (1995), permitindo evidenciar que o gênero pode ser usado para analisar a família e reconhecer a origem da suposta “família nuclear”, o fundamento da ideologia conservadora. No mais, trabalham com os conceitos de identidade, sexualidade, corporalidade, interseccionalidade e violência contra a mulher, temas que facilitam a compreensão dos casos de *maltrato* para a mulher na Cidade de Cali e permitem procurar ferramentas alternativas às usadas comumente em Trabalho Social.

A partir da análise do plano de estudos dessa disciplina eletiva, considera-se importante incluir autoras e autores clássicos para entender a origem do conceito gênero, como as autoras Simone de Beauvoir, Joan Scott, Judith Butler e ampliar temas como a transexualidade e a interseccionalidade com as autoras Beatriz Preciado e Gloria Anzaldua, respetivamente.

Vale mencionar que esta eletiva de “Identidades Femininas e Masculinas”, lamentavelmente, por ser uma disciplina complementar, não é obrigatória para as/os estudantes de Trabalho Social, cabendo a estes, de acordo com seus interesses definir seu curso.

Nesse sentido, causa curiosidade que a única disciplina que aborda pontualmente o gênero como categoria analítica não faça parte do currículo de Trabalho Social na atualidade, dependendo exclusivamente dos interesses das/os estudantes. A esse respeito fica o questionamento sobre a quantidade de estudantes de Trabalho Social que se matriculam nessa disciplina⁶⁷.

A Escola de Trabalho Social e Desenvolvimento Humano, na atualidade, possui três grupos de pesquisa: “Convivência e Cidadania”, “Sujeitos e ações coletivas” e “Estudos de Família e Sociedade”. Embora a Escola não tenha um grupo que trabalhe exclusivamente, a problemática da mulher na sociedade e a categoria de gênero, o último grupo mencionado faz uma importante aproximação com a categoria de gênero para entender a família e seus processos sociais, culturais,

⁶⁷ Dado não pesquisado pela falta de acesso à informação e porque fora identificado como não relevante para os objetivos da pesquisa.

políticos, dentre outros. Identifica-se o interesse em abordar autoras e autores que trabalham com o gênero e, por realizar pesquisas sobre o tema, muito embora seja pouca a produção científica que compreenda a família em relação com os estudos de gênero, em comparação com outras temáticas trabalhadas pelo grupo.

Em relação às organizações estudantis, no momento identificam-se dois reconhecidos oficialmente pela Escola de Trabalho Social, que são o *Coletivo de Trabajo Social Crítico* e o *Encuentro Nacional de Estudiantes de Trabajo Social (ENETS)*. Estas organizações refletem o processo realizado por estudantes de Trabalho Social, não apenas na região, mas também em nível nacional, que se estuda, analisa, participa, debate sobre as problemáticas sociais do país, identificadas como relevantes para o Trabalho Social, na tentativa de avanço do projeto ético-político da profissão, na formação teórico-metodológica e, nos processos de intervenção social, dentre outros.

Apesar da Escola de Trabalho Social da UNIVALLE não ter nenhum grupo estudantil que trabalhe exclusivamente com a temática de gênero, estas organizações estudantis tem avançado e trabalhado diversos temas, entre eles problematizar a situação da mulher na sociedade e abordar alguns aspectos dos estudos de gênero, já que tem identificado como relevante estes estudos para compreender e estabelecer estratégias de intervenção no social, que permitam abordar a problemática da mulher no país. As/os estudantes que integram a Escola de Trabalho Social da UNIVALLE, que estão interessadas/os em trabalhar com o tema da mulher e estudos de gênero, normalmente se vinculam ao Centro de Estudos de Gênero, Mulher e Sociedade da Faculdade de Humanidades ou a outros grupos de outras Escolas ou Departamentos que trabalhem o tema.

O interesse das/os discentes por estudar esses temas é também evidente nos trabalhos de pesquisa. No rastreio das monografias feitas desde o ano 2010 até 2015 da Escola de Trabalho Social da UNIVALLE, encontrou-se em total vinte e seis monografias que abordaram tais temáticas⁶⁸, e algumas delas tiveram como orientadoras duas professoras que estiveram ou estão vinculadas ao Centro de Estudos de Gênero; os outros docentes orientadores destas monografias encontram-

⁶⁸ A maioria destas monografias trabalhou o tema da mulher, outras trabalharam temas como as relações de gênero, identidade de gênero, violência de gênero, expressão de gênero, escola de gênero e, aproximadamente, três integraram a categoria analítica de gênero.

se vinculados em diferentes áreas de formação, como: Saúde, Família, Políticas Públicas, Investigação, Administração Social e Antropologia.

Algumas monografias que chamaram atenção pela integração da categoria de gênero foram: *Si una mujer avanza ningún hombre retrocede: sistematización de la experiencia de la escuela de formación en género para la incidencia política de la mujer en el departamento del Valle del Cauca*; *Las mujeres en la organización y la organización en las mujeres: análisis de las construcciones de sentido y el género en la comprensión de la participación de las mujeres de la comuna 18 en la organización Casa Cultural Tejiendo Sororidades*; e *No somos machos pero somos muchos: Estudio sobre masculinidades e identidad gay y sus implicaciones sociales en hombres homosexuales pertenecientes al grupo Quirón de la ciudad de Cali*.

A primeira delas teve como orientadora uma professora integrante do Centro de Estudos de Gênero, esta pesquisa foi realizada no ano 2008, no Município de Candelaria do Departamento do *Valle Del Cauca*, mas sua publicação foi no ano 2010. A partir da participação das mulheres na Escola de Formação em Gênero promovida pelas estudantes de estágio de Trabalho Social, realizada na Prefeitura Municipal da Candelaria, esta pesquisa indaga sobre os significados, práticas e discursos destas mulheres sobre gênero, perspectiva de gênero, educação, pedagogia e participação política e, além disso, identifica como esses discursos e aprendizagens são evidenciadas na sua vida cotidiana.

A segunda pesquisa também teve como orientadora a mesma professora integrante do Centro de Estudos de Gênero, o estudo foi realizado no ano 2012 na Cidade de Cali na *Comuna 18*. A partir da participação das mulheres na *Casa Cultural Tejiendo Sororidades*, entre os anos 2005-2011, realiza-se uma análise da perspectiva de gênero sob uma relação dinâmica entre organização e os indivíduos, considerando a importância da construção de sentido que criam os integrantes de uma organização para entender suas dinâmicas e processos coletivos.

A última pesquisa contou com a orientação de uma professora que também foi integrante do Centro de Estudos de Gênero, mas não se tem informações se esta ainda mantém vinculada ao Centro; a pesquisa foi feita no ano 2012, na Cidade de Cali, no grupo *Quirón*. Este trabalho problematiza a questão da discriminação vivida por homens homossexuais, ressaltando a importância de

analisar e refletir sobre as relações interpessoais, a diversidade e as diferenças de gênero.

No que concerne ao vínculo empregatício dos profissionais em Trabalho Social na Cidade de Cali, na atualidade identifica-se que existem algumas⁶⁹ profissionais integradas com entidades públicas ou privadas, nas quais se desenvolvem estudos sobre gênero e trabalham com o enfoque de direitos, olhando as mulheres como sujeitos de direitos e abordando a perspectiva de gênero na sua intervenção social. Entre elas, encontram-se as profissionais vinculadas à Prefeitura de Santiago de Cali, na Secretaria Geral – Assessoria de Equidade de Gênero e na Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Bem-estar social.

Por conseguinte, pode-se apreender que apesar de ao longo da história de Trabalho Social tanto em Cali, quanto na esfera nacional, a profissão não demonstrou incidência nos estudos sobre gênero e não foi protagonista nas lutas desenvolvidas pelas mulheres na consecução de seus direitos (sendo as profissionais em sua maioria mulheres). Identificam-se avanços na formação profissional aproximadamente a partir do ano 2010, vinculando o gênero nas temáticas próprias do Trabalho Social, relação que deve seguir fortalecendo-se para que as/os profissionais percebam a importância dos estudos de gênero na sua formação e tenham as bases necessárias para a compreensão e intervenção social, desde a perspectiva de gênero, se assim fosse requerido.

Igualmente, identifica-se que as docentes da Escola, vinculadas com o CEGMS podem ter criado um interesse nas/os estudantes de Trabalho Social para abordar temas relacionados com a categoria gênero. No entanto, até o momento, a única eletiva que aborda a categoria gênero amplamente na Escola de Trabalho Social não parece incidir nas preferências de pesquisa das/os estudantes, indicando que apesar da aproximação aos estudos de gênero da Escola, o interesse das/os estudantes e docentes do Programa de Trabalho Social parecem corresponder mais às organizações estudantis e a uma iniciativa pessoal do que a uma formação acadêmica.

No contexto apresentado o maior interesse pela inserção dos estudos de gênero no Programa Acadêmico da Escola de Trabalho Social deu-se na década dos anos de 1990, com a aproximação da Escola ao CEGMS, e depois, a partir do

⁶⁹ Fala-se de “algumas”, porque não se identificou nenhum homem nestes cargos.

ano 2010, quando se faz evidente os estudos de gênero nos programas acadêmicos e na quantidade de monografias elaboradas pelas/os estudantes. Neste sentido, esta informação permite analisar, e tem como pressuposto, que as/os profissionais de Trabalho Social formadas/os antes do ano 2010, contam com poucas ferramentas adequadas para abordar as problemáticas sociais, a partir da perspectiva de gênero, considerando apenas sua formação acadêmica.

No contexto atual, na Cidade de Cali em relação à situação das mulheres, segundo os dados obtidos do estudo feito na formulação da PPM, a discriminação e a falta de oportunidades desta população melhoraram significativamente nos últimos anos, uma vez que seu papel é cada vez mais reconhecido. Porém, ainda identificam-se problemas sociais vivenciados por estas mulheres⁷⁰, refletidos na participação, educação, comunicação, economia, saúde, justiça, situação de deslocamento forçado, equidade étnico-racial, diversidade sexual e meio ambiente, problemas que podem estar determinados pela falta de igualdade e equidade nas relações sociais e nos diferentes âmbitos de interação na sociedade.

A partir destes dados, os formuladores da PPM identificaram que a situação de discriminação das mulheres é um problema social que precisa ser abordado, não somente no atendimento das MSV, como na prevenção e promoção da igualdade e equidade entre as pessoas e o acesso aos seus direitos.

Dessa forma, se por um lado a Escola de Trabalho Social através de seu Programa Acadêmico pretende compreender e analisar as diferentes problemáticas sociais em nível nacional e regional, através da inserção de paradigmas, teorias e métodos que permitam fazer esta análise; por outro lado, a mesma Escola não integra categorias analíticas como o gênero de maneira contundente e específica nas disciplinas, nas quais as/os estudantes obtêm ferramentas teóricas e técnicas para o desenvolvimento do exercício profissional, muito úteis na intervenção social, como por exemplo, nos casos de MSV, assim como está disposto na Política Pública em que as MSV, na Cidade de Cali devem ser atendidas, levando em consideração a perspectiva de gênero⁷¹.

⁷⁰Um exemplo destas problemáticas identifica-se na pesquisa desenvolvida pela autora Mariella López (2015), onde trabalha a atenção e acesso ao serviço de saúde das mulheres em situação de violência, na qual evidencia aumento nos índices de *maltrato* para a mulher na cidade de Cali, dados que continuam aumentando.

⁷¹ Sobre a perspectiva de gênero, seu conceito e seus objetivos serão abordados amplamente no terceiro capítulo.

Essa situação pode ser identificada como uma contradição⁷², se refletida através dessas duas premissas contraditórias e opostas (os objetivos da formação da Escola de Trabalho Social e as ações desenvolvidas pela mesma) e, para que seja superada precisa de uma transição e transformação do que está estabelecido socialmente, além de procurar novas formas de análises que permitam apreender a realidade de maneira complexa e crítica.

Por outro lado, como manifestado anteriormente, atribui-se a identidade da profissão do Trabalho Social ao desenvolvimento dos momentos históricos e acontecimentos da realidade colombiana nas esferas nacional e regional, nos âmbitos políticos, econômicos, culturais e sociais e, com ela os avanços das Ciências Sociais, influenciados pelos sujeitos protagonistas destes fatos históricos.

A profissão de Trabalho Social ao longo dos anos vai mostrando mudanças quanto às teorias estudadas, às metodologias, aos métodos implementados e à pesquisa, tudo isto para entender as determinações e características das problemáticas sociais e fatos sociais da época; mas, ao mesmo tempo, estas mudanças são influenciadas pelos interesses de setores como o religioso, econômico e político, que representam a classe dominante do país e procuram profissionais para lidar com a questão social vivida na Colômbia e, além disso, com as consequências das problemáticas sociais, como a violência, o narcotráfico, o paramilitarismo e os grupos armados à margem da lei.

Essa influência dos interesses destes setores promove a utilização de determinados paradigmas, enfoques teóricos e práticas para analisar e intervir na sociedade, ignorando outras teorias e práticas que poderiam estar mais de acordo com a realidade nacional e regional estudada. Desta forma, apesar dos direcionamentos nos estudos em Trabalho Social, atualmente se alcançaram avanços e inclusão de temas esquecidos em épocas anteriores, como os estudos de gênero, mas que são temas e categorias que devem seguir sendo fortalecidos em prol de uma formação vinculada a um projeto ético-político de sociedade, a favor das

⁷² Categoria analítica utilizada na teoria Marxista para o entendimento das realidades cambiantes e do ser social, que constantemente vive um processo, um movimento dinamizado por contradições, que para sua superação é conduzido a patamares complexas, nos quais novas contradições impulsionam a outras superações (NETTO, 2011).

classes sociais menos favorecidas do Sistema Capitalista e diferente das lógicas neoliberais⁷³.

⁷³ O anterior não querendo dizer que não se deve procurar e promover alternativas ao sistema capitalista imperante; pelo contrário, deve-se procurar uma formação que permita as/os profissionais ser críticos ante os fatos sociais e acompanhar os processos sociais dos grupos e comunidades da sociedade em vistas a lograr transformações e mudanças que permitam um melhor desenvolvimento dos sujeitos e uma boa qualidade de vida.

2 O ESTADO, AS POLÍTICAS SOCIAIS E O TRABALHO SOCIAL

Este capítulo discute de forma mais específica alguns conceitos apresentados no primeiro capítulo como o Estado capitalista, as Políticas Públicas e Sociais, aprofundando a análise sobre sua relação com a profissão de Trabalho Social.

Nesse sentido, em um primeiro momento, encontra-se o desenvolvimento do conceito de Estado, olhando sobre seus determinantes na sociedade capitalista e seu vínculo com as Políticas Públicas e Sociais como estratégias de ação para a sociedade civil e para o fortalecimento dos modos de produção do Sistema Capitalista.

.Após essa conceitualização, analisa-se o Estado capitalista colombiano, procurando desvendar seus principais determinantes e características e, como estas se conjugam com as políticas sociais criadas no país, tomando como exemplo, o caso da política nacional em saúde. Igualmente, como parte deste estudo, indaga-se sobre as leis e normas em saúde, que trabalham exclusivamente com as mulheres em situação de violência, tentando elucidar a relação que existe entre a normatividade e a implementação da mesma.

Finalmente, analisa-se a relação entre a profissão de Trabalho Social e as Políticas Sociais, evidenciando suas contradições, conflitos, aproximações e desencontros, abrindo o debate para a discussão da categoria de “Intervenção no Social”.

2.1 O Estado e as Políticas Públicas e Sociais

Desenvolver o termo de “Estado” pode ser um processo árduo e complexo, já que é um conceito que tem sido problematizado durante muitos anos, através de inúmeras correntes de pensamento e inúmeros pensadores, como Rousseau, Hegel, Marx, Gramsci, Habermas, dentre outros. Desta forma, considera-se que o conceito de Estado aqui exposto permite analisar os determinantes que envolvem o Estado colombiano e compreender, porque este é definido como capitalista. Nesse contexto, Farias (2000, p. 29) entende o Estado como:

Uma forma social concreta, complexa e contraditória [...] que sofre variações temporais e espaciais. Não se trata de um valor universal, de um ideal abstrato, de uma forma irregular ou aleatória. Ao contrário, o fenômeno

estatal obedece a leis que trazem a marca da história, em articulação orgânica com as formas assumidas pelo ser social na produção, na reprodução e na crise do capitalismo.

A existência do Estado deve-se à formação de vários poderes capazes de tomar decisões e fazer as leis oportunas, onde se entrecruzam esferas sociais, como a econômica, política, religiosa, militar, dentre outras, entendendo que esta é uma condição necessária e suficiente para sua formação. O Estado como forma social e histórica faz parte da vida social, que se desenvolve a partir da dinâmica da sociedade e de sua história, portanto tem uma forma historicamente determinada, situada na estrutura complexa da sociedade.

Farias (2000, p. 27) menciona que “[...] a verdade sobre o Estado apenas pode ser estabelecida, na medida em que se apreendem as relações efetivas entre todos seus aspectos, suas potências e suas tendências”. Portanto, para entender o Estado, ele deve ser visto como uma totalidade em relação com os diversos sujeitos sociais, que inclusive são antagônicos dentro da luta de classes. Neste sentido, Lenin (2009) afirma:

El estado es producto y manifestación del *carácter irreconciliable* de las contradicciones de clase. El Estado surge en el sitio, en el momento y en el grado en que las contradicciones de clase *no pueden*, objetivamente, conciliarse. Y viceversa: la existencia del Estado demuestra que las contradicciones de clase son irreconciliables. (LENIN, 2009, p. 28, grifo do autor).

Assim, vincula-se a existência do Estado ao momento em que as contradições e lutas de classes não podem ser conciliadas, evidenciando que entre as classes sociais criadas nas sociedades não existe acordo. O Estado não procura ser um conciliador das classes; ao contrário, é um órgão opressor de uma classe por outra, que legaliza esta opressão como forma de manter a ordem, cumprindo um papel contraditório mediante amortecer e gerar os choques entre as classes sociais (LENIN, 2009).

Considerando o que precede a natureza do Estado, Farias (2000) faz uma análise do Estado a partir de seis categorias que são: silogismo, estrutura, genealogia, fetichismo, fisco/finança e teleologia⁷⁴. Tem-se por continuação, a explicação de cada uma dessas formas, resumidamente:

⁷⁴ Para compreender e aprofundar sobre o tema do Estado capitalista contemporâneo, ver o livro do autor Flávio Bezerra de Farias, O Estado capitalista contemporâneo, de 2000.

Silogismo do Estado

O silogismo é um termo composto por três proposições que se conectam entre si, onde a partir das duas primeiras (premissas), pode-se deduzir a terceira (conclusão). Neste caso, o silogismo de Estado, entendido como o movimento de totalização e concretização em um tempo e em um espaço específico, está composto pelas proposições de Forma-Estado⁷⁵ (generalidade), forma de Estado (particularidade) e forma do Estado (singularidade). O silogismo do Estado apresenta-se na medida em que a forma-Estado só existe em sua especificidade de forma de Estado e forma do Estado e, por sua vez, o Estado na sua forma específica somente pode existir com uma ligação que o conduz à forma-Estado (FARIAS, 2000).

Estrutura do Estado

A estrutura do Estado se configura pelos aspectos da essência e aparência. Sua essência é a forma-Estado; quer dizer, que é uma forma social que apresenta múltiplas determinações, construídas material e socialmente. Neste sentido, a forma-Estado reflete as contradições das lutas das classes sociais e da divisão capitalista do trabalho. Em sua aparência, as ações se materializam através de seus aparelhos, criando legitimação na sociedade ou na democracia burguesa, tornando-o um mediador das contradições do ser social. Para compreender o Estado, deve-se considerar sua gênese e desenvolvimento real em um contexto que não seja estático e uniforme, em um tempo e espaço concretos (FARIAS, 2000).

Genealogia do Estado

A genealogia evidencia o nascimento e a gênese da sociedade burguesa moderna, dividida em sociedade civil e Estado. Neste sentido, assume-se o período do Renascimento como sua gênese, na passagem do Feudalismo para o Capitalismo, o que implicou em uma mudança na divisão do trabalho e na forma da luta de classes em relação às contradições, levando a uma mutação da natureza e do papel do Estado. Considerando que o Estado é uma forma social e histórica cuja existência é autônoma em relação às classes sociais, identifica-se que sua essência

⁷⁵ A forma-Estado compreende todos os aspectos gerais do fenômeno estatal do capitalismo, o qual faz que seja entendida como a essência do Estado, mas sob uma forma específica; por esta razão muitas vezes a forma-Estado não logra explicar todas as conjunturas estatais no tempo e espaço, pela sua especificidade (FARIAS, 2000).

tem sua gênese e sua natureza no Capitalismo. Quer dizer, na sociedade burguesa a mediação estatal resulta, entre outras coisas, da contradição das forças produtivas e das relações de produção (FARIAS, 2000).

Fetichismo do Estado

O fetichismo representa a aparência do Estado manifesto na sua máquina burocrática e administrativa, que media as contradições do Capitalismo. Quando o Governo através de seus aparelhos e a legitimação do Estado logra um processo de aspecto acabado, esquece sua origem que está em sua essência, na evolução da divisão capitalista do trabalho e da luta de classes. Neste sentido, cria-se uma falsa aparência do Estado, que tem como tarefa representar o interesse geral. É por esta razão que não se pode considerar o Estado como algo natural que se encarrega simplesmente de realizar o interesse geral, pois o fetichismo é um fenômeno de consciência social, construído a partir de uma reificação e personificação (FARIAS, 2000).

Fisco/finança do Estado

A permanência e existência do Estado e o cumprimento de seu papel mediador de contradições em uma sociedade, dependem da geração de fundos que lhe permitam representar seu papel material, social, espacial e histórico. Através da sua forma particular, este se deve legitimar para constituir seus aparelhos e mantê-los através dos recursos financeiros, evitando “revolta dos contribuintes” e falta de representatividade no nível da personificação. Para compreender a natureza fisco-financeira é preciso apreender as variações no tempo e espaço, as relações do capital e as mediações que criam movimentos contraditórios (FARIAS, 2000).

Teleologia do Estado

As relações entre o Estado e o capital são orgânicas, isto implica que se uma delas muda a outra também, desde sua gênese até sua extinção. A extinção significa a superação irreversível, tanto do valor e da mais-valia, quanto da divisão capitalista do trabalho sob todas as suas formas; é a extinção do Estado capitalista como forma historicamente determinada; quer dizer, superar as condições objetivas que fazem com que a luta de classes continue a existir. Esta superação supõe uma vitória das massas nos âmbitos econômico, ideológico e político e a transformação das formas mercantis para as formas sociais, onde os sujeitos se associem de

maneira realmente democrática, chamando este processo de democratização (FARIAS, 2000).

A partir da Teoria Marxista, entende-se a aparência como aquilo que é evidente, palpável, que se mostra ante a realidade, mas pode não ser real e, a essência, como aquilo que se esconde atrás da aparência, que não se vê a primeira vista, mas é o realmente verdadeiro (FARIAS, 2000). Neste caso, a aparência do Estado se apresenta, principalmente, no fetichismo; a fisco/finança e a teleologia e, sua essência (social) nas lutas de classes; e, sua essência (material) na divisão capitalista do trabalho.

Atualmente, nas sociedades contemporâneas, prevalece um Estado capitalista, que se manifesta através de uma estrutura de governo, constituída por aparelhos burocrático-administrativos elusivos e repressivos dos conflitos sociais. (RAWLS apud FARIAS, 2000). Segundo Mandel (1980), as funções deste Estado estão dirigidas para a proteção e reprodução da estrutura social, ou seja, de manter as relações de produção fundamentais. Algumas das funções mencionadas pelo autor são:

- Prover aquelas condições gerais de produção que não podem assegurar-se por meio das atividades privadas dos membros da classe dominante.
- Reprimir qualquer ameaça ao modo de produção prevalecente por parte das classes dominadas ou de alguns setores particulares das classes dominantes, por meio do exército, a polícia, o sistema judicial e o penitenciário.
- Integrar às classes dominadas para assegurar que a ideologia dominante da sociedade siga sendo da classe governante e que em consequência as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício imediato da repressão contra elas. (MANDEL, 1980, p. 462, tradução nossa).

Desta forma, e como coloca Engels apud Mandel (1980, p. 465, tradução nossa) “[...] o Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, um Estado dos capitalistas: o capitalista total ideal”.

Nessa tarefa de manter as relações de produção e mediar com as contradições do Capitalismo, dado em um tempo e espaço social específicos, o Estado, a partir da mobilização e dos interesses contraditórios dos sujeitos públicos e privados, coletivos e individuais cria estratégias para cumprir seus propósitos e objetivos. Uma das formas de legitimação e concreção material de tais estratégias apresenta-se através das Políticas Públicas (ROTH, 2015).

Tal qual acontece com o conceito de “Gênero” e sua dificuldade do termo nas Línguas Portuguesa e Castelhana⁷⁶, o conceito de “Política” apresenta este mesmo inconveniente, porque possui vários significados; significados que são diferenciados na Língua Inglesa, por exemplo. Neste caso, o conceito de “Política” (*policy*) que interessa analisar, é aquela referida ao conjunto de procedimentos que expressam relações de poder e que procuram uma resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos (RUA, 1998).

Definir o conceito de “Políticas Públicas” não é tarefa fácil, o termo, sua forma de análise e seus movimentos⁷⁷ apresentam inúmeros modelos, definidos por autoras/es de diferentes perspectivas teóricas. Destaca-se aqui, o conceito que apresenta maior relação à análise desenvolvida neste estudo.

Na ciência política, tenta-se analisar como se apresenta a relação entre Estado e sociedade civil e, busca-se visualizar suas múltiplas determinações, as Políticas Públicas vêm a expressar como se dá essa relação.

Segundo Silva (2015), as Políticas Públicas são um campo de conhecimento que procura colocar o Governo em ação, analisar essa ação e propor estratégias, quando necessário, para a manutenção ou modificação de algum aspecto da ordem social. É uma ferramenta que utilizam os governos para tornar suas propostas eleitorais em programas, projetos e ações, que procurem resultados nos diferentes âmbitos da sociedade.

É um conjunto de processos e elementos que o Governo escolhe fazer ou não (DYE, 2005) e que implica uma intencionalidade, muitas vezes, mediada pelos interesses dos sujeitos sociais envolvidos. Neste sentido, Silva (2015) identifica elementos chaves para compreender as Políticas Públicas:

- a) Identifica as ações desenvolvidas pelo Governo;
- b) Envolve múltiplos sujeitos;
- c) Apresenta-se de forma concreta através de planos, programas, projetos e ações;
- d) Traça objetivos a serem alcançados;
- e) Seu impacto pode ser em curto, médio e longo prazos;
- f) É um processo circular, evidenciado através de seus movimentos.

⁷⁶ Situação descrita no terceiro capítulo.

⁷⁷ “Movimentos” é um termo utilizado pela autora Maria Ozanira Silva (2013), para referir que o processo das políticas públicas não é fixo e não está dado por etapas, mas circular, que muda e está em constante construção.

Em um intento de consenso entre as/os autoras/es que analisam as Políticas Públicas, pode-se dizer que os movimentos que caracterizam seu processo circular são: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, formulação, implementação e avaliação. Alguns sujeitos que podem estar presentes nestes movimentos são: Partidos políticos, Mídia, Governo, Equipes do Governo, Corpo técnico, Juizes, Empresas, ONG e Movimentos sociais.

No caso das Políticas Sociais⁷⁸, como seu nome indica, são as ações governamentais do campo das políticas públicas vinculadas com o social. Seu surgimento relaciona-se com a criação do Estado de Bem-estar (*Welfare State*). Neste sentido, identifica-se que a Política Social ou Estado de Bem-estar é uma resposta às exigências do sistema capitalista e seus modos de produção para enfrentar os efeitos negativos sobre a sociedade, principalmente sobre a classe operária, quer dizer, criam-se as políticas e programas sociais como resposta à questão social. Como afirma Silva (1999, p. 35):

[...] no período de expansão econômica, os sistemas de proteção social se tornam supérfluos, mas, no período de depressão, são absolutamente necessários, posto que o desemprego decorrente subtrai grupos da disciplina do trabalho, elevando, conseqüentemente, a agitação social, sendo o Estado obrigado a criar um sistema alternativo de controle social, instituindo os sistemas públicos de seguridade para reabsorver as massas que foram expulsas do sistema produtivo, estabelecendo a ordem social através da submissão das massas expulsas a uma nova disciplina.

Igualmente, analisa-se a criação das Políticas Sociais como uma estratégia de controle social. No capitalismo, a expansão econômica traz consigo uma depressão, tanto social quanto econômica, sendo a proteção social voltada à necessidade de evitar a agitação social. Assim o Estado é obrigado a criar um sistema de controle através de sistemas públicos de seguridade, estabelecendo uma ordem social através da submissão das massas.

Apesar do surgimento da Política Social encontrar-se intimamente ligado com o Estado e suas estratégias de controle social e expansão econômica, também está mediada pelas lutas de classes. Quer dizer, os movimentos sociais, as organizações sociais, e os sujeitos das classes menos favorecidas, manifestam-se através de protestos e greves, pressionando o Estado a cumprir suas demandas e

⁷⁸ Como acontece com o conceito de Políticas Públicas, o conceito de Políticas Sociais, seu surgimento e fortalecimento têm sido analisados por diversos autores/as, portanto, a análise da mesma, resulta um trabalho complexo. Tenta-se expor, de maneira resumida e seguindo o tipo de análise aqui desenvolvido, o conceito que melhor explica as políticas sociais.

exigências de proteção social, influenciando desta forma, o desenvolvimento e a criação de políticas sociais. Neste sentido, percebe-se que a sociedade civil também é capaz de transformar uma determinada situação em um problema social que deve ser integrado na agenda pública, procurando sua solução (SILVA, 1999).

As Políticas Sociais representam um campo de ação mediado por conflitos e contradições, na qual o Estado interage com a sociedade civil, situando-se entre os interesses das classes dominantes e as demandas das classes operárias, que segundo a análise que se mostra em continuação sobre o Estado capitalista colombiano, apresenta-se uma prevalência sobre os interesses econômicos e financeiros.

2.1.1 O Estado Capitalista Colombiano e as Políticas Sociais

Segundo as categorias trabalhadas por Farias (2000), pode-se analisar o Estado colombiano a partir da sua estrutura, genealogia, fetichismo e fisco/finança.

A genealogia ou gênese do Estado capitalista colombiano, como se mencionou no primeiro capítulo está presente no início do Século XX, quando ocorreu pela primeira vez um intento de modernização do Estado, onde aproveitando um súbito aumento dos preços do café no mercado internacional, acompanhada da indemnização dos EUA pela separação de Panamá facilitou o avanço e a organização dos latifundiários, exportadores cafeeiros e emergentes industriais, logrando a autonomia econômica, a liberalização e secularização do Estado. Ocorre uma mudança de uma sociedade atrasada, rural e paroquial a uma sociedade com comércio de exportação e importação, com indústria, com o desenvolvimento urbano, com a aparição da proletarização e o deslocamento massivo dos camponeses para as zonas urbanas.

A estrutura do Estado colombiano, desde sua aparência, se caracteriza por cumprir certas funções, dentre elas: exercer a autoridade; ter poder soberano; ter interesse pelo público; dirigir a ordem jurídica; fazer cumprir os direitos da cidadania; servir à comunidade; garantir os princípios, direitos e deveres da constituição; facilitar a participação da população nas decisões que afetam sua vida econômica, política, administrativa, social e cultural; e, manter a integridade territorial. O Estado fortalece sua base militar para enfrentar problemas como o narcotráfico, a violência, para combater os grupos armados à margem da lei, achando este fortalecimento

como sua melhor estratégia para a continuidade da harmonia social, econômica e política. Sua estrutura está conformada por três ramos (ou poderes): legislativo, executivo e judiciário⁷⁹.

Em sua essência encontra-se um Estado débil, onde suas funções estão mediadas e estabelecidas por conta dos interesses das classes dominantes. Além disso, encontram-se partidos políticos envolvidos em uma cultura de corrupção e narcotráfico, enfrentando-se na disputa pelo poder. E, ainda, identifica-se o aumento da manifestação de formas de clientelismo, da pobreza, da economia informal, da delinquência e da corrupção; e a privatização massiva da economia e dos serviços públicos.

É, em essência, uma sociedade caracterizada pela violência gerada principalmente pelo narcotráfico, pela posse da terra e pela obtenção do poder, no qual, tem como principais protagonistas o Governo, o paramilitarismo, as empresas privadas, os narcotraficantes e os grupos à margem da lei.

Nesse sentido, a debilidade do Estado identifica-se em vários acontecimentos ocorridos na história, como por exemplo, no final dos anos de 1960, quando permitiu que o contrabando obtivesse uma dimensão representativa em todos os setores econômicos, dando origem ao aumento do tráfico de drogas, a partir de 1970. Igualmente, a falta de leis e estratégias para garantir à população camponesa a terra necessária para a atividade da agricultura, sua manutenção, incentivos econômicos para a produção agrícola e a segurança, incidiu no desconforto dos camponeses. Por esta razão, ante a ausência do Estado frente às injustiças vividas pelos camponeses, já que suas terras foram roubadas e muitos foram assassinados, estes tomaram as armas para se defender e cuidar de suas propriedades, o que desencadeou a criação das autodefesas camponesas, as atualmente chamadas “Guerrilhas”.

Atualmente, o Estado ainda evidencia-se como débil, também, por conta da configuração econômica de ampliar o mercado com um modelo de abertura e internacionalização, estratégia que requer de um Estado reduzido e descentralizado com uma função de regulação do processo econômico.

⁷⁹ O poder legislativo encarrega-se da elaboração das leis e normas, o poder executivo encarrega-se pelo cumprimento das leis, manter a ordem pública, organizar os serviços para à população e arrecadar tributos e o poder judiciário encarrega-se da aplicação e implementação da lei e de resolver os conflitos segundo as leis estabelecidas.

Pode-se observar o fetichismo do Estado colombiano na Constituição Política de Colômbia de 1991 e sua estrutura burocrática, onde o sistema político cria processos de reforma constitucional com o fim de fortalecer o Estado, incrementar sua legitimidade e superar a natureza excludente do regime político. Porém, no fetichismo pode-se identificar que existe um choque entre a promulgação de um Estado social de direitos e a abertura econômica liderada pelo modelo neoliberalista, onde a debilidade do Estado é disfarçada com a força militar e policial, fingindo ter tudo sob controle.

Uma das formas de identificar o fetichismo no Estado colombiano é através do narcotráfico, que segundo Escalante (2007), enquanto atividade ou dinâmica atua como uma forma de organização da vida econômica, que tem autoridade até sobre o mesmo Estado. A violência é outro fato que pode desvendar o fetichismo do Estado colombiano, pois desempenhou, e ainda desempenha, um papel desestabilizador, incrementando a corrupção e a falta de credibilidade no Estado por parte da sociedade civil.

Além disso, seu fetichismo caracteriza-se por apresentar privatização dos serviços públicos, delegação das funções do Estado para a sociedade civil, desequilíbrio social, ajuste fiscal, militarização, a criação de uma política antiterrorista, a criminalização do protesto social, mecanismos repressivos sobre as organizações sindicais e seus membros ou de qualquer representação da ideologia de esquerda e dificuldades da população para o acesso aos seus direitos.

A fisco/finança do Estado colombiano identifica-se através da lógica de mercado atual representada pelo Neoliberalismo, que como dito anteriormente, faz parte da lógica do sistema econômico capitalista.

Ao fomento do neoliberalismo acrescentou-se o fenômeno de privatização de empresas públicas, como portos marítimos, aeroportos, ferroviárias, telecomunicações e seguridade social, onde o Estado assumiu a responsabilidade de cumprir simultaneamente, a acumulação de capital e a criação das condições para a harmonia social, elementos totalmente contraditórios.

Nessa dinâmica, também se evidencia uma mudança na orientação das políticas públicas, que passou de regular o mercado e fomentar a produção interna, a promover a inserção competitiva das economias nacionais no mercado mundial, deixando de lado o social. Desta forma, como manifesta Carballada (2005, p. 54):

El mercado no garantiza la igualdad, entonces surgen restricciones en la ciudadanía; y el acceso a los recursos básicos de bienestar que antes eran provistos por el Estado, o mínimamente asegurados por éste, dependerá de la inserción de cada persona en el mercado. Inserción que se presenta en general plagada de incertidumbre. Así, la salud, la educación y la vivienda se mercantilizan y pierden el sentido social que antes les prodigaba el Estado-nación, situación que se naturaliza en este nuevo lugar.

Percebe-se então que o Neoliberalismo realmente não assume irrelevante papel no Estado nem em suas instituições, senão com o objetivo de fazê-lo ainda mais funcional a seus próprios interesses, criam uma reforma radical das instituições e das práticas estatais que abrangem questões entre a coerção e o consentimento, entre poder do capital e os movimentos populares, entre o poder executivo e judiciário, por um lado, e os poderes da democracia representativa por outro (MONTAÑO, 2002).

A partir desta análise do Estado capitalista colombiano, seus determinantes e sua evidente contradição entre a implementação e o fortalecimento das políticas neoliberais e o estabelecimento do Estado social de direitos, é que entram em jogo as Políticas Públicas.

A análise das Políticas Públicas na Colômbia esteve afastada das discussões acadêmicas antes dos anos de 1990, mas a partir da Constituição de 1991 e da participação no Consenso de Washington (CW)⁸⁰, começou a ter importância e hoje se apresenta como tema obrigatório nas ciências e debates políticos (ROTH, 2007). O interesse por este tema, além da conformação de uma nova constituição, está vinculado com as diretrizes internacionais dadas neste CW, onde organizações como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estabeleceram que os Estados-nação deviam fazer reformas orientadas pelas políticas neoliberais.

Algumas das exigências do CW foram: a redução dos gastos públicos, a privatização estatal, a reforma tributária e o investimento estrangeiro com eliminação das restrições (TAVARES, 2011). Ante esta dinâmica, evidentemente, as políticas públicas na Colômbia sofreram mudanças quanto aos seus objetivos, público-alvo e suas prioridades, mostrando-se mais em favor destas exigências internacionais que sobre as demandas da população.

⁸⁰ Encontro realizado em 1989 na cidade de Washington – EUA, convocada pelo *Institute for International Economics*, que pretendia propalar as políticas neoliberais para combater a pobreza dos países subdesenvolvidos, principalmente da América Latina. Suas ideias principais giraram em torno à abertura econômica e comercial, a aplicação da economia de mercado e controle fiscal macroeconômico (TAVARES, 2011).

Uma das estratégias para a redução do gasto público foi o fortalecimento das alianças com as ONG's e outras organizações terceirizadas, que começaram a cumprir as funções do Estado, implementando programas e projetos sociais para a população menos favorecida (social e economicamente). O Estado ao delegar essas responsabilidades ao Terceiro Setor, e em prol de legitimar as ações destas organizações terceirizadas, exigiu resultados dos programas e projetos implementados, realizando controle sobre os gastos públicos na área social. Nesta medida, fora estabelecida uma dinâmica de rendição de contas; de avaliação dos resultados e impactos; e da análise do custo-benefício desses projetos, aprofundando os estudos sobre as políticas públicas.

Dessa forma, na educação superior das ciências políticas do país começou a se estabelecer a relevância e importância da análise das políticas públicas e seu processo de avaliação. Segundo Roth (2007), a corrente de pensamento que predomina nestes estudos na Colômbia está vinculada ao positivismo, apoiado pelos postulados da microeconomia e dos instrumentos da sociometria e econometria⁸¹.

Por consiguiente, los análisis fomentados, contratados o realizados por las instancias gubernamentales, por las instituciones multilaterales, por las agencias de cooperación nacionales o internacionales, por centros de investigación universitarios y por la multitud de organizaciones no gubernamentales, tienden a enmarcarse en esta sola perspectiva, generando un casi monopolio de la autoridad científica 'legítima' en el área. La consecuencia es la producción de análisis realizados, casi siempre de manera implícita, desde una perspectiva racionalista e instrumentalista con pretensión de validez universal que se presenta como una verdad científica (ROTH, 2007, p. 47).

Nessa medida, identifica-se uma clara tendência positivista das políticas públicas, orientada pelas lógicas neoliberais em favor dos interesses econômicos, financeiros e de mercado, evidenciado tanto nos estudos sobre a análise das políticas públicas e seus movimentos, quanto na prática (as ações desenvolvidas na implementação). O Governo colombiano favorece a empresa privada e o monopólio da produção do sistema capitalista sobre os direitos e a qualidade de vida dos sujeitos, principalmente das classes menos favorecidas. Cabe perguntar então, o que ocorre com as Políticas Sociais?

Segundo a revisão bibliográfica realizada neste estudo, o surgimento das Políticas Sociais na Colômbia vem determinadas pelas políticas e estratégias

⁸¹ Ferramentas vinculadas principalmente com estudos e pesquisas quantitativas.

implementadas nos EUA com o surgimento do Estado de Bem-estar. Na Colômbia, criaram-se instituições estatais que na sua aparência procuravam o bem-estar dos sujeitos e a garantia de uma qualidade de vida, mas que na sua essência, como dito anteriormente, representou a resposta à questão social.

Entre as instituições criadas dentro desta lógica estiveram o *Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (ICBF)*, criado em 1968 para trabalhar em prol da infância, adolescência e o bem-estar da família, principalmente daqueles em condições de ameaça e vulnerabilidade de direitos; o *Servicio Nacional de Aprendizaje (SENA)*, criado em 1957, que procurava ofertar formação técnica, tecnológica e complementar a trabalhadores, jovens e adultos da indústria, comércio, campo, mineração e gado; o *Instituto de Mercadeo Agropecuario (IDEMA)*, criado em 1944, para incentivar, administrar e proteger a produção nacional; o *Instituto de Seguros Sociales (ISS)*, criado em 1946, encarregado da seguridade social dos empregados do setor público e privado com emprego formal, oferecendo os serviços de saúde, pensões, aposentadoria e proteção de riscos profissionais; o *Banco Cafetero* criado em 1953, tendo como principal acionista o *Fondo Nacional del Café*; e a *Caja Agraria*, banco criado em 1931, considerado o maior banco da história de Colômbia, porém liquidado em 1999.

O Estado capitalista colombiano procurava, através dos governos (sejam dirigidos pelo Partido Liberal ou Conservador) implementar políticas sociais como forma de melhorar as condições de vida da classe operária, para assim aumentar o desenvolvimento da indústria nacional e conseguir votos nas campanhas eleitorais. Igualmente, identifica-se como uma estratégia para acalmar as massas e prevenir qualquer tipo de manifestação de revolução social (ARIAS, 2011).

En efecto, si el Estado y los empresarios tenían que hacer ciertos esfuerzos para aliviar las condiciones de vida de los trabajadores, el “sacrificio” valía la pena, pues era la mejor garantía para asegurarse el apoyo, el reconocimiento, la lealtad, mejor aún, la sumisión de los sectores populares. De eso se trataba, en el fondo, de hacer algunas concesiones para controlar de cerca a los trabajadores y a los sindicatos, para impedir que se organizaran por su propia cuenta, autónomamente. (ARIAS, 2011, p. 97).

Percebe-se, pois, que o Estado colombiano na aparência desenvolvia estratégias em benefício do social e exercia controle sobre o mercado e a economia; mas na sua essência promovia o fortalecimento da indústria, incentivando a produção capitalista e beneficiava a inversão estrangeira. A partir do ano 1990, esta dinâmica mudou, o Estado fortaleceu sua força militar e policial e, além disso, tinha

outros aliados para cumprir a função de conter as massas (os paramilitares). Portanto, com este poder militar já não se preocupava em “amenizar” a população, simplesmente implementou as políticas neoliberais em detrimento do social. Neste sentido, o Estado acabou com tudo o que se chamasse público. Das instituições públicas nomeadas anteriormente, algumas foram liquidadas, outras fechadas, outras privatizadas e outras se converteram em empresas mistas (público-privadas).

As políticas sociais com esse Estado descentralizado viram reduzidos seus impactos por conta da autonomia da gestão das entidades territoriais (nacional, departamental e municipal). Isso quer dizer que o acesso aos direitos começou a depender da quantidade de recursos que tinha cada território. Por exemplo, o Governo, junto com os ministérios responsáveis, formula uma política nacional em saúde que cada entidade territorial (Departamento ou Município) deve cumprir. Para a implementação desta política nacional cada Departamento e Município planeja estratégias, a partir das instituições e dos recursos que tem a disposição. Neste caso, os municípios com maior atividade econômica e de maior população, como Bogotá, Cali e Medellín podem até criar sua própria política, programas ou projetos em saúde, seguindo as diretrizes nacionais, considerando a disponibilidade das suas instituições como hospitais, centros e postos de saúde, seu público-alvo e suas demandas mais sentidas, avaliando os recursos disponíveis para sua implementação.

No caso de municípios menores, determinada pela quantidade da população e pela produção de capital, bens e serviços, a situação é mais complexa, pois não contam com os recursos suficientes, nem com a autonomia para elaborar uma política ou um programa de acordo com suas necessidades. Na maioria dos casos, estes municípios dependem de outros maiores para seu desenvolvimento social, econômico e político (CUERVO, 2007).

A política pública ou lei nacional, que rege as diretrizes da política social em saúde é a *Ley 100 de 1993*. Sua criação representou a privatização das empresas encarregadas de administrar, assegurar e prestar os serviços de saúde, pensões e proteção de riscos profissionais. Da mesma forma ocorreu com as leis de Educação Superior, de serviços públicos domiciliários, de telecomunicações criadas nos anos de 1990, que passaram de instituições públicas a empresas privadas.

Assim como a Constituição Política da Colômbia de 1991 representa a contradição do Estado capitalista colombiano, essa lei de saúde também evidencia

as contradições de um sistema econômico capitalista que pretende conciliar com as demandas das classes populares. No seu texto oficial, no preâmbulo, promulga que disponibiliza uma cobertura integral em saúde, em prol da qualidade de vida da pessoa e a comunidade, colocando como principal objetivo:

Garantizar los derechos irrenunciables de la persona y la comunidad para obtener la calidad de vida acorde con la dignidad humana, mediante la protección de las contingencias que la afecten. El sistema comprende las obligaciones del Estado y la sociedad, las instituciones y los recursos destinados a garantizar la cobertura de las prestaciones de carácter económico, de salud y servicios complementarios, materia de esta Ley, u otras que se incorporen normativamente en el futuro (COLÔMBIA, 1993).

Apesar de o referido objetivo garantir o acesso aos direitos em saúde, na prática isso não acontece. Além da falta de cobertura, dos problemas nas filiações de pessoas de escassos recursos econômicos e das mortes ocorridas pelo não atendimento por questões de pagamento apresentam-se também, problemas quanto à infraestrutura das instituições de saúde, falta de profissionais da saúde, problemas administrativos e o fechamento de muitos hospitais públicos pela ausência de recursos. A saúde tornou-se um negócio e as entidades públicas não tiveram como competir com o setor privado, que tinha todo o apoio do Estado. Como menciona lamamoto (2000, p. 35):

Presencia-se a desorganização e destruição dos serviços sociais públicos, em consequência do "enxugamento do Estado" em suas responsabilidades sociais. A preconizada redução do Estado é unidirecional: incide sobre a esfera de prestação de serviços sociais públicos que materializam direitos sociais dos cidadãos, de interesse da coletividade.

Ante a precariedade do sistema de saúde, os governos dos anos de 1990 até a atualidade têm tentado minimizar os impactos negativos dessa lei, criando outras leis, políticas e decretos, reiterando a saúde como um direito e que, portanto, todas as pessoas podem acessá-la de forma integral e sem restrição econômica. Algumas destas normas são: a *Ley 1122 de 2007*, pela qual se fazem algumas modificações no Sistema Geral de Seguridad Social em Saúde; *Decreto 3039 de 2007*, pela qual se adota o *Plan Nacional de Salud Pública 2007-2010*; *Ley 1438 de 2011*, por meio do qual se reforma o *Sistema General Social en Salud*; *Ley 1751 de 2015*, por meio da qual se regula o direito fundamental à Saúde; e, a Política de Atenção Integral em Saúde, de Janeiro de 2016.

Atualmente, a política que rege a atenção em saúde é o *Plan Decenal de Salud Pública (PDSP) 2012-2021*, que foi criado como uma rota ou caminho que permitirá avançar para o ideal de saúde dos colombianos, durante os próximos dez

anos. A partir da leitura do referido plano, identifica-se que o Governo procura, pelo menos no papel, melhorar o sistema de saúde e as formas de atendimento, considerando os enfoques: diferencial, de gênero e de direitos, assumindo que todas as pessoas podem acessar o direito à saúde e devem ser vistos como iguais, tendo em conta suas diferenças. Este PDSP entende a saúde, como:

[...] el resultado de la interacción armónica de las condiciones biológicas, mentales, sociales y culturales del individuo, así como con su entorno y con la sociedad, a fin de poder acceder a un mejor nivel de bienestar como condición esencial para la vida (COLÔMBIA, 2013, p. 12).

Desta forma, lê-se que fazem um reconhecimento das problemáticas que vivem alguns setores e grupos populacionais do país, colocando-os como dimensões prioritárias a serem atendidas pela área da saúde, como por exemplo: a promoção e atendimento para a saúde ambiental, a vida saudável e condições não transmissíveis, convivência social e saúde mental, seguridade alimentícia e nutricional, direitos sexuais e reprodutivos, dentre outros. No reconhecimento das populações vulneráveis, e a partir do enfoque diferencial, propõem estratégias que devem ser transversais para o atendimento e melhoramento das condições de vida como da infância e adolescência, dos idosos, pessoas vulneradas pela sua condição de gênero, etnia, situação de deficiência e vítimas do conflito armado.

Desde uma análise crítica sobre as propostas da cobertura do atendimento na saúde deste PDSP, percebe-se que o Estado cumpre “estritamente” com as disposições das políticas neoliberais ao identificar as populações de crianças, terceira idade, deficientes e mulheres como vulneráveis. Quer dizer, que são vulneráveis ou “marginalizados” em razão de sua condição física, pessoal, social ou pela baixa renda salarial, que não lhes permite ser úteis ou competitivos para o mercado capitalista (FERNANDEZ; ROZAS, 1988).

Tomando como exemplo o caso das pessoas vulneradas pela condição de gênero, o PDSP propõe oito estratégias para promover as condições favoráveis em prol do desenvolvimento integral de homens e mulheres, garantindo serviços de saúde com perspectiva de gênero com atenção humanizada e qualidade, considerando as diferenças entre homens e mulheres, segundo sua idade, etnia, situação de deficiência e outros fatores que gerem vulnerabilidade (COLÔMBIA, 2013).

Resgata-se aqui, a estratégia nº7, que diz o seguinte:

Atención en salud con enfoque de género, que reconozca las condiciones diferenciales de género y permita la superación barreras de

acceso, oportunidad, uso y calidad de los servicios de atención integral (COLÔMBIA, 2013, p. 148, grifo do autor).

Apesar dos avanços quanto às leis e normas que favorecem o acesso aos direitos (que neste caso toma-se como exemplo a saúde por ser eixo desta pesquisa), continua-se apresentando preferências pelo setor econômico. De fato, na introdução exposta pelo PDSP, ressaltam que se pretende fazer uma articulação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, questão vista anteriormente como contraditória.

É evidente a ampla gama de leis e normas que promulgam o acesso aos direitos e que promovem uma melhor qualidade de vida para os sujeitos (de fato até poderia pensar-se que são demasiadas), mas que realmente não apresentam os impactos que objetivam; a quantidade de leis não garante a qualidade da implementação das mesmas. Neste sentido, ressalta-se o dito pelos autores Fernandez e Rozas (1988, p. 58):

[...] las políticas sociales, por sí mismas, no pueden erradicar las injusticias sociales; éstas en un sistema capitalista, tienen una matriz estructural que está determinada por la posición de las clases con intereses contradictorios antagónicos; y éstos sólo se resuelven con la transformación sustancial del sistema como efecto de la lucha de los grupos que no detentan el poder económico y político.

Identifica-se que essa contradição das políticas sociais, também é evidenciada pelos/as profissionais entrevistados, como coloca o Entrevistado A:

[...] Realmente Colombia tiene un marco normativo legal muy grande, muy rico, muy completo, pero eso en comparación con la realidad hay un abismo inmenso [...] Aquí todo tan bonito en la Constitución, en la ley, pero la práctica y la realidad son otras. Eso siempre lo confronta a uno como profesional en su quehacer, frente a la verdadera resolución de los conflictos que uno percibe en la comunidad, porque a veces las personas tienen una problemática y el Estado ofrece unas alternativas de solución a esa problemática, pero cuando las vamos a materializar...Entrevistado A.

Igualmente, o acesso continua sendo determinado pelas questões econômicas *“[...] no hay recursos, entonces son situaciones que a uno lo confrontan frente a esa realidad tan divergente, el Estado supone que todo está dado y en la práctica a veces no se logra identificar que esas cosas estén dadas” Entrevistado A.*

Como dito anteriormente, os municípios maiores criam seus próprios programas e projetos, de acordo com as leis e normas nacionais no caso da Cidade de Cali, a norma que rege atualmente o sistema de saúde é o *Plan Territorial de Salud (PTS) 2016-2019*, planos que são formulados e atualizados conforme o

período da administração dos prefeitos⁸². Este PTS apresenta como principais objetivos estratégicos:

Avançar frente à garantia do gozo efetivo do direito à Saúde, Melhorar as condições de vida e saúde da população e Conseguir zero tolerância frente à morbidez, mortalidade e deficiência evitável (ALCALDIA DE SANTIAGO DE CALI, 2016, p. 92, tradução nossa).

Segundo a análise da situação em saúde da cidade feita pelo PTS, a administração anterior⁸³ não obteve resultados favoráveis frente aos objetivos propostos, situação exposta nas taxas de violência, segurança, homicídio, morbidez e nutrição. Como exemplos desta situação encontram-se as taxas dos casos de violência intrafamiliar, violência contra a mulher e violência sexual, onde no ano de 2015, notificaram-se 4.833 casos, 83% das pessoas afetadas foram mulheres, onde 60% foram menores de 25 anos, sendo o grupo etário mais afetado entre os dez e catorze anos (15%). Segundo o tipo de afiliação à saúde, 47% encontra-se no regime subsidiado e 43% no regime contributivo. As *comunas* mais afetadas foram 13, 14, 8, 15, 16, 21 e 11⁸⁴, concentrando os 54% do total de casos, sendo as áreas de influência as ESE Oriente, Centro e Sul-Oriente (ALCALDIA DE SANTIAGO DE CALI, 2015b).

Considerando as características que envolvem a violência, encontra-se que a violência física e sexual concentra 82% dos casos; o homem é o principal agressor com 77%, sendo mais frequente a violência do homem para a mulher. A idade dos agressores encontra-se entre os 25 e 34 anos com um 28%, sendo o esposo e companheiro permanente os de maior proporção (26%). O lugar onde mais ocorrem situações de violência é na casa com 74% e 43% dos casos a/o afetada/o vive com o agressor (ALCALDIA DE SANTIAGO DE CALI, 2015b) (ANEXO E).

Como se pode observar, apesar das múltiplas leis, normas e políticas em saúde, a situação da violência contra a mulher em Cali nos anos de 2012-2015, não obteve muitos avanços, evidenciando uma vez mais, que não é suficiente a

⁸² O período da administração do atual prefeito Norman Maurice Armitage corresponde aos anos 2016-2019.

⁸³ A administração anterior deu-se nos anos 2012-2015, liderada pelo prefeito Rodrigo Guerrero.

⁸⁴ A cidade de Cali tem uma zona do território chamada *Distrito de Aguablanca*, esta zona do oriente da cidade foi fundada em 1972 aproximadamente, com bairros que na sua maioria conformaram-se por processos de ocupações e urbanizações ilegais. Apresenta uma população de escassos recursos econômicos, migratória, já que vem de outros setores do país, deslocados do campo, vítimas do conflito armado e vítimas de desastres naturais. Aproximadamente tem 89 bairros, 19 assentamentos subnormais e está conformada pelas *comunas* 13, 14, 15 e 21. É culturalmente vista como a zona mais perigosa da cidade pelos seus múltiplos casos de homicídio, roubo, tráfico de armas e drogas, pandilhas e violência (ALCALDIA DE SANTIAGO DE CALI, 2011) (ANEXO F).

existência da norma, também sendo necessário identificar outros determinantes, que ajudem a compreender a problemática da mulher e gerar mudanças nos âmbitos sociais e culturais.

Além do exposto, a área da saúde conta com leis e normas específicas para a proteção, atendimento e erradicação da discriminação e violência contra a mulher. Em nível internacional encontra-se a Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) de 1979, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher “Convenção de Belém do Pará” de 1994, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Beijing de 1995. Em nível nacional encontra-se a *Ley 1257 de 2008*, pela qual se ditam normas de sensibilização, prevenção e punição de formas de violência e discriminação contra as mulheres; *Decreto 2734 de 2012*, por meio do qual se regulamentam as medidas de atenção às mulheres vítimas da violência; *Ley 1616 de 2013*, por meio da qual se expede a Lei de Saúde Mental; a Política Pública Nacional para as mulheres – CONPES 161, de 2013. Em nível local encontra-se o *Acordo 126 de 2010*, pela qual se cria a política pública para as mulheres da Cidade de Cali.

Apesar da quantidade de normas e leis nos diferentes níveis para o atendimento desta problemática, as instituições de saúde da cidade (junto com a Secretaria de Saúde Pública Municipal) privilegiam aquelas estabelecidas no âmbito local, pelo menos no que se refere à intervenção, como expõe o Entrevistado A: *“Cuando se trata de violencia sexual, ya hay unos protocolos y unas rutas establecidas a nivel municipal y nosotros nos adherimos estrictamente a esas”* Entrevistado A. Dessa forma, no caso da intervenção com MSV, a instituição de saúde e seus profissionais, privilegiam os programas, projetos, ações ou protocolos formulados pela PPM da Cidade de Cali.

Lembra-se que essa PPM procurou, e procura, ser uma ferramenta legislativa e normativa para garantir a equidade e igualdade de gênero e, o acesso das mulheres aos seus direitos. Além disso, busca ser dinamizadora na superação das barreiras estruturais e culturais que justificam e legitimam a discriminação da mulher. Por exemplo, no eixo “Saúde”, a PPM propõe uns protocolos de atendimento

para as MSV com o objetivo de oferecer às instituições de saúde, ferramentas para a prevenção, detecção e atenção em saúde destas mulheres⁸⁵.

Para cada tipo de violência existe um protocolo de atendimento, tal como acontece com as mulheres menores de idade. Por exemplo, o protocolo das mulheres em situação de violência física e psicológica é o seguinte:

- a) Documentação: realização da história clínica;
- b) Diagnóstico: identificação de signos, sintomas e alterações psicológicas;
- c) Intervenção: atenção de Psicologia e Trabalho Social;
- d) Hospitalização: avaliação clínica;
- e) Proteção: em caso de ameaça de morte;
- f) Notificação: reportar no sistema de vigilância em saúde pública;
- g) Denúncia: ante as autoridades competentes como Ministério Público;
- h) Seguimento: avaliar o impacto da intervenção, evitar repetição.

Para os casos de menores de idade devem se reportar com ICBF; e, no caso de violência sexual, o protocolo é muito mais amplo e rígido, pois contempla mais exames físicos e psicológicos⁸⁶.

No processo da implementação desses protocolos as/os profissionais da saúde devem ter em conta o seguinte: as mulheres devem ser entrevistadas sozinhas sem a presença do parceiro, permitir que as mulheres falem e expressem suas emoções, evitar juízos de valor, não emitir conceitos sem o conhecimento adequado, elaborar a história clínica de forma esclarecida e detalhada e fazer uma avaliação completa, analisando os resultados clínicos com a informação dada pela mulher.

Segundo as entrevistas realizadas junto aos profissionais de Trabalho Social na área da saúde, identifica-se que todos e todas conhecem sobre os protocolos de atendimento para as MSV, como se evidencia com o Entrevistado A:

Están determinados según el tipo de violencia, cuando son violencias emocionales o psicológicas, tenemos una ruta de atención para las personas que están con esa problemática, consistente en la valoración médica, por atención por equipo psicosocial de salud mental, en donde hay intervención de trabajo social, hay intervención de psicología [...] identificar

⁸⁵ Ressalta-se que os procedimentos, serviços e medicamentos utilizados no protocolo de atendimento às mulheres em situação de violência, estão incluídos no POS, ou seja, é um serviço gratuito, segundo a lei.

⁸⁶ Por exemplo, devem ser realizados testes diagnósticos, profilaxia para Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), profilaxia para HIV/AIDS, anticoncepção de emergência, intervenção terapêutica em saúde mental.

cual es la problemática más sentida por la persona, identificar el contexto en el cual se desenvuelve y apuntarle a la construcción de acciones o de intervenciones que tiendan al restablecimiento de sus derechos vulnerados. Entrevistado A.

Igualmente, identifica-se que esses profissionais reconhecem que para cada violência existe uma rota diferenciada: “[...] entonces dependiendo de la particularidad de la situación, uno activa la ruta” Entrevistada E.

Além do amplo conhecimento sobre os protocolos e as rotas para o atendimento de MSV, as/os profissionais também reconhecem as dificuldades que se apresentam no momento da ativação da rota, como menciona a Entrevistada E, “Las políticas muy bien en lo escrito, pero en la realidad hay veces nos quedamos cortos con las víctimas porque no sabemos dónde llevarlas” Entrevistada E.

Neste caso, a Entrevistada E identifica dificuldades entre os processos de articulação intra e interinstitucionais. No caso da Entrevistada I, esta identifica que as dificuldades não são apenas da política local, mas que é uma problemática surgida a partir do Estado colombiano.

[...] no hay por parte del Estado colombiano, entidades de apoyo cuando las personas están bajo serio riesgo y todavía no se ha definido una conducta penal o legal frente al agresor, o sea, no tenemos sitios donde las personas puedan estar y que se les garantice por lo menos un nivel mínimo de seguridad. Entrevistada I.

Já a Entrevistada F - além das problemáticas interinstitucionais e do Estado - reconhece que uma das maiores dificuldades apresentadas é o pouco conhecimento que as mulheres de nível econômico baixo têm sobre seus direitos, questão que pode incidir na falta de resultados favoráveis na implementação da PPM e dos poucos avanços no âmbito social e cultural. “Hay muchas cosas para mejorar y también hay desconocimiento, o sea, muchas mujeres no conocen sus derechos” Entrevistada F.

Ante esse panorama de análise da relação entre o Estado colombiano, as políticas públicas e as políticas sociais em saúde, identificam-se vários determinantes que dificultam o desenvolvimento do social no país e o acesso aos direitos, especificamente os direitos à saúde.

As políticas públicas, especificamente as políticas sociais, como comenta Montaño (2002), não cabem em um contexto neoliberal e capitalista. São políticas que dificilmente podem observar o cumprimento de seus objetivos e metas, em uma sociedade voltada para beneficiar uns poucos, centrada no mercado, deixando de

lado as problemáticas sociais, principalmente as geradas pelo sistema econômico capitalista que incrementa a desigualdade social.

Avanços frente a problemáticas sociais como a violência contra a mulher, não implicam simplesmente em formular políticas sociais⁸⁷. A forma como se desenvolve a implementação e a adequada avaliação das ações executadas podem incidir no conhecimento e melhoramento dessas situações. É preciso oferecer à população a informação necessária para exigir a garantia de seus direitos. Desta forma, a população que representa as classes menos favorecidas podem criar diferentes estratégias para fazer valer seus direitos, identificando as ferramentas legais que se tem, mesmo que o Estado queira privilegiar os interesses das classes dominantes.

2.2 O Trabalho Social no Campo das Políticas Sociais

Falar sobre o Trabalho Social e sua relação com as políticas sociais é igualmente, ou mais complexo e contraditório, que olhar a relação entre o Estado capitalista e as políticas sociais. Como evidenciado no primeiro capítulo desta pesquisa, o Trabalho Social tem íntima relação com o Estado através da sua prática profissional, pois é o encarregado da implementação das políticas públicas formuladas por este, embora não seja a única profissão nesta tarefa, nem seu único campo de exercício profissional.

Assim, tenta-se neste ponto ampliar um pouco mais a análise conceitual entre a profissão do Trabalho Social e seu campo de ação das políticas sociais, ressaltando alguns de seus determinantes, os quais se consideram essências para o entendimento deste tema⁸⁸.

Segundo o autor Montaña (2000), dependendo da perspectiva conceitual e teórica que se tenha das políticas sociais, igualmente se relacionará teórica e logicamente com a concepção sobre a gênese do Trabalho Social. Neste sentido, aporta duas teses a respeito, onde a primeira indica que, se a concepção das

⁸⁷ E não se fala de erradicação de problemáticas sociais, porque numa sociedade capitalista, isso é visto como impossível pelas dinâmicas de produção. Igualmente, para alcançar estes avanços é preciso olhar estas problemáticas como expressões da questão social e ver a realidade concreta como totalidade.

⁸⁸ Para ampliar o tema sobre políticas sociais e o Trabalho Social na América Latina ver o livro *Políticas Sociales y Trabajo Social* dos autores Margarita Rozas e Arturo Fernandez de 1988 e o livro *La naturaleza Del Servicio Social* do autor Carlos Montaña de 2000.

políticas sociais é aquela vinculada a desenvolver ações em prol da diminuição das desigualdades sociais, vistas como um processo natural, a concepção de Trabalho Social será aquela que vincula a profissão, a partir da profissionalização da filantropia. Já a segunda indica que se a concepção das políticas sociais é entendida como aquele campo de ação onde se conjugam aspectos políticos, econômicos e sociais, a tendência seria de compreender a gênese de Trabalho Social vinculada a um projeto ético-político, onde o profissional assume um papel executor das políticas sociais.

Neste sentido, adere-se à segunda tese, assumindo que no campo das políticas sociais apresentam-se diversos determinantes e, onde se inter-relacionam os interesses políticos, econômicos e sociais das classes dominantes e populares, convertendo as políticas sociais em um campo de ação de conflitos e contradições, em constante movimento e construção.

No cenário do Estado capitalista é promovida uma qualificação específica para os diferentes campos do conhecimento, que no caso do Trabalho Social são estratégias estabelecidas pelas classes dominantes para o enfrentamento da questão social, assumindo-a de forma fragmentada ao perceber dita questão social como problemas sociais que devem ser resolvidas, consolidadas em medidas da política social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Cabe ressaltar, que autores como Iamamoto e Netto analisam que a concepção de “Políticas Sociais” vincula-se com a visão de que o Estado é aquele que media entre os interesses das classes sociais, agindo de forma neutra, onde a questão social é fragmentada e suas expressões são tratadas como problemáticas sociais particulares; e que, não se assume a “Política Social” como uma totalidade, pois se estaria evidenciando sua relação com o sistema de produção capitalista. (TAPIRO, 2012). Neste sentido, se a questão social é fragmentada, a intervenção social do trabalhador/a social também, assumindo que deve agir sobre estas problemáticas, através do reconhecimento dos direitos sociais somado a uma receita de técnicas implementadas adequadamente, sem considerar um processo político e crítico-reflexivo (NETTO, 2002)⁸⁹.

⁸⁹ Cabe esclarecer, que embora neste estudo se utilize o conceito de “Políticas Públicas”, não se assume a questão social de forma fragmentada e identifica-se a importância dos processos críticos e reflexivos na intervenção no social dos/as profissionais de Trabalho Social.

No campo das políticas sociais, no contexto do Estado capitalista que privilegia a implementação das políticas neoliberais, o principal (por não dizer o único) sujeito de intervenção social da/o profissional de Trabalho Social é o atendimento das classes menos favorecidas. Apesar disso, sua atuação profissional não deriva desta população, mas sim do mandato das classes dominantes, pois é daqui onde recebe sua renda salarial, que vai depender do alcance dos objetivos e metas impostas pelo chefe ou instituição (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Nessa medida, identifica-se que as/os trabalhadoras/es sociais apresentam limites e dificuldades para desenvolver sua intervenção social, pois sua condição de assalariado, ou seja, ser parte da classe menos favorecida, imprime-lhe constantemente, conflitos e contradições no momento de exercer sua prática profissional.

Nessa dinâmica neoliberal, o número de os/as profissionais contratados pelo Estado, é cada vez mais reduzido por conta da privatização e da terceirização empresarial, como mostra claramente o Entrevistado A:

[...] la carencia de recursos económicos para la contratación de trabajadores sociales en el área de intervención son un obstáculo para que la población reciba una atención, digamos así, mucho más amplia, un acompañamiento más significativo [...] Entrevistado A.

Além disso, é reduzido o financiamento e os recursos com os quais a/o profissional executa as políticas sociais, “*[...] tenemos una política pública que está orientada hacia la atención integral de las víctimas de violencia intrafamiliar y sexual, pero que en la práctica no llegan los recursos [...]*” Entrevistado A. Igualmente, a Entrevistada F complementa:

[...] aquí en el hospital también ha habido problemas de recursos, a veces no contamos con todos los medicamentos, o de pronto lo que es necesario para atender a una víctima por violencia familiar o por abuso sexual Entrevistada F.

Essa situação promove uma subordinação das/os profissionais e fragiliza sua intervenção social, que na maioria dos casos favorece os setores econômicos (os interesses das classes dominantes) em detrimento das situações evidenciadas como demandas da população menos favorecida.

Quanto às instituições ou empresas que contratam as/os trabalhadoras/es sociais a partir da tendência da terceirização, segundo Montañó (2000) o que muda não são as instituições que contratam, porque muitas vezes terminam sendo as mesmas; o que muda realmente é o tipo de contrato, onde o profissional perde seus direitos como trabalhador, pois são contratos com um tempo definido (que

normalmente são de um ano), não contando com direito a férias e prestações de lei (saúde, pensões, proteção de riscos profissionais), sendo estes assumidos pelo profissional.

Frente a atuação profissional na terceirização comenta o autor Montaña (2000):

Esta propuesta, además de descaracterizar la profesión, acepta la tercerización como el camino válido para la liberalización profesional, desconsiderando también la real base de sustentación funcional-laboral del Servicio Social. Masivamente el asistente social no vende los servicios que presta, sino que vende su fuerza de trabajo para poner en movimiento los servicios ofrecidos por el Estado y otros organismos (y conquistados por las clases trabajadoras). La liberalización de la profesión contribuye así a la “re-filantropización”, reforzando la tendencia privatista y focalista de las políticas sociales (MONTAÑO, 2000, p. 193).

Dessa forma, evidencia-se um panorama um pouco desanimador para os que exercem (ou exercemos) a profissão do Trabalho Social. Evidentemente, nem tudo está dito, nem tudo acabado, embora o exercício profissional esteja principalmente dirigido aos interesses das políticas neoliberais, também está vinculado a instituições, sujeitos e movimentos sociais que procuram outros objetivos, além dos interesses econômicos, voltados mais para o desenvolvimento social e cultural.

Igualmente, propõe-se assumir uma intervenção no social⁹⁰, já que esta fornece as ferramentas necessárias para compreender a natureza contraditória da sua prática profissional, reconhecendo suas limitações e possibilidades (FERNANDEZ; ROZAS, 1988).

Frente o sujeito de intervenção, considera-se que este não deve ser definido *a priori*, como acontece na dinâmica do sistema capitalista. O sujeito é aquele que tem uma história, que está envolvido em um contexto, é aquele que participa, muda e tem voz, portanto, as ações a serem desenvolvidas não são fixas nem predeterminadas. Como comenta o autor Montaña (2000, p. 194):

[...] el Servicio Social no puede ni debe, en cuanto colectivo profesional, definir a priori y rígidamente el sujeto al cual va dirigida su intervención, su público-meta, ni establecer un proyecto político-profesional totalmente predeterminado. La creatividad, la diferencia, la heterogeneidad de cada profesional son esenciales para el desarrollo de la profesión.

Finalmente, tendo em conta que os estudos sobre políticas públicas e sociais apresentam no contexto colombiano uma clara tendência positivista (como visto anteriormente), o compromisso é assumir uma postura crítica frente a estes

⁹⁰Este conceito será ampliado no terceiro capítulo.

estudos e tentar vincular outras perspectivas que permitam desvendar a contradição e conflito entre o Estado, as políticas sociais e a intervenção social das/os trabalhadoras/es sociais, considerando que o Estado colombiano é capitalista e que, portanto, seus interesses são dirigidos a fortalecer o âmbito econômico e as políticas neoliberais, que as políticas sociais fazem parte das estratégias do Estado na continuidade de seus objetivos capitalistas, que as classes populares colombianas não acedem a seus direitos e que desde o exercício profissional das/os trabalhadoras/es sociais se fortalecem as dinâmicas das classes dominantes.

Analisada essa realidade, pode pensar-se na criação e implementação de estratégias alternativas, onde profissionais das diferentes áreas do conhecimento junto com a população, comunidade e movimentos sociais possam procurar processos de transformação e mudança, que permitam pelo menos avanços no acesso aos direitos, a partir do conhecimento destes.

3 A INTERVENÇÃO NO SOCIAL DAS/OS TRABALHADORAS/ES SOCIAIS E A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Este capítulo faz referência ao estudo e à compreensão de dois conceitos centrais desta dissertação e, ao mesmo tempo, realiza uma análise de sua relação. O primeiro deles é o conceito de Intervenção no Social, pensado como uma metodologia do Trabalho Social, na qual se procura olhar sua definição, inicialmente de forma geral e, logo após, como se apresenta na área da saúde.

Por conseguinte, analisa-se como ocorre esse processo de intervenção no social a partir das experiências das/os profissionais entrevistadas/os e, resgatando as características dessa intervenção na atenção às mulheres em situação de violência. O segundo conceito relevante é a perspectiva de gênero; em primeiro lugar, identificam-se os significados teórico-conceituais desenvolvidos por algumas autoras e autores sobre o gênero e a perspectiva de gênero, olhando sobre suas mudanças, avanços e transformações ao longo dos séculos XX e XXI.

Na sequência, identificam-se as concepções, percepções e conhecimentos das/os profissionais de Trabalho Social em relação à perspectiva de gênero e responde-se como se expressa esta perspectiva na sua intervenção social⁹¹, destacando seus pontos de encontro e desencontro. Finalmente, analisa-se a relação entre a PPM e a intervenção social desenvolvida pelas/os profissionais de Trabalho Social na área da saúde, identificando a transversalização da perspectiva de gênero.

3.1 Intervenção no Social

O conceito de intervenção no âmbito profissional faz referência, principalmente, às ações realizadas pelos profissionais das diferentes ciências com os sujeitos ou grupos sociais, baseados em fundamentos teóricos, epistemológicos e metodológicos, que lhes permitem colocar em jogo os campos da teoria e da empiria. Na profissão de Trabalho Social, a intervenção é definida por vários autores, como Alfredo Carballada, Margarita Rozas e Víctor Mario Estrada, como uma ação

⁹¹ Lembra-se que nesta pesquisa “intervenção social” e “intervenção no social” são trabalhadas como sinônimos. Porém, a palavra “intervenção”, é assumida como aquela(s) ação(ões) dirigida(s) a manter a ordem social, fundamentada(s) na perspectiva positivista e funcionalista.

dirigida ao campo social que tem seus próprios elementos e características, que lhe permite fundamentar sua metodologia em um saber e uma prática especializada na profissão. Esta prática especializada é descrita por Alfredo Carballada, como “Intervenção no social”, que ao longo deste capítulo analisa-se e aprofunda-se.

Ainda segundo Carballada (2005), a palavra “intervenção” vem do termo latino *intervenio*, que significa “vir entre” ou “interpor”. A etimologia da palavra pode ter dois sinônimos opostos; por um lado pode significar mediação, ajuda, cooperação; e, por outro, significar intromissão, repressão, coerção; sendo que, dessa forma, é possível encontrar no processo de intervenção no social dos profissionais de Trabalho Social dois pontos em contradição, o que faz deste processo uma contradição em si.

O início da “intervenção” está vinculado a várias determinações, uma delas está relacionada ao aparecimento da chamada questão social, como mencionado no primeiro capítulo, é uma categoria que reflete as relações sociais capitalistas, representando o pauperismo da classe trabalhadora nas mãos do processo de industrialização agenciado pelo Capitalismo (NETTO, 2001). Além disso, representa a base do fundamento do Trabalho Social na sociedade, através de sua compreensão e análise, como elemento para apreender a realidade objetiva pelo qual se estabelece como eixo fundamental da formação profissional (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1997). Nesta medida, encontra-se uma relação de interlocução entre a intervenção e seu vínculo com a questão social e o exercício profissional do Trabalho Social.

Outra das determinações encontra-se relacionada à entrada das sociedades na modernidade⁹², que vai desde o Iluminismo, passando pelo Positivismo até a implementação do chamado Estado de Bem-estar Social. Cada uma destas etapas possuindo diferentes correntes de pensamento, tendo suas próprias características e sua própria forma de construir perfis que indicaram a existência de uma transgressão. Estas mudanças nas sociedades representaram, por sua vez, mudanças na concepção e nas formas de fazer intervenção, mas sempre relacionado com o exercício do poder, procurando em cada etapa da

⁹² Apesar de que não existe um claro consenso entre os cientistas sociais sobre a divisão dos períodos da história da humanidade, pois alguns consideram que ainda encontra-se na modernidade e outros mencionam que nem se chega a tal modernidade, nesta dissertação compreende-se a modernidade vinculada ao período que vai desde o Iluminismo até mediados dos anos setenta do século XX, só como um referente temporal e histórico. O período após da modernidade é conhecido como pós-modernidade.

modernidade, sujeitos “portadores de problemas”, os quais podiam alterar a ordem social (CARBALLEDA, 2005). Ou seja, a intervenção foi mudando segundo as exigências sociais, políticas, econômicas de cada sociedade e de cada época, como uma forma de manter a ordem social e fortalecer o poder que tinham e ainda têm as classes dominantes, no qual esse “outro” (que é diferente ao estabelecido socialmente e que é visto como “anormal”) deve ser integrado à sociedade.

O autor Carballada (2005) comenta que desde a época do Iluminismo, começou a identificar-se o problema da integração sobre os chamados “outros” e estes começaram a ser classificados dentro de conceitos estigmatizantes como patológico, criminal, ilícito, irregular, desviado, etc.⁹³. Portanto, a intervenção procurava o “anormal” e o classificava como uma forma de disciplinamento, em detrimento do “outro” construído para ser intervindo.

Na modernidade vincula-se a intervenção como um processo pedagógico, que estrutura esse “outro” para integrar-se à sociedade, o que implica uma aproximação ao sujeito e seu território, através do uso de ferramentas, dispositivos, instrumentos e diversas formas de ação. Como exemplos desse tipo de ações têm-se a beneficência e a filantropia, que ao cumprir o papel de integração à sociedade do “outro” “desviado”, converteu-se em um elemento de grande importância para a sociedade, ações que geralmente eram desenvolvidas por mulheres das classes sociais dominantes (CARBALLEDA, 2005).

Nesse sentido, diz-se que a intervenção estabeleceu-se como uma estratégia que pretendia incidir em diferentes setores da sociedade, como a educação e a religião, elementos chaves para o processo de integração e dominação. Além disso, o papel da mulher começa a ter importância, não como um referente de mudança ou transformação social; mas sim como um indivíduo⁹⁴ para manter a ordem social, discurso que também permeou a profissão de Trabalho Social e seus/suas profissionais.

Assim, a intervenção junto com seus instrumentos foram sendo naturalizados e incorporados à vida cotidiana, espaço que seria eixo do disciplinamento e da construção de identidade, onde esse “outro” ocupa o lugar da exclusão (CARBALLEDA, 2005).

⁹³ Para ampliar o tema sobre as origens e a história destes conceitos e categorias e sua relação com o poder, ler o autor Foucault em suas obras clássicas “História da Loucura”, “História da Sexualidade” e “A ordem do discurso”.

⁹⁴ Nomeia-se indivíduo a partir de um olhar da perspectiva positivista.

La intervención [...] va a significar el montaje de una nueva forma de conocer, de saber, en definitiva, de generar discursos de verdad que construirán sujetos de conocimiento. En otras palabras, ese otro será constituido despaciosamente y calladamente a través de descripciones, informes, observaciones y especialmente desde la relación que se establece con quien lleva adelante la intervención. Hospitales, correccionales de menores y mujeres, escuelas de internados servirán para conocer las conductas y costumbres de aquellos a los que se quiere transformar (CARBALLEDA, 2005, p. 26).

Nas entrevistas realizadas com os profissionais de Trabalho Social da área da saúde, no que se refere à sua intervenção, vários deles, em alguns momentos da entrevista, referiram-se às pessoas, sujeitos de intervenção, como “pacientes”, termo muito utilizado na área da saúde, enviesado pelo modelo médico privado, no qual se percebe o sujeito como um ser passivo, que não participa e o qual é preciso abordar para tratar seu “problema”, desconhecendo sua história e seu contexto. *“Primero lo que nosotros hacemos es conocer la familia, el paciente y tratarlo. Estrategias pues utilizamos muchas, de pronto lo que yo más utilizo son entrevistas abiertas [...]”* Entrevistada F (Grifo nosso).

Apesar do termo “paciente” não ser utilizado de forma recorrente para fazer referência aos sujeitos foco da intervenção⁹⁵, a continuidade de seu uso em alguns profissionais evidencia as origens e o início da intervenção, a partir de uma perspectiva positivista e a possível incidência que possa ter na forma de intervir.

*Quando vienen mis **pacientes** aquí, por ejemplo, los papás, que tienen conflicto o maltrato en violencia, yo les digo: “pero es que usted tiene que reconocer a la mujer con equidad, usted tiene que reconocer al otro como un ser exactamente igual a usted”.* Entrevistado “H” (Grifo nosso).

Identificar a utilização do termo “paciente” nas falas dos profissionais não implica que estejam assumindo uma perspectiva positivista na sua intervenção, entretanto evidencia um antecedente bastante forte de como se olhava e de como se assumia esse “outro”, principalmente, no setor da saúde pelos seus profissionais, como médicas(os), enfermeiras(os), psicólogas(os), psiquiatras e trabalhadoras(es) sociais.

Como foi dito anteriormente, a intervenção foi mudando segundo as necessidades sociais e as exigências destas. Assim, as intervenções variam ao longo dos anos, quanto às suas características, perspectivas e paradigmas. O Trabalho Social como se observou no primeiro capítulo passou por mudanças que foram acompanhadas por acontecimentos sociais, dando à profissão características

⁹⁵ Também são usados os termos de usuário, pessoas, indivíduo, ser humano e mulher.

segundo cada momento da história. Neste sentido, a intervenção social agenciada pelos profissionais do Trabalho Social apresentou mudanças vinculadas aos interesses das classes dominantes, às exigências do sistema econômico capitalista, às necessidades sentidas dos sujeitos e das sociedades como expressão da questão social e às correntes de pensamento dominantes em cada momento histórico.

Em meados do século XX, os Estados-nação atravessam uma crise de legitimidade e representação, vinculada aos avanços das lógicas econômicas capitalistas. A intervenção, neste caso, tornou-se um interlocutor entre o Estado e a sociedade civil, mostrando as dificuldades desse Estado para manter a ordem social. Desta forma, o fortalecimento do modo de produção capitalista nas sociedades implicou que o Estado privilegiara o mercado, em detrimento do setor social, deixando nas mãos das/os cidadãs/os o acesso aos recursos básicos de bem-estar, através da inserção destes no mercado.

A profissão do Trabalho Social viu-se na necessidade de discutir aspectos como a formação, a metodologia, a epistemologia, as teorias e paradigmas usados para compreender e apreender a realidade objetiva através de uma perspectiva crítica. Igualmente, as formas de intervenção desenvolvidas criaram a necessidade de procurar diversas perspectivas e estratégias para a compreensão do processo de intervenção e os fundamentos e objetivos de suas ações.

Nesse sentido, a intervenção apresenta uma origem vinculada à norma e ao estabelecimento da ordem social, no qual o indivíduo era visto como um objeto, que não podia participar propositadamente na intervenção, impedindo-lhe olhar para além do desenvolvimento das suas ações. Como forma de modificar essas dinâmicas, o autor Carballada (2005) apresenta e propõe outra forma de compreender a realidade e de desenvolver as ações na intervenção profissional. Segundo o referido autor, este processo é denominado como “Intervenção no Social”, apresentada como um “espaço de liberdade”, possível de se construir e reconstruir historicidade, entender o sujeito como portador de história social, de cultura, de relações interpessoais.

Como menciona o autor, “Tal vez la intervención en lo social no implique agregar ni quitar nada sino solamente ‘hacer ver’ aquello que el contexto, el escenario, el clima de época impiden visualizar.” (CARBALLEDA, 2005, p. 32).

A intervenção no social vincula o sujeito e seu discurso; discurso que é visto como uma construção social e não como algo dado. Assim, evidencia a necessidade de indagar sobre o surgimento e a origem da demanda, tentando expor essa história no presente para a compreensão dos fatos e dar historicidade e contexto ao ato de intervir. Portanto, trata-se de fomentar uma perspectiva histórica e crítica frente ao contexto para apreender suas determinações e características, dando à intervenção no social elementos-chaves para sua ação.

Esse processo de intervenção no social implica uma desnaturalização do processo, permitindo ao profissional e ao sujeito assumir a problemática social ou algumas situações da vida, não como algo natural ou algo dado; mas, como algo construído socialmente e que pode se modificar. Procura-se, assim, identificar conjuntamente (profissional, sujeito, família, entre outros) as características, determinações e história da situação problemática que é originada no momento da demanda, dando uma perspectiva histórica à intervenção.

A demanda é o elemento-chave do processo de intervenção no social e a esse respeito, o autor Carballada (2005, p. 93) menciona:

[...] la demanda proviene de los sujetos que acuden a las instituciones, los organismos, etcétera. Pero, también, la demanda es generada desde las instituciones, la agenda de políticas públicas, los medios de comunicación, etcétera. En definitiva, de la visión de "problema social" que una sociedad tiene.

A demanda também faz parte de uma construção social, que pode ser criada, tanto pelos sujeitos quanto pelas instituições. No caso dos sujeitos, estes podem identificar a demanda como um "problema" em algum aspecto de sua vida e as instituições podem olhar a demanda como forma de manter a ordem social, criando conceitos estigmatizantes.

O processo de intervenção no social implica entender e compreender como os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais do contexto influenciam o sujeito através do desenvolvimento de suas ações e práticas, ou melhor, que a intervenção, a demanda e o sujeito são construções sociais, sendo portanto, aspectos que não são fixos e que mudam segundo o tempo e lugar (CARBALLEDA, 2005).

A intervenção no social propõe como estratégia olhar para o coletivo, para a reconstrução da história do sujeito que demanda. É o resgate do comunitário e social sobre o individual, afastando-se do individualismo que proclama o sistema econômico imperante na atualidade. Trata-se de um olhar social e histórico frente a

esse sujeito que tem voz, que participa, conhece e entende, que é influenciado pelo coletivo e vice-versa, e que tem capacidade de transformar.

“Se trataría de pensar modalidades de intervención que simplemente ‘hagan ver’ aquello que el otro tiene, porta, como sujeto, pero que una serie de construcciones históricas, políticas y sociales le impiden develar.” (CARBALLEDA, 2005, p. 158).

3.1.1 Intervenção no Social na Saúde

A atenção à saúde, na atualidade, carrega um percurso histórico que parece iniciar com a história do que conhecemos hoje como Medicina⁹⁶ e suas primeiras intervenções em seres humanos, na qual eram desenvolvidos exercícios práticos para entender o sistema biológico e anatômico. No entanto, não é objetivo desta pesquisa indagar e descrever estes acontecimentos sociais, mas sim, comentar como é dada a intervenção no social na área da saúde, principalmente das/os profissionais de Trabalho Social.

Segundo o autor Foucault (1974), a atenção da Medicina atual surgiu a partir da construção de uma proposta de um inglês que identificou três eixos fundamentais para realizar a atenção: a assistência médica ao pobre, o controle da saúde no setor laboral e a indagação sobre a saúde pública. Assim, estes três pontos promoveram os serviços que conhecemos hoje na saúde:

- a) Medicina assistencial ao mais pobre;
- b) Medicina administrativa, encarregada de atender os problemas gerais como o fornecimento das vacinas;
- c) Medicina privada, na qual só têm acesso as pessoas que realizam um pagamento.

Esses serviços ainda se encontram na atenção em saúde, embora tenham mudado alguns termos e a atenção na saúde procurasse a integralidade, identifica-se, pelo menos na Colômbia, a continuidade de classificar a atenção a depender da renda econômica e do vínculo empregatício, como visto no segundo capítulo.

⁹⁶ Para conhecer e entender mais sobre a História da Medicina, ler Foucault em sua obra “O nascimento da clínica” e em sua conferência “História da Medicalização”.

De acordo com a revisão bibliográfica sobre a intervenção e a intervenção no social das/os profissionais na área da saúde, identificaram-se três momentos não lineares e essenciais para a compreensão do desenvolvimento da profissão no setor saúde. Neste sentido, escreve-se momento 1, 2 e 3 para fazer uma delimitação e descrever algumas características de cada um, sem dizer que foi um processo linear; ao contrário, cada momento esteve presente ao longo da história, às vezes com a presença de dois momentos ao mesmo tempo.

Momento 1: Intervenção centrada no assistencialismo. Como mencionado no primeiro capítulo, o início da prática profissional de Trabalho Social, principalmente na Cidade de Cali está vinculado ao setor saúde, no qual era oferecida uma intervenção assistencialista, visto que neste momento as/os profissionais não contavam com as ferramentas e nem com as bases teóricas e metodológicas para construir um olhar crítico na sua intervenção, fortalecendo uma perspectiva paramédica de intervenção, em que assume as situações problemáticas como naturais e individuais.

Segundo Estrada (2005), na intervenção do Trabalho Social tinha-se uma incapacidade de identificar os determinantes sociais, culturais, políticos, econômicos e psicológicos que estão presentes na relação saúde/enfermidade e de analisar a estrutura social do hospital e os serviços nele oferecidos. De fato, conforme o citado autor, os hospitais que foram criados na Cidade de Cali estiveram vinculados com ações de beneficência e filantropia, principalmente por serem administrados por organizações religiosas.

Quer dizer, a saúde vinculada e administrada por organizações religiosas tinha sua atenção limitada aos interesses destas organizações, tendo reflexo na intervenção dos profissionais, que no caso de Trabalho Social cumpria funções do tipo assistencialista, filantrópico e de caridade. Algumas destas funções eram, segundo a autora Gonzalez (1995), realizar o diagnóstico da situação da população beneficiária, contribuir com o melhoramento dos serviços de saúde e determinar a capacidade de cota econômica das pessoas para o acesso a determinados serviços.

Momento 2: Intervenção assistencial e comunitária. Durante vários anos a atenção esteve dirigida aos “pobres”. Porém, a partir dos avanços das pesquisas e análises feitas pelas Ciências Sociais⁹⁷ sobre o setor da saúde, o atendimento

⁹⁷ Também chamadas ciências da conduta ao estar inseridas na área da saúde.

começou a mudar e não mais se tratava de caridade, mas envolvia a Ciência e os estudos científicos. Estes estudos vinculavam-se, principalmente, a explicar a relação saúde/enfermidade como um fenômeno individual, que podia ser analisado a partir dos comportamentos, atitudes e percepções dos indivíduos (ESTRADA, 2005).

Nessa perspectiva, a intervenção das/os profissionais de Trabalho Social no setor da saúde começou a procurar outros espaços além do hospital para exercer suas práticas profissionais, vinculando-se ao trabalho comunitário. Desta forma, inicia-se outra das importantes funções de Trabalho Social no setor saúde, com a aproximação à população através da intervenção comunitária. Assim, a intervenção das/os trabalhadoras/es sociais começa a se desenvolver no campo comunitário, ao mesmo tempo em que continua desempenhando funções no espaço do hospital, encarregando-se da parte administrativa com funções ainda assistenciais.

Momento 3: Intervenção no social e as lógicas neoliberais. Mais tarde, as práticas das/os profissionais de Trabalho Social, suas formas de intervenção (que se enfocavam mais no social) e suas funções, apresentaram mudanças conforme o processo de formação e o contexto social. Um dos principais fatos sociais no contexto foi a inserção do Estado colombiano nas políticas neoliberais. Por um lado, a inserção de novas teorias sociais, políticas e econômicas na formação profissional e o uso de outras metodologias deram à profissão, o conhecimento de diversos caminhos no processo de intervenção no social e compreensão da realidade concreta. Mas, por outro lado, a inserção do Estado e das políticas de saúde no neoliberalismo modificou, substancialmente, seus objetivos, deixando de identificar a saúde como um direito para ser visto como um negócio. Estes dois aspectos contraditórios caracterizaram e caracterizam a intervenção no social das/os trabalhadoras/es sociais na área da saúde.

No primeiro caso, por exemplo, a profissão continuou trabalhando e fortalecendo a participação comunitária na saúde e, além disso, aprofundou seu trabalho na administração e promoção de programas e projetos de saúde comunitária, através de ações vinculadas à prevenção da enfermidade e promoção da saúde com uma perspectiva social e coletiva, quer dizer, olhando para o contexto social com a finalidade de analisar os determinantes da relação saúde/enfermidade.

[...] I@s trabajadores sociales desempeñan un papel destacado en la realización de estudios diagnósticos que permiten definir los problemas sociales más relevantes, con la finalidad de tratar de fundamentar una intervención o acción profesional en la formulación, ejecución y evaluación de programas y proyectos. (ESTRADA, 2005, p. 110).

Entre os avanços mais destacados na intervenção no social das/os profissionais de Trabalho Social encontra-se a identificação do campo social como o cenário onde ocorre o processo saúde/enfermidade, sendo um elemento determinante para compreender e analisar esta relação. Por exemplo, este campo permite identificar a relação saúde – trabalho, saúde – capital, olhar para os serviços de saúde, para a educação em saúde, participação dos sujeitos na saúde, dentre outros.

Igualmente, no *Decreto N° 1335 de 1990*, sobre o Manual Geral de funções e requisitos do setor saúde, destaca-se dentre as funções do profissional de Trabalho Social a atenção comunitária, a participação da população, a inclusão nos processos de saúde/enfermidade da família e os processos educativo-pedagógicos.

Atualmente, a perspectiva da atenção na saúde encontra-se dirigida a uma perspectiva mais social e integral, que procura desenvolver processos de promoção e prevenção, vinculados ao melhoramento da qualidade de vida. Como afirma a autora González (1995, p. 49):

La salud se entiende como proceso determinado por factores de orden biológico, ambiental, de comportamiento y de oferta de servicios; por lo tanto la atención de salud debe verse en una perspectiva bio-sico-social, debe cubrir acciones de promoción, prevención, tratamiento y rehabilitación en el primer, segundo y tercer nivel de atención. Esta concepción multicausal del proceso salud-enfermedad determinó la necesidad de fortalecer la intervención de otros sectores del Desarrollo que tienen que ver con factores de riesgo; igualmente coloca en primer plano la relación entre salud-bienestar-calidad de vida y desarrollo. Lo social cobra importancia.

No segundo caso, apesar dos avanços da profissão no setor da saúde, encontraram-se muitos desafios, a partir da *Ley 100 de 1993*, em que o Estado deixa de ser o responsável pela garantia da saúde pública gratuita. A saúde é tratada como uma mercadoria, um negócio lucrativo para os setores econômicos, fato que começou a fortalecer o modelo médico privado da saúde. A intervenção no social começou a estar cada vez mais vinculada à lógica neoliberal, assumindo por parte de alguns profissionais de Trabalho Social, uma “intervenção” centrada na prática, esquecendo e desconsiderando os fundamentos teóricos e metodológicos que acompanham o exercício profissional (ESTRADA, 2005).

Dessa feita, identifica-se que na “intervenção social” desses profissionais não se assumia uma postura crítica frente às políticas neoliberais, voltando à perspectiva da “intervenção”. Ao contrário, percebiam estas políticas como algo dado em que o/a trabalhador/a social ao cumprir sua função de avaliar as condições

socioeconômicas dos beneficiários para determinar sua capacidade de pagamento, não analisavam esta situação a partir de um pensamento crítico, identificando por exemplo, que a saúde deve ser vista como um direito no qual os beneficiários podem utilizar sem fazer nenhum tipo de pagamento. Desta forma, analisa-se que as/os profissionais assumiam uma postura passiva frente a esta lógica economicista, indo a favor dos interesses da instituição e das classes dominantes (setor econômico principalmente).

Conforme visto anteriormente, o processo de intervenção social está atravessado por determinantes contraditórios nos âmbitos econômicos, políticos e sociais, o que muitas vezes dificulta olhar sobre os avanços da profissão neste setor, aparecendo só as dificuldades, os desafios e os retrocessos. Apesar disso, no exercício de desvendar as contradições e de ter um olhar crítico, podem-se identificar alguns avanços, vinculados principalmente ao fortalecimento da participação comunitária e da integração familiar no processo saúde/enfermidade na intervenção social das/os trabalhadoras/es sociais.

Dessa forma, identifica-se e analisa-se, em continuação, os avanços frente ao processo de intervenção no social⁹⁸, realizado atualmente pelas/os profissionais de Trabalho Social da Cidade de Cali no âmbito da saúde no setor público.

3.2 Processo de Intervenção no Social das/os Profissionais de Trabalho Social na Área da Saúde

A intervenção no social é considerada uma forma especializada da prática profissional do Trabalho Social, vinculada ao desenvolvimento das ações de seus profissionais e fundamentada, principalmente, pelo fomento e construção de um processo de análise crítica da realidade objetiva, identificando seus determinantes, as relações dos sujeitos, os campos de interação e integração. Neste sentido, menciona Estrada (2010, p. 57):

Al utilizar la noción de intervención en lo social se hace referencia a la intervención de un tipo de práctica social o saber especializado. La forma particular de intervención en lo social como saber y práctica especializada

⁹⁸ Fala-se de avanços, pois se considera que as ações desenvolvidas pelas/os profissionais entrevistadas/os, não se assumem completamente como uma “intervenção no social”, segundo a caracterização do termo desenvolvido nesta dissertação.

por parte del trabajo social da lugar a la necesidad de incorporar la noción de campo profesional.

Nesta parte da pesquisa, tenta-se elucidar como é conformado e como se desenvolve o processo de intervenção no social das/os profissionais de Trabalho Social que realizam suas ações no setor da saúde, no espaço institucional de alguns hospitais públicos da Cidade de Cali e algumas de suas unidades de atendimento como centros e postos de saúde, olhando suas estratégias, dinâmicas, ferramentas, técnicas e enfoques utilizados no processo, contrastando-os com alguns conceitos teóricos e metodológicos utilizados na profissão sobre a intervenção social.

Neste momento, é importante destacar que no espaço institucional se desenvolvem umas lógicas e umas formas de pensar e atuar próprios, que dão conta da enorme diversidade de marcos compreensivos e explicativos, que influenciam tanto as/os profissionais quanto os sujeitos que são intervindos e a sua história coletiva (CARBALLEDA, 2010). Os espaços no quais se desenvolvem a intervenção no social das/os profissionais entrevistadas/os, caracterizam-se por serem unidades de atendimento de saúde públicas que pertencem à rede de serviços de saúde local, representados por hospitais de primeiro e segundo nível, centros e postos de saúde, os quais apresentam suas próprias dinâmicas, interesses e estratégias de ação ao serem mediados pelo Estado e, ao mesmo tempo, pelas lógicas do sistema capitalista.

Uma das primeiras ações a considerar no processo de intervenção no social é a identificação do “objeto de intervenção” ou como se menciona aqui, “sujeito da intervenção”, que surge a partir da relação sujeito-necessidade (ou demanda). Este sujeito de intervenção é construído socialmente e não se apresenta como algo dado de imediato à realidade, portanto, precisa de um exercício de análise que deve apreender os determinantes da situação-demanda. Neste caso, a entrevistada F menciona, de alguma forma, como se dá esse processo de construção do sujeito na sua intervenção no social.

Primero lo que nosotros hacemos es conocer la familia, el paciente y tratarlo. Estrategias pues utilizamos muchas, de pronto lo que yo más utilizo es entrevista abierta, de pronto en pediatría se utiliza más el tipo de entrevista cerrada, porque son unas preguntas que se deben hacer generalmente a la familia, en nutrición utilizamos otro tipo de estrategias, hacemos charlas educativas, hacemos actividades lúdicas, hacemos celebraciones con los niños. Entrevistada F.

A Entrevistada F menciona, que no exercício de construção do sujeito de intervenção é preciso conhecer a família, o sujeito demandante e construir a rota de

atenção segundo o caso, mas na sua fala não evidencia outros determinantes sociais, como o contexto laboral ou o contexto comunitário (bairro), necessários para a compreensão da situação do sujeito. Igualmente, menciona a utilização de diversas estratégias segundo o tipo de atenção que requer o beneficiário, encontrando, por exemplo, o uso da técnica de entrevista aberta ou fechada, dependendo o caso.

El sujeto es singular y se constituye en forma permanente, nunca es el mismo. En definitiva, la discusión acerca de la noción de sujeto de intervención que una práctica utiliza, su relación con el marco conceptual que le da forma y el diálogo e interacción con el contexto histórico social, construirá diferentes formas de intervenir, en distintos momentos históricos, apoyados en una gran diversidad de paradigmas. (CARBALLEDA, 2010, p. 50).

Da mesma maneira, a autora Rozas (1998) menciona que esse processo de intervenção não é linear nem rígido; devendo ser flexível, considerando as múltiplas situações e a diversidade de sujeitos.

[...] ese cómo, no es un conjunto de etapas o secuencia lineales rígidamente establecidas, es una guía de cómo intervenir, que se nutre y se enriquece en la práctica de los distintos actores y que le dan sentido, direccionalidad y la hacen particular, así como particulares son las circunstancias en la que se reproduce la acción profesional. (ROZAS, 1998, p. 70).

Por outro lado, desde uma perspectiva centrada no sujeito que pretende olhar sobre os “problemas sociais”, assumindo a vida social como produto da vida humana, de acordo com Kisnerman (1998), é importante resgatar estratégias como o sentido hermenêutico do conhecimento, o qual permite trabalhar a razão dos sujeitos com os quais se intervém. Quer dizer, conhecer a construção de sentido que fazem estes de sua situação e de suas ações e, desta forma, privilegiar suas experiências de vida, aprendizagens e valores para a compreensão da situação problemática que envolve o sujeito.

No parágrafo seguinte, identifica-se o uso do enfoque teórico da hermenêutica e do simbólico, vinculado principalmente à interpretação da comunicação verbal, utilizando técnicas como a entrevista aberta e as histórias de vida.

Una de ellas tiene que ver con estas entrevistas no estructuradas y más que usarlas como entrevistas, yo se las muestro como un diálogo, conversación, en la que no se va a juzgar a esa persona sino que se quiere entender su perspectiva; utilizo mucho lo que tiene que ver lo simbólico, lo hermenéutico, me gusta mucho lo que tiene que ver con historias de vida; mi planteamiento profesional va más encaminado en descubrir e identificar quienes son esas personas desde su propio lenguaje, son ellos los protagonistas, entonces

todo lo que tiene que ver con lo simbólico, con lo hermenéutico, con pensarse las estrategias más lúdico recreativas también, que implique q a esa persona se le pueda movilizar dentro de lo que ellos son, entonces siempre tiene que ver más con eso. Entrevistada G.

Aqui, evidencia-se que a profissional na sua intervenção no social privilegia a fala, a história e as perspectivas dos sujeitos com os quais intervêm, elementos importantes para uma construção histórico-social que procura o rompimento das origens da intervenção em si. Por conseguinte, percebe-se que ao gerar diálogo com o sujeito, este processo não só deve ficar no entendimento e compreensão individual, mas fazer essa relação com a realidade que envolve o sujeito, integrando aspectos micro e macro sociais. Identificando a importância da comunicação e do diálogo na intervenção, a autora Rozas (1998) comenta a esse respeito que:

El saber comunicarse y establecer, por lo tanto, un diálogo pertinente con los sujetos de la acción profesional, constituye una fuente de indagación y comprensión sobre el contexto particular de la vida cotidiana de los sujetos, en definitiva, son aspectos necesarios e ineludibles a tener en cuenta para darle contenido y significado a la metodología. (ROZAS, 1998, p. 72).

Apesar de resgatar a importância da comunicação com o sujeito na intervenção no social, deve-se esclarecer que as situações sentidas pelo sujeito não podem ser vistas como um problema individual, pois estaria ocultando sua verdadeira natureza, já que as necessidades e as situações chamadas como “problemas” também respondem a determinantes do contexto social como o econômico, político, cultural, dentre outros (ROZAS, 1998).

No parágrafo seguinte, identifica-se o uso das leis e normas como norteadoras da intervenção no social da Entrevistada B, privilegiando como ferramenta os protocolos criados a partir da normatividade, que implica o exercício de implementação do formulado pelo Estado.

[...] a nosotros nos parece importante rescatar siempre los protocolos de atención y hemos sido precursoras de que se respeten esos protocolos. La ley 1257 de 2008 exige que se le oriente a la persona sobre sus rutas de atención, ese es nuestro papel allí, orientar [...] cuando son menores de edad la ley 1098, hay unas directrices para poner en protección a una persona cuando son menores de edad, pero cuando es adulta solo podemos orientar sobre la ruta y decirle que tan importante es; hacer una intervención bien exhaustiva que promueva los cambios o la perturbación de la persona en su dinámica. Entrevistada B.

De forma igual, a Entrevistada I menciona o uso da normatividade como orientadora da sua intervenção no social. Porém, é preciso considerar que as orientações normativas e as condutas estabelecidas na instituição, não devem ser

consideradas como algo linear, mas como um processo que muda e se transforma pelo significado e representação que lhe dão os sujeitos envolvidos na intervenção social.

A nivel general la institución tiene establecidos protocolos de atención que los hemos ido desarrollando con el equipo psicosocial y con el apoyo de algunos otros profesionales pero siempre basándonos en la norma, en la ley 1257 en el decreto 459, que básicamente es la que establece los protocolos y todo lo que por normatividad se tiene que cumplir tanto condiciones de habilitación para que las instituciones prestemos los servicios en forma integral como también la parte de intersectorialidad, educación a la comunidad, nosotros hemos tenido en cuenta todos estos protocolos, todos esta normatividad para levantar los manuales de la institución [...].Entrevistada I.

Desenvolver o exercício profissional baseado nas normas e leis tem sido uma das características da intervenção no social das/os trabalhadoras/es sociais pela sua vinculação ao longo da história com o Estado e suas estratégias de ação, que de forma frequente privilegia os interesses das classes dominantes e não das classes populares. Isso quer dizer que, muitas vezes, se falam de necessidades impostas, como as criadas pela lógica de produção capitalista, que conforma novos objetos de necessidades. Portanto, assumir a intervenção social a partir da normatividade deve implicar um processo de conhecimento sobre a lei ou norma e de suas linhas de ação na população beneficiária e, além disso, evidenciar as contradições da mesma, afastando-se dela para compreender de forma integral a situação do sujeito.

Trata-se então, de não ver a demanda como a satisfação de uma necessidade, nem a intervenção no social como um campo onde existem necessitados e necessidades insatisfeitas, isso seria ver a aparência do problema. Deve-se fazer a análise dos aspectos mais complexos como os apresentados em nível político, econômico, cultural, ético, entre outros.

Uma das estratégias mais utilizadas na metodologia de grupos e de comunidade de Trabalho Social é a perspectiva da educação popular e a pedagogia social, que permitem a realização de processos de aprendizagem e conhecimento a partir do sujeito em relação com sua realidade e contexto social. A Entrevistada C, no caso, comenta sobre uma estratégia baseada na perspectiva da educação na metodologia comunitária implementada na área da saúde:

[...] nosotros pertenecemos al proceso de salud mental, donde atendemos todo lo que tiene que ver con violencia, prevención de maltrato, atendemos toda la parte de [pausa] todas las atenciones que contribuyan al mejoramiento y al mantenimiento de una buena salud mental de la comunidad, entonces tenemos diferentes tipos de actividades, en diferentes

programas, programa niño, nuestro fuerte aquí es la parte educativa, la parte de sensibilización de diferentes situaciones, con lo que tiene que ver con embarazo en la adolescencia, planificación familiar, consumo de sustancias psicoactivas [...] Entrevistada C.

O Entrevistado H também menciona a perspectiva da educação e pedagógica no trabalho com grupos, mas vincula o enfoque da promoção e prevenção que é frequentemente utilizado por profissionais da saúde, como médicos, fisioterapeutas, enfermeiros, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, dentre outros.

Con las mujeres digamos hipertensas, ustedes saben que la hipertensión es un factor de riesgo muy elevado y que detractico [sic] de la hipertensión, está la ansiedad y la depresión, entonces con mi compañerita la psicóloga creamos unos grupos de depresión y ansiedad y recogíamos todos esos personajes que identificamos como de alto riesgo en depresión y ansiedad y les hacíamos un trabajo grupal. Primero, identificamos una persona en alto grado de depresión, [...] entonces con ellos manejábamos muchos factores de riesgo en los programas de hipertensión, embarazo y salud mental, todos canalizados a través de actividades de promoción y prevención, o sea, actividades educativas y pedagógicas con los grupos que organizábamos, eso a través de la intervención clínica en trabajo social, a través de la historia clínica identificábamos esos factores de riesgo y organizamos grupos como respuesta a esa problemática. Entrevistado H.

A Entrevistada C menciona, além dessas estratégias educacionais, o trabalho comunitário, vinculando as/os beneficiárias/os ao processo de melhoramento da atenção na saúde, através do exercício de *veeduría*⁹⁹ dos serviços, identificando os direitos e deveres dos beneficiários e, promovendo programas sobre convivência e bom trato.

[...] y tenemos otra línea, que está también dentro de la salud mental, pero como logísticamente creo que se da, es que se llama participación social, y en esta área nosotros debemos de acompañar procesos de participación de ley en la salud, en este caso se llaman asociaciones de usuarios, es un grupo de líderes comunitarios que deben de hacer veeduría a los servicios de salud con toda la parte de derechos y deberes, y nosotras como trabajadoras sociales de esta área debemos de acompañar este proceso y promover actividades también que articulen todo el tema de intersectorialidad. Yo hago parte de la red de promoción del buen trato, participo en un comité que se llama intersectorial, programamos jornadas, hacemos diferentes tipos de actividades que promueven la convivencia, el buen trato, el desarrollo, y también poder empoderar a los usuarios en sus derechos y en sus deberes. Entrevistada C.

No seu discurso, o Entrevistado H e a Entrevistada C assumem o desenvolvimento da sua intervenção social a partir de estratégias desde uma

⁹⁹ *Veeduría* na Colômbia é um mecanismo democrático que permite aos cidadãos e as comunidades, exercer monitoramento sobre a gestão pública respeito às autoridades administrativas, políticas, judiciais, eleitorais, legislativas e órgãos de controle, ao igual que as entidades ou instituições públicas ou privadas encarregadas da execução de um programa ou projeto ou na prestação de um serviço. <http://www.contraloriarmenia.gov.co/main-pagina-id-167.htm>

perspectiva da educação e pedagógica, mas é importante lembrar que não se deve perceber a educação como simples processo de dar “conhecimento”, mas como um processo de construção. A metodologia comunitária, centrada no social procura a integração do sujeito com seu contexto e com outros sujeitos que participam do mesmo espaço, onde compartilham interesses, objetivos e metas em prol da comunidade. Esta perspectiva é importante, porque relaciona diretamente o sujeito e seu contexto social, deixando de lado as perspectivas individualistas que, às vezes, é promovida pelo Estado e pela lógica do capital. Neste sentido, o sujeito é identificado como aquele que participa, é ativo, afetivo, racional, que dá e recebe, que influencia e é influenciado, em outras palavras um sujeito dinâmico com capacidade de transformação.

A Entrevistada C também comenta a importância do trabalho intersetorial, quer dizer, o trabalho conjunto de várias instituições na busca de uma intervenção no social mais integral, na qual o sujeito possa ter acesso aos serviços oferecidos, sem ter prejuízo de seus direitos. No entanto, apesar da busca de alianças institucionais, algumas entrevistadas vão mencionar mais na frente, as dificuldades que se apresentam no momento da atenção às MSV, onde instituições como o Ministério Público não responde às petições das beneficiárias, obstaculizando o processo de intervenção no social.

A Entrevistada I também faz referência à importância do trabalho intersetorial e, além disso, reporta-se à importância do uso de ferramentas tecnológicas para complementar o trabalho entre as instituições, mencionando a respeito que:

[...] tenemos unas reuniones mensuales o a veces bimensuales con el observatorio de violencia de aquí de Cali [...] allí pues se trata de coordinar acciones con los otros sectores y se trata también de mirar donde tenemos las debilidades, qué problemas y situaciones se nos presentan, para que de verdad se restablezcan los derechos de estas personas que han sido vulneradas [...] tenemos de alguna manera todo esto montado en nuestro sistema de información que está digital y en red por si llega algún caso, algún paciente en alguno de nuestros puestos o centros de salud y allí los profesionales puedan identificar que ruta se debe seguir. Entrevistada I.

O uso de ferramentas tecnológicas na atualidade é essencial, considerando os avanços do mundo digital no qual vivemos, portanto, essas técnicas podem contribuir e fortalecer o atendimento aos beneficiários. Quanto ao trabalho intersetorial, a rede entre instituições é vital para consolidar o processo de intervenção social, igual ao trabalho conjunto entre os profissionais. Segundo o autor

Estrada (2010), o processo de intervenção no social deve considerar a inter e transdisciplinaridade como fundamento teórico-conceitual e metodológico:

Así mismo, asumir la intervención social como un campo de análisis y de acción social interdisciplinaria y transdisciplinaria significa pensar en la necesidad de construir un mapa de navegación compartido, es decir, implica formular una perspectiva teórico-conceptual y una estrategia metodológica, que permita abordar su conocimiento desde el punto de vista social. (ESTRADA, 2010, p. 57).

Isso quer dizer, que não se trata simplesmente de uma equipe que seja formada por profissionais de diferentes áreas e ciências, mas se trata de integrar os conhecimentos de cada um em prol dos interesses dos sujeitos demandantes.

Outro aspecto evidenciado nesta análise está relacionada com a identificação dos três momentos que caracterizaram o processo da intervenção no social das/os trabalhadoras/es sociais na área da saúde na Cidade de Cali, mencionados anteriormente. Neste caso, a Entrevistada E evidencia a presença do momento 2, identificado como Intervenção assistencial e comunitária, descrevendo inicialmente suas funções ligadas a uma perspectiva administrativa, usando, principalmente, como ferramenta, a pesquisa de opinião seguida da menção ao trabalho comunitário que desenvolve.

Mi función específicamente es para la oficina de atención al usuario, nosotros tenemos un manual y nosotras más que todo tenemos que sacar como unos indicadores, la vinculación de nosotras es más que todo personal asistencial, entonces, qué hago?, orientación al usuario, intermediaciones, aplico las encuestas de satisfacción que nosotros tenemos que sacar, una tasa de satisfacción y posteriormente tenemos que sacar unos indicadores, así mismo con las quejas; acá yo recepciono insatisfacciones de los usuarios, también ingresan por el buzón de sugerencias o por la página web. Cada mes yo tengo que hacer un consolidado de esas quejas y hacer un análisis y un plan de mejora. Entrevistada E.

Aqui, a Entrevistada E menciona que deve cumprir funções administrativas como a aplicação de questionários, medição da satisfação, recebimento de queixas e reclamações do serviço e, a partir da informação obtida, fazer uma análise, principalmente quantitativa, construindo indicadores que mostrem o nível de satisfação dos beneficiários para formular um plano de ação que procure melhorar a situação vista como insatisfeita. Frente a esta perspectiva administrativa a autora Vélez (2003, p. 45) comenta:

En el ejercicio profesional, se incorporan como propios procedimientos administrativos no específicos del Trabajo Social (planeación, evaluación, control, entre otros) y se desarrollan acciones como la sensibilización, la prevención y la promoción, desarticuladas muchas veces de un proceso metodológico global sin respaldo o sustento racional en la teoría.

Nesse sentido, ao verificar-se a permanência deste tipo de funções administrativas na intervenção social das/os profissionais de Trabalho Social na saúde, evidencia-se a falta de posicionamento da profissão na área da saúde, pois continuam realizando atividades não vinculadas ao exercício profissional e que impedem o fortalecimento de outras ações, partindo de uma perspectiva mais crítica. Ao mesmo tempo, a Entrevistada E menciona que como parte de suas funções desenvolve ações no âmbito do comunitário e grupal, incluindo os beneficiários no exercício da avaliação do serviço dado pelo centro de saúde.

También hago la parte comunitaria porque las trabajadoras sociales que estamos en los SIAU [Sistema de Información y Atención al Usuario], manejamos las asociaciones de usuarios, dentro de la ley 100 está establecido que cada IPS de salud, sea pública, sea privada, sea mixta, debe contar con una asociación de usuarios. Y ellos son usuarios común y corriente que vienen acá que se unen de manera voluntaria sin ánimo de lucro para hacer veeduría de los servicios de salud, eso lo hacemos las trabajadoras sociales, entonces nosotras hacemos como una parte de trabajo de grupo y a la vez también es comunitario. Entrevistada E.

Ainda que a Entrevistada E mencione funções vinculadas aos campos comunitário e grupal, percebe-se que as funções administrativas em nível individual, exercidas no espaço do centro de saúde passaram a fazer parte do espaço comunitário, ou seja, o exercício de medição de satisfação e os informes quantitativos vinculam os beneficiários, cumprindo normas e estatísticas de participação, mesmo que não implique em um trabalho com a comunidade. Explicita-se que em um trabalho com a comunidade precisa-se entender a realidade concreta e as ações dos sujeitos conjuntamente, para o fortalecimento das capacidades de transformação dos sujeitos sociais e para definir seu lugar na intervenção no social.

Nessa perspectiva, em sua busca por superar ações no âmbito da beneficência e da caridade, a profissão começa a legitimar uma concepção de externalidade sobre a realidade social, quer dizer, assumir ações impostas de fora e olhar sobre ela como algo preestabelecido e externo ao sujeito, procurando resultados numéricos que respaldem a eficácia da prática das soluções dadas às demandas que recebem (VÉLEZ, 2003).

A metodologia de grupos e comunidade implica um olhar crítico-dialético, que articule o contexto micro e macro social, compreendendo suas determinações e características, sem esquecer a contínua participação dos sujeitos e sua construção social. Porém, a/o profissional de Trabalho Social não está livre de incorrer na contradição da intervenção no social onde, por exemplo, realize ações como

orientador/a e mediador/a e, ao mesmo tempo, desenvolva ações de controle e instrumentalização, como parece ocorrer no caso da Entrevistada E. Como bem menciona o autor Estrada (2010, p.61) a respeito:

[...] las trabajadoras y los trabajadores sociales que intervienen en lo social, al promover y construir procesos de intervención, en tanto humanos mediados por valores y posturas político-ideológicas, no están exentos de asumir en la práctica posiciones que oscilen entre ser mediador, promotor u orientador; tampoco, de asumir el papel opuesto de instrumentalizar, controlar, reprimir o ejercer la coerción contra las personas con las cuales trabaja.

A intervenção no social deve ser analisada como um processo contraditório e conflitivo, no qual as/os profissionais de Trabalho Social devem construir um sentido e um caminho, mas que nesse processo, não estão isentos de assumir consciente ou inconscientemente práticas individualistas, que neguem o reconhecimento do sujeito social (ESTRADA, 2010).

No caso do Entrevistado H, a contradição da intervenção no social se faz mais evidente, ao mencionar que a partir de uma necessidade sentida da instituição de saúde, vinculada a um interesse econômico e financeiro pode considerar-se uma atenção mais integral ao beneficiário, como indica a continuação:

En el área de la salud qué hago yo, te voy a dar un caso específico, por ejemplo, llega una embarazada aquí y por políticas de la institución y por necesidad de facturación, entre nosotros, eso es un secreto a voces, si llega un paciente, si nosotros le facturamos más intervenciones la institución gana, entonces anteriormente, digamos una embarazada la valoraba enfermería, médico general, ginecología, pero descubrimos que si se valora por psicología, trabajo social, hay más facturación y consecuentemente eso conlleva a que el abordaje para la problemática de la embarazada sea mucho más amplio, no sea sólo desde una perspectiva medicalizada, sino una perspectiva más desde lo social y a partir de lo individual, a partir de psicología. Entrevistado H.

Aqui fica evidente que a intervenção social está mediada por interesses economicistas, como os promulgados pela lógica da sociedade capitalista, que no caso colombiano, apresenta-se como a única forma de organização do sistema produtivo e social. É interessante resgatar, que apesar da evidente perspectiva individualista e funcional da intervenção, o Entrevistado H menciona que seu objetivo é afastar-se desta perspectiva e procurar uma a partir do social.

Como dito anteriormente, identifica-se a contradição e o conflito da intervenção no social, que está mediada pelos interesses institucionais, do profissional e do beneficiário. Neste caso, considera-se a necessidade de construir junto com o sujeito de intervenção, considerando sua capacidade de ação e

participação, analisando suas práticas sociais coletivas, afastando-se do olhar funcionalista que percebe o sujeito como objeto, como aquele que não participa.

O Entrevistado H menciona que no processo de intervenção no social, utiliza com frequência o enfoque psicossocial nos diversos casos apresentados, enfoque mencionado no primeiro capítulo e que está muito presente na formação do Trabalho Social.

[...] en mi especificidad, hacemos una historia clínica, evaluando todos los factores de riesgo psicosociales y hacemos el proceso de intervención desde lo psicosocial, por decir algo, voy a aterrizar más el tema, a mí me llega una niña de 14 años de edad en estado de gestación, con 14 años de edad se presume como un abuso, si yo identifico esa niña, que no tiene un pareja estable y que tiene 14 años de edad, padece un factor de riesgo, qué hago yo?, la hospitalizo, porque es un presunto abuso, lo reportamos a fiscalía, lo reportamos a comisaria de familia y lo reportamos a ICBF, para sensibilizar la red de apoyo que se llama mamá, tía, grupo familiar, etc., para que ellos se comprometan con la asistencia. Antes de la asistencia el programa de control prenatal, si la niña no quiere ser mamá, también le facilitamos, no la toma de decisiones, le facilitamos las herramientas para que ella asuma la toma de decisiones y en el evento que ella asuma la toma de decisiones, la direccionamos donde a ella se le puede solucionar el problema. Entrevistado H.

No Trabalho Social é frequente encontrar como parte das estratégias de intervenção no social o enfoque psicossocial, fazendo-se presente na formação das/os profissionais. Igualmente, é um enfoque que o Estado colombiano privilegia no atendimento de casos como abuso sexual, vítimas do conflito armado, deslocamento forçado, consumo de substâncias psicoativas, todos estes requerendo a presença do profissional de psicologia e um profissional da área social, como Trabalho Social ou Sociologia. Apesar da estratégia de procurar vincular a interdisciplinaridade para dar conta das múltiplas determinações que envolvem o sujeito, às vezes privilegia-se o aspecto psicológico, ou seja, o individual sobre o coletivo, simplificando a intervenção social.

A partir da análise anterior sobre o processo de intervenção no social das/os trabalhadoras/es sociais na área da saúde, identificando ferramentas, técnicas, estratégias e suas contradições, evidenciando-se que este processo não é linear, nem tampouco rígido, mas um processo que procura ter um olhar crítico, considerando os sujeitos envolvidos, o contexto e outros determinantes, onde a/o profissional assume perspectivas, enfoques, ferramentas e técnicas, que lhes permitam analisar a realidade concreta. A respeito, Valencia (2011) considera que a visão crítica:

Supone saturar la realidad —específica, singular, micro, donde interviene el profesional— de determinaciones, de análisis estructural, que determinan y condicionan esa realidad singular. Supone superar la imagen inmediata que se obtiene por la experiencia, superar la “pseudoconcreción”, como dice Kosik, supone superar —sin negar— la apariencia, alcanzando la esencia (VALENCIA, 2011, p. 30).

Por fim, neste ponto identifica-se e analisa-se o processo de intervenção no social na área da saúde, sendo interesse da pesquisadora olhar sobre este processo, especificamente, nos casos de intervenção no social com MSV, análise que será feita a seguir.

3.2.1 Processo de Intervenção no Social na Saúde com Mulheres em Situação de Violência¹⁰⁰

A partir da caracterização da violência contra a mulher na Cidade de Cali, exposta no segundo capítulo desta pesquisa, justifica-se analisar como se apresenta a intervenção social das/os trabalhadoras/es sociais nos casos de MSV que chegam aos hospitais e centros de saúde, casos que segundo os protocolos de atendimento da PPM devem passar primeiro pelas instituições de saúde.

Na análise anterior acerca da intervenção no social desses profissionais, evidenciaram-se a utilização de algumas técnicas, ferramentas e estratégias, como a entrevista estruturada, a comunicação, a metodologia grupal e comunitária e a pedagogia, dentre outras. Neste caso, no atendimento às MSV também se identificaram estas estratégias e ferramentas, portanto, situar-se-á aqui, principalmente, as que ainda não foram citadas. Neste sentido, o Entrevistado A descreve de forma geral como se apresenta a intervenção no social com estes casos, identificando algumas ferramentas, técnicas e perspectivas usadas.

Tenemos unas herramientas que son las rutas municipales que han sido construidas en consenso con diferentes profesionales de las ciencias sociales, de la secretaria de salud y de los diferentes actores involucrados en el proceso de la atención a las víctimas, fiscalía, bienestar familiar, comisarías de familia. En su conjunto se han estructurado y se han articulado las rutas de atención las cuales nosotros tenemos como institución unas guías y protocolos; unos protocolos de atención a víctimas, en los cuales se han incorporado todos los elementos de norma, todo lo que establece la ley, más todo el componente psicosocial de la atención integral

¹⁰⁰Quando se fala de violência, faz-se referência à violência contra a mulher, entendida como qualquer ação ou omissão, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico, econômico ou patrimonial às mulheres, por causa de sua condição cultural de mulher, assim como, as ameaças de tais atos, a coação ou privação da liberdade, apresentado no âmbito público ou privado. Entre as violências encontradas estão violência sexual, física, verbal, psicológica e patrimonial ou econômica. *Artículo 2, Ley 1257 de 2008.*

a las víctimas. Lo que dice la resolución de la 469 del 2012, la atención a las víctimas. Información establecida en los decretos, leyes, constituciones, nosotros tratamos de incorporar la norma, pero de una manera muy asertiva, como trasladar toda esa normatividad, esos derechos y todas esas situaciones que el usuario debe conocer y acceder, de una forma amigable con la gente. Entrevistado A.

Em primeiro lugar, o Entrevistado A menciona o trabalho em rede com instituições estatais para coordenar as ações nos casos de violências contra a mulher, em que cada instituição cumpre uma função específica e sua ação depende das características de caso para caso. Por exemplo, quando se trata de um caso de uma menor de idade, os casos devem ser vinculados com a instituição de menores ICBF, se a mulher tem a maior idade vincula-se à instituição do Ministério Público. A esse respeito, a autora Vélez (2003) comenta o seguinte:

La práctica profesional del Trabajo Social también responde a objetivos externos elaborados desde afuera por las instituciones, organizaciones o grupos con lo que se trabaja o definidos en el marco que las políticas sociales en un momento dado establecen. (VÉLEZ, 2003, p. 45).

Em segundo lugar, o mesmo Entrevistado A menciona que a atenção às MSV vincula-se diretamente com as leis e normatividade, tanto institucional, quanto estadual, integrando o enfoque psicossocial e de restauração de direitos. Porém, algumas entrevistadas manifestaram que apesar da normatividade, o trabalho interinstitucional não funciona de forma pertinente e eficaz, dificultando o atendimento a estas mulheres:

Las herramientas son poquitas, porque lastimosamente estamos solos, si fuera que tuviéramos una fiscalía dedicada a esto y vamos a decir bueno vamos a darle protección a esta señora, pero no. Hay una fundación llamada Casa Matria, que supuestamente nos han dado los teléfonos cuando tenga un caso muy extremo donde hay riesgo inminente de muerte y no tenga donde ir, ellos miran, evalúan el caso para saber si la reciben con los niños y todo hasta tres meses, pero esos programas que da el gobierno vienen y se terminan en un ratico, “se acabó el presupuesto”, “ya no podemos recibir más”, entonces queda uno otra vez como con las manos cruzadas [...] Esa comunicación en red, no la tenemos. Lastimosamente, herramientas pocas, lo único que uno tiene es simplemente hablar con la persona, evaluar sus redes de apoyo, identificar que dinámica familiar, que son los patrones de riesgo que influyen en que se reiteren los episodios de violencia y que tanto puede hacer ella como persona para cambiar esa condición. Entrevistada B.

A Entrevistada B comenta que o trabalho interinstitucional é difícil, reduzindo as ferramentas e estratégias no processo de intervenção no social. Igualmente, menciona a ausência de continuidade de alguns projetos e iniciativas por parte do Governo da Cidade de Cali, aumentando as barreiras para o acesso aos direitos dessas mulheres.

Aquí hay muchas barreras en la justicia, entonces lastimosamente, primero, una de las premisas que tenemos que tener en cuenta cuando uno va a hacer la orientación es que no podemos garantizarle a esa mujer que por el hecho de que vaya a denunciar va encontrar salida para lo que le está pasando, no nos digamos mentiras, aquí la justicia es lenta, muchas veces no se da lo que dice la señora, porque ella esperaría que por la denuncia se tomen medidas frente a su caso y haya algo bien asertivo y ella pueda decir: “voy a cambiar mi condición”, pero lo que se encuentran son barreras por todo lado. Entrevistada B.

As entrevistadas não apenas mencionam as dificuldades apresentadas com as instituições estatais e com o trabalho em rede para o atendimento das mulheres, como também atribuem ao contexto social e às práticas socialmente construídas os papéis que devem cumprir homens e mulheres.

[...] pues nuestro país culturalmente machista de base, yo creo que eso es a nivel mundial, pero en este país es muy arraigado el machismo, donde la violencia se ha naturalizado de una u otra forma [...] Pero la lucha no es solamente con esa familia, sino que es también con el contexto, porque el vecindario, la misma policía, nosotros tenemos muchas dificultades. Yo en particular lo que evidencio es que cuando una mujer llega golpeada y dice “es que yo fui a la policía”, la policía no le recibe el denuncia, sino que primero la manda a la institución de salud, a que la institución de salud diga si fue golpeada. Pues si ella dice que ese morado que tiene en el ojo es un golpe que le dio el marido, por qué no le creen? [...] En las instituciones les dicen, “pero piénselo bien”, “usted no se puede arrepentir”, “está segura?”, todo el tiempo le están metiendo como el temor a la gente [...]. Entrevistada C.

Nessa medida, identifica-se a influência do contexto social e as práticas sociais na intervenção no social das profissionais, em que a violência contra a mulher é naturalizada e justificada, responsabilizando as mesmas mulheres por sua situação, não sendo analisado o comportamento e as ações dos homens. Aqui se deve lembrar a discussão realizada há pouco, na qual se enfoca a necessidade da desnaturalização no processo de intervenção no social, ou seja, que não se deve assumir uma problemática social ou algumas situações da vida do sujeito como algo natural, ou algo dado, mas como algo construído socialmente e que se pode modificar.

Evidencia-se, pois, que a utilização de ferramentas como as leis e normatividade, que trabalham com protocolos para o atendimento não são suficientes para garantir o pleno gozo dos direitos das mulheres. Deve-se realizar um afastamento da mesma lei ou norma para poder identificar suas contradições e seus conflitos, compreender seu processo como não linear, já que apresenta mudanças a partir dos significados e representação que lhes dão os sujeitos.

A Entrevistada F menciona o uso da ferramenta “Atendimento em crise”, relacionada com o enfoque psicológico-psiquiatra. Esta ferramenta é utilizada,

frequentemente, para atender casos em um tempo curto e limitado, que é caracterizada pela incapacidade do sujeito para procurar soluções e pelo transtorno e desorganização de sua vida de forma repentina. Neste sentido, privilegia-se este tipo de enfoques por parte da/o profissional, muitas vezes pela quantidade de funções que deve cumprir e das múltiplas situações que deve orientar, deixando de lado estratégias que precisam de maior aprofundamento.

Cuando trabajamos con víctimas de violencia más que todo lo que nosotras hacemos es intervención en crisis, siempre nos llegan a las prioritarias por lo menos aquí en los centros, las mujeres cuando han sido violentadas antes o posteriormente y siempre trabajamos es con técnicas para intervención en crisis, para poder contener a la persona, para poder brindar educación porque también educamos mientras estamos en intervención vamos educando, más que todo eso. Entrevistada J.

A Entrevistada J menciona a utilização da intervenção em crise e, além disso, vincula técnicas educativas na sua intervenção no social, tentando dar resposta às demandas das mulheres. Uma destas estratégias pedagógicas é o apoio comunitário, como expõe a seguir:

Aquí funciona la casa de protección a la mujer, por paz y bien, que es más que todo lideradas por ellas, ellas también se encargan de hacer la misma ruta que nosotras por lo menos en la comuna 21, yo las puedo dirigir allá y allá también hay un acompañamiento que se le hace a nivel psicosocial, a nivel de derecho porque también tiene abogada, todo eso. Entrevistada J.

Aqui é importante resgatar o trabalho dos movimentos sociais de mulheres, que através da organização e gestão conseguiram criar um espaço em bairros mais vulneráveis da cidade, onde são atendidas MSV além das mulheres que procuram ajuda, podendo se vincular ao grupo para apoiar outras mulheres. A criação deste espaço é a manifestação do trabalho em rede, gerado pelas mesmas mulheres que viveram e vivem situação de violência, que coloca em evidência a importância das ações coletivas desenvolvidas no âmbito comunitário.

Por outro lado, a Entrevistada E identifica que a intervenção social muda segundo os tipos de sujeitos e segundo o tipo de demanda, por exemplo, para o atendimento de crianças, baseada em um enfoque psicossocial que privilegia a técnica do desenho.

Generalmente son violencias de género y violencias sexuales, nos llegan muchas violencias sexuales de niños, entonces ahí básicamente la técnica es la entrevista, cuando son niños muy pequeños, niños como de tres años, pues uno los pone a dibujar y a través del dibujo uno identifica tal vez lo que ellos dibujan, en las imágenes, en los dibujos, que ellos hacen, hay imágenes fálicas o algo que nos permita identificar que lo que está diciendo el niño es cierto. Entrevistada E.

Para o atendimento das mulheres adultas, a Entrevistada E menciona a utilização do método da narrativa, privilegiando o diálogo e a expressão de ideias e sentimentos, procurando desta forma, uma análise da sua situação e a busca das possíveis soluções.

Cuando son mujeres adultas que vienen por una agresión física, una violencia intrafamiliar, con la entrevista a través de la narrativa, a mí me gusta que ellas hablen [...] cuando usted habla usted lo exterioriza, lo saca, y me ha servido mucho [...]. Entrevistada E.

Cabe lembrar, que a intervenção no social é um processo que configura o pensar e o atuar, que evidencia a importância dos fundamentos teóricos e conceituais para orientar a intervenção e a necessidade de uma construção histórico-social, revelando a essência do processo e das situações que levam à demanda do sujeito. Neste sentido, não se pode limitar a relação teoria-empíria como um simples exercício de interpretação, mas uma construção e análise crítica.

Como afirmado anteriormente, nessas estratégias e técnicas que iniciam o diálogo e o processo de comunicação para gerar reflexões acerca da situação dita como problema, faz-se importante considerar o contexto social. Trata-se de relacionar os determinantes micro e macro sociais, que permitam uma análise crítica da situação e, desta forma, compreender a realidade objetiva. Como menciona o autor Carballada (2010):

Esta perspectiva implica el reconocimiento de una singularidad de lo micro conectada con lo macro. A su vez, esta singularidad posee una construcción histórica, un posicionamiento en el presente y, si se quiere, una perspectiva con respecto al futuro, que le otorgará significados particulares. (CARBALLEDA, 2010, p. 58).

Finalmente, afirma-se que a intervenção no social das/os trabalhadoras/es sociais com MSV apresenta dificuldades relacionadas com o contexto no qual se desenvolve a mulher, por exemplo, a falta de coordenação entre instituições, as práticas culturais da sociedade frente aos gêneros, os interesses da instituição de saúde sem mencionar as barreiras que podem ser encontradas, tanto na família, quanto nas/os profissionais inseridas/os no atendimento. Como aconteceu com o processo de intervenção no social na área da saúde, aqui as/os profissionais utilizam técnicas, ferramentas e estratégias, segundo o tipo de sujeito e de demanda. Porém, é evidente a falta de tempo para aprofundar nos casos destas mulheres, ficando às vezes em uma orientação verbal sem conseguir fazer frente à situação de violência.

Apesar de que as/os entrevistadas/os falaram das diversas ferramentas, técnicas e estratégias na sua intervenção no social com MSV, não falaram sobre o

uso da perspectiva de gênero neste processo. Porém, no próximo item, onde se trabalha com a perspectiva de gênero, as/os entrevistadas/os começam a relacionar esta perspectiva na sua intervenção social.

3.3 A Perspectiva de Gênero

3.3.1 Definição e Conceito da Perspectiva de Gênero

A categoria de análise de “Gênero” tem sido estudada, principalmente, pelo feminismo contemporâneo, apresentando mudanças em seu significado ao longo dos anos, representando desde uma categoria binária dos sexos até uma categoria analítica para a compreensão das relações de poder na sociedade.

No mundo anglo-saxão, inicialmente o termo de gênero (*Gender* em inglês) representava uma questão relativa aos sexos dos seres vivos, como o *gender* de um animal, planta ou pessoa; era um conceito mais restrito. No caso das Línguas Castelhanas e Portuguesas, a situação foi diferente, pois apresentava diversos significados além da diferença entre sexos, como por exemplo: forma ou maneira de fazer algo, tipo e classificações de substantivos, estilos musicais, estilos de obras literárias e tipo de mercadoria (LAMAS, 2004). Neste sentido, para as sociedades de Língua Portuguesa e Castelhana entender o surgimento desta nova categoria – que identificava as ideias, crenças e concepções como construções sociais tomando como base a diferença sexual – foi um processo mais complexo e deu lugar a diversas interpretações.

No processo de transformação dessa nova categoria, a filósofa e pensadora Simone de Beauvoir no ano 1949, em seu ensaio “O Segundo Sexo” mencionou a possibilidade do uso do termo gênero no campo dos discursos filosóficos e em suas obras literárias, identificando seu caráter específico, que envolvia um significado próprio, diferente do tradicional que fazia referência a um tipo ou espécie.

Nos anos de 1970, o feminismo acadêmico anglo-saxão começou a problematizar o uso desse conceito baseado na “diferença sexual” para explicar as desigualdades entre mulheres e homens. Desigualdades que não seriam definidas pelo biológico, mas socialmente construídas. Nos anos de 1980, a categoria gênero começou a ter maior abrangência entre militantes e acadêmicos para analisar como

a diferença, fundada na perspectiva biológica, podia influir na desigualdade social, econômica e política entre mulheres e homens, colocando nos âmbitos simbólico, cultural e histórico os determinantes da desigualdade entre os sexos.

A partir desses estudos, torna-se evidente a discriminação das mulheres na sociedade. Em virtude dessas situações, os movimentos sociais e as instituições internacionais como a ONU começaram a desenhar programas para alcançar a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Assim, foi organizada a primeira Conferência Mundial da Mulher no México em 1975, para debater sobre a situação de subordinação e discriminação das mulheres e as estratégias para sua erradicação¹⁰¹.

Dessa forma, os países membros da ONU começaram a criar e estabelecer leis e medidas para alcançar o objetivo de uma sociedade mais equitativa e igualitária para homens e mulheres. Contudo, anos depois, na avaliação das medidas implementadas, os Estados-nação reconheceram que a situação de discriminação continuava e que estas políticas tiveram pouco alcance na sociedade, concluindo que a situação de desigualdade era mais complexa do que se pensava e que para alcançar seu objetivo deviam buscar outras estratégias, além das medidas normativas (LAMAS, 2004).

Uma das autoras que aprofundou o conceito de gênero e que identificou nele determinantes políticos e históricos foi a historiadora Joan Scott, através de seu artigo “Gênero: Uma categoria útil para análise histórica”. Neste documento, a autora faz uma ampla revisão acerca dos usos do conceito de gênero, destacando o uso dado pelas historiadoras feministas, garantindo um grande aporte teórico a respeito dessa temática. Por conseguinte, Scott faz uma análise das teorias mais relevantes desenvolvidas sobre o tema de gênero, considerando suas implicações em diversos âmbitos da vida social. Nesta abordagem, a referida autora desenvolve sua própria concepção sobre o conceito de gênero, que permite converter-se em uma categoria analítica relevante para os estudos, não só da mulher, mas também da sociedade em geral e de seus processos históricos.

¹⁰¹ Outros eventos internacionais que marcaram os avanços da luta das mulheres para a eliminação da discriminação e subordinação foram a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher - CEDAW (1979), a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher – Convenção Belém do Pará (1994), o Estatuto da Corte Penal Internacional (1998), entre outros.

Ao construir o significado de gênero, Scott (1996) diz que se devem considerar tanto os sujeitos individuais quanto a organização social e descobrir suas inter-relações para compreender como age o gênero. Assim, ela faz sua própria definição de gênero, integrando duas proposições:

1. O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos. Esta proposição compreende quatro elementos que atuam de maneira inter-relacionada: símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações; conceitos normativos que aludem à interpretação dos significados dos símbolos, limitando sua parte metafórica; a análise deve incluir noções políticas e referências às instituições e organizações sociais; e, por último, está a identidade subjetiva, onde o gênero se constrói através do parentesco, a economia e a política, cada aspecto em sua independência (SCOTT, 1996).

2. O gênero é uma forma primária de relações significantes de poder, é um campo primário no qual se articula o poder. Os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização, concreta e simbólica, de toda a vida social, e implica na concepção e construção do próprio poder (SCOTT, 1996).

Quer dizer, o gênero é para Scott (1996) uma forma primária que impulsiona a compreensão do poder. Neste caso, um poder formado a partir das diferenças entre homens e mulheres construídas socialmente e, que colocam o homem em uma posição privilegiada em relação à mulher. Para a autora, o lugar e o papel da mulher na sociedade não é algo natural, nem um produto das coisas que se faz, mas o significado que as pessoas colocam em suas atividades através da interação social.

Os estudos de gênero continuaram avançando na compreensão do conceito de gênero e de seus determinantes sociais, econômicos e políticos. Desta forma, definiram em primeiro lugar que o gênero não significa “mulher”, mas que faz referência às relações sociais entre homens e mulheres, identificando seus diferentes papéis dentro da sociedade, papéis que podem ser modificados. Nesta medida, identifica-se que cada cultura e sociedade tem uma concepção particular do que é ser homem ou mulher e, que tal concepção pode sofrer transformações ao longo do tempo (CASTELLANOS, 2006).

Em seguida, os conceitos de sexo/gênero não eram vistos como sinônimos, pois se identifica que o sexo é um aspecto biológico, natural, definido

pela anatomia humana e o gênero é uma elaboração cultural da realidade. Desta forma, utiliza-se a categoria gênero como uma ferramenta para entender que as identidades femininas e masculinas não surgem pelas supostas diferenças anatômicas entre os sexos, mas são os usos, os costumes de cada cultura que criam e estruturam as formas de perceber e conceber o feminino e o masculino (CASTELLANOS, 2006).

Nas diversas análises de autores como Foucault, no seu livro “História da Sexualidade”, começou-se a debater sobre essa suposta naturalidade do conceito de “sexo”. Segundo este autor, o termo “sexo” teve uma evolução e transformação histórica, conformada em meados do século XVIII, através dos discursos médicos para construir uma unidade artificial que agrupava alguns elementos anatômicos, biológicos, condutas, sensações e prazeres; que, por sua vez, foi determinado como princípio causal de seu funcionamento, ou seja, o sexo foi determinado como necessário para o dispositivo da sexualidade e seu funcionamento (FOUCAULT, 1998). Como explica a antropóloga Henrietta Moore:

Foucault's basic argument is that the notion of 'sex' does not exist prior to its determination within a discourse in which its constellations of meanings are specified, and that therefore bodies have no 'sex' outside discourses in which they are designated as sexed¹⁰² (MOORE, 1994, p. 12).

Nesse sentido, os autores argumentam que o conceito de “sexo” também foi criado socialmente, através do discurso no âmbito médico, como forma de explicar alguns elementos da conduta humana. Desta forma, a diferença entre sexo e gênero já não era tão evidente. Segundo a autora Butler (2001), o sexo não é a base fundamental na qual são construídas as concepções e papéis de gênero, e sim o gênero cultural, que permite construir ideias acerca da sexualidade, das formas de perceber e viver o corpo e das formas de relacionamento físicas e emocionais. E continua dizendo, que “[...] o gênero é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura” (BUTLER, 2008, p. 25).

Diante do exposto, o que se conhece como homem/mulher, feminino/masculino são categorias construídas socialmente e que foram sendo

¹⁰² “O argumento básico de Foucault é que a ideia de “sexo” não existe com anterioridade a sua determinação dentro de um discurso na qual suas constelações de significados se especificam, e que, portanto, os corpos não têm “sexo” fora dos discursos nos quais são assignados como sexuados”. (tradução nossa).

criadas como parte das características culturais de um povo e não se apresentam como algo natural. Os conceitos de “sexo” e “gênero” pertencem à realidade cultural de cada sociedade, em que estas interagem e permitem compreender as características e determinantes de nossas relações sociais, que no caso da cultura colombiana aparece como uma hierarquia na qual o feminino é visto como inferior frente ao masculino, mas que devem ser compreendidas como características culturais e não como hierarquias naturais.

Finalmente, a autora Castellanos (2006) afirma o que é tomado no presente trabalho como o conceito da categoria de gênero:

[...] el conjunto de saberes, discursos, prácticas sociales y relaciones de poder que les da contenido específico a las concepciones que usamos (y que influyen decisivamente sobre nuestra conducta) en relación con el cuerpo sexuado, con la sexualidad y con las diferencias físicas, socioeconómicas, culturales y políticas entre los sexos en una época y en un contexto determinados. (CASTELLANOS, 2006, p. 12).

Assim, o gênero é uma construção social e uma categoria que permite analisar as relações sociais e de poder construídas socialmente, a partir de discursos e práticas sociais, que as pessoas criam em relação a sexualidade e as diferenças físicas, sociais, socioeconômicas e culturais em um tempo e contexto determinados e permite compreender como estas diferenças geraram uma hierarquia nas relações, permitindo que umas se sobressaíssem a outras.

Considerando essa análise sobre a categoria de gênero e ainda com a presença da discriminação sobre a mulher nas sociedades, criou-se uma ferramenta a partir da IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing – China (1995), para fortalecer as medidas feitas pelos governos em prol da não discriminação e desigualdade das mulheres, chamada “Perspectiva de Gênero”.

The success of policies and measures aimed at supporting or strengthening the promotion of gender equality and the improvement of the status of women should be based on the integration of the gender perspective in general policies relating to all spheres of society as well as the implementation of positive measures with adequate institutional and financial support at all levels¹⁰³ (UNITED NATIONS, 1996, p. 20).

Na busca de um desenvolvimento mais equitativo e democrático para a sociedade, que elimine qualquer ação ou trato discriminatório a qualquer grupo, neste caso às mulheres, os governos tomaram a responsabilidade de desenhar

¹⁰³ “O sucesso das políticas e medidas destinadas a apoiar ou fortalecer a promoção da igualdade de gênero e a melhoria da situação das mulheres deve ser baseada na integração da perspectiva de gênero nas políticas gerais relacionadas com todas as esferas da sociedade, bem como a aplicação de um apoio institucional e financeiro adequado em todos os níveis”. (Tradução nossa).

políticas que assumam as diferenças e as condições culturais, econômicas e políticas que incidem na discriminação das mulheres. Nesta medida, a perspectiva de gênero contribui para o reconhecimento de que a diferença sexual é construída a partir das percepções, representações e prescrições sociais, onde as sociedades estruturam e constroem sua cultura em torno dessa diferença (LAMAS, 1996).

No caso colombiano, principalmente na Cidade de Cali, a perspectiva de gênero permite evidenciar que a discriminação e desigualdade que vive a mulher, vêm da representação que as pessoas assimilam à diferença sexual e, desta maneira, a mulher foi percebida como ser menor que o homem e esta crença teve repercussão nos âmbitos econômico, político, cultural, sexual e social, que ajudaram a manter e fortalecer essa representação, acreditando que esta situação é uma condição natural da mulher.

A perspectiva de gênero usa como um de seus instrumentos a educação, pois a partir desta pode-se modificar as pautas sexistas ou reforçá-las, tanto nos âmbitos formais, como escola; ou informais, como na rua ou em casa. Assim, a educação é uma ferramenta eficaz para a busca de transformação dos costumes e ideias sobre os estereótipos de gênero. O primeiro passo para o desenvolvimento da perspectiva de gênero trata-se de identificar e eliminar as condutas e ações discriminatórias tanto em relação a mulheres, quanto aos homens por pertencer a um sexo (LAMAS, 1996). Por exemplo, eliminar a crença de que as mulheres pertencem ao lar e que devem cuidar dos filhos, como se fossem coisas naturais, algo dado e imutável. Deve-se assumir uma postura crítica a esse respeito e reconhecer os diversos fatores que incidiram nessa crença.

Assim, a perspectiva de gênero, reconhece que os costumes culturais podem limitar a participação da mulher na vida política e em outros espaços configurados como exclusivos para os homens. Por isso, tenta-se criar e desenhar ações para garantir a inserção das mulheres nos âmbitos em que, historicamente, elas têm sido excluídas (LAMAS, 1996). Nesta medida, se o objetivo da perspectiva de gênero é eliminar a discriminação, desigualdade e iniquidade entre as pessoas e promover ações que ajudem neste exercício, a tendência desta perspectiva é de desaparecer, quando tais condutas discriminatórias desapareçam. Como menciona a autora Lamas (1996):

La perspectiva de género conduce a una política que contiene las semillas de su posterior desintegración. Cuando se alcance la igualdad de oportunidades, cuando se elimine la ceguera del género, cuando la

educación no sexista sea una realidad, cuando las pautas culturales sean más igualitarias, la perspectiva de género desaparecerá.

Destaca-se então, a importância da perspectiva de gênero, na medida em que pode contribuir e beneficiar o conjunto da sociedade (além do binarismo homem e mulher), identificando as ações e condutas discriminatórias e criando estratégias para fortalecer condições mais equânimes nos diferentes âmbitos, nos quais o ser humano se desenvolve e permite a construção de novos olhares sobre a diferença sexual, assumindo que as pessoas tem igualdade de direitos, mas que possuem diferentes necessidades.

3.3.2 Percepções, Concepções e Conhecimentos das/os Trabalhadoras/es Sociais sobre a Perspectiva de Gênero

A partir da definição de perspectiva de gênero construída anteriormente, analisa-se quais são as percepções, concepções e conhecimentos que tem as/os trabalhadoras/es sociais sobre esta perspectiva para desenvolver, em seguida, a análise sobre a possibilidade do uso da perspectiva de gênero na intervenção social destes profissionais.

Para esse exercício de análise deve-se considerar que as ideias, representações e conceitos criados sobre algo são construídos a partir das relações sociais que os seres humanos estabelecem entre si, que conformam um conjunto de saberes e práticas sociais que são inseridos culturalmente e, que vão determinando formas de pensar, agir e participar. Nesta medida, a concepção sobre a perspectiva de gênero pode estar determinada pela construção que se tem dos papéis dos homens e das mulheres na sociedade, evidenciada por uma hierarquia na qual as mulheres são vistas como inferiores aos homens, sendo esta crença um determinante para explicar a razão das mulheres, na Cidade de Cali, serem discriminadas e maltratadas, não só pelos homens, mas pela sociedade.

Nesse sentido, inicia-se identificando a percepção que tem o Entrevistado H sobre a perspectiva de gênero, mencionando o seguinte:

[...] es la priorización, es el retome del valor que tiene la mujer, en el sentir de lo cotidiano, históricamente pues uno ve digamos el rol de la mujer en la familia extensa y la transición a la familia nuclear, uno nota que la perspectiva de género está mani atada, porque se ha priorizado siempre el varón, como el que abastece y consecuentemente como el que propone la funcionalidad en un determinado espacio físico, pero ahora cuando las familias se volvieron nucleares y la mujer tuvo una mayor participación en

los medios de producción y se integró a las actividades productivas de la vida, la perspectiva de género cambio, entonces la mujer es reconocida como un ser espectacular, como un ser esencial en la dinámica [...] Entrevistado H.

Apesar do Entrevistado H interpretar a perspectiva de gênero como conceito de gênero, ele menciona várias coisas importantes. A primeira delas é identificar que o avanço ou retrocesso da perspectiva de gênero pode estar determinado pelo contexto social, no qual historicamente os homens têm sido priorizados e, portanto, requer um exercício árduo para enfrentar tais concepções culturais acerca dos papéis entre homens e mulheres. Outra questão que Entrevistado H apresenta é, que apesar destas concepções que se tem da mulher no contexto social, elas têm apresentado avanços quanto a sua participação social e na inserção no mundo laboral, fatos que de alguma forma vão criando mudanças sobre o papel da mulher. Frente a esta situação o mesmo Entrevistado H elabora um exemplo, mencionando o seguinte:

[...] Ayer por ejemplo, yo cuando vienen mis pacientes aquí, por ejemplo los papás y que tienen conflicto o maltrato en violencia y yo les digo “pero es que usted tiene que reconocer a la mujer con equidad, usted tiene que reconocer al otro como un ser exactamente igual a usted” y la gente en su imaginario no puede elaborar eso todavía, la gente todavía trae el concepto tradicional y romper con ese paradigma es muy complejo, o sea, yo siento que por parte del hombre equipararse y poder mirar al otro cara a cara, digamos en cuestión de género es muy complejo todavía, o sea, yo siento que, aunque se han ganado muchos espacios, pero siento que todavía falta mucho por construir, o sea todavía falta mucho, pero que se está logrando y que nosotros los hombres, los caballeros somos los que tenemos que empezar a romper esos paradigmas, o sea, reconocer al otro como un ser especial, como un ser capaz, como un ser pensante, como un ser autónomo y a través de allí es que se logran esas equidades. Entrevistado H.

No exemplo citado pelo Entrevistado H fica evidente a discriminação que vive a mulher na sociedade e a difícil forma de superá-la. Porém, o exemplo resgata alguns avanços a respeito da necessidade de continuar na luta pela reivindicação da mulher. Aliás, no discurso desenvolvido pelo Entrevistado H são identificados elementos constitutivos da discriminação da mulher, ao dizer *nosotros los hombres, los caballeros*, descrevendo os homens e a si mesmo, a partir de uma categoria privilegiada; e ao dizer *somos los que tenemos que empezar a romper esos paradigmas*, coloca ao homem como o sujeito capaz de criar essas mudanças sociais; igualmente, menciona *reconocer al otro como un ser especial, capaz, pensante*, olhando a mulher como um “outro” que precisa ser reconhecido pelo homem, que tem suas mesmas capacidades e habilidades.

De acordo com a presente análise, o Entrevistado H não identifica a perspectiva de gênero, apenas o conceito de gênero quando este tentava explicar as diferenças dos sexos, mas evidencia alguns determinantes do contexto que influem na discriminação sobre a mulher na sociedade. A confusão entre gênero e perspectiva de gênero também se apresenta na Entrevistada D, ao dizer: *“Son construcciones culturales y sociales acerca de lo que se supone [pausa] o de las propias pautas de interacción de lo que es sexo masculino y el sexo femenino” Entrevistada D.*

Como mencionado no ponto anterior, o mesmo conceito de gênero nas sociedades de Língua Portuguesa e Castelhana pode ter dificuldades para sua compreensão, pois apresenta diversos significados, igualmente a falta de conhecimento sobre o tema pode influir nas confusões conceituais. Igualmente, as falas das seguintes entrevistadas demonstram as confusões, não somente da perspectiva de gênero, como do conceito de gênero: *“Es una palabra que está de moda, todo es perspectiva de género, es relacionado con la mujer, con los derechos que tienen las mujeres, igual yo pienso también con los deberes, con la igualdad” Entrevistada E.*

“[...] es la visión que se tiene de la mujer desde otro enfoque desde la parte más teórica, con respecto a la identidad, con respecto a la condición de género, todo eso, tengo entendido” Entrevistada J.

A Entrevistada E menciona que a perspectiva de gênero está relacionada com a mulher, com seus direitos e deveres, como também aconteceu com a Entrevistada J que diz que é um enfoque teórico para entender a mulher com respeito a sua condição de gênero, identidade, dentre outros. Um dos aspectos trabalhados no ponto anterior menciona que o gênero não significa mulher, mas que faz referência às relações sociais entre as pessoas, que permitem identificar os diferentes papéis que desenvolvem dentro da sociedade, mas que são papéis que podem ser modificados e não vistos como algo natural. A Entrevistada E menciona que a perspectiva de gênero é um conceito que está na moda, a esse respeito a autora Lamas (2004) coloca:

La utilización del término género aparece también como una forma de situarse en el debate teórico, de estar a la moda, de ser modernos. Para otras personas, género suena más neutral y objetivo que mujeres, y menos incómodo que sexo. Al hablar de cuestiones de género para referirse erróneamente a cuestiones de mujeres, da la impresión de que se quiere imprimir seriedad al tema, quitarle la estridencia del reclamo feminista, y por

eso se usa —erróneamente— un término científico de las ciencias sociales. (LAMAS, 2004, p. 15).

Além do citado pela referida autora, que a utilização do termo gênero deu valor científico às questões que envolviam o sexo e as mulheres, a Entrevistada E ao fazer referência à perspectiva de gênero como uma palavra da moda pode, também, constituir o fato de que as estratégias e ações promovidas contra a discriminação e a desigualdade sobre a mulher na cidade, identificando-as como situações que devem ser mudadas, podendo dar resultado e inserir nas práticas sociais e nos discursos das pessoas, apesar de não ter muita clareza no conceito. Por conseguinte, existem outras confusões, como o caso da Entrevistada I, que percebe a perspectiva de gênero como um enfoque diferencial, dizendo o seguinte:

[...] de alguna manera nosotros estamos trabajando mucho todo lo que es la parte de atención a nuestros usuarios basados en una perspectiva de género con enfoque diferencial haciéndole de alguna forma, acercándole la satisfacción de sus necesidades dentro de lo que la norma tiene y lo que la sociedad tiene para brindarle [...]. Entrevistada I.

No caso, o enfoque diferencial reconhece que existem populações e pessoas com características particulares, levando em consideração, sua idade, gênero, orientação sexual e deficiência, mas é a perspectiva de gênero que além de reconhecer tais diferenças, que assume a partir destas diferenças que as pessoas são discriminadas e seus direitos podem ser vulneráveis. As entrevistadas a seguir evidenciam um pouco da insegurança para definir a perspectiva de gênero, porém aproximam-se mais ao conceito trabalhado aqui:

Eso es algo que uno lo maneja siempre pero de pronto a la hora de definirlo uno se cuestiona. Todos tenemos igualdad de derecho, pero tenemos que tener una diferenciación que no todos somos iguales, somos similares y en cuanto a eso, pienso que la perspectiva de género [...] es tratar a la mujer como mujer y al hombre como hombre teniendo en cuenta sus particularidades y teniendo en cuenta las condiciones. Entrevistada C.

Hasta donde tengo entendido con derecho a equivocarme lo que busca es que no exista esa diferenciación tan grande como decir hombre/mujer, crear una igualdad entre el hombre y la mujer, pero teniendo en cuenta las características de cada uno, sin que se vuelva algo como tan limitante, como tan diferencial. Entrevistada F.

Apesar de não se questionar o binarismo criado de homem/mulher, resgata-se destas duas falas o reconhecimento de que as pessoas devem ser tratadas como iguais, entretanto assumindo suas diferenças. Como menciona a autora Lamas (2004, p.26) "[...] la verdadera equidad entre mujeres y hombres significa alcanzar la igualdad con el reconocimiento de la diferencia". Quer dizer, deve-se procurar a igualdade a partir da diferença, identificando as relações de

poder entre os sexos. A Entrevistada B relata outro fator para entender a perspectiva de gênero, dizendo o seguinte: *“Tiene que ver con el respeto a la diversidad, no solamente hombre, mujer sino también conocimiento de la otra población LGTBI, etc.” Entrevistada B.*

Nesse sentido, entender que os homens e as mulheres devem ser vistos e tratados como iguais a partir de suas diferenças inclui o reconhecimento da população LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais), os quais, socialmente, também vivem uma situação de discriminação e desigualdade por sua condição e orientação sexual. Finalmente, identifica-se a fala do Entrevistado A como o mais aproximado na definição da perspectiva de gênero entendida aqui, pois além de contemplar a fala das/os entrevistadas/os anteriores, evidencia como eixo fundamental a criação destas características a partir da cultura.

La concibo como las cualidades y características propias que diferencian a los hombres de las mujeres, pero que también están circunscritas dentro de todo el ámbito cultural, todas aquellas cosas, elementos, que me hacen a mi sentirme hombre o a ti sentirte mujer, que me hace identificarme como hombre, gustos, orientaciones, tendencias, costumbres y prácticas culturales que me hacen identificar como parte del género masculino o femenino. Eso es lo que comprendo por identidad y perspectiva de género. Entrevistado A.

Nessa análise, o primeiro ponto identificado é a insegurança com a qual respondem as/os profissionais à pergunta do que é perspectiva de gênero, pois alguns deles iniciam expondo sua dificuldade para definir o conceito, como por exemplo, *si y no; con derecho a equivocarme; a la hora de definirlo uno se cuestiona*, assumindo que sabem algo acerca do tema, mas não é completamente seguro de que seja. Outro fator identificado é a constatação de confusão entre o conceito de gênero e a perspectiva de gênero, questão que pode acontecer pela proximidade dos dois termos e, além disso, existe também confusão com o termo gênero, pois é assumido como sinônimo de mulher.

Algumas destas confusões podem ser entendidas, por um lado, pelos usos do termo nas Línguas Portuguesa e Espanhola e pelos avanços e modificações do conceito de gênero ao longo dos séculos XX e XXI. Por outro lado, estas confusões podem se apresentar pelas fragilidades e lacunas que existem no processo formativo das/os trabalhadoras/es sociais, frente à perspectiva de gênero, identificadas no primeiro capítulo.

Segundo as falas das/os entrevistadas/os identifica-se que a discriminação e situação de desigualdade e iniquidade da mulher continuam na Cidade de Cali, estando presente não só no contexto social e nas práticas sociais de alguns beneficiários, como também nos profissionais. Apesar da continuidade desta situação da mulher, também é evidente os avanços nos discursos e na implementação de algumas estratégias em favor da construção de outro tipo de olhar frente à mulher na sociedade, indicando que, talvez, a perspectiva de gênero não seja muito forte e não esteja consolidada, mas que está começando a inserir-se na sociedade.

3.4 A Perspectiva de Gênero Expressa na Intervenção no Social das/os Trabalhadoras/es Sociais

Como observado anteriormente, a intervenção no social das/os profissionais de Trabalho Social na atenção às MSV centrava-se em enfoques psicossociais, no uso de ferramentas e técnicas vinculadas aos estudos desde a psicologia¹⁰⁴, no atendimento individual através da narrativa e da entrevista estruturada e semiestruturada, além do atendimento familiar e das redes de apoio. Porém, nenhum/a profissional entrevistado/a, espontaneamente, falou sobre o uso da perspectiva de gênero na sua intervenção social, quer dizer que a perspectiva de gênero só foi relacionada com as ações desenvolvidas na intervenção no social depois do surgimento da pergunta sobre este tema nas entrevistas realizadas pela profissional¹⁰⁵.

A perspectiva de gênero é uma ferramenta de análise que permite “[...] identificar las diferencias que el modelo cultural ha establecido entre hombres y mujeres para definir y generar acciones tendientes a promover situaciones de equidad” (COMISIÓN NACIONAL DE LA MUJER, 1999, p. 19). Considerando esta premissa, alguns profissionais identificaram que algumas ações e funções que realizam no setor da saúde podem ser inseridas na perspectiva de gênero.

Que cuando nosotros hacemos las intervenciones y las atenciones en salud, nunca podemos desconocer, que hay esas características propias en las

¹⁰⁴ Enfoque muito utilizado na formação do Trabalho Social da *Universidad del Valle*, segundo as análises feitas no primeiro capítulo.

¹⁰⁵ Nas entrevistas semiestruturadas, a primeira pergunta sobre a perspectiva de gênero realizou-se depois da pergunta sobre o processo da intervenção no social, ou seja, correspondeu à pergunta número 7 do roteiro utilizado nas entrevistas (APÊNDICE C).

personas, que los hacen identificar de uno u otro género y que debemos ser respetuosos frente a esa percepción del individuo sobre su género y toda la construcción que tiene a nivel cultural de su identidad como tal. Entrevistado A.

Desta forma, ao falar sobre a perspectiva de gênero na sua intervenção no social, as/os entrevistadas/os podem identificar ações vinculadas a tal perspectiva, mas sem reconhecer um marco teórico-conceitual a respeito. Teoricamente, pode-se dizer, por exemplo, que a perspectiva de gênero permite reconhecer as relações de desigualdade entre os gêneros expressos em todos os âmbitos da cultura, como o trabalho, a família, a política, as organizações, a saúde, as empresas, a ciência, a história, a sexualidade (GAMBA, 2008). Este reconhecimento conceitual é importante, pois permite analisar a própria intervenção social e as ações nela executadas e avaliar de que forma contribuem na situação da mulher. No caso da Entrevistada C, esta menciona uma intervenção social com ênfase na mulher, dizendo o seguinte:

Tenemos que partir de que culturalmente hay una diferenciación, pero nosotros aquí tenemos unos programas específicos para las mujeres, pero en la orientación también empoderando a la mujer frente a sus derechos. Yo siempre en las consultas recalco es derechos sexuales y reproductivos, yo atiendo muchas gestantes, siempre con un enfoque de derechos, explicándoles los derechos sexuales y reproductivos, entonces pienso que desde allí estoy haciendo el enfoque perspectiva de género, de los roles, equiparar los roles, en el hogar, sensibilizar a las mamitas en la crianza porque es que somos las mujeres las que estamos criando a los hombres y seguimos perpetuando esa cultura machista, entonces ayudándole a que lo visible a que se haga consciente de que ellas tienen un gran compromiso también en la crianza, en el desarrollo de la crianza. Entrevistada C.

Embora se devam gerar ações e estratégias para o enfrentamento da violência contra a mulher, na qual o sujeito alvo destas estratégias seria principalmente a mulher, não se pode ignorar outros sujeitos e outros determinantes que contribuem nesse enfrentamento, como os homens, as crianças, a família extensa, os sujeitos próximos, sejam estes vizinhos, professores, companheiros de trabalho. A esse respeito, a autora Gamba (2008), comenta o seguinte:

La mirada de género no está supeditada a que la adopten las mujeres ni está dirigida exclusivamente a ellas. Tratándose de una cuestión de concepción del mundo y de la vida, lo único definitorio es la comprensión de la problemática que abarca y su compromiso vital.

Igualmente, percebe-se uma contradição na fala da Entrevistada C, pois identifica o uso da perspectiva de gênero no momento do trabalho educativo com mulheres-mães e, na sensibilização frente aos papéis no lar e da necessidade de equipará-los, mas deixa evidente que para ela a responsabilidade da educação dos

filhos é da mulher, questão que se afasta da perspectiva de gênero. No caso desta intervenção social, faz-se necessário identificar que os papéis no lar, culturalmente, são desiguais, pois favorecem o homem e sobrecarrega a mulher. A perpetuação desta desigualdade não está nas mãos das mulheres ou da forma como elas educam seus filhos homens, mas identifica como a família é determinante na construção da identidade dos filhos e filhas e, além disso, como o meio social vem representar um eixo importante nessa construção, tanto das identidades, quanto dos papéis que cada pessoa assume na sociedade. O mesmo ocorre com a Entrevistada E, ao dizer o seguinte:

El distrito es un sector donde hay mucha mujer, donde hay mucha madre cabeza de familia, si tú miras, tú ves que generalmente son más las mujeres; hombres casi no ves, entonces el distrito es un sector con muchas mujeres, con mucha vulneración de derechos, pero también pienso que las mujeres del distrito les falta empoderarse, de lo que son. Pero mira que es como paradójico porque también es un matriarcado, si tú vas a hacer una visita domiciliaria la mayoría son mujeres, mujeres con sus niños en sus viviendas, la mujer con su mamá, con sus hermanas, pero no se han empoderado de lo que son ellas. Entrevistada E.

A Entrevistada E compreende a perspectiva de gênero como o empoderamento da mulher sobre sua situação de violência, porém, diz que a responsabilidade da continuação da situação de violência está na mulher, colocando o peso da desigualdade e da discriminação em suas mãos, quando na realidade, esta discriminação e subordinação são determinadas por múltiplos aspectos. Neste sentido, deve-se lembrar que:

La perspectiva de género sirve para poner en evidencia la arcaica jerarquía que el proceso de simbolización ha establecido sobre la diferencia sexual, y para fundamentar la imposibilidad de las argumentaciones de superioridad de un sexo sobre otro (LAMAS, 2004, p. 26).

Nesta medida, faz-se necessário ampliar a intervenção social na atenção dos casos de violência contra a mulher, olhando e trabalhando com outros sujeitos que podem contribuir na busca de alternativas à situação-demanda. A Entrevistada G comenta outros fatores da intervenção social, mencionando o seguinte:

La institución te permite crear y fortalecerte, desde que yo estudie en el 2014, lo que ha hecho la institución y la secretaria de salud es fortalecernos en ese tipo de cosas, entonces es conocer las leyes, identificar qué tipo de violencias, en el marco del conflicto armado, cuáles son esas violencias, qué leyes protegen a las mujeres, porque si somos mujeres, pero tenemos una variación de que somos mujeres víctimas del conflicto armado, víctimas de violencia, entonces es una persona con multiplicidades de hechos victimizantes que se vuelven magnas, entonces tú tienes que llenarte de estratégicamente de teorías y de planteamientos, sino también es mirar que le ofrece el Estado y que ofrece la ley para esas mujeres. Entrevistada G.

Em primeira medida, a Entrevistada G comenta que obteve, através da sua vinculação com a instituição da saúde, as ferramentas para a intervenção no social com MSV, quer dizer, recebeu uma formação adicional para tratar esta temática, além daquela recebida na sua formação como trabalhadora social. Em segundo lugar, menciona o uso das leis e normas do Estado para atender às MSV e para orientar sua intervenção no social, quer dizer, que identifica a perspectiva de gênero no seu exercício profissional, quando implementa as leis e políticas em prol dos direitos da mulher.

O último elemento que chamou atenção foi o reconhecimento da interseccionalidade¹⁰⁶ do gênero, no qual identifica que a discriminação e subordinação em que vivem alguns sujeitos na sociedade, como a mulher são determinadas por vários fatores além da questão de gênero, como por exemplo, raça, etnia, condição econômica, deficiência, orientação sexual, dentre outros. Neste caso, a Entrevistada G identifica que as mulheres apresentam múltiplas condições sociais, políticas e econômicas pela qual são discriminadas e que o trabalho com elas precisa de um conhecimento mais aprofundado, teórico e metodologicamente.

Nesse sentido, ao considerar outros elementos além do gênero que influem na discriminação sobre a mulher, elemento importante para a perspectiva de gênero, a Entrevistada F comenta:

Si se expresa, sobre todo con la población lgbt, es diferente que yo llame a una persona transgenerista, que de pronto no quieren que le digan él o ella, sino que lo nombren por su nombre, entonces tienes que tener en cuenta el contexto, la cultura, las características de esa persona, lo que le está pasando a esa persona, lo que está sintiendo en ese momento. Generalmente lo que se observa en la mayoría de las personas lgbt, es que muchas veces no tienen en cuenta las características de que es una lesbiana, que es un gay, que es un hetero, un bisexual, todas las características que hay, entonces es muy importante tenerlas en cuenta porque no podemos tratar a todas las personas lgbt como se trata a los heterosexuales, ni al indígena como trato al afrocolombiano, o de pronto una mujer que es más sumisa, que tiene una cultura con una ideología, entonces en género yo también tengo en cuenta eso. Entrevistada F.

A Entrevistada F compreende que na intervenção no social devem-se considerar as características específicas de cada sujeito. Assim, a/o profissional deve considerar que as características das condições físicas, sociais e econômicas dos sujeitos são diferentes, igual às demandas e as formas de intervir tais situações.

¹⁰⁶ Segundo a autora Anzaldúa apud De Lima; Ávila (2005), o campo social encontra-se intersectado por diversas formas de subordinação, que não podem ser reduzidas exclusivamente ao gênero. Nesta medida, desde a perspectiva do feminismo, usa-se o termo “interseccionalidade” para distinguir a discriminação e subordinação a partir das diferenças racial, étnica, pós-colonial, de classe, religiosas, culturais que vivem as pessoas.

Aqui, a autora Rozas (1998) diz que o processo de intervenção no social não é linear e que é fortalecido pela participação dos sujeitos envolvidos e pelas análises que estes fazem da situação. Destaca-se então, que a Entrevistada F evidencia que a estratégia de considerar as diferenças de cada sujeito é uma ação que contribui, tanto na perspectiva de gênero, quanto na intervenção no social. Sobre isto, a Entrevistada G menciona o respeito pela diferença na intervenção social:

Partimos lo que tiene que ver con el respeto por la diferencia, entonces nosotros implementamos mucho lo que tiene que ver con el enfoque diferencial, trabajamos con enfoque diferencial. Si yo trabajo con enfoque diferencial debo tener claro esos conceptos y debo aplicar esos conceptos dentro de mi estrategia, y obviamente como mujer y como persona también tengo esa convicción, entonces siempre es favorable. Entrevistada G.

Embora a Entrevistada G assuma e procure identificar as características de cada sujeito, considerando suas diferenças, parece que confunde o enfoque diferencial com a perspectiva de gênero, tal como evidenciado nas concepções e conhecimentos sobre esta perspectiva. Um elemento que se considera, tanto na intervenção no social, quanto na perspectiva de gênero é o trabalho com grupos, como menciona a Entrevistada J, falando o seguinte:

Se expresa reconociendo el papel tan importante que ellas tienen aquí, reconociendo que además de ser parte de una sociedad que tiene muchas falencias, ellas aportan con su trabajo y aportan cuando denuncian o cuando hacen, o cuando expresan que están siendo violentadas, es cuando empiezan a reconocerse como mujeres y que necesitan muchas veces apoyo y puede ser de otras mujeres; sus redes de apoyo que por lo general son mujeres [...] Entrevistada J.

A Entrevistada J menciona que, geralmente, as redes de apoio das mulheres são as mesmas mulheres, questão que pode ser compreendida, porque um dos determinantes para a criação e consolidação de um grupo é que seus membros vivam ou que tenham passado por uma experiência similar. Neste caso, as mulheres ao viverem situações de violência podem procurar a ajuda de outras mulheres, compartilhar suas experiências e procurando estratégias para o melhoramento de sua situação. Esta dinâmica também justifica a criação dos movimentos sociais e de sua luta pela reivindicação do papel da mulher na sociedade.

Dessa forma, quando se fala de perspectiva de gênero, esta reconhece que a mulher deve participar em espaços determinados como os exclusivos para homens, ou seja, tenta criar e desenhar ações para garantir a inserção das mulheres em âmbitos nos quais, historicamente, têm sido excluídas.

Entre as dificuldades que mencionaram algumas das entrevistadas, está a questão da transferência e contratransferência¹⁰⁷ na intervenção no social, sobre o qual menciona a Entrevistada J:

[...] es imposible que haya control de transferencia, es imposible de decir que es que usted no se identifica con esa paciente cuando la está atendiendo, porque usted es mujer, usted siente al igual que ella y le duele lo que le pase a ella, porque usted puede estar en la misma situación o puede encontrarse con un loco, que le puede pasar a usted, un loco cualquiera. Entrevistada J.

Aqui a Entrevistada J fala que ela, como mulher, identifica-se com os casos de violência que atende no exercício profissional. Embora a entrevistada utilize o termo “transferência” em sua fala, a definição correta é “contratransferência”, visto que tem a ver com os sentimentos e impulsos do profissional que surgem na relação e interação com o sujeito demandante. Assim, identifica-se que a profissional ao também ser mulher, compreende e demonstra sentimentos de temor ao entender que as situações de violência tratadas com as mulheres demandantes podem ser vividas por ela mesma, dinâmica que evidentemente influencia a intervenção social, seja de forma positiva ou negativa.

Cabe esclarecer, que os termos de transferência e contratransferência são conceitos utilizados na Psicologia, especificamente surgidos com o famoso pensador Sigmund Freud, portanto, novamente identificam-se estratégias da área da Psicologia na intervenção no social das/os trabalhadoras/es sociais.

Como mencionado anteriormente, é importante reconhecer outros sujeitos na intervenção social na atenção das MSV. Neste sentido, a Entrevistada I menciona a necessidade da capacitação dos funcionários da saúde para trabalhar estes casos e oferecer uma atenção a partir de uma perspectiva de gênero.

[...] de alguna manera estamos tratando de nuestros funcionarios sean capacitados frente a lo mismo, inclusive que dentro de nuestra carta de derechos y deberes del usuario está incluido el respeto por las personas independientemente de sus pensamientos filosóficos, independientemente de su condición económica, independientemente de sus preferencias sexuales, todo esto evitando precisamente que la persona de alguna manera se le vulnere su derecho a ser atendido dignamente e integralmente como lo establecemos nosotros en nuestra institución. Entrevistada I.

¹⁰⁷ São termos utilizados principalmente nas áreas da psiquiatria e da psicologia no processo de tratamento analítico. A transferência refere-se aos desejos inconscientes que se tornam conscientes na terapia analítica, onde o “paciente” transfere e vive esses desejos para com o médico. A contratransferência surge no médico como resultado da influência do “paciente” sobre os seus desejos inconscientes.

Nesta medida, a Entrevistada I percebe a necessidade de um processo de capacitação dos funcionários no cumprimento de seus objetivos, não somente como profissionais, mas também como instituição da saúde, procurando estratégias inclusivas e pedagógicas para a atenção das pessoas em geral, elemento importante a considerar na perspectiva de gênero.

No intento de identificar a perspectiva de gênero expressa na intervenção no social das/os trabalhadoras/es sociais pode-se dizer o seguinte: em primeiro lugar, a perspectiva de gênero se apresenta na intervenção social das/os profissionais da área da saúde, talvez não de forma integral, mas em alguns elementos. Como por exemplo, na identificação dos papéis da mulher na sociedade como não naturais, e das mudanças de alguns discursos sobre a discriminação na sociedade atual, falando do caso de Cali. Além disso, através do reconhecimento da interseccionalidade no atendimento e de assumir a intervenção social, considerando as diferenças de cada sujeito e de cada mulher. No entanto, embora seja reconhecida a utilização de alguns elementos da perspectiva de gênero na descrição do processo de intervenção social, estes não são identificados a partir do âmbito teórico-conceitual por parte das/os profissionais, ou seja, são usados, mas não identificados teoricamente, talvez pela falta de clareza e de formação sobre o conceito.

Em segundo lugar, as ações e estratégias desenvolvidas pelas/os profissionais na sua intervenção no social não são suficientes para a atenção de MSV e, além do mais, devem-se adquirir mais conhecimentos sobre a perspectiva de gênero, já que se percebe a falta de reconhecimento dos diferentes determinantes sociais e culturais sobre a violência contra a mulher. A falta do trabalho conjunto com outros sujeitos para intervir nestas situações e, a frequente responsabilidade colocada na mulher sobre sua situação de violência são questões que não permitem avançar no fortalecimento da perspectiva de gênero na intervenção no social.

Outro aspecto é a utilização frequente de estratégias e técnicas vinculadas com as disciplinas da Psicologia e Psiquiatria, deixando de lado outras, como as estratégicas desde as perspectivas sociológicas, antropológicas e históricas, que podem aportar na compreensão e intervenção social da situação demandante e mais nos casos de MSV. Embora se mencionassem aspectos ligados

à comunidade, ao grupo, através do enfoque de direitos, diferencial, dentre outros, a prevalência continua na Psicologia.

Nessa medida, considera-se que a utilização de determinadas estratégias e técnicas têm a ver, igualmente, com múltiplos fatores, dentre eles a formação das/os profissionais, os interesses da instituição da saúde, as dificuldades interinstitucionais, os interesses do governo local (em representação do Estado) e as práticas e discursos construídos social e culturalmente.

Ressalta-se, então, que assim como a intervenção no social busca fazer uma leitura crítica da situação do sujeito dita como “problema”, considerando os contextos particulares e sociais, onde o sujeito tem um papel político e participativo, a perspectiva de gênero também contribui com o exercício crítico e questionador sobre a realidade e sobre a situação de discriminação, que neste caso, vive a mulher na sociedade. Como aponta a autora Gamba (2008):

[...] la perspectiva de género favorece el ejercicio de una lectura crítica y cuestionadora de la realidad para analizar y transformar la situación de las personas. Se trata así de crear nuevas construcciones de sentido para que hombres y mujeres visualicen su masculinidad y su femineidad a través de vínculos no jerarquizados ni discriminatorios.

Quer dizer, que o trabalho conjunto entre a perspectiva de gênero e a intervenção no social desenvolvido pelas/os profissionais de Trabalho Social, principalmente na área da saúde é uma estratégia e uma ferramenta que procura avançar e fortalecer este processo, analisando aquilo que a primeira vista, os diversos determinantes econômicos, culturais, sociais e políticos não permitem ver.

3.5 A Política Pública para as Mulheres da Cidade de Cali, a Intervenção no Social e a transversalização da Perspectiva de Gênero

Em conformidade com a análise sobre as políticas públicas e sociais realizada no segundo capítulo, a continuação, dar-se-á por meio de uma discussão sobre a intervenção no social das/os profissionais de Trabalho Social e a implementação da PPM, tomando como pressuposto duas premissas:

A primeira premissa dirigida a reconhecer o desenvolvimento das políticas neoliberais por parte do Estado capitalista colombiano, em prol do fortalecimento da economia como parte das estratégias do próprio sistema do capital e das exigências internacionais. Neste sentido, a criação de políticas públicas para as mulheres no país é uma exigência internacional, mediada principalmente por dois interesses. Por

um lado, entidades como o BM promovem os direitos das mulheres, porque sua discriminação reproduz “insustentabilidade” econômica por conta do desigual acesso às oportunidades como emprego e renda. Por outro lado, organizações como a ONU identificam que a situação de discriminação da mulher deve ser eliminada por conta do enfoque de direitos que eles promovem, supostamente, para a diminuição das brechas sociais que causam a desigualdade.

A segunda premissa dirigida ao reconhecimento da força e contribuição das lutas e movimentos sociais no país que trabalham para estabelecer a igualdade, equidade e acesso aos direitos da cidadania. Neste sentido, a política pública para as mulheres na cidade de Cali representa o longo e árduo trabalho das mulheres de diferentes setores da cidade com diversas necessidades e demandas, além do trabalho das organizações sociais, profissionais, professoras e estudantes, em prol de alcançar uma sociedade mais equitativa e igualitária, onde seja reconhecido o papel das mulheres e de todas as pessoas em geral, sem distinção de raça, etnia, gênero, orientação sexual, cultura, etc.

Essas duas premissas e interesses contraditórios envolvem a implementação dos programas, projetos e ações da PPM e esta contradição se faz evidente, na intervenção no social dos profissionais de Trabalho Social da área da saúde que atendem MSV, onde tem que mediar entre as demandas destas mulheres e os interesses das instituições de saúde. Neste sentido, cabe a pergunta: Estas/es profissionais conhecem a PPM?

Segundo as entrevistas realizadas com os profissionais de Trabalho Social todas/os sabem que existe a PPM, contudo somente alguns já o leram. O conhecimento sobre seus protocolos, seus objetivos, seus impactos, seus enfoques e perspectivas por parte das/os profissionais vem, principalmente, dos treinamentos dados pela Secretaria de Saúde Pública Municipal. Por exemplo, o Entrevistado A identifica que a criação da PPM teve muita influência dos movimentos sociais e organizações de mulheres, pois colocaram em evidência seus problemas no âmbito público:

La política pública ha sido construida de manera muy articulada entre los diferentes actores sociales y comunitarios [...] me parece que ha sido una política pública construida desde los actores involucrados en las situaciones. Entrevistado A.

Igualmente, a Entrevistada C reconhece as contribuições que tem gerado a PPM e o fortalecimento da perspectiva de gênero nas estratégias implementadas:

[...] la verdad en este momento siento que hay muchos movimientos que están apostándole a la violencia contra la mujer, toda una cantidad de estrategias, veo muy sensibilizados a los hombres en estos movimientos, los colectivos no solamente están conformados por mujeres, sino también de hombres, [...] me parece que se han tenido unos avances, antes deberíamos ir más lejos, quizás para la problemática nos quedamos muy cortos, pero pienso que por lo menos se está avanzando, que no estamos estancados. Entrevistada C.

No caso da Entrevistada I, esta identifica que a PPM tem apresentado avanços pelo aumento das denúncias dos casos das MSV, o qual visualiza a problemática no âmbito público e, além disso, as mulheres reconhecem que essa situação de violência não é algo natural.

[...] ha quedado y generado mayor conciencia en los actores, cierto, que están relacionados con los eventos y pienso que por eso ha crecido el registro, y pienso que por eso estamos visualizando que la problemática es grande y que va en aumento, entonces eso veo que son los beneficios hasta el momento. Entrevistada I.

A Entrevistada G, por sua parte, identifica que as políticas públicas não são fixas, portanto, precisam de mudanças conforme as situações que se vão apresentando na sociedade. Pensamento em consonância com o manifestado pela autora Silva (2013), quando diz que o processo das políticas públicas não é fixo e não está dado por etapas, mas circular, pois muda e está em constante construção.

No caso da PPM, esta tem apresentado avanços na sua implementação, mas pode avançar muito mais, na medida em que sejam identificados outros determinantes. *“[...] una política pública no puede ser totalmente rígida, debe de estar complementada de otras cosas y crecer día a día” Entrevistada G.*

Apesar dos avanços reconhecidos da PPM, também são reconhecidas as dificuldades, como a falta de impactos no âmbito cultural e sobre os discursos estabelecidos socialmente. Por esta razão, a Entrevistada J identifica que se deve continuar trabalhando para avançar mais nestes aspectos.

Con respecto al orden social o con respecto a los procesos comunitarios que pueden defender eso, también sigue igual. Lo más difícil es cambiar formas de pensar y para cambiar esa forma de pensar o concebir a la mujer, no solamente se necesita poner un hogar de paso o unos profesionales que la atiendan en el momento de la agresión; se necesita mucho más, se necesita avanzar, se necesita trascender con respecto al significado que tiene la mujer en nuestra sociedad y aquí en Cali más que todo. Entrevistada J.

Neste caso, a Entrevistada J reconhece que as estratégias das políticas sociais não devem ficar apenas na criação de bens materiais (lar de acolhimento, dinheiro, segurança, serviços), mas que devem transcender outros âmbitos e problematizar as situações apresentadas. Igualmente, além das dificuldades da PPM

em si, as/os profissionais identificam com maior preocupação as dificuldades que se apresentam na instituição da saúde, no momento do atendimento às MSV, o que evidencia a contradição, tanto das políticas públicas, quanto da prática profissional.

Lo que realmente hace falta es una voluntad política y que se minimicen elementos como la corrupción y otros aspectos que hacen que los recursos, que se orientan para atender las problemáticas que son planteadas a través de las políticas públicas para resolverlas, lleguen efectivamente. Entrevistado A.

Neste caso, o Entrevistado A evidencia a corrupção que vive o país, que como visto anteriormente é uma das maiores “problemáticas” na Colômbia e, que se agudiza ainda mais com o fortalecimento das políticas neoliberais. Igualmente, a corrupção evidencia o detrimento do social, com a falta de recursos para as políticas sociais e a depreciação da prática do trabalhador/a social. Como menciona Montañó (2000, p. 98) “[...] estas expectativas de papeles, los objetivos burocráticos, los escasos recursos, llevan frecuentemente a limitar y subordinar la libertad del profesional, a rutinizar sus funciones y a burocratizar su práctica profesional”.

Outra das dificuldades manifestadas, e que se considera como a mais frequente nas instituições da saúde, é a falta de conhecimento, por parte de alguns funcionários públicos, as vezes da mesma instituição, sobre as funções da/o profissional de Trabalho Social na área da saúde, como manifesta a Entrevistada G: “[...] pues en Trabajo Social debemos seguir trabajando en el reconocimiento de nuestra carrera, porque a veces nos toman como auxiliares de psicología”. Entrevistada G.

Este desconhecimento leva, muitas vezes, ao desenvolvimento de múltiplas atividades, que às vezes não têm nada a ver com o exercício profissional, como manifesta o Entrevistado A:

Bueno en esta institución hay una limitante muy grande y es que el trabajador social es todero, a mí me toca la parte administrativa, por eso ahorita estaba haciendo unos informes, tengo que hacer toda la parte de indicadores, de gestión de calidad, garantía a la calidad en salud y eso es algo que demanda demasiado tiempo y la parte asistencial está reducida en tiempos, eso se convierte en un obstáculo [...] Psicología tiene ocho horas para hacer intervención en casos, pero Trabajo Social es los tiempos que yo pueda sacar adicionales para mirar atención, entonces es una problemática bastante grande. Entrevistado A.

Nesse sentido, identifica-se que no momento de vincular o fazer profissional com a implementação das políticas sociais evidencia-se a falta de tempo para desenvolver a intervenção social na instituição de saúde, onde na maioria dos casos, privilegiam-se ações administrativas. Esta situação mostra, que apesar do

longo tempo desenvolvido no âmbito da saúde, o Trabalho Social ainda não ganha espaços de reconhecimento como disciplina das Ciências Sociais, preservando perspectivas assistencialistas na prática profissional, não só manifestadas no discurso, mas na prática.

Pela falta deste reconhecimento é difícil perceber a importância das suas funções que, às vezes, são assumidas como não essenciais para o atendimento dos sujeitos beneficiários. Por esta razão, não são assignados espaços para o/a trabalhador/a social na atenção aos beneficiários da instituição de saúde como manifesta a Entrevistada C: *“[...] nosotros no tenemos un espacio, un consultorio exclusivo para Trabajo Social y Psicología, donde se pueda generar un ambiente acogedor, o un ambiente de confianza”.* Entrevistada C.

Ante a falta de importância das funções do/a trabalhador/a social na instituição, esse discurso perpassa as ações desenvolvidas pelos outros profissionais, como manifesta a Entrevistada B, onde os médicos não lembram os protocolos de atendimento das MSV e esquecem que estas devem ser valorizadas pelo Trabalho Social:

Mucha dificultad con que los médicos de verdad asuman esto seriamente, muchas veces a nosotros nos ha tocado con las uñas, decir: “doctor, por favor, dejó salir dos mujeres golpeadas y no me las mandó” [...] primero la parte de que no respetan los protocolos el mismo personal, por lo que no estamos 24 horas allá y segundo pues el desinterés de la misma justicia. Entrevistada B.

Igualmente, os funcionários representam uma dificuldade quando são eles quem julgam as MSV e não permitem o desenvolvimento do protocolo de atendimento, como comenta a Entrevistada C:

A nivel institucional todavía hay funcionarios que “ahh, para qué uno se pone con tanta cosa si después van arreglar eso en la cama”, ese tipo de comentarios, que uno quisiera no escuchar, pero todavía escucha, “es que ella viene cada 8 días golpeada, es porque le gusta”, entonces todavía hay como ese imaginario en algunos funcionarios. Entrevistada C.

O/A trabalhador/a social desempenha suas atividades sob pressão, deve cumprir expectativas fora do alcance, assumir demandas ambíguas e contraditórias (MONTAÑO, 2000), dificultando sua intervenção social por conta dos interesses da instituição que não oferece as condições necessárias para este profissional, nem para os beneficiários.

[...] en esta institución son cuatro IPS, las cuatro IPS sólo tienen un trabajador social para las cuatro IPS, más el servicio de atención a urgencias, más el servicio de consulta externa, entonces nosotros estamos limitados, y son los obstáculos institucionalmente establecidos. Entrevistado A.

O SGSSS da Colômbia fundamenta-se na visão de que as empresas que prestam o serviço de saúde devem ser administradas de forma privada, o que evidencia o interesse econômico e financeiro sobre o social, ou seja, é mais importante o dinheiro que a vida das pessoas.

[...] por ejemplo, me llega una paciente por violencia familiar, se supone que nosotros debemos darle apoyo psicosocial, no sólo como persona sino por psicología y todos, entonces vamos a la EPS por la autorización y se supone que la autorización debe estar lo más rápido posible, y pasa un mes y dos meses y la autorización no llega. Entrevistada F.

Assim, encontra-se a contradição das políticas neoliberais, onde assumem que as empresas privadas oferecem um melhor serviço que as públicas, discurso difundido para a implementação da privatização e terceirização no âmbito do trabalho, ficando evidente que isso não acontece na realidade, como afirmou a Entrevistada F. Além disso, as dificuldades da/o profissional apresentadas no seu contexto, principalmente geradas por aquele que o contrata (a instituição de saúde), limita sua intervenção social e não permite que cumpra seus objetivos frente à população beneficiária, ou seja, debate-se entre os interesses institucionais e as demandas da população, uma situação imanente a sua prática (MONTAÑO, 2000).

A partir da identificação dessas dificuldades, faz-se evidente as contradições e conflitos que envolvem a intervenção no social das/os trabalhadoras/es sociais. Apesar destas dificuldades, geradas principalmente pela instituição de saúde (que neste caso representa a figura do Estado), também se reconhece a relação que existe entre a intervenção social e a PPM, como manifesta a Entrevistada J.

Si hay relación cuando hay una ruta de violencia o cuando hay acompañamiento psicosocial a la ruta de violencia, cualquier proceso en cuanto sea a mujer u hombre. Si hay relación cuando nosotras definimos que las niñas tienen que tener la misma ruta; si hay relación cuando nosotras decimos que la mujer tiene un papel fundamental dentro de la población que atiende la institución, porque es una de las personas que más acuden a ella. Entrevistada J.

Quer dizer, que sua principal aproximação se dá a partir da implementação dos protocolos para o atendimento às MSV e a priorização destes casos na instituição de saúde, tornando evidente sua importância e relevância. Nesta relação, identifica-se que existe uma transversalização da perspectiva de gênero, só que na opinião das pessoas entrevistadas evidenciam-se desacordos a respeito, pois para uns a perspectiva de gênero não se apresenta, mas para outros sim.

La ruta de violencia por decirte es una exigencia que hace la Secretaria de Salud Pública Municipal, que tenemos para responder a los tipos de violencia que hay aquí en la ciudad, para responder el aumento de violencia intrafamiliar o de violencia de género que se está dando; pero que hay una perspectiva de género como tal con respecto a las formas de atención, con respecto a cómo se debe concebir a la mujer aquí dentro de la institución, que yo conozca, no. Entrevistada J.

Aqui, a Entrevistada J manifesta que no momento da ativação da rota para as MSV, apresenta-se a implementação da PPM, mas que nessa intervenção social não é evidente a perspectiva de gênero como parte do protocolo, pois não é uma exigência da instituição de saúde. Pelo contrário, o Entrevistado H manifesta que a Secretaria de Saúde, sim, tem dado as diretrizes para o trabalho com a perspectiva de gênero, todavia pelas dificuldades apresentadas no processo de intervenção social, muitas vezes, este enfoque não é desenvolvido.

[...] la mayoría de las personas que asisten a las reuniones que se llaman reuniones del observatorio de violencia, están con la intencionalidad de la perspectiva, o sea, trabajamos con la perspectiva, pero nos encontramos nuevamente con todas las barreras para las herramientas, los imaginarios del paciente, las limitaciones institucionales, entonces todo eso se conjuga, digamos negativamente para que no se logren los objetivos. Entrevistado H.

Nesse caso, pode-se dizer que a perspectiva de gênero está presente na relação intervenção social e PPM, porque faz parte do protocolo de atendimento, mas que sua utilização vai depender principalmente, das estratégias e interesses da instituição de saúde, que normalmente estão dirigidas ao âmbito econômico, considerando a prevalência das políticas neoliberais.

Por outro lado, a Entrevistada F diz que na sua instituição estão avançando sobre a intervenção social oferecida às MSV, trabalhando de forma conjunta, considerando alguns enfoques e perspectivas que lhes são exigidos pela Secretaria de Saúde.

[...] antes cada cual como que trabajaba de acuerdo a la información que tenía [...] para que llevara el caso, hoy en día no, hoy en día se organiza el protocolo para abuso sexual, se está organizando el protocolo para violencia contra la mujer y también se está capacitando, hoy en día tenemos todos los enfoques que hay, y también las estrategias para intervenir. Entrevistada F.

Igualmente, a Entrevistada F reconhece que apesar dos avanços é necessária a implementação dos protocolos e da atenção a partir da perspectiva de gênero, como uma forma de realizar uma boa atenção, segundo o exigido pela PPM, questão que evidencia o reconhecimento da perspectiva de gênero como uma estratégia que contribui na intervenção no social.

“[...] sino tenemos en cuenta la perspectiva de género, no vamos a poder lograr hacer una buena atención, porque hay que hacer la diferenciación y tener en cuenta los contextos, la historia, entonces todo eso”. Entrevistada F.

Como parte do fortalecimento da perspectiva de gênero na intervenção no social, estes profissionais também fazem algumas contribuições a respeito, considerando sua própria experiência, como no caso da Entrevistada D, quando manifesta: *“[...] y no solamente, a mi parecer, no hay que atender a la víctima, sino también al agresor, porque es que esa es una persona que va a seguir agrediendo más personas”. Entrevistada D.*

Evidencia-se, pois, que a necessidade de estabelecer alternativas para o atendimento das MSV, olhando esta situação não como exclusiva da mulher, mas uma questão que envolve o homem, a família, o contexto, e que precisa ter um olhar mais crítico para compreender os diversos determinantes que involucram este fenômeno. Por sua parte, a Entrevistada F menciona como tarefa, fortalecer os processos de empoderamento das mulheres, através das estratégias implementadas na intervenção social, como uma forma de contribuir tanto no avanço da PPM, quanto no enfrentamento da violência contra a mulher:

“[...] es hacer estrategias apropiadas para poder llegar a esta población y poder ayudarle hacer mayor empoderamiento a las mujeres que por alguna manera, han sufrido violencia a nivel físico, psicológica y que de alguna manera se han visto vulneradas en todos sus derechos. Entrevistada F.

Nessa medida, considera-se que as ideias e opiniões das/os trabalhadoras/es sociais sobre as contribuições na intervenção social, constituem-se no avanço do fortalecimento da perspectiva de gênero, ao evidenciar estratégias como o empoderamento da mulher. No caso da Entrevistada C, esta identifica avanços na perspectiva de gênero, sendo considerada na implementação de programas executados na instituição de saúde, como aconteceu com o Programa Mulher, que depois passou a ser chamado Programa de Saúde Sexual e Reprodutiva, incluindo outros sujeitos beneficiários, como crianças, adolescentes, homens, dentre outros.

“[...] nosotros tenemos un programa que de hecho se tuvo que ampliar, porque antes se llamaba programa de mujer, pero allí también ofrecíamos planificación para el hombre, bueno es mejor decir, programa de salud sexual y reproductiva [...] Pienso que si estamos teniendo una perspectiva de género, que nos falta, claro que nos falta, pienso que cada día tenemos que ir mejorando, pero pienso que si hemos avanzado frente a eso. Entrevistada C.

Finalmente, o Entrevistado A manifesta que a perspectiva de gênero é essencial para o avanço da implementação da PPM, e também, da intervenção social desenvolvida pelos profissionais de Trabalho Social na área da saúde.

[...] la Secretaría de Salud con la oficina de equidad de género y la gobernación y todos los entes hasta el ministerio de salud siempre están haciendo mucho hincapié en la concepción desde la perspectiva de género, para que nosotros los profesionales, cuando generemos algún tipo de intervención la hagamos siempre desde esa perspectiva. Y lograr que ese enfoque nos ayude efectivamente a lograr los resultados que esperamos de la intervención. Entrevistado A.

Considerando as opiniões, observações e concepções das/os entrevistadas/os, pode-se inferir que as ações e atividades desenvolvidas por estes profissionais, na sua intervenção no social, são encaminhadas para a implementação da PPM do eixo “Saúde”, através da realização do protocolo de atendimento das MSV. Apesar de que nesta relação se apresenta a perspectiva de gênero, devendo-se trabalhar mais e procurando um maior entendimento do tema, além de um melhor desenvolvimento na intervenção no social.

Igualmente, encontra-se que os enfoques ou perspectivas utilizados na instituição de saúde no atendimento das MSV, vêm determinados pelas leis que o Estado aprova, ou seja, que a preferência de um enfoque ou outro está diretamente vinculado com o disposto pelo Estado. Nesta medida, o/a trabalhador/a social deve mediar entre o estabelecido na lei e as ferramentas teórico-metodológicas obtidas na sua formação profissional.

Nesta relação entre a implementação da PPM e a intervenção social das/os profissionais, onde está transversalizada a perspectiva de gênero, encontram-se dificuldades imanentes, próprias do estabelecimento de um Estado capitalista. Portanto, são evidentes as contradições e conflitos apresentados no exercício profissional, mediados por múltiplos interesses.

Nesse sentido, nem a intervenção social promovida pelas/os trabalhadoras/es sociais, nem a implementação de políticas sociais, garante, neste caso, o acesso dos direitos das mulheres na Cidade de Cali e a não vulnerabilidade destes. Implica sim, em um exercício mais aprofundado sobre as ações desenvolvidas e um olhar crítico frente às situações dadas, além de todo o trabalho de base, surgidas das classes populares, como manifesta Lamas (2004, p. 30):

No se puede cambiar la situación simplemente con una normatividad jurídica que consagre la igualdad entre hombres y mujeres; se necesitan medidas proactivas, afirmativas, que detecten y corrijan los persistentes, sutiles y ocultos factores que ponen a las mujeres en desventaja frente a los

hombres y que causan que quienes las evalúan o contratan tengan duda sobre sus capacidades.

Neste sentido, é evidente que as políticas sociais não podem chamar-se “a solução” à questão social, expressa em problemáticas sociais; em uma sociedade capitalista que privilegia as políticas neoliberais. Isso é impossível de acontecer.

A política tem sido descrita como a arte do possível; eu preferiria chamá-la de negociação do impossível, a tentativa de chegar a soluções que – em sociedades democráticas – aproximam os princípios da justiça e da igualdade, mas que só pode sempre falhar, deixando assim aberta a oportunidade de novas formulações, novos arranjos sociais, novas negociações (SCOTT, 2005, p. 29).

Por essa razão, as/os profissionais de Trabalho Social junto com uma equipe interdisciplinar e com a comunidade precisam construir novas estratégias de ação, não para dar continuidade ao sistema economicista, mas para promover processos de transformação social. Elementos que podem ajudar a entender a realidade concreta, a ter um olhar crítico e implementar ferramentas que contribuam no avanço das situações apresentadas como “problemas sociais” na questão social.

O exercício de reflexão, análise crítica e de transformação do fazer profissional, dá-se no processo da intervenção no social que, por sua vez, considera importante a contínua análise das ações desenvolvidas pelos profissionais de Trabalho Social. Propõe-se então, como parte dessa busca por mudança, transformação e pela construção de um projeto ético-político no Trabalho Social da Cidade de Cali e da Colômbia, a utilização da perspectiva de gênero, como um avanço na problematização da situação de discriminação de gênero, na qual sujeitos, como as mulheres, sofrem desigualdade e iniquidade nas relações sociais que se estabelecem na sociedade, evidenciando as relações de poder construídas socialmente por conta da pertença a um gênero. Igualmente, procura-se chegar, em algum momento até a compreensão da categoria de gênero, como uma forma de análise dos diversos acontecimentos e fenômenos sociais.

CONCLUSÃO

A partir das análises e indagações realizadas nesta pesquisa, podem-se concluir vários aspectos sobre as categorias de análise utilizadas. A primeira delas, relacionada com a profissão do Trabalho Social na Colômbia, na qual se identifica que sua origem esteve mediada pelos interesses das classes dominantes, entre eles: a Igreja, a empresa privada, o Estado e alguns intelectuais, cujo principal interesse não foi contribuir na luta pela reivindicação da mulher na sociedade ao viabilizar o acesso à educação e ao conhecimento; mas sim, em dar uma resposta às expressões da questão social, vista como os “problemas sociais” que precisavam resolver-se em prol do desenvolvimento e fortalecimento do sistema capitalista e do auge da Revolução Industrial.

Nessa medida, o papel das mulheres que acessavam aos estudos para formar-se como Assistentes Sociais, no período que corresponde aos anos 1930-1940, não representava as lutas dos movimentos sociais das mulheres na busca do reconhecimento de seus direitos na sociedade. As Assistentes Sociais (que no início eram todas mulheres) representavam o papel socialmente construído, como mulheres submissas, cuidadoras do lar, maternais, protetoras da família, valores que se adequavam às estratégias da lógica do capital, pois estas mulheres (na sua maioria da classe burguesa) podiam exercer as funções do lar para o atendimento da classe popular, servindo para o cuidado das crianças abandonadas, para dar apoio às mães solteiras, para proteger ao desfavorecido, para acalmar os ânimos da classe operária, para mediar às relações entre o Estado e a classe popular, evitando os conflitos.

Assim, continuou-se em um processo do assistencialismo na intervenção dessas profissionais, avançando na formação a partir do conhecimento de teorias, conceitos e metodologias que procuravam a compreensão dos problemas sociais, mas desde uma perspectiva positivista e funcionalista, ou seja, realizar ações imediatistas, atendendo as problemáticas de forma fragmentada e mantendo a ordem social.

As transformações da profissão foram sendo construídas conforme os acontecimentos sociais, políticos e econômicos do contexto colombiano. Alguns dos acontecimentos que marcaram a profissão do Trabalho Social e, em geral, das Ciências Sociais na Colômbia foi a violência, a conformação das guerrilhas e o

assassinato de líderes e movimentos políticos de ideologia de esquerda. Todos eles representaram o evidente rechaço da sociedade civil a ideologia de esquerda (como o Comunismo, Socialismo e os Postulados Marxianos e Marxistas), discurso promovido pela elite colombiana, a Igreja e os conservadores do país.

Foi assim que as teorias, conceitos, metodologias, ferramentas, conhecimentos dados na formação do Trabalho Social afastaram-se das visões e perspectivas histórico-crítica, materialismo histórico-dialético, marxista, marxiana, dentre outras, pois representavam (segundo o discurso hegemônico) uma ameaça para a sociedade ou eram consideradas (e ainda são consideradas) teorias obsoletas ou pouco relevantes para explicar os acontecimentos sociais atuais¹⁰⁸. Analisa-se, então, que estes acontecimentos incidiram na falta do fortalecimento do movimento de Reconceituação no país, que apesar de apresentar avanços frente à formação e prática profissional, considera-se a pouca abordagem das perspectivas críticas, anteriormente mencionadas.

Na Cidade de Cali, na Escola de Trabalho Social e Desenvolvimento Humano da UNIVALLE, atualmente, identificou-se que a última modificação do currículo acadêmico foi no ano de 2003, mas os programas acadêmicos continuaram sendo atualizados, até agora, evidenciando avanços nos textos utilizados nas bibliografias das disciplinas analisadas do componente de Fundamentação metodológica e profissional e do componente de Aprofundamento (eletivas profissionais), mostrando referências de autores regionais, que problematizam a realidade colombiana e avançam nas indagações das tendências e paradigmas que ajudem a compreender os fenômenos sociais, porém, sendo poucas as teorias e paradigmas utilizados a partir da visão crítica.

Nesta pesquisa, assume-se a categoria de gênero e a perspectiva de gênero como parte das teorias e enfoques com uma visão crítica, desta forma, na revisão documental realizada nos programas acadêmicos destes componentes¹⁰⁹, encontra-se que apesar das aproximações aos estudos de gênero, nenhuma disciplina obrigatória utiliza ou aborda a categoria gênero como categoria de análise da realidade. Encontrou-se que somente uma disciplina, que faz parte das eletivas

¹⁰⁸ Evidentemente, se ainda vivemos num mundo dirigido e oprimido pelo sistema econômico capitalista, estas teorias são muito relevantes.

¹⁰⁹ Fundamentação metodológica e profissional e Aprofundamento.

complementárias, ou seja, tal disciplina não é obrigatória do currículo acadêmico do Trabalho Social, pois assume o gênero como categoria analítica¹¹⁰.

Por outro lado, encontrou-se que alguns estudantes e docentes da Escola de Trabalho Social mostram interesse pelos temas de gênero, evidenciado através dos temas das pesquisas para graduação, do trabalho dos grupos de pesquisa da Escola e dos vínculos dos estudantes com grupos que centram sua análise nos estudos de gênero, como o Centro de Estudos de Gênero, Mulher e Sociedade da Faculdade de Humanidades da UNIVALLE.

Identificam-se, pois, que apesar das aproximações e dos interesses de alguns estudantes e docentes em aprofundar o tema dos estudos de gênero, ainda existem muitos vazios teóricos-metodológicos-conceituais quanto ao gênero na formação profissional das/os trabalhadoras/es sociais na UNIVALLE.

Essa situação se vê refletida no processo de intervenção social dos profissionais de Trabalho Social formados na UNIVALLE e, que desempenham seu exercício profissional na área da saúde pública da cidade. Por exemplo, frente aos conhecimentos, concepções e percepções frente à perspectiva de gênero, os profissionais tiveram dificuldades em expressar suas ideias sobre o tema, por um lado, porque apresentavam confusões no conceito achando às vezes que gênero significava mulher ou tinha relação com o enfoque diferencial; e, por outro lado, porque escutavam falar sobre o tema (principalmente na instituição de saúde), mas não tinham a suficiente clareza para definir o conceito, pois se apresentavam diversos discursos sobre o conceito de gênero.

A maioria das/os profissionais entrevistadas/os vinculou os conhecimentos sobre o gênero ou perspectiva de gênero¹¹¹ à formação adicional, fora da graduação, proporcionada pela instituição de saúde, pela Secretaria de Saúde Municipal ou por cursos realizados por motivações pessoais da/o profissional¹¹².

Outro aspecto encontrado a respeito foi a falta do reconhecimento do uso da perspectiva de gênero na intervenção social, pois ao falar sobre as estratégias, dinâmicas e ferramentas, nenhum profissional mencionou dita perspectiva,

¹¹⁰ Reitera-se, só uma disciplina não obrigatória (de três créditos) dos 160 créditos a serem aprovados para a obtenção do título como Trabalhador/a Social.

¹¹¹ Porque elas/eles não faziam distinção entre estes termos.

¹¹² Alguns das/os entrevistadas/os vincularam seus conhecimentos sobre gênero com a formação na graduação, mas igualmente, apresentaram dificuldades em definir o conceito.

centrando-se, principalmente, em descrever seu processo cotidiano de atendimento, conforme a necessidade da pessoa beneficiária, onde foi evidente a preferência por ferramentas vinculadas com perspectivas desde a Psicologia e Psiquiatria como a intervenção em crise, enfoques psicossociais, terapia breve, elementos da transferência e contratransferência, dentre outros. A perspectiva de gênero só foi identificada no momento em que a pesquisadora desenvolveu o tema na entrevista, evidenciando assim, a falta do reconhecimento teórico-conceitual de tal perspectiva.

Depois de identificado e esclarecido o conceito da perspectiva de gênero pela pesquisadora, as/os trabalhadoras/es sociais entrevistadas/os conseguiram identificar alguns elementos no fazer profissional vinculados com esta perspectiva, entre eles, o reconhecimento do papel da mulher na sociedade, assumindo que sua discriminação, opressão e submissão não são elementos naturais, mas são situações dadas pela cultura e pela sociedade, sendo discursos que devem ser mudados em prol do posicionamento da mulher nos diferentes âmbitos da sociedade. Outro reconhecimento foi o elemento da interseccionalidade, ou seja, entender que a discriminação e violências contra as mulheres apresentam-se, não só pelo fato da desigualdade de gênero, mas pelas condições de etnia, raça, classe social, orientação sexual, dentre outros, que dificultam ainda mais o processo de intervenção social.

Apesar do reconhecimento desses elementos que fazem parte da perspectiva de gênero são evidentes os vazios, tanto na parte teórica, quanto nas suas contribuições ao processo metodológico. Igualmente, identifica-se que a intervenção social desses profissionais tem por base, principalmente, o imediatismo, ou seja, solucionar os problemas conforme as demandas dos beneficiários de forma pontual e técnica. De fato, muitos desses profissionais ainda assumem atividades administrativas no seu exercício profissional, deixando de lado os processos sociais com as comunidades, grupos e os acompanhamentos nos casos familiares e individuais.

Outro dos elementos encontrados na intervenção social das/os profissionais é a vinculação com o Estado, através da implementação de políticas públicas e sociais. Neste caso, evidencia-se que os enfoques e perspectivas assumidos, tanto pela instituição de saúde, quanto pelas/os profissionais de Trabalho Social estão determinados pelas diretrizes do Estado, através das políticas e leis implementadas.

No caso dessas/es profissionais que desenvolvem seu exercício profissional no âmbito da saúde pública da Cidade de Cali, privilegiam as leis e políticas estabelecidas no âmbito local para o atendimento das/os beneficiárias/os, entre elas/es, as mulheres em situação de violência, ou seja, para o atendimento destas mulheres privilegiam-se os protocolos criados na esfera local, que foram criados e formulados pela política pública para as mulheres da Cidade de Cali, junto com os diversos setores sociais e políticos.

A respeito dos protocolos de atendimento às MSV é evidente o conhecimento das/os profissionais sobre estes, as rotas e os vínculos com as diferentes instituições estatais, mas também são evidentes as dificuldades apresentadas neste processo por conta de diversos determinantes. Primeiro, a evidente prevalência pelo desenvolvimento econômico do país fomentada pelo Estado capitalista colombiano; segundo, em razão da preferência do fortalecimento das políticas neoliberais, apresenta-se a falta de recursos e iniciativas em prol do social, a exemplo, a falta de programas e projetos para a superação das brechas da desigualdade entre homens e mulheres; terceiro, os discursos hegemônicos sobre as relações sociais (entre homens e mulheres) determinam os papéis que devem cumprir os sujeitos na sociedade, assumindo, como analisado nesta pesquisa, o papel submisso da mulher e de privilégio para o homem, como formas naturais e estáveis.

Nesse sentido, identifica-se nesta pesquisa que o desenvolvimento das ações na intervenção no social das/os trabalhadoras/es sociais está mediada por diversos determinantes e, além disso, apresenta contradições e conflitos imanentes à prática profissional. Por um lado, como trabalhador assalariado, o profissional deve cumprir com as funções e objetivos da instituição que o contrata (neste caso a instituição de saúde que representa o Estado) e, por outro lado, dar resposta às demandas dos beneficiários ou sujeitos que procuram os serviços da instituição de saúde.

Segundo a análise desenvolvida neste estudo, as ações realizadas pelas/os profissionais de Trabalho Social no atendimento das MSV dão conta da implementação da PPM no eixo “Saúde” e, além disso, perpassam alguns elementos da perspectiva de gênero. Porém, ao indagar sobre os conhecimentos e concepções que tinham as/os trabalhadoras/es sociais sobre a PPM, ficou evidente a falta de

aproximação ao documento oficial da política e, nesta medida, falta de clareza sobre seus principais eixos e linhas de ação.

A partir dessas premissas encontradas na pesquisa pode-se inferir que a implementação de políticas sociais (como a política em saúde e a PPM) na Cidade de Cali e na Colômbia, apresenta diversas dificuldades para desenvolver seu processo (como dito anteriormente) por conta dos interesses do Estado e empresa privada (principalmente) em fortalecer mais o econômico que o social. Por exemplo, a falta de recursos para executar as ações, a falta de coordenação entre as instituições estatais, o precário atendimento das EPS frente aos beneficiários que dificulta por sua vez os processos nas ESE municipais e departamentais, dentre outros.

Evidentemente, estas situações apresentadas no exercício profissional da/o trabalhadora/o social na área da saúde refletem as contradições, não só da sua prática, mas do sistema econômico capitalista e de suas estratégias em gerar mais capital, questões que devem perpassar pelas reflexões e análises das/os profissionais em seu processo de intervenção no social, com o objetivo de fortalecer este processo e propor novas ações a respeito.

Nessa medida, identifica-se que com o propósito de fortalecer a prática profissional (pelo menos na área da saúde) é preciso assumir e incentivar uma visão crítica da realidade, onde a perspectiva de gênero pode apresentar-se como um caminho possível para tal objetivo, compreendendo sua configuração teórico-metodológica e, conhecendo suas ferramentas e técnicas que contribuem na intervenção social. Isto, não como um processo sócio-técnico, ou seja, centrado na implementação de técnicas, mas como um avanço na compreensão e busca de alternativas para fomentar ações e estratégias que promovam mudanças e transformações sociais.

Por último, além de gerar inquietações ao leitor frente às categorias aqui trabalhadas e sobre as conclusões apresentadas, também procura ser uma pesquisa que desenvolva elementos propositivos. Nesta medida, ressalta-se o proposto pela autora Gamba (2008), na qual determina alguns aspectos a ter em conta da perspectiva de gênero no momento da intervenção social, na implementação de políticas, programas e projetos sociais:

- a) Identificar as relações de poder que se dão entre os gêneros, que geralmente são favoráveis para os homens e discriminatórias para as mulheres;
- b) Reconhecer que essas relações são construídas social e historicamente e, que mudam dependendo a época (tempo) e o tipo de sociedade (lugar);
- c) Entender que as relações sociais, não só estão atravessadas pela questão de gênero, mas por outros determinantes, como raça, etnia, classe social, religião, preferências políticas, e a sua vez estes aspectos podem gerar situações de discriminação, evidenciando a interseccionalidade nas relações sociais.

REFERÊNCIAS

ALCALDIA DE SANTIAGO DE CALI. **Cali en Cifras**. Departamento Administrativo de Planeación, 2015a. Disponível em: http://www.cali.gov.co/planeacion/publicaciones/107090/informacion_estadistica/. Acesso em: 13 nov. 2016.

_____. **Guía de Transversalización de la Perspectiva de Género**. Centro de Estudios de Género, Mujer y Sociedad. Universidad del Valle. Proyecto Apoyo a la institucionalización de la Política Pública de lucha contra las violencias hacia las mujeres en la Alcaldía de Cali. 2014.

_____. **Informe Epidemiológico de violencia intrafamiliar, violencia contra la mujer, violencia sexual**. Secretaria de Salud Pública Municipal. Vigilancia en Salud Pública, 2015b. Disponível em: [file:///C:/Users/DELL/Downloads/vcm_vif_vsx_ovfcali_2015%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/DELL/Downloads/vcm_vif_vsx_ovfcali_2015%20(1).pdf). Acesso em 20 jan. 2017.

_____. **Perfil Epidemiológico Distrito de Aguablanca**. Red de Salud del Oriente, 2011. Disponível em: <http://www.redoriente.net/pdfvigilancia/1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. **Plan de Desarrollo 2008-2011**. Departamento Administrativo de Planeación, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/DELL/Downloads/2389acuerdo%200237.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

_____. **Plan Territorial de Salud 2016-2019**. Armonización bajo metodología PASE a la Equidad en Salud. Departamento Administrativo de Planeación. Secretaria de Salud Pública Municipal. 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/DELL/Downloads/Plan%20Territorial%20de%20salud%202016-2019%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/DELL/Downloads/Plan%20Territorial%20de%20salud%202016-2019%20(1).pdf). Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. **Tres Protocolos de Atención para mujeres víctimas de violencia de género**. Sector salud, justicia y hogar de Acogida. Proyecto Apoyo a la institucionalización de la Política Pública de lucha contra las violencias hacia las mujeres en la Alcaldía de Cali. 2014.

ARIAS TRUJILLO, Ricardo. **Historia de Colombia contemporánea 1920-2010**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2011.

ARMENIA, Veeduría. **Ciudadana**. Disponível em: <http://www.contraloriarmenia.gov.co/main-pagina-id-167.htm>. Acesso em: 18 dez. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional**, Caderno ABESS, n. 7. São Paulo: Cortez, 1997.

BUTLER, Judith. **El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad**. México: Paidós, 2001.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CALI. Acuerdo 126 de 2010. **Adopción de la Política Pública para las mujeres caleñas: Reconocimiento, Equidad de Género e Igualdad de Oportunidades 2010-2020**. 2010a. Disponible em: <file:///C:/Users/DELL/Downloads/Acuerdo_politica.pdf>. Acesso em: 11 out. 2014.

_____. **Política Pública para las mujeres caleñas: Reconocimiento, equidad de género e igualdad de oportunidades**. 2009-2020. 2010b. Disponible em: <file:///C:/Users/DELL/Downloads/borrador_politica_publica.pdf>. Acesso em: 11 out. 2014.

_____. Universidad del Valle. Facultad de Humanidades. Departamento de Trabajo Social. **Documento Plan de Estudios de Trabajo Social**. 1982.

CÁMARA de Comercio. **Encuesta de percepción ciudadana**, Cali, 2015. Disponible em: <<http://calicomovamos.org.co/educacin>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

CARBALLEDA, Alfredo J. **La Intervención en lo social: exclusión e integración en los nuevos escenarios sociales**. Buenos Aires: Paidós. 2005.

_____. La intervención en lo social como dispositivo: una mirada desde los escenarios actuales. **Trabajo Social UNAM**. Ciudad de México, VI Época, n. 1, p. 46-59, dez. 2010.

CARULLA DE VERGARA, María. Escuela de Servicio Social. **El Tiempo**. Bogotá, 2 febr. 1937.

CASTAÑEDA, Monica; RAMÍREZ, Diana. Encuentros y rupturas en la historia de Trabajo Social en Brasil y Colombia. **Revista Trabajo Social**. Universidad de Antioquia. Medellín, n.13, p. 9-31, ene./jun. 2011.

CASTELLANOS, Gabriela. **Sexo, Género y Feminismo: Tres categorías en Pugna**. Cali: Universidad del Valle, 2006.

CIFUENTES, María Rocío; GARTNER, Lorena. La primera escuela de servicio social en Colombia. Trabajo Social. **Revista del Departamento de Trabajo Social**, Bogotá, n.8, p. 9-25, 2006.

COLOMBIA. Acuerdo N° 013 del 26 de junio de 2015. **Código de ética de los trabajadores sociales en Colombia**. Bogotá, 2015.

_____. Decreto 1335 de 1990 del 4 de julio de 1990. Por el cual se expide parcialmente el Manual General de Funciones y Requisitos del Subsector Oficial del Sector Salud. **Diario Oficial n. 39.450**, 1990.

_____. Ley 25 del 27 octubre de 1948. **Por el cual se auxilian las Escuelas de Servicio Social**. Bogotá, 1948.

_____. Ley 100 de 1993 del 23 de diciembre de 1993. Por el cual se crea el sistema de seguridad social integral y se dictan otras disposiciones. **Diario Oficial n. 41.148**, 1993.

_____. Ley 1257 de 2008 del 4 de diciembre de 2008. Por el cual se dictan normas de sensibilización, prevención y sanción de formas de violencia y discriminación contra las mujeres, se reforman los códigos penal, de procedimiento penal, la ley 294 de 1996 y se dictan otras disposiciones. **Diario Oficial n. 47.193**, 2008.

_____. Ministerio de Salud y Protección Social. **Plan Decenal de Salud Publica 2012-2021: La salud en Colombia la construyes tú**. Bogotá, 2013.

COMISIÓN NACIONAL DE LA MUJER. Día internacional de la mujer: 8 de Marzo. México, 1999.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.3, p. 691-703, set.-dez. 2005.

CUERVO, Jorge Iván. Las políticas públicas: entre los modelos teóricos y la práctica gubernamental (una revisión de los presupuestos teóricos de las políticas públicas en función de su aplicación a la gestión pública colombiana). In: _____. **Ensayos sobre políticas públicas**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2007, p. 66-95.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Disponible em: <<http://www.dane.gov.co/>>. Acesso em: 9 mar., 20 jun. 2016.

_____. **Censo 2005**. Disponible em: <<http://www.dane.gov.co/>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

DOCE señoritas se graduaron en la Escuela de Servicio Social. **El Espectador**. Bogotá, 14 dic. 1938.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11. Ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005.

ENCUESTA NACIONAL DE DEMOGRAFÍA Y SALUD. **Años 2000 y 1995**. Disponible em: <<http://profamilia.org.co/investigaciones/ends/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

ESCALANTE GONZALBO, Fernando. Baile de Máscaras. Conjeturas sobre el Estado en América Latina. **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, n. 210, p. 64-77, jul/ago. 2007.

ESPINEL RINCON, Aleyda. **Las mujeres en la organización y la organización en las mujeres**: análisis de las construcciones de sentido y el género en la

comprensión de la participación de las mujeres de la comuna 18 en la organización Casa Cultural Tejiendo Sororidades, Cali: Univalle, 2012. Monografía (trabajador/a social) - Programa de Trabajo Social, Escuela de Trabajo Social y Desarrollo Humano, Facultad de Humanidades, Universidad del Valle, Cali, 2012.

ESTRADA, Víctor Mario. Resignificar la formación académica y la intervención profesional en lo social. **Revista Trabajo Social**, Bogotá: CONETS, n. 12, p. 55-64, ene./dic. 2010.

_____. Una mirada sobre la formación y la intervención del Trabajo Social en salud. In: ESTRADA, Víctor Mario et al. **Historia de la Escuela de Trabajo Social e Desarrollo Humano de la Universidad del Valle 1953/2003**. "Cincuenta años aportando al desarrollo de la región". Facultad de Humanidades. Universidad del Valle, Cali. 2005. p. 100-117.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado Capitalista Contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000.

FERNANDEZ, Arturo; ROZAS, Margarita. **Políticas Sociales y Trabajo Social**. Buenos Aires: Humanitas, 1988.

FERNANDEZ, Carolina Rocio; LASSO, Leyder Jhoanna. **Si una mujer avanza ningún hombre retrocede**: sistematización de la experiencia de la escuela de formación en género para la incidencia política de la mujer en el departamento del Valle del Cauca, Cali: Univalle, 2010. Monografía (trabajador/a social) - Programa de Trabajo Social, Escuela de Trabajo Social y Desarrollo Humano, Facultad de Humanidades, Universidad del Valle, Cali, 2010.

FOUCAULT, Michael. **Historia de la Medicalización**. In: Conferencia al curso de medicina social. Oct. 1974, Brasil, Instituto de Medicina Social, Centro Biomédico, Universidad Estatal de Río de Janeiro. 1974.

_____. **Historia de la Sexualidad I**: la voluntad de saber. Madrid: Siglo veintiuno Editores, 1998.

FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA. **Ejército del Pueblo - FARC-EP**. Disponible em: <<http://www.farc-ep.co/nosotros.html>>. Acceso em: 22 jun. 2016.

GAITAN, Gloria. **De cómo nació la guerrilla en Colombia carta de Gloria Gaitán al Estado colombiano**. Bogotá, 2012. Disponible em: <<http://radiomacondo.fm/2013/09/11/de-como-nacio-la-guerrilla-en-colombia-carta-de-gloria-gaitan-al-estado-colombiano/#.VZYQndh6Hbk.facebook>>. Acceso em: 2 maio 2015.

GAMBA, Susana. **¿Qué es la perspectiva de género y los estudios de género?** Editorial Biblos, 2008. Disponible em: <<http://aliciaguevaraenelmundo.blogspot.com/2011/03/que-es-la-perspectiva-de-genero-y-los.html>>. Acceso em: 24 maio, 2016.

GIRALDO, Carmen Lucía; RINCÓN, María Teresa. Segunda Parte. Historia del Currículo. In: GIRALDO, Carmen Lucía et al. **Historia de la Escuela de Trabajo Social y Desarrollo Humano de la Universidad del Valle 1953/2003**. “Cincuenta años aportando al desarrollo de la región”. Facultad de Humanidades, Universidad del Valle, Cali, 2005. p. 35-80.

GOMEZ, Yolanda. **Desde la ubicación del trabajo social hacia el análisis de los planes de estudio del departamento de trabajo social de la universidad del valle**. Trabajo de Grado – Departamento de Trabajo Social, Universidad del Valle, 1978.

GONZALEZ, Helena Mercedes. La política de salud y la intervención del trabajador social. **Revista colombiana de Trabajo Social**, Bogotá, n. 8, p. 47-63, ene., 1995.

GRADUADOS COLOMBIA. Observatorio Laboral para la Educación. **Titulaciones de educación superior por género y nivel de formación, 2011-2014**. Disponible em: <<http://www.graduadoscolombia.edu.co/html/1732/w3-article-344799.html>>. Acceso em: 06 dez. 2016.

GUERRERO, Ramiro et al. Sistema de Salud de Colombia. **Revista Salud Pública de México**, México, v. 53, p. 144-155, feb. 2011.

HARVEY, David. El Estado Neoliberal. In:_____. **Breve Historia del Neoliberalismo**. Madrid, 2007. cap. 3. p. 71-94.

IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. Proposta de interpretação histórico-metodológica. In:_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2008. 24. ed. Parte I. p. 29-124.

ISAZA, Victoria Eugenia; VELEZ LONDOÑO, Sallelayner. **No somos machos pero somos muchos: estudio sobre masculinidades e identidad gay y sus implicaciones sociales en hombres homosexuales pertenecientes al grupo Quirón de la ciudad de Cali**. Cali: Univalle, 2012. Monografía (trabajador/a social) - Programa de Trabajo Social, Escuela de Trabajo Social y Desarrollo Humano, Facultad de Humanidades, Universidad del Valle, Cali, 2012.

KISNERMAN, Natalio. **Pensar el Trabajo Social: una introducción desde el construccionismo**. Argentina: Humanitas, 1998.

LAGARDE, Marcela. El género. In:_____. **Género y feminismo: desarrollo humano y democracia**, Madrid: Edición horas y HORAS, 1996, cap. 1, p. 13-88.

LAMAS, Marta. **La perspectiva de género**. 1996. Disponible em: <http://www.ses.unam.mx/curso2007/pdf/genero_perspectiva.pdf>. Acceso em: 18 nov. 2016.

_____. La perspectiva de género, una herramienta para construir la equidad entre hombres y mujeres. In: **Mujeres al Timón en la Función Pública**. Manual de Liderazgo Social. México: Instituto de Liderazgo Simone de Beauvoir A.C. Introducción. 2004. p. 13-36.

LEAL, Gloria Evalina. Las escuelas de servicio social en Colombia, 1936-1958. **Tendencias & Retos**. Bogotá, vol. 20, n. 1, p. 35-49, enero-junio, 2015.

LENIN, Vladimir Illich Uliánov. La sociedad de clases y el Estado. In: _____. **El Estado y la Revolución**. Madrid: Fundación Federico Engels, 2009. cap. 1, p. 27-45.

LEON, Magdalena. La familia nuclear: origen de las identidades hegemónicas femenina y masculina, In: ARANGO, M. León y M. Viveros (comp.). **Género e identidad**. Ensayos sobre lo femenino y lo masculino. Bogotá: Tercer Mundo Editores. 1995.

LOPES, Josefa Batista. **Nas Malhas da Modernização Conservadora e do Projeto Alternativo de Sociedade**. 1998. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

LOPEZ, Mariella. **Los golpes maltratan el cuerpo pero a ellas también les duele el alma**. Reflexiones sociológicas sobre la atención en salud a la violencia contra las mujeres. Cali: Univalle, 2015. 115 f. Monografía (Sociología) – Facultad de ciencias sociales y económicas, Universidad del Valle, Cali, 2015.

LUNA, Lola G. La historia feminista del género y la cuestión del sujeto. In: _____. **El sujeto sufragista feminismo y feminidad en Colombia, 1930-1957**. Cali: Ediciones La Manzana de la Discordia, 2004. cap. 1, p. 21-49.

LUNA, Lola G; VILLARREAL, Norma. Flujos y reflujos en los movimientos de las mujeres, 1958-1975. In: _____. **Historia, Género y Política. Movimiento de mujeres y participación política en Colombia 1930-1991**. Barcelona: Edición del Seminario Interdisciplinar Mujeres y Sociedad, 1994.

MANDEL, Ernest. **El Capitalismo Tardío**. México: Ediciones Era, 1980.

MAPA de Santiago de Cali por Comunas. Disponible em: <<http://micaliesasi.blogspot.co.uk/2012/02/jardin-botanico.html#>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

MARX, Karl. Introducción. Producción, consumo, distribución, cambio (circulación). In: **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**. Borrador 1857-1858. 20. ed., vol. I. México: Siglo XXI Ediciones, 2007. p. 3-33.

_____. La metafísica de la economía política. In: _____. **Miseria de la filosofía**. 10. ed. México: Siglo XXI Ediciones, 1987. cap. 2. p. 63-122.

MARX, Karl; ENGELS, Federico. Feuerbach. Contraposición entre la concepción materialista y la idealista (Introducción). In: _____. **La ideología Alemana**. 5.ed. España: Ediciones Grijalbo, 1974. cap. 1. p. 13-94.

MINISTERIO DE SALUD Y PROTECCIÓN SOCIAL. **Leyes**. Disponível em: <https://www.minsalud.gov.co/Paginas/Norm_Leyes.aspx>. Acesso em: 12 fev. 2017.

MONTAÑO, Carlos. **La naturaleza del servicio social**: Un ensayo sobre su génesis, su especificidad y su reproducción. Tradução de Alejandra Pastorini. 2 ed., São Paulo: Cortez, Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social. Serie ensayos, 2000.

_____. **Terceiro Setor e questão social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MOORE, Henrietta. **A Passion for Difference**. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS. Ano II, n. 3. p. 41-50. jan./jun. 2001.

_____. **Introdução ao estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Reflexiones en torno a la cuestión social. In: NETTO, José Paulo et al. **Nuevos escenarios y práctica profesional**. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2002. p. 9-29.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PECAUT, Daniel. Presente, pasado y futuro de la violencia. **Análisis Político**. Bogotá: Instituto de Estudios políticos e relaciones internacionales. n. 30. p.1-43. ene/abr. 1997.

PROGRAMA Académico de Trabajo Social y Desarrollo Humano. Disponível em: <http://trabajosocial.univalle.edu.co/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=78>. Acesso em: 14 set. 2016.

QUINTERO, Sergio Andrés. Análisis de las políticas públicas: de la pertinencia de una perspectiva basada en el anarquismo epistemológico. **Ciencia Política**. Bogotá, n.3, p. 43-68, ene./jun. 2007.

_____. El “Método Caldas” y la reconceptualización del trabajo social. **Revista Eleuthera**. Manizales, v 10, p. 182-203, ene./jun., 2014.

ROTH, André-Noel. Análisis de las políticas públicas: de la pertinencia de una perspectiva basada en el anarquismo epistemológico. **Ciencia Política**. Bogotá, n.3, p. 43-68, ene./jun. 2007.

_____. **Políticas Públicas: formulación, implementación y evaluación.** Bogotá: Ediciones Aurora, 2015.

ROZAS PAGAZA, Margarita. **Una perspectiva teórica-metodológica de la intervención en Trabajo Social.** Buenos Aires: Espacio Editorial, 1998.

RUA, M. Graças. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M. Izabel. **O Estudo da Política: tópicos selecionados.** Brasília: Paralelo 15, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SCOTT, Joan. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: LAMAS, Marta. Compiladora. **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual.** México: PUEG, 1996. p. 265-302.

_____. O enigma da igualdade. Tradução de Klanovicz, Jó; Bornéo Funck, Susana. *The Conundrum of Equality*, 1999. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2005.

SEGADO, Sagrario. Fundamentos del empoderamiento: modelos teóricos y aproximaciones prácticas para la intervención con familias. In: _____. **Nuevas tendencias en trabajo social con familias.** Madrid: Trotta, 2011. cap. 2. p. 39 - 58.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). **Pesquisa Avaliativa: aspectos teóricos-metodológicos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p.19-107.

_____. **Introdução ao Estudo das Políticas Públicas.** São Luís, 2015. Nota de aula da disciplina de Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

_____. Teorias Explicativas sobre a Emergência e o Desenvolvimento do Welfare State. **Revista Política e Trabalho**, João Pessoa, v. 15, p. 29-42, set. 1999.

TAPIRO SIERRA, Juan Pablo. **Trabajo Social en Colombia.** Una propuesta de renovación desde una crítica marxista. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. 206 f. Disertación (Maestría en Servicio Social) - Programa de Pos-graduación en Servicio Social de la Escuela de Servicio Social, Universidad Federal de Río de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TAPIRO SIERRA, Juan Pablo; VILLEGAS, Sindy Lorena. **Tendencias en la formación profesional en Trabajo Social – El caso de la Universidad del Valle – Cali:** Univalle, 2009. 221 f. Monografía (Trabajador/a Social) - Programa de Trabajo Social, Escuela de Trabajo Social y Desarrollo Humano, Facultad de Humanidades, Universidad del Valle, Cali, 2009.

TAVARES, Kássia. **Os efeitos do Consenso de Washington na economia brasileira**. 2011. Disponível em: <<http://www.politicaeconomia.com/2011/10/os-efeitos-do-consenso-de-washington-na.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

TORRES, Liliana Patricia. Primera parte. Ubicación Histórica In: ESTRADA, Víctor Mario et al. **Historia de la Escuela de Trabajo Social e Desarrollo Humano de la Universidad del Valle 1953/2003**. “Cincuenta años aportando al desarrollo de la región”. Facultad de Humanidades. Universidad del Valle, Cali. 2005. p. 13-34.

UNITED NATIONS. **Report of the Fourth World Conference on Women**. Beijing, p. 4-15, sep., 1995. New York: United Nations, 1996.

UNIVERSIDAD DEL VALLE. Facultad de Humanidades. Escuela de Trabajo Social y Desarrollo Humano. Programa Académico de Trabajo Social. **Individuo y Familia I**, 2015a.

_____. Facultad de Humanidades. Centro de Estudios de Género, Mujer y Sociedad. Escuela de Trabajo Social y Desarrollo Humano. Programa Académico de Trabajo Social. **Identidades Femeninas e Identidades Masculinas**, 2015b.

UNIVERSIDAD NACIONAL ABIERTA Y A DISTANCIA. **Feminismo en Colombia**. Programa de Psicología. Curso: Sexualidad y Género. Unidad 2. Género: construcción teórica y social. cap. 5. Feminismo. Lección 24. Bogotá, 2010.

Disponível em:

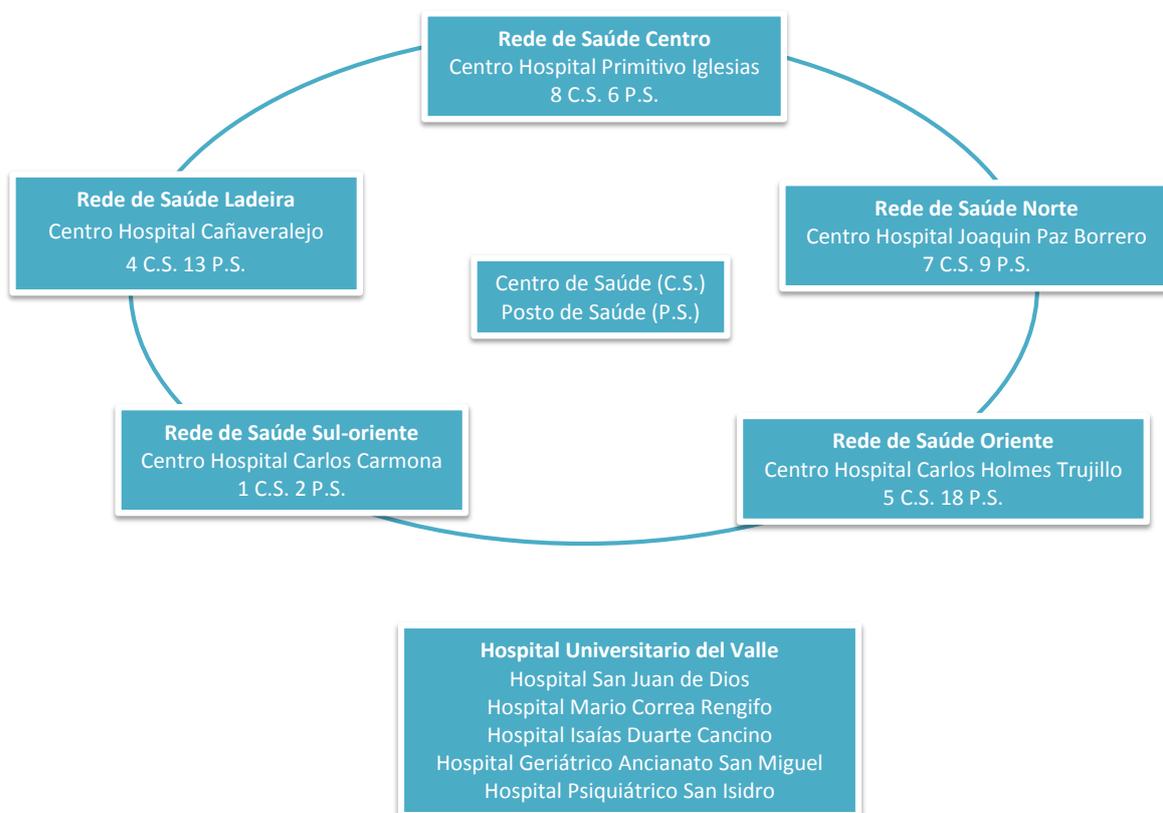
<http://datateca.unad.edu.co/contenidos/301128/301128_Sexualidad_Genero/leccion_24_feminismo_en_colombia.html>. Acesso em: 22 jun. 2016.

VALENCIA ORREGO, Marisol. La intervención profesional en la perspectiva histórico-crítica de Trabajo Social. **Perspectivas Sociales – Social Perspectives**. México, v. 13, n. 2, p. 11-41, 2011.

VÉLEZ, Olga Lucia. **Reconfigurando el Trabajo Social**: perspectivas y tendencias contemporáneas. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2003.

WIKIPEDIA. **Mapa da Cidade de Cali, Colômbia**. Disponível em:<<https://en.wikipedia.org/wiki/Cali>>. Acesso em: 04 set. 2016.

APÊNDICE A – FIGURA DO SISTEMA DE SAÚDE EM CALI



Fonte: Elaborado pela autora.

Nota:

C.S.: Centro de Saúde

P.S.: Posto de Saúde

APÊNDICE B – PROGRAMAS ACADÊMICOS DAS DISCIPLINAS ANALISADAS

Disciplinas	Periodo	Componente	Tipo
Historia do Trabalho Social	Agosto-Dezembro 2015	Fund. metodológica e profissional	Disciplina obrigatória
Indivíduo e Família I	Fevereiro-Junho 2015	Fund. metodológica e profissional	Disciplina obrigatória
Indivíduo e Família II	Agosto-Dezembro 2015	Fund. metodológica e profissional	Disciplina obrigatória
Metodologia de Trabalho de Grupo I	Agosto-Dezembro 2014	Fund. metodológica e profissional	Disciplina obrigatória
Metodologia de Trabalho de Grupo II	Fevereiro-Junho 2015	Fund. metodológica e profissional	Disciplina obrigatória
Comunidade e Organizações I	Fevereiro-Junho 2014	Fund. metodológica e profissional	Disciplina obrigatória
Comunidade e Organizações II	Agosto-Dezembro 2013	Fund. metodológica e profissional	Disciplina obrigatória
Problemática e Política Social colombiana	Agosto-Dezembro 2015	Fund. metodológica e profissional	Disciplina obrigatória
Identidades Femininas e Masculinas	Agosto-Dezembro 2015	Não aplica	Eletiva complementária
Orientação Familiar I	Fevereiro-Junho 2015	Aprofundamento	Eletiva profissional
Orientação Familiar II	Fevereiro-Junho 2015	Aprofundamento	Eletiva profissional
Conflitos sociais e violência	Agosto-Dezembro 2014	Aprofundamento	Eletiva profissional
Economia solidaria e Trabalho	Nãotem periodo	Aprofundamento	Eletiva profissional
Cidadania, convivencia e Trabalho Social	Agosto-Dezembro 2015	Aprofundamento	Eletiva profissional

Fonte: Elaborado pela autora

APÊNDICE C – ROTEIRO DE PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS

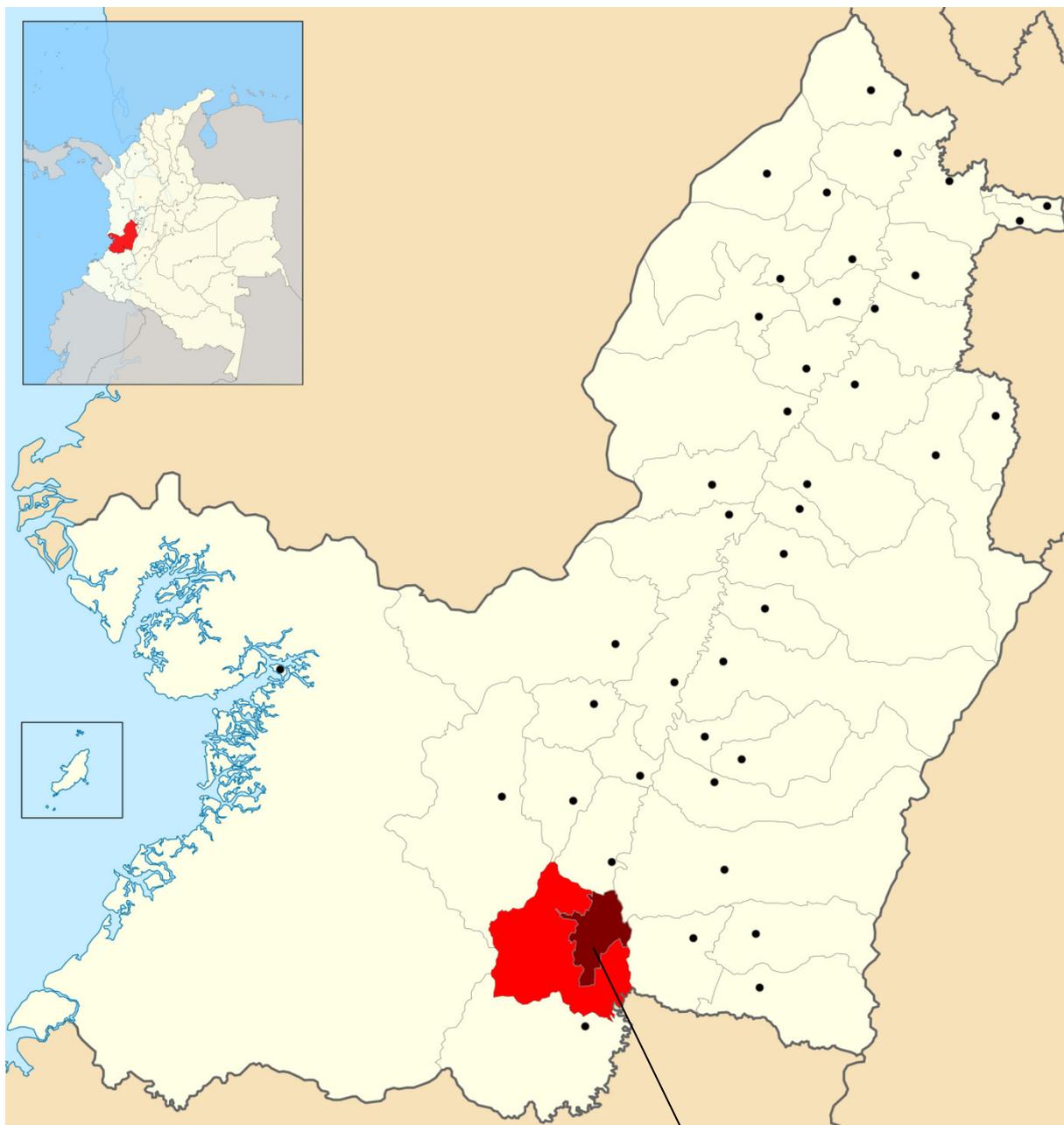
Dados Pessoais:

Idade:	
Ano de formação:	
Local de atividade laboral:	
Tempo de trabalho na instituição:	

Perguntas:

1. Por que decidiu estudar Trabalho Social?
2. O que te motivou a atuar na área da saúde?
3. Como a formação profissional ofertada pela Escola de Trabalho Social da Universidad del Valle te fundamenta para a intervenção das mulheres em situação de violência?
4. Que disciplinas foram essenciais para a intervenção social das/os trabalhadoras/es sociais realizados neste serviço?
5. Comente sobre as dinâmicas, estratégias e ferramentas usadas na sua intervenção profissional?
6. Como você, enquanto trabalhador/a social, percebe a violência contra a mulher em Cali?
7. Sabe o que é perspectiva de gênero? Comente ao respeito.
8. De que modo a perspectiva de gênero se expressa neste fazer profissional?
9. Quais são os protocolos de atenção às mulheres vítimas de violência?
10. Como você vê a política pública para as mulheres na cidade de Cali?
11. Em sua opinião, a política pública para as mulheres têm contribuído para o enfrentamento da violência contra a mulher em Cali?
12. Aponte os desafios e dificuldades para desenvolver sua intervenção nesta instituição?
13. Como a intervenção social promovida por esta instituição dialoga com a política pública para as mulheres no eixo saúde e como nesta relação se transversaliza a perspectiva de gênero?

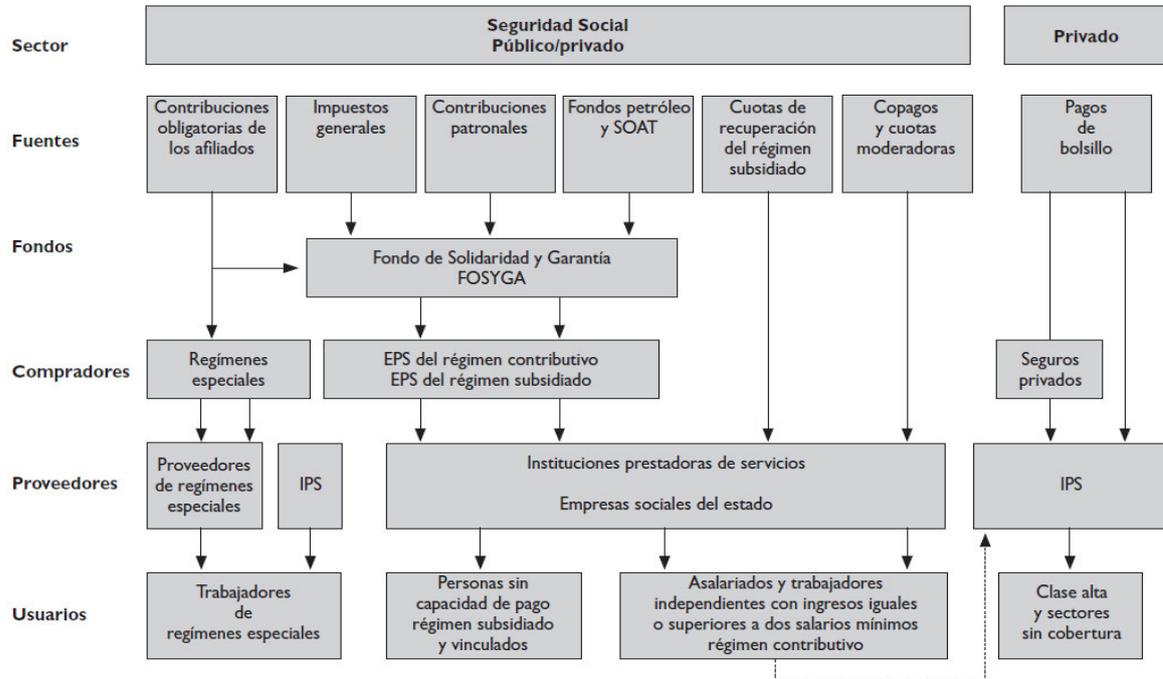
ANEXO A – MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA CIDADE DE CALI NA COLÔMBIA



Fonte: Wikipedia, 2016.

Cidade Santiago de Cali

ANEXO B – ORGANOGRAMA DO SISTEMA GERAL DE SEGURIDADE SOCIAL EM SAÚDE



Fonte: GUERRERO, R., et al. 2011.

Nota:

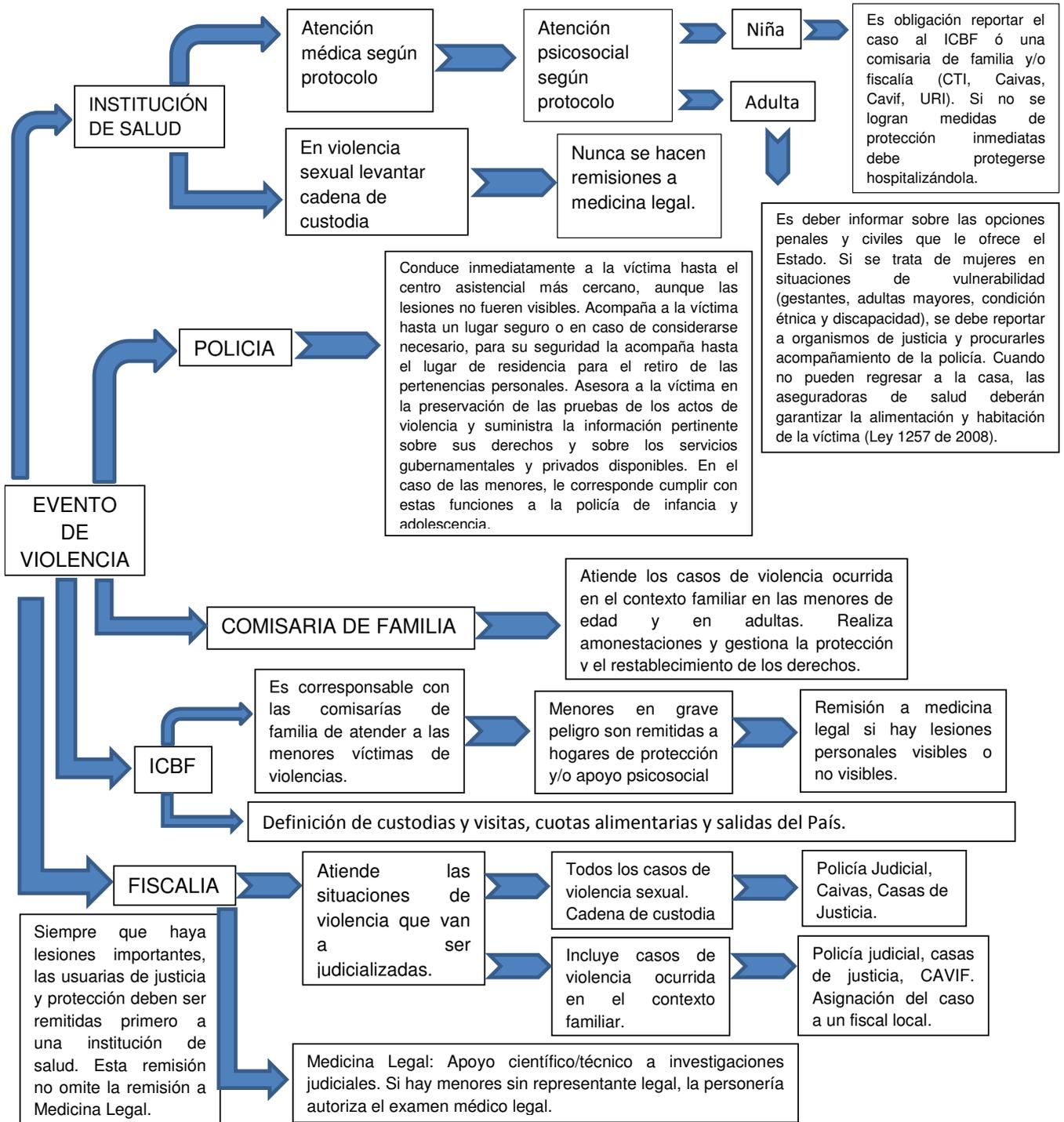
SOAT: Seguro Obligatorio de Accidentes de Tránsito

FOSYGA: Fondo de Solidaridad y Garantía

EPS: Entidad Promotora de Salud

IPS: Instituciones Prestadoras de Servicios

ANEXO C – FLUXOGRAMA DA ATENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES. INTEGRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE, JUSTIÇA E PROTEÇÃO



Fonte: Alcaldía de Santiago de Cali, 2014.

Nota:

CTI: Cuerpo Técnico de Investigación, Caivas: Centro de Atención a Víctimas de Abuso Sexual, Cavif: Centro de Atención a Víctimas de violencia Intrafamiliar, URI: Unidad de Reacción Inmediata.

**ANEXO D – CURRÍCULO DO PROGRAMA ACADÊMICO DE TRABALHO SOCIAL
E DESENVOLVIMENTO HUMANO, UNIVERSIDAD DEL VALLE, 2003**

PLAN DE ESTUDIOS 2003				
Primer Semestre	Segundo Semestre	Tercer Semestre	Cuarto Semestre	Quinto Semestre
Historia de Colombia	Teoría Sociológica I	Teoría Sociológica II	Teoría Sociológica III	Estadística Social I
Problemas Colombianos	Fundamentos de Economía	Antropología Social y Cultural	Psicopatología	Comunidad y Organizaciones I
Introducción al Trabajo Social	Historia del Trabajo Social	Psicología Social	Individuo y Familia II	Metodología de Trabajo de grupo II
Desarrollo de la Personalidad I	Desarrollo de la Personalidad II	Individuo y Familia I	Metodología de Trabajo de grupo I	Administración Social
Deporte Formativo	Constitución Política	Epistemología de las ciencias sociales	Lectura de textos en Inglés I	Estrategias de Investigación
Español	Electiva Complementaria I	Electiva Complementaria II		Lectura de textos en Inglés II
Sexto Semestre	Séptimo Semestre	Octavo Semestre	Noveno Semestre	Décimo Semestre
Problemática y Política social colombiana	Introducción a la Práctica	Práctica I	Práctica II	Trabajo de Grado
Comunidad y Organizaciones II	Diseño de Sondeo	Taller de Integración Metodológica I	Taller de Integración Metodológica II	
Planeación Social	Sistematización de Experiencias	Electiva Profesional III	Electiva Profesional V	
Diseño Etnográfico	Electiva Profesional I	Electiva Profesional IV	Electiva Profesional VI	
Estadística Social II	Electiva Profesional II	Seminario de Monografía		

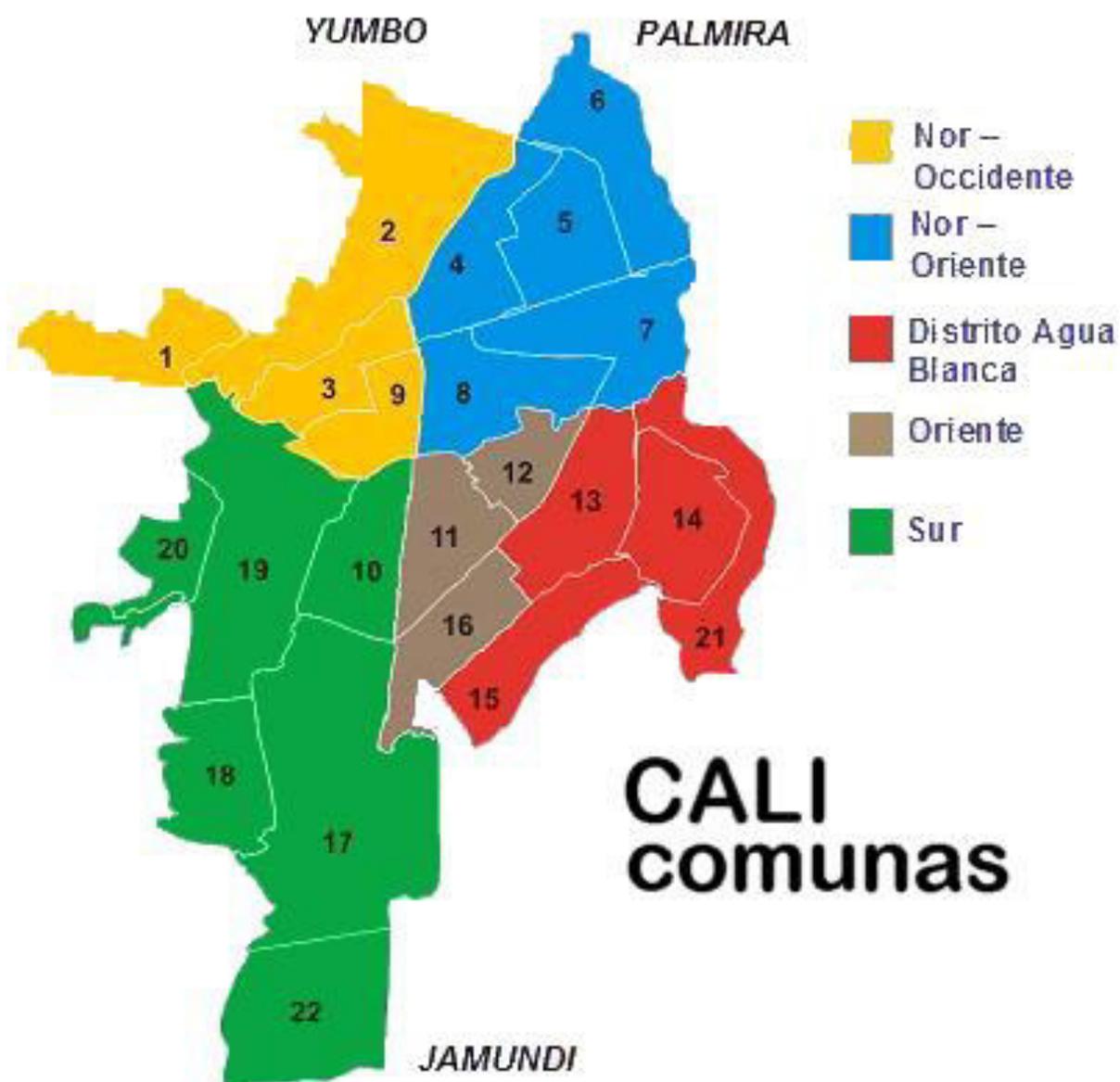
Fonte: Programa Académico de Trabajo Social y Desarrollo Humano, Disponível em: http://trabajosocial.univalle.edu.co/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=78

ANEXO E – DATOS SOBRE VIOLENCIA DE GÉNERO SEGUNDO CARACTERÍSTICAS QUE RODEIAM A VIOLENCIA AÑO 2015

Violencia de Género según características que rodean la violencia, Cali, 2015					
Características	sexo		Total	%	
	hombre	mujer			
Tipo de violencia	Violencia física	386	2.374	2.760	57
	Abuso sexual	171	1.025	1.196	25
	Negligencia y abandono	202	205	407	8
	Violencia psicológica	54	240	294	6
	Violación	8	87	95	2
	Acoso sexual	7	49	56	1
	Actos sexuales violentos	4	11	15	0,3
	Explotación sexual comercial de NNA	0	4	4	0,1
	Violencia sexual en conflicto armado	0	5	5	0,1
	Trata de personas para explotación sexual	0	1	1	0,02
total	832	4.001	4.833	100	
Sexo del agresor (a)	hombre	521	3179	3700	77
	mujer	290	709	999	21
	sin dato	21	113	134	3
	total	832	4.001	4.833	100
Grupo etario agresor (a)	10 a 14 años	74	157	231	5
	15 a 19 años	62	407	469	10
	20 a 24 años	110	526	636	13
	25 a 29 años	107	583	690	14
	30 a 34 años	115	549	664	14
	35 a 39 años	78	446	524	11
	40 a 44 años	48	293	341	7
	45 a 49 años	32	198	230	5
	50 a 54 años	40	180	220	5
	55 a 59 años	13	85	98	2
	60 a 64 años	11	78	89	2
	65 a 69 años	6	32	38	1
	70 a 74 años	3	23	26	1
	75 a 79 años	2	16	18	0,4
	80 a 84 años	1	4	5	0,1
	85 y mas años		5	5	0,1
	sin dato	130	419	549	11
Total general	832	4.001	4.833	100	
Relación familiar con la víctima	Otros	246	973	1219	25
	Esposo (a)	46	604	650	13
	Compañero (a) permanente	37	573	610	13
	Madre	198	247	445	9
	Padre	105	187	292	6
	Novio (a)	8	282	290	6
	Ex - compañero (a) permanente	19	225	244	5
	Ex - esposo (a)	15	197	212	4
	Hermano (a)	24	106	130	3
	Primo (a)	32	84	116	2
	Tío (a)	24	86	110	2
	Ex - novio (a)	4	104	108	2
	Padrasto	13	88	101	2
	Hijo	20	77	97	2
	Cuñado (a)	5	46	51	1
	Abuelo (a)	15	34	49	1
	Ex amante	2	11	13	0,3
	Suegro (a)	2	9	11	0,2
	Amante	3	5	8	0,2
Encargado (a) del NNA/Adulto mayor	4	4	8	0,2	
Madrasta	2	5	7	0,1	
Sin información	8	54	62	1	
Escenario	Vivienda	588	3.001	3.589	74
	Vía pública	148	693	841	17
	Otro	22	88	110	2
	Centro educativos	32	41	73	2
	Lugares de esparcimiento con expendido de alcohol	17	53	70	1
	Espacios terrestres al aire libre (Bosque, potreros, etc)	8	57	65	1
	Establecimiento comercial (tienda, centro comercial, etc)	12	49	61	1
	Oficina o edificio de oficinas	3	14	17	0,4
	Sitio de diversión	1	4	5	0,1
	Deportivo	1	1	2	0,04
Convivencia con el agresor	no	194	1.303	1.497	31
	si	389	1.688	2.077	43
	sin dato	249	1.010	1.259	26

Fonte: Alcaldia de Santiago de Cali, 2015b (grifo nosso).

ANEXO F – CIDADE DE CALI POR COMUNAS, LOCALIZAÇÃO DO “DISTRITO DE AGUABLANCA”



Fonte: <http://micaliesasi.blogspot.co.uk/2012/02/jardin-botanico.html#>